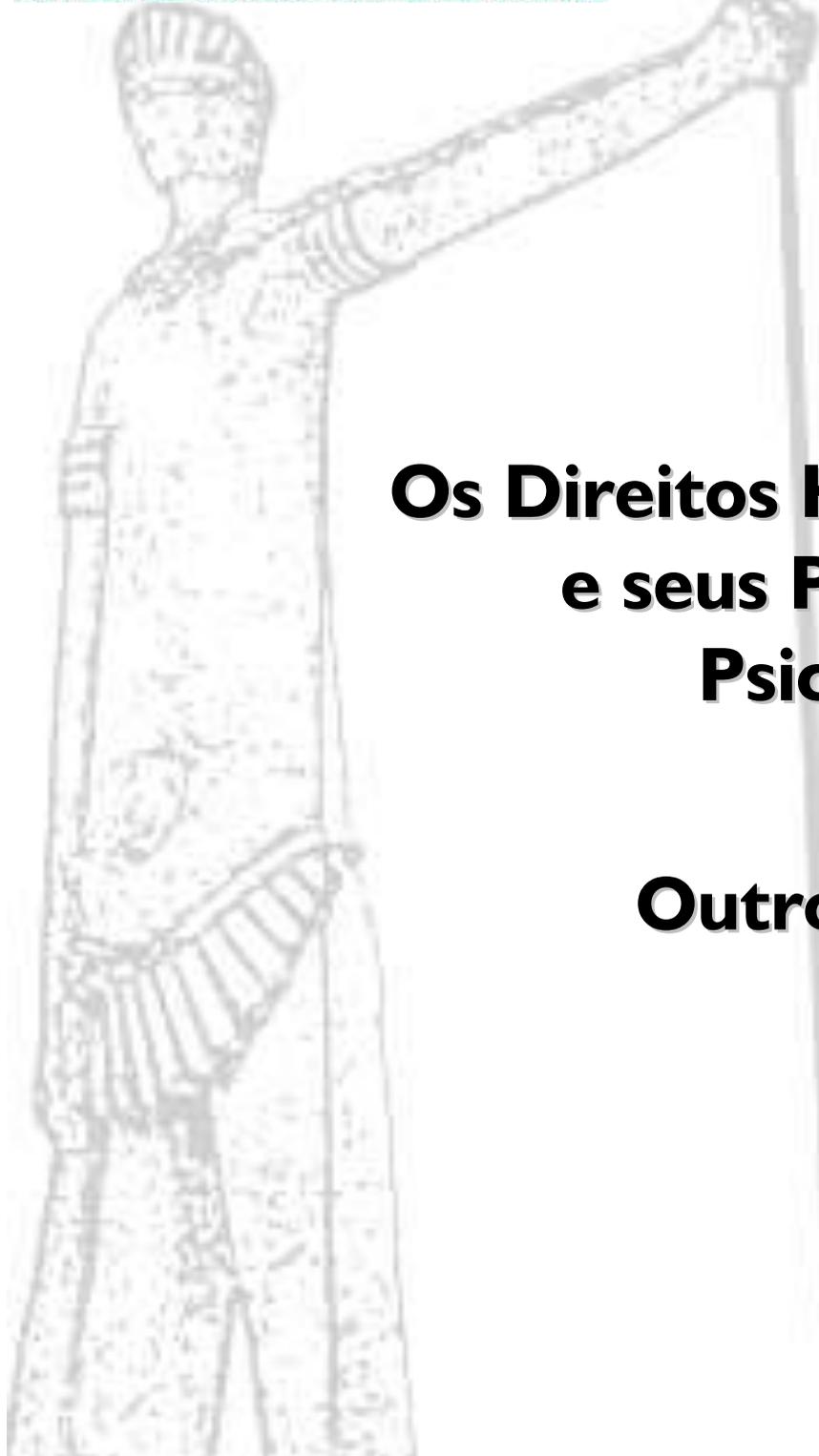


# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

Volume 18  
Número 02  
Julho /Dezembro,  
2012



Dossiê:

## **Os Direitos Humanos e seus Processos Psicossociais**

Leia Também:

## **Outros Temas**



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

Volume 18, Número 02, julho/dezembro, 2012

**CENTRO DE HUMANIDADES**

**ARIÚS – Revista de Ciências Humanas e Artes  
Centro de Humanidades – UFCG  
Rua Aprígio Veloso, 882 – Bairro Universitário  
58.429-900 – Campina Grande – PB.**



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes



A Ariús é uma publicação semestral do Centro de Humanidades da UFCG. Publica trabalhos inéditos nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Artes.

## EDITOR

Roberto Mendoza (UFCG).

## EDITOR DA VERSÃO ON-LINE

Antônio Gomes da Silva (UFCG).

## CONSELHO EDITORIAL (UFCG)

André Augusto Diniz Lira • Antônio Gomes da Silva • Carmen Verônica de Almeida Ribeiro • Fabíola Cordeiro de Vasconcelos • Fernando José Torres Barbosa • Garibaldi Dantas de Oliveira • Gervácio Batista Aranha • José Benjamim Montenegro • José Irivaldo Alves Oliveira Silva • Magnólia Gibson Cabral da Silva • Mércia Rejane Rangel Batista • Paulo Matias de Figueiredo Júnior • Renato Kilpp • Roberto Mendoza • Severina Sueli da Silva Oliveira • Sinara de Oliveira Branco.

## COMISSÃO CIENTÍFICA

Afrânio-Raul Garcia Júnior (EHESS-CRDC) • Antonio de Pádua Carvalho Lopes (UFPI) • Antônio Paulo Rezende (UFPE) • Antônio Torres Montenegro (UFPE) • Bernardete Wrublewski Aued (UFSC) • Denise Lino de Araújo (UFCG) • Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN) • Eliane Moura da Silva (UNICAMP) • Eli-Eri Luiz de Moura (UFPB) • Gesinaldo Ataíde Cândido (UFCG) • José Roberto Pereira Novaes (UFRJ) • Lemuel Dourado Guerra (UFCG) • Lia Matos Brito de Albuquerque (UECE) • Luiz Francisco Dias (UFMG) • Maria da Conceição Ferrer Botelho Sgadari Passeggi (UFRN) • Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UNICAMP/UFPE) • Maria Stella Martins Bresciani (UNICAMP) • Reinaldo Antonio Carcanholo (UFES) • Suerde Miranda de Oliveira Brito (UEPB).

## Revisores

Língua Portuguesa: Fabiana Ramos de Lima, Nadege da Silva Dantas • Língua Inglesa: Garibaldi Dantas de Oliveira, Sinara de Oliveira Branco • Língua Francesa: Carmen Verônica da Almeida Ribeiro.

## Normalização Técnica

Severina Sueli da Silva Oliveira CRB-15/225.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFCG

A718

ARIÚS: revista de ciências humanas e artes. – v. 1, n. 1, (out./dez. 1979) – v. 18, n. 2 (jul./dez. 2012). – Campina Grande: EDUFMG, 2012. 225 p.: il.

Annual: 1979. Suspensa: 1980-1989.

Annual (com alguma irregularidade): 1990-2006.

Semestral: 2007-Editor: Universidade Federal de Campina Grande de 1979 a 2001; Universidade Federal de Campina Grande 2002-.

**ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online**

1- Ciências Humanas 2- Ciências Sociais 3- Lingüística 4- Artes 5- Periódico I- Título.

## REITOR

Thompson Fernandes Mariz

## VICE-REITOR

José Edilson de Amorim

## CENTRO DE HUMANIDADES

### Diretora

Rosilene Dias Montenegro

### Vice-diretor

Luciênio de Macêdo Teixeira

### Disponível em:

[www.ch.ufcg.edu.br/arius](http://www.ch.ufcg.edu.br/arius)

e-mail: [arius@ch.ufcg.edu.br](mailto:arius@ch.ufcg.edu.br)

e-mail: [editor\\_arius@ch.ufcg.edu.br](mailto:editor_arius@ch.ufcg.edu.br)

## ARIÚS

Revista de Ciências Humanas e Artes  
CENTRO DE HUMANIDADES –  
UFCG

Rua Aprígio Veloso, 882

Bairro Universitário

58.429-900 – Campina Grande – PB

### Editoração Eletrônica

Antonio Gomes da Silva



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## Sumário

- 5 | Editorial**  
*Roberto Mendoza*
- 8 | Os Direitos Humanos e seus Processos Psicossociais - Apresentação**  
*Roberto Mendoza*
- 12 | Comissão da Verdade e Direitos Humanos: União entre Ato e Fato**  
*Luiz Couto*
- 18 | As Perspectivas das Pessoas sobre as Comissões de Verdade e Reconciliação**  
*Etienne Mullet, Lonzozou Kpanake, Maria da Conceição Pinto, Félix Fernando Monteiro Neto*
- 31 | Perdão e Reconciliação entre Grupos: A Perspectiva Timorense**  
*Félix Monteiro Neto, Etienne Mullet*
- 55 | Perdão como a Peça Faltante no Quebra-Cabeça da Paz**  
*Robert D. Enright*
- 79 | Reflexões sobre a Relação do Perdão com a Justiça nas Comissões de Verdade**  
*Júlio Rique Neto, Pollyana de Lucena Moreira, Eloá Losano de Abreu*
- 91 | Desenvolvimento Psicogenético dos Direitos Humanos**  
*Cleonice Camino, Pablo Queiroz, Lilian Galvão, Anderson Mathias*
- 109 | Psychopathology and Capitalism: On the Second Nature of the Alienated Subject of the ‘Psy Complex’ under Capitalism and the Contradictory Role of Psychoanalysis**  
*Ian Parker*
- 139 | A Crise do Sindicalismo do Setor Público: O Caso do Sintesp**  
*Wellington Barros Cantalice, Roberto Vêras de Oliveira*
- 177 | Crônica de Ano Velho: As Imagens Míticas em “A Pequena Vendedora de Fósforos”, de Hans Christian Andersen**  
*Antonio Gomes da Silva*
- 185 | Resenha – Racismos y Otras Formas de Intolerancia de Norte a Sur en América Latina**  
*Francisco Pineda*
- 191 | Resenha – Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária**  
*Roberto Mendoza*
- 193 | Notícias**  
*Direitos Humanos no Brasil e Mexico*
- 204 | Resumos**  
*Dossiê “Os Direitos Humanos e seus Processos Psicossociais”*
- 215 | Instruções aos Autores**  
*Publishing Guidelines (Instructions to Authors)*
- 224 | Links Úteis**



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## Editorial

---

O volume 18.2 da Revista Ariús trata de uns dos temas mais importantes para a vida política atual do país: “*Os Direitos Humanos*”.

O *Dossiê* aborda, especificamente, os **Direitos Humanos**, a **Justiça** e o **Perdão** segundo um ponto de vista original para as ciências sociais. Diversos estudos psicossociais internacionais analisam como os valores de **justiça e perdão** poderiam, de fato, ajudar na consolidação dos processos democráticos. Os autores estudam diversas experiências onde se comprova que, dada certas condições, a revisão do passado favorece o conhecimento da verdade e uma política de autentico respeito às diferenças individuais e grupais. Agradecemos a Julio Rique e Cleonice Camino, professores do Curso de Doutorado em Psicologia Social da UFPB, pela colaboração com a organização deste Dossiê. Igualmente agradecemos ao Prof. Luis Couto, Deputado Federal, por sua gentileza e disponibilidade para apresentar seu ponto de vista sobre este problema.

Na categoria “**Outros Temas**” se oferecem dois artigos: um sobre “*Psicopatologia e capitalismo: sobre a segunda natureza do sujeito alienado do ‘complexo psy’ no capitalismo e o papel contraditório da psicanálise*”. Neste ‘*paper*’, o professor Ian Parker, da Universidade Metropolitana de Manchester (Reino Unido) analisa criticamente, desde uma perspectiva lacaniana, o mau uso da psicanálise no estudo dos problemas sociais, crítica que poderia ser estendida à psicologia em geral.

Por outro lado, apresentamos um artigo de Wellington Barros Cantalice e o Professor Dr. Roberto Véras de Oliveira, do PPGCS da UFCG, sobre a “*Crise do sindicalismo do setor público: o caso do Sintespb*”, um estudo de caso de grande interesse para todos aqueles que trabalham na educação superior, pois mostra a crise de representação do sindicalismo nesse nível.

Na categoria “**Literárias**”, apresenta-se o belo trabalho do Professor Antonio Gomes, um mini-ensaio intitulado “*Crônica de Ano Velho: Vida, morte e ressurreição da pequena vendedora de fósforos*” sobre o conto “*The Little Match-Seller*”, de Hans Christian Andersen, escritor dinamarquês de histórias infantis.

Posteriormente, na categoria “**Resenhas**”, são apresentados dois importantes livros recentemente publicados: um no México, “*Racismos y otras formas de intolerancia de norte a sur en América Latina*”; e outro no Brasil, uma obra em 2 volumes: “*Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*”.

Finalmente na categoria “**Notícias**” publicamos uma “*declaração de apoio á Comissão de Familiares, Colegas e Amigos de 3 psicólogos mexicanos*” que foram sequestrados nesse país.

**Solicitamos o apoio de todos os leitores deste volume da Revista Ariús e uma ampla difusão em todas as redes sociais das quais participam. O apoio dos leitores será de grande valor para a causa dos DH no Mexico, no Brasil e para a América latina toda.**

Lembramos a nossos leitores que a Ariús tem aderido ao tipo de Licence CC **Creative Commons** (Atribuição não comercial – vedada a criação de obras derivadas 3.0 United Estates (CC BY – NC – ND 3.0), que é um tipo de Direitos de Autor Copy Left, típico das revistas eletrônicas acadêmicas).

Para terminar, recomendamos aos professores/pesquisadores consultar, na web da UFCG/Ariús, nossas normas de publicação, dado que têm sido ligeiramente reformuladas no sentido de motivar e sugerir que os pesquisadores citem autores de revistas latino-americanas, tal como aconselhado pelos expertos em edição científica dos países ibero-americanos.

*Roberto Mendoza*

***Editor Geral***

**Dossiê**

---

**OS DIREITOS HUMANOS  
E SEUS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS**



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## APRESENTAÇÃO

---

*Roberto Mendoza<sup>1</sup>*

Na perspectiva histórica contemporânea, onde os diversos governos americanos e grupos de poder tem transgredido e cometido múltiplos crimes políticos e genocídios, os **Direitos Humanos**, a **Justiça** e o **Perdão** se colocam como valores de consolidação do processo democrático. A revisão do passado favorece o conhecimento da verdade e a potência de uma política de autentico respeito às diferenças individuais e grupais.

Segundo alguns autores<sup>2</sup>, olhando desde uma perspectiva psicossocial, eventos nacionais podem criar memórias coletivas mais profundas e duradoras em um único grupo da sociedade (faixa etária), mas não em todos. Eles acreditam que o evento socialmente traumático também deve ser importante e significativo para o grupo etário mais afetado psicologicamente (pré-adolescentes e adolescentes) e que, por outra parte, esses grupos terão os recursos necessários para olhar para trás e convalidar suas próprias vidas depois de um período de 25 anos aproximadamente.

---

<sup>1</sup> Doutor em Psicologia Social pela Universidade do País Vasco. Editor da Revista Ariús. Professor da UAAC – UFCG.

<sup>2</sup> J. Pennebaker, D. Páez & B. Rimé (Eds.). *Collective memory of Political Events*. NJ: Lawrence Erlbaum (1997).

Ao longo do tempo, as emoções negativas começariam a desaparecer e tornar-se-ia mais fácil para que a sociedade tente chegar a um acordo sobre as formas de lidar com o passado. A distância psicológica ajudaria nesse processo social e coletivamente traumático.

Essa é uma das fórmulas universalmente aceitas para a condução de negociações coletivas que podem transformar, em certas condições, estados de conflito em estados de paz. Entretanto, como cientistas sociais, não devemos esquecer que esse processo psicossocial só poderia ser compreendido, em cada caso, se analisamos as condições sociopolíticas concretas da saída ou queda das ditaduras militares ou governos autoritários<sup>3</sup>. Assim, por exemplo, segundo o *Latinobarómetro* de 2010, a instituição militar no Brasil é uma das mais respeitadas junto com o poder Judiciário. Já na Argentina é a menos respeitada. No primeiro caso, o afastamento da ditadura militar foi “muito suave” e o poder militar impôs, com o consentimento de boa parte das elites, uma lei de anistia duradora em 1979; no segundo caso, o poder militar foi expulso, seu afastamento foi “muito forte” e não teve possibilidade de impor uma lei de anistia efetiva para seus interesses e, em pouco tempo, o julgamento dos militares e civis responsáveis pelo genocídio começou a efetivar-se. Isto também explica que certas gerações do passado possam, depois de um período, avançar na luta pelos DH.

Na prática, essa fórmula vem sendo aplicada em diversos países a partir da criação de Comissões de Verdade. Essas comissões são criadas com base em diferentes critérios e variam em seus objetivos.

Neste *Dossiê*<sup>4</sup>, analisa-se e debate-se o valor do perdão, da justiça, do respeito aos Direitos Humanos e da orientação para a paz, em relação a questões políticas, sociais e educacionais correntes no cenário nacional e internacional, particularmente daqueles países onde os DH foram seriamente desrespeitados. Apresentam-se seis textos que foram objeto de

---

<sup>3</sup> Nos últimos cem anos aconteceram 55 golpes militares na América Latina (um a cada 2 anos!) todos eles com a conivência ou apoio ativo da USA (incluído o golpe militar de 64 no Brasil), como demonstram os documentos recentemente desclassificados do Departamento de Estado desse país. Também os governos civis “democráticos” são responsáveis de gravíssimas transgressões aos DH, como é o caso atual da Colômbia com mais de 40 mil mortos/desaparecidos e de México com 150 mil mortos/desaparecidos, segundo o governo norte-americano.

<sup>4</sup> Agradeço a os Professores **Julio Rique e Cleonice Dos Santos Camino**, organizadores do **I Encontro Internacional sobre os Direitos Humanos, Perdão e Paz** realizado recentemente na UFPB- João Pessoa -Brasil, por facilitar os originais dos trabalhos aqui apresentados com o beneplácito dos autores, e me convidar para apresentar este Dossiê.

discussão: os dois primeiros referem-se ao papel e importância das Comissões de Verdade para consolidar a justiça e a democracia nas nações que viveram regimes de exceção. Os três trabalhos seguintes versam sobre a psicologia do perdão entre grupos e interpessoal e suas relações com os objetivos das Comissões de Verdade. O último trabalho, o sexto, faz uma análise psicossociológica e psicogenética dos Direitos Humanos.

Em seu trabalho intitulado *Comissão de Verdade e Direitos Humanos: União entre ato e fato*, o **Deputado Federal e Prof. Luiz Couto** informa que a instituição da Comissão Nacional da Verdade no país responde a uma condenação imposta pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. De acordo com essa Corte, o Brasil violava obrigações internacionais assumidas com a ratificação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) por deixar de promover a persecução penal de graves violações aos direitos humanos e deixar de revelar o paradeiro de desaparecidos políticos. Portanto, com a instituição da Comissão Nacional da Verdade, o Brasil pode avançar na consolidação da democracia.

Em seu trabalho sobre as Comissões de Verdade, a equipe de **Mullet e col.** do Instituto de Estudos Avançados, Paris–França, da Universidade Aberta do Quebec, etc. fazem uma avaliação do papel que essas comissões tiveram em mais de 40 países. Ao se deterem particularmente sobre a África do Sul, eles concluem que, neste país, embora a Comissão da Verdade o tenha beneficiado, os objetivos da comissão foram criticados por ferir a justiça em nome de acordos políticos e interesses econômicos. Além disso, esses autores comentam que a comissão foi criticada por falharem em promover a reconciliação no nível intergrupar.

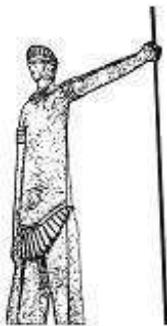
Em relação ao perdão, **Felix Neto e cols.** da Universidade do Porto, Portugal, defende em seu artigo a centralidade desse valor na vida cotidiana, pessoal, familiar, comunitário e nacional. Estes autores analisam a opinião de pessoas de diversos grupos sobre a disposição para o perdão coletivo. A partir dessa análise, eles concluíram que a opinião das pessoas corrobora teorias que indicam a possibilidade de promoção do perdão coletivo por meio de ações políticas, desde que sejam atendidos critérios de justiça.

Em seu texto sobre o perdão, o **Prof. Robert Enright**, da Universidade de Wisconsin–Madison–United States avalia o avanço nos estudos desenvolvidos por ele sobre

esse tema. Em sua análise, Enright constata que uma primeira geração de estudos focou nos aspectos interpessoais e nos processos psicológicos do perdão. Enquanto a segunda geração de estudos orienta-se para a aplicação dos processos investigados na educação. Segundo Enright, é por meio da educação que poderão surgir comunidades mais benevolentes que usufruam de maior harmonia social.

Ainda sobre o perdão, o **Prof. Júlio Rique e cols.**, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), propõem uma articulação entre o perdão interpessoal e o processo social do perdão tendo em vista os objetivos da Comissão da Verdade. Os autores apresentam a teoria do perdão interpessoal de Enright e, a partir dela, refletem como os trabalhos das Comissões da Verdade precisam primeiramente garantir as condições da justiça para que o perdão seja posteriormente promovido por meio da educação.

Por último, o texto sobre os Direitos Humanos da **Prof.<sup>a</sup> Cleonice Camino e cols.**, da UFPB, mostra como indivíduos de diferentes cidades e classes sociais percebem os Direitos Humanos no Brasil e o quanto se sentem responsáveis por sua implementação. Além disso, discute a influência da idade e do contexto social na concepção dos Direitos Humanos e na importância atribuída a determinados direitos em detrimento de outros.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## COMISSÃO DA VERDADE E DIREITOS HUMANOS: UNIÃO ENTRE ATO E FATO

---

*Luiz Couto<sup>5</sup>*

### RESUMO

Este artigo apresenta uma breve história da constituição de Comissões de Verdade no mundo. No Brasil, a história mostra que a reparação dos atos de violação aos Direitos Humanos (DH) começou com a promulgação da Constituição em 1988 e hoje se encaminha para os trabalhos da Comissão de Verdade.

**Palavras-chave:** Comissões de Verdade. Anistia. Justiça.

## TRUTH COMMISSIONS AND HUMAN RIGHTS: UNION BETWEEN ACT AND FACT

---

### ABSTRACT

This article presents a brief history of the establishment of truth commissions worldwide. In Brazil, history shows that compensation for acts of violation of Human Rights (DH) began with the promulgation of the Constitution in 1988 and today is moving towards the work of the Truth Commission.

**Keywords:** Truth Commissions. Amnesty. Justice.

---

<sup>5</sup> Deputado Federal da Paraíba pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Professor da Universidade Federal da Paraíba. Email: dep.luizcoutho@camara.gov.br.

As Comissões da Verdade são relativamente novas no planeta e no Brasil. A primeira a ser constituída foi em Uganda, em 1974, que era uma Comissão para Investigação de Desaparecimentos de Pessoas. Contudo, hoje temos mais de 40 comissões da verdade espalhadas pelo mundo.

Com as evoluções mundiais em termos de cultura e tecnologias, vejo a comissão da verdade, hoje, como um encontro de valores reais, onde a comissão de verdade ou da verdade, se torna extremamente importante no enfrentamento das violações dos direitos humanos, principalmente nos períodos das ditaduras. É característico desses regimes autoritários a tentativa de impedir que seus atos sejam investigados ou punidos, com o retorno ao Estado de Direito e ao Estado de Perdão Social e Judicial entre Política e Sociedade. De fato, em quase todos os países em processo de enfraquecimento do regime de exceção, são aprovadas leis de impunidade que versam sobre o Perdão, Direitos Humanos e Paz. E o que diferencia os dois Estados é o reconhecimento da validade dessas normas após o retorno à democracia e a vontade política de esclarecer e punir as violências perpetradas pelos ditadores.

Com a ditadura brasileira, nosso país seguiu o roteiro do exercício sistemático das violações de Direitos Humanos como instrumento de garantia da autoridade do regime e, no momento em que começou a admitir a decadência de sua capacidade de se manter no poder, seguiu o modelo da aprovação de uma lei de anistia e negociação de um pacto político de impunidade e segredos como condição para admitir a restituição do poder aos civis.

Já no fim da ditadura, o Estado não conseguiu avaliar a validade jurídica e política desses atos à luz dos valores constitucionais materiais de um Estado democrático de direito e republicano e dos compromissos internacionais assumidos soberanamente. Em consequência, manteve-se a impunidade exigida pela ditadura, em contraposição ao caminho que os demais países do continente americano trilharam.

Nesse contexto, é importante observar que é certo que passos importantes para a reparação dos atos de violação aos direitos humanos foram dados desde a promulgação da Constituição em 1988. O primeiro foi representado pela própria Constituição que, além de estar alicerçada na promoção dos direitos fundamentais, determinou no artigo 8º do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias a concessão de “anistia” a todos os que foram atingidos por atos de exceção em decorrência de motivação exclusivamente política (BRASIL, 1988). Esse preceito foi regulamentado pela Lei nº 10.559/02, criando assim, um regime jurídico do anistiado político e onde se instituiu a Comissão de Anistia, cujo trabalho tem sido essencial para a reparação de danos morais e materiais à justiça, ao perdão e à paz das vítimas do regime ditatorial, inclusive familiares de desaparecidos políticos (BRASIL, 2002).

Já em 1995, com a edição da Lei nº 9.140/95, foi construído outro marco para a atuação estatal em favor dos perseguidos políticos. Essa lei reconheceu como mortas as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, desde então, desaparecidas (BRASIL, 1995).

No entanto, instituiu-se ainda, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, com atribuição para proceder ao reconhecimento de pessoas desaparecidas ou mortas em razão da militância política, realizando esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas e emitindo pareceres sobre requerimentos de indenização pelos familiares das vítimas.

A Lei nº 9.140/95 e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos foram de grande importância para a garantia de direitos fundamentais dos familiares e da busca pelo verdadeiro perdão entre tantas ofensas e maus-tratos, torturas, tratamentos cruéis ou degradantes ocorridos. Por sua vez, a primeira ação afirmativa foi o reconhecimento oficial de que as mortes e os desaparecimentos ocorreram por responsabilidade do Estado. Isso permitiu uma solução jurídica para assuntos civis, especialmente a abertura das sucessões de direitos.

Como se nota, é que até 2008 o estado brasileiro não adotara medidas de promoção da responsabilização de graves atos de violação aos direitos humanos e, tampouco, de revelação da verdade sobre esses acontecimentos. Apenas, a partir desse ano, algumas

iniciativas começaram a ser adotadas pelo Ministério Público Federal e, mesmo assim, com pouca aceitação pelo Poder Judiciário.

Por sua vez, a Corte Interamericana de Direitos Humanos tinha entendido que o Brasil violava obrigações internacionais assumidas com a ratificação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) por diversas omissões, ou seja, por deixar de promover a persecução penal de graves violações aos direitos humanos e revelar o paradeiro de desaparecidos políticos.

Portanto, com a instituição da Comissão Nacional da Verdade e o cumprimento da mencionada condenação imposta pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia), o Brasil vivencia dois grandes desafios – melhor, duas grandes oportunidades – que, se bem aproveitados pelos poderes da República e pela sociedade brasileira, permitirão avanços importantes na consolidação da democracia e na superação do estado de transição.

Com efeito, a implementação integral da decisão da Corte Interamericana é passo essencial na afirmação pelo Brasil da prioridade dos direitos humanos na pauta de valores da sua sociedade. Da mesma forma, o funcionamento de uma Comissão da Verdade independente, idônea e transparente é oportunidade ímpar para investigar as violências e crimes contra a humanidade cometidos no país, como também, para aprofundar um exame sobre as causas e consequências do regime autoritário, tanto nas estruturas estatais, como no ambiente social.

Essas duas iniciativas são medidas de justiça de transição, compreendendo cinco grupos de providências a serem adotadas por estados emergentes de regimes autoritários ou guerras civis, a saber: (a) o esclarecimento da verdade, com abertura de arquivos e investigações sobre os fatos; (b) a realização da justiça, mediante a responsabilização dos violadores de direitos humanos; (c) a reparação de danos morais e materiais individuais e coletivos das vítimas; (d) a reforma institucional dos serviços de segurança, para adequá-los à pauta constitucional de respeito aos direitos fundamentais; e (e) a promoção da memória, para que as gerações futuras possam conhecer e compreender a gravidade dos fatos.

Providências dessa natureza são indispensáveis para a consecução do objetivo da não repetição, ou seja, a prevenção contra novos regimes autoritários partidários da violação de direitos humanos, seja para demonstrar à sociedade que esses atos em hipótese alguma podem ficar impunes, ignorados e omitidos seja para ajudar a compreender as razões e consequências de políticas de repressão violenta, sistemática e ampla contra setores da sociedade civil.

Ou seja, o Estado brasileiro, no momento em que instala a Comissão Nacional da Verdade e recebe a responsabilidade vinda de uma Corte Internacional de Direitos Humanos, determinando que promova justiça, passa a ter marcos jurídico e políticos para avançar na consolidação da sua democracia, bem como na proteção e promoção dos direitos fundamentais de seus cidadãos.

Para concluir registamos um pensamento de Bobbio (1997, p. 53-54):

O grande patrimônio do ser humano está no mundo maravilhoso da memória, fonte inesgotável de reflexões sobre nós mesmos, sobre o universo em que vivemos, sobre as pessoas e os acontecimentos que, ao longo do caminho, atraíram nossa atenção [...] O mundo do passado é aquele no qual, recorrendo a nossas lembranças, podemos buscar refúgio dentro de nós, debruçar-nos sobre nós mesmos e nele reconstruir nossa identidade [...].

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. *O tempo da memória: de senectude e outros escritos autobiográficos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. 1988.

BRASIL. Lei Nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. *Diário Oficial [da]*

*República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 de novembro. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110559.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei N° 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 de dezembro. 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2012.

Recebido o 20/09/2012 – Aceito o 20/11/2012.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## AS PERSPECTIVAS DAS PESSOAS SOBRE AS COMISSÕES DE VERDADE E RECONCILIAÇÃO

---

*Etienne Mullet<sup>6</sup>*

*Lonzozou Kpanake<sup>7</sup>*

*Maria da Conceição Pinto<sup>8</sup>*

*Félix Fernando Monteiro Neto<sup>9</sup>*

### RESUMO

Em cerca de 40 países, incluindo Chile, El Salvador, Timor Leste, Alemanha, Nigéria, África do Sul, Sri Lanka, e Honduras, as Comissões da Verdade (*Truth Commission - TCs*) foram constituintes centrais do processo pelo qual essas nações tentaram reconstruir-se após um período de turbulência. A Comissão da Verdade da África do Sul é o exemplo mais conhecido de uma Comissão de Verdade. Embora o seu trabalho tenha beneficiado provavelmente toda a sociedade e ainda que a violência tenha sido reduzida (embora não eliminada), o objetivo desta comissão tem sido criticado. Tem sido argumentado que a Comissão da Verdade Sul Africana não era mais que um subproduto de um compromisso entre as forças emergentes,

---

<sup>6</sup> Professor Dr. do Instituto de Estudos Avançados, Paris – França.

<sup>7</sup> Professor Dr. Universidade Aberta do Quebec, Montreal – Canadá.

<sup>8</sup> Professor da Universidade do Porto, Porto – Portugal.

<sup>9</sup> Professor Dr. da Universidade do Porto, Porto – Portugal.

incluindo os movimentos de libertação e do antigo regime, e, como resultado, a busca da justiça foi sacrificada para alcançar fins políticos ou econômicos. Além disso, os relatos de abusos têm sido criticados por aumentar o trauma da nação. E alguns acreditam que a comissão falhou em desenvolver um modelo de reconciliação no nível intergrupar apropriado.

**Palavras-chave:** Comissões da Verdade. Justiça. Violência.

## PEOPLE'S PERSPECTIVES ON THE TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSIONS

---

### ABSTRACT

In about forty countries, including Chile, El Salvador, East Timor, Germany, Nigeria, South Africa, Sri Lanka, and Honduras, Truth Commissions (TCs) have been central constituents of the process by which these nations have attempted to rebuild themselves after a period of turmoil. The South African Truth Commission is the best-known example of a TC. Although its work has probably benefited the whole society and although violence has been reduced (even though not eliminated), the purpose of this commission has been criticized. It has been argued that the South African TC was no more than a by-product of a compromise between the emerging forces, including the liberation movements and the old regime, and as a result, the pursuit of justice has been sacrificed for the sake of achieving political or economic purposes. In addition, the recounting of the abuses has been criticized for enhancing the nation's trauma. And some believe that the commission failed to develop a model of reconciliation at the appropriate, intergroup level.

**Keywords:** Truth Commissions. Justice. Violence.

### 1. INTRODUÇÃO

Em cerca de quarenta países (Chile, El Salvador, Timor-Leste, Alemanha, Nigéria, África do Sul, Sri Lanka, Honduras etc.) para os 144 países do mundo, isto é, cerca de 30%,

as Comissões de Verdade (CVs) foram mais ou menos constituintes centrais do processo pelo qual o país tem tentado reconstruir-se após um período de turbulência (BORER, 2006; HAYNER, 2002; LONG; MINOW, 1998; SKAAR; GLOPPEN; SUHRKE, 2005). A Comissão de Verdade da África do Sul é o exemplo mais conhecido de uma CV. Embora o seu trabalho tenha beneficiado toda a sociedade, e a violência tenha sido reduzida, mas não eliminada, o princípio desta comissão tem sido criticado (VERWOERD, 2003). Tem sido argumentado, entre outras coisas, que (a) não era mais do que o subproduto de um compromisso entre as forças emergentes (os movimentos de libertação e outros) e do antigo regime, e como resultado, a busca da justiça tem sido sacrificada em prol da realização de fins político/económicos (JENKINS, 2002; PILGER, 1998), (b) os depoimentos durante a audiência constituíram uma exposição adicional traumática (ALLAN, 2000), e (c) a comissão não conseguiu desenvolver um modelo de reconciliação, no nível apropriado: o nível intergruppal (CHAPMAN, 2007). Estas críticas também se aplicam a outras CVs.

Estas críticas podem provir do fato de existirem poucos dados empíricos sobre as opiniões dos cidadãos sobre os sucessos das CVs (GIBSON, 2004). Os dados disponíveis, no entanto, não oferecem muito apoio a estas críticas. Tem sido demonstrado empiricamente que a associação entre a participação direta no trabalho das CVs e a corrente psiquiátrica não foi significativa, um resultado que não dá suporte à idéia de que a narração dos acontecimentos tinha traumatizado as vítimas. Verificou-se que cerca de 76% dos negros Sul-Africanos entrevistados em 2001 avaliaram favoravelmente o trabalho da sua comissão, e que mais de 85% deles consideraram que a comissão fez um trabalho bastante bom e justo ao proporcionarem às famílias a verdade sobre o que aconteceu com os seus entes queridos, ao lhes serem fornecidos relatos verdadeiros e imparciais da história do país, e a garantia de que os abusos aos direitos humanos não iriam acontecer novamente (GIBSON, 2004).

O presente artigo apresenta dados empíricos adicionais sobre as opiniões dos cidadãos acerca das CVs. É apresentada uma síntese dos resultados de duas investigações complementares que analisaram os pontos de vista de duas amostras de cidadãos civis, um estudo realizado em Timor-Leste (oficialmente chamado de República Democrática de Timor-Leste) (MULLET; MONTEIRO NETO; PINTO, 2008), e outro no Togo (KPANAKE;

MULLET, 2012), sobre os objetivos, as funções, os poderes e a composição das CVs. De 1974 a 1999, o povo de Timor-Leste sofreu a invasão do seu território e a dominação política por parte da Indonésia, bem como a destruição causada pelas milícias e pelo exército indonésio quando abandonaram o país (DUNN, 2004). As 244 pessoas que participaram na primeira pesquisa foram, na sua maior parte, vítimas de abusos dos direitos humanos. Os timorenses definiram elementos comuns no comportamento da intimidação, nomeadamente a agressividade deliberada e acentuada disparidade de força ou de poder entre o perpetrador e a vítima (MULLET; MONTEIRO NETO; PINTO, 2008). Além disso, eles estavam bem conscientes do funcionamento das CVs porque uma CV estava em pleno funcionamento no seu país durante o período em que se realizaram as entrevistas individuais. A Comissão de Verdade e Reconciliação de Timor-Leste oferecia às vítimas de crimes a oportunidade de encontrar os perpetradores num ambiente seguro e estruturado, com o objetivo de responsabilizar diretamente os ofensores ao mesmo tempo em que se proporcionava a assistência e a compensação às vítimas. No Togo, a situação era muito diferente. Na época em que se realizou o trabalho empírico, o Togo estava a viver uma transição política após a morte do Presidente Gnassingbé Eyadéma, em 2005. Conversações de reconciliação entre o governo e a oposição haviam sido iniciadas, e foi alcançado um acordo entre as partes. A oposição foi convidada para participar num governo de transição e, como resultado, a população tornou-se muito sensibilizada com a idéia da criação de uma CV. Os participantes, num total de 579 adultos de ambos os sexos, responderam às questões colocadas através de entrevistas individuais, embora não estando plenamente conscientes do funcionamento de uma CV, uma vez que nunca existiram no Togo, foram, no entanto, sensibilizados para esta questão, pelos investigadores e sua equipa.

## **2. COMISSÕES DE VERDADE SÃO REALMENTE NECESSÁRIAS?**

Três itens em ambas as investigações abordaram essa questão. Noventa e um por cento dos participantes concordou com a visão de que "Após um período politicamente muito conturbado, o recurso a este tipo de comissões é necessário". Em contraste, apenas 10%

concordaram com a visão de que "Este tipo de comissões são, na maioria dos casos, um impedimento à Justiça" ou com a visão de que "Após um período politicamente muito conturbado, o recurso a este tipo de comissões é risível".

## **2.1. Quem devem ser os membros da Comissão de Verdade?**

Os participantes concordaram com a idéia de que os membros da comissão devem ser independentes do governo. Em particular, as pessoas religiosas (88% dos participantes em ambos os estudos, concordaram plenamente), jornalistas (84%), membros de organizações nacionais que lutaram pela democracia (82%), psicólogos e psiquiatras (82% e 75%), historiadores (81%), autoridades tradicionais (80%), advogados (69%), diplomatas (63%) e sociólogos (60%) foram favorecidos em detrimento dos membros das Forças Armadas (11% concordaram totalmente), membros da polícia (20%), ex-membros do governo (20%), os membros do atual governo (35%), filósofos (41%), as vítimas (46%), e os especialistas estrangeiros (46%). A maioria dos participantes foi hostil à idéia de que os membros devem ser designados pelo governo (75% discordaram), o presidente (74%), as vítimas (56%), ou a ONU (52%). Os participantes referiram que os membros devem ser democraticamente eleitos pelo povo (71% concordaram).

Quanto ao grupo de trabalho independente em que a comissão pode recorrer, os pontos de vista dos participantes foram muito semelhantes. Em ordem decrescente, os participantes foram favoráveis à presença de pessoas religiosas (75% concordaram), psiquiatras (73%), jornalistas e especialistas em comunicação (71%), médicos (70%), psicólogos (66%), advogados (50%), diplomatas (45%), sociólogos (41%), especialistas em política (41%), filósofos (34%), membros da polícia (32%), e membros das Forças Armadas(19%).

## 2.2. Quem pode comparecer perante as Comissões de Verdade?

Em ambas as investigações, a maioria dos participantes concordaram (75%) com a idéia de que "estes modelos de comissões devem ouvir qualquer pessoa que solicite uma audiência". Os participantes, no entanto, tendem a discordar com a sugestão de que "estes modelos de comissões podem forçar alguém a aparecer e a depor" (apenas 38% concordaram). Sobre os autores das atrocidades, no entanto, os pontos de vista foram mais positivos: A maioria dos participantes (67%) concordaram com a idéia de "que os perpetradores devem estar, obrigatoriamente presentes na comissão", e poucos (17%) concordaram com a idéia de "que os autores das atrocidades, aparecerem na comissão deve ser opcional (numa base voluntária) ".

## 2.3. O que deveria ser a missão das Comissões de Verdade?

Os itens para abordar esta questão em ambos os estudos foram em grande parte inspirados a partir da análise filosófica de Minow (1998) sobre as aspirações das CVs. Minow (1998) identificou onze aspirações teóricas: (a) a superação da negação comum e oficial da atrocidade, (b) a recolha de fatos detalhados, a fim de atender às necessidades das vítimas na reconstituição da verdade, construindo um registo para a posteridade, proporcionando responsabilidade e visibilidade mínima dos perpetradores, (c) o fim da violência atual e a sua prevenção no futuro (a transformação da violência em palavras e práticas institucionais), (d) a criação de uma fundação para uma ordem interna democrática, que respeite e reforce os direitos humanos, (e) a consolidação e legitimação de um novo regime democrático, (f) a promoção da reconciliação entre os antigos opositores, (g) a promoção da saúde psicológica e mental das pessoas, grupos, vítimas, os espectadores passivos, e infratores, (h) a restauração da dignidade das vítimas, (i) a administração da punição do perpetrador, (j) a convicção de que a violência coletiva nunca mais deve ocorrer, e (k) a construção de uma ordem internacional que tenha a capacidade de prevenir e dar resposta às atrocidades. Outros autores

(CROCKER, 2000; HAYNER, 2002) têm sugerido metas adicionais, entre elas (l) a compensação das vítimas, e (m) a recomendação de reformas institucionais e econômicas.

Entre os participantes, o maior nível de concordância (92%) foi observado para o item: "Um dos principais objetivos é garantir que as CVs, nos futuros governos, respeitem os direitos humanos". Um nível semelhante de concordância foi observado noutros dois itens. O primeiro item foi: "Um dos principais objetivos das CVs é obter a verdade sobre as atrocidades" (um elevado nível de concordância foi também observado para outros itens, como "escrever a verdadeira história do país durante este período de tempo"). O segundo item refere: "Um dos principais objetivos da CV é garantir que as vítimas se beneficiem de um tratamento psicológico adequado" (e foi também observado um elevado nível de concordância em relação aos itens com associações semelhantes, nomeadamente "garantir uma compensação financeira decente para as vítimas". Nas respostas observadas em relação a estes três conjuntos de itens, pode-se concluir que (a) a criação de uma base para a construção de uma ordem interna democrática, que respeite e reforce os direitos humanos, (b) a recolha de fatos detalhados, a fim de atender as necessidades das vítimas que desejam saber a verdade do que aconteceu aos seus entes queridos, construindo um registo para que no futuro, haja uma prestação de contas e uma visibilidade mínima dos perpetradores, e (c) as três prioridades para as CVs, consideradas pelas pessoas que participaram voluntariamente, nas investigações em ambos os países foi a existência de uma adequada indenização.

O segundo maior nível de concordância (88%) foi observado para o item: "Um dos principais objetivos das CVs é promover a reconciliação entre os grupos que eram opositores" (e para outros itens com similar significado como "a redução do fosso social entre os ex-grupos adversários"). Com nível semelhante de acordo, também foram observados outros dois itens. O primeiro item foi "Um dos objetivos principais das CVs é evitar definitivamente a retomada desses atos de violência coletiva" (e. g., itens intimamente associados, "contribuir para a construção de uma ordem internacional suscetível de impedir a agressão, tortura e atrocidades em todo o mundo"). O segundo item refere "Um dos principais objetivos das CVs é acabar com a violência contra os autores das atrocidades" (e itens intimamente associados como "substituição de uma resposta de vingança brutal por uma resposta civilizada"). A partir

das respostas observadas em relação a estes ítems, pôde-se concluir que (a) a promoção da reconciliação entre os antigos opositores, e (b) o fim e prevenção da violência (coletiva e/ou individual) no futuro - de preferência, promovendo a transformação da violência em palavras e práticas institucionais - foram consideradas pelas pessoas como as grandes prioridades e aspirações das CVs.

O terceiro nível de concordância (85%) foi observado para o item "Um dos objetivos principais das CVs é restaurar a dignidade coletiva das vítimas", e para outros ítems que foram paralelos a este como "restaurar a dignidade dos espectadores passivos". Um nível relativamente elevado de concordância (76%) também foi observado para o item: "Um dos principais objetivos das CVs é garantir que as atrocidades ocorridas não sejam negadas pelos seus autores" e, em menor medida, para os ítems associados como "garantir que as atrocidades sejam divulgadas em todo o mundo". A restauração da dignidade das pessoas (vítimas e outros), e a superação da negação comum e oficial da atrocidade foi, assim, sentida como sendo uma aspiração prioritária das CVs.

Em relação às outras aspirações ou metas incluídas nas entrevistas por questionário, os níveis de acordo dos participantes foram mais baixos. Sessenta e três por cento dos participantes concordaram com a visão de que "Um dos objetivos principais das CVs é reforçar a estabilidade do novo governo". Cinquenta e quatro por cento dos participantes concordaram com a visão de que "Um dos principais objetivos das CVs é mostrar as desigualdades sociais do país". Quarenta e três por cento dos participantes concordaram com os pontos de vista que "Um dos principais objetivos das comissões de verdade é curar as feridas morais das vítimas" ou "envergonhar os autores das atrocidades". Assim, pode-se afirmar que (a) a consolidação e legitimação de um novo regime democrático, (b) a recomendação de reformas institucionais e econômicas, (c) a promoção de cura psicológica para os indivíduos, grupos, vítimas, espectadores passivos, e infratores, e (d) a administração de punição no perpetrador, não foi considerada prioridade forte das CVs.

## 2.4. A divulgação do trabalho das Comissões de Verdade

Em ambas as pesquisas, os participantes concordaram massivamente com a idéia de que "o trabalho da comissão deve ser divulgado com regularidade pelos órgãos de comunicação nacional" (92% concordaram), e a idéia de que "os órgãos de comunicação internacional devem ser informados com regularidade do trabalho da comissão" (85%). A maioria dos participantes concordou com a idéia de que "a comissão deve funcionar no país" (80%), e 75% dos participantes opuseram-se à idéia de que "a comissão deve trabalhar fora do país". O trabalho da comissão foi, no entanto, claramente concebido como sendo conduzida em coordenação com instituições internacionais(64%).

## 3. EM SÍNTESE

A esmagadora maioria dos participantes concordou com a idéia de que, após um período politicamente muito conturbado, as CVs são necessárias e, além disso, também discordaram da visão de que as CVs poderiam ser, na maioria dos casos, um entrave à justiça. Esta conclusão foi consistente com os resultados destes dois estudos, mostrando que a maioria dos negros Sul-Africanos estiveram, em geral, satisfeitos com o trabalho da sua comissão, e também os resultados foram consistentes com observações anteriores em que as CVs são eficientes na prevenção da recorrência da violência intra-estadual.

Os participantes, na sua maioria acreditam que as CVs devem ser compostas por indivíduos que poderiam manter a sua independência das pressões políticas. Eles expressaram opiniões fortes, favorecendo a designação de pessoas religiosas, jornalistas, psicólogos e/ou psiquiatras, e historiadores sobre os membros da polícia, ou militares, ou do governo. Mesmo os advogados não eram bem-vindos por unanimidade como possíveis membros das CVs. Quanto à composição da força-tarefa em que a comissão poderia confiar em caso de necessidade, os pontos de vista dos participantes foram igualmente claros, favorecendo profissionais que poderiam ajudar as pessoas imediatamente após as audiências.

Na maioria, os participantes referem que as CVs devem ouvir qualquer pessoa que solicite uma audiência, mas não devem forçar alguém a aparecer e depor, salvo no caso de autores diretos de atrocidades. Eles também acham que os trabalhos das CVs devem ser divulgados com regularidade pelos órgãos de comunicação, e que essas comissões devem trabalhar no país, em coordenação com instituições internacionais.

Entre as metas sugeridas por Minow (1998), sete delas foram consideradas como aspirações prioritárias. Por ordem de prioridade, esses objetivos foram (a) a criação de uma base suficiente para a construção de uma ordem interna democrática, que respeite e reforce os direitos humanos, (b) a recolha de fatos detalhados, a fim de atender às necessidades das vítimas para saber a verdade, para construir um registo para a posteridade, para prestação de contas e visibilidade mínima dos perpetradores, (c) a indenização adequada e justa das vítimas, (e) a promoção da reconciliação entre os antigos opositores, (f) o fim e prevenção de futuros (coletiva ou individual) atos de violência, (g) a restauração da dignidade das vítimas, e (h) a superação da negação da atrocidade pela população e os meios oficiais.

A consolidação e legitimação de um novo regime democrático não foi, em geral, considerada como um objetivo prioritário, mas foram observadas diferenças entre os timorenses e os participantes do Togo. Essas diferenças podem ser explicadas pelo fato de que em Timor-Leste, o novo governo não estava ligado com as atrocidades que foram cometidas neste país. Por outro lado, no Togo, o novo governo tinha laços visíveis com o antigo regime, mesmo que as suas perspectivas atuais sejam diferentes. Isso pode ter influenciado a percepção dessa meta como prioridade. As aspirações das CVs podem logicamente depender do contexto político em que elas acontecem.

Além disso, os participantes discordaram no que concerne ao trabalho das CVs nomeadamente no que diz respeito a estas serem facilitadoras da implementação de sentimentos de vergonha, punir ou banir os perpetradores e os seus cúmplices do país ou da vida política. Estas conclusões são consistentes com as observações relatadas por antropólogos que trabalham em Timor-Leste e também na ex-Iugoslávia.

A maioria dos participantes estavam aparentemente cientes das limitações das CVs e não mostraram expectativas irreais sobre o que poderia ser obtido através de tais comissões.

Eles não esperavam uma CV para exercer um efeito terapêutico sobre as vítimas de atrocidades. Isto não quer dizer que os participantes estivessem indiferentes a questões como o sofrimento psicológico e doenças físicas resultantes das atrocidades. Os participantes simplesmente consideraram que a cura psicológica e física exige a perícia de profissionais, portanto, as comissões podem ser compostas por estes profissionais ao invés de membros da polícia, advogados ou políticos.

Eles não esperavam que uma CV recomendasse ou implementasse reformas sociais e econômicas, ou seja, eles não atribuíram as responsabilidades às CVs, como sendo estas responsáveis pela implementação das reformas agrárias destinadas à redistribuição de terras no país. Isto não quer dizer que os participantes fossem indiferentes a questões de justiça social e equidade. Na verdade, a maioria dos participantes viviam em comunidades de residência de bolsas de pobreza, e é difícil imaginá-los sendo indiferentes à pobreza ou à falta de recursos básicos. Eles podem ter percebido que a justiça social só pode ser alcançada após um longo processo de reformas sociais, e que estas reformas só podem funcionar se forem aceitas pela maioria dos cidadãos, por outras palavras, que estas reformas teriam que ser realizadas através de normas governamentais e pelos esforços da sociedade e que estes esforços estariam fora do alcance de uma Comissão de Verdade.

Parece justo concluir que a maioria dos participantes nestes estudos valorizou fortemente a natureza "simbólica" das CVs. As pessoas distinguiram claramente as aspirações das CVs das aspirações dos tribunais internacionais de justiça (punição adequada dos infratores) e das aspirações comuns dos governos democráticos (estabelecimento de alguma forma de equidade). Se uma recomendação poder ser sugerida como resultado destes dois estudos, é que os futuros organizadores de Comissões de Verdade devam, quando possível, garantir os objetivos para que estes correspondam às aspirações e expectativas da população, e que estas limitações sejam claramente percebidas por todos, especialmente por quem irá ativamente participar.

**REFERÊNCIAS**

- ALLAN, A. Truth and reconciliation: a psychological perspective. *Ethnicity and Health*, Bethesda, v. 5, n. 3-4, p. 191-204, agu./nov. 2000.
- BORER, T. A. *Telling the truth: truth telling and peace building in post-conflict societies*. Notre Dame: Notre Dame University Press, 2006.
- CHAPMAN, A. R. *Truth commissions and intergroup forgiveness: the case of the South African Truth and Reconciliation Commission*. *Peace and Conflict: A Peace Psychology Journal*, v. 13, n. 1, p. 51-70, mar. 2007.
- CROCKER, D. Truth commissions, transitional justice, and civil society. In: ROTBERG, I. R.; THOMPSON, D. (Eds.). *Truth versus justice: the morality of truth commissions*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- DUNN, J. Genocide in East Timor. In: TOTTEN, S.; PARSONS, W. S.; CHARNY, I. W. (Eds.). *Century of genocide: critical essays and eyewitness accounts*. New York: Routledge, 2004.
- GIBSON, J. L. *Overcoming apartheid: can truth reconcile a divided nation?* New York: Russell Sage Foundation, 2004.
- HAYNER, P. B. *Unspeakable truths: facing the challenge of truth commissions*. New York: Routledge, 2002.
- JENKINS, C. A truth commission for East Timor: lessons from South Africa? *Journal of Conflict and Security Law*, v. 7, n. 2, p. 233-251, 2002.
- KPANAKE, L.; MULLET, E. What can reasonably be expected from a truth Commission?: togolese views. *Conflict Resolution Quarterly*, v. 29, n. 2, jan. 2012.
- LONG, W. J.; BRECKE, P. *War and reconciliation: reason and emotion in conflict resolution*. Cambridge: MIT Press, 2003.
- MINOW, M. *Between vengeance and forgiveness*. Boston: Beacon Press, 1998.
- MULLET, E.; MONTEIRO NETO, F. F.; PINTO, M. C. What can reasonably be expected from a truth commission: a preliminary investigation of east timorese's views. *Peace and Conflict: A Peace Psychology Journal*, v. 14, n. 4, p. 369-393, oct. 2008.

PILGER, J. *Hidden agendas*. Vintage: London, 1998.

SKAAR, E.; GLOPPEN, S.; SUHRKE, A. (Eds.). *Roads to reconciliation*. New York: Lexington, 2005.

VERWOERD, W. Toward a response to criticisms of the South African truth and reconciliation commission. In: PRAGER, A. L.; GOVIER, T. (Eds.). *Dilemmas of reconciliation*. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, 2003.

Recebido 20/07/2012 – Aceito 20/09/2012



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## PERDÃO E RECONCILIAÇÃO ENTRE GRUPOS: A PERSPECTIVA TIMORENSE

---

*Félix Monteiro Neto*<sup>10</sup>

*Etienne Mullet*<sup>11</sup>

*“A justiça, o perdão e a paz não são conceitos abstractos.  
São valores enxertados no coração de cada pessoa como património.”*

*Carlos Ximenes Belo (2011).*

### RESUMO

Este artigo examina a questão: “Podem as nações podem enveredar por processos que têm como resultado arrependimento e perdão coletivo?” Essa questão é pensada a partir das perspectivas de pessoas de Timor-Leste que estiveram envolvidas numa guerra de ocupação e em que a maior parte delas sofreram pessoalmente em resultado de muitos conflitos. Monteiro Neto, Pinto e Mullet (2007a e 2007b) examinaram em dois estudos as perspectivas e as atitudes de pessoas comuns para se saber se pedir perdão em contexto intergrupar tinha sentido e o modo como o pedido de perdão podia ocorrer. Participaram no primeiro estudo 226 pessoas (111 mulheres e 115 homens) com idade variando entre 19 e 70 anos ( $M = 32$

---

<sup>10</sup> Professor Dr. da Universidade do Porto, Porto – Portugal.

<sup>11</sup> Professor Dr. do Instituto de Estudos Avançados, Paris – França.

anos,  $DP = 10,3$ ). No segundo estudo participaram 354 pessoas (169 mulheres e 185 homens) com idade variando entre 19 e 55 anos ( $M = 32,2$  ;  $DP = 10,3$ ). Os participantes responderam um questionário com 82 itens referentes ao sentido do perdão intergrupar e possíveis concepções de perdoar. Os resultados observados estão em consonância com as análises e propostas por Govier (2002) e Amstutz (2004) sobre o perdão em política. A maior parte dos participantes concordaram com a ideia de que o perdão intergrupar tem sentido. O perdão pode obviamente ser acrescentado à lista de atitudes positivas grupais.

**Palavras-chave:** Perdão Intergrupar. Perdão Político. Perdão Interpessoal.

## **FORGIVENESS AND RECONCILIATION BETWEEN GROUPS: A PERSPECTIVE FROM EAST TIMOR**

---

### **ABSTRACT**

This article examines the question: "Can nations engage in processes that result in collective repentance and forgiveness?" This issue is considered from the perspectives of people of East Timor who were involved in a war and occupation in which most of them suffered personally as a result of many conflicts. Monteiro Neto, Pinto and Mullet (2007a and 2007b) examined in two studies the perspectives and attitudes of ordinary people to ask whether forgiveness in intergroup context has meaning and how can group forgiving occur. Participated in the first study 226 people (111 women and 115 men) age ranging from 19 to 70 years ( $M = 32$  years,  $SD = 10.3$ ). The second study involved 354 participants (169 women and 185 men) age ranging from 19 to 55 years ( $M = 32.2$ ,  $SD = 10.3$ ). The participants answered a questionnaire with 82 items referring to the meaning of intergroup forgiveness and possible conceptions of forgiveness. The observed results are consistent with the analyzes and proposals by Govier (2002) and Amstutz (2004) on forgiveness in politics. Most participants agreed with the idea that intergroup forgiveness has meaning. Forgiveness can obviously be added to the list of positive attitudes group.

**Keywords:** Intergroup Forgiveness. Forgiveness Political. Interpersonal Forgiveness.

## 1. INTRODUÇÃO

O perdão é um tópico central na vida cotidiana (WORTHINGTON, 2005). Ao nível pessoal, familiar, comunitário e nacional, a qualidade das relações que as pessoas têm com os outros é amplamente determinada pela vontade de perdoar que elas manifestam em relação às pessoas ou grupos que as magoaram de modo intencional ou não, de modo severo ou leve, de modo duradouro ou temporário. A atitude em relação ao perdão pode ter repercussões importantes no modo como nos comportamos na família (violência familiar, etc.), na escola (bullying, etc.), no modo como concebemos o funcionamento das instituições (o sistema educativo, o sistema judicial, etc.), no modo como aprovamos ou desaprovamos certos acontecimentos nacionais (violências de massa nos subúrbios, etc.) e no modo como aprovamos ou desaprovamos certos acontecimentos internacionais de primeiro plano (terrorismo, etc.).

Podem as nações “enveredar por processos que têm como resultado arrependimento e perdão coletivo?” (SHRIVER, 1995, p. 71). Neste artigo examinamos esta questão mediante a análise das perspectivas de pessoas de Timor-Leste que estiveram envolvidas numa guerra de ocupação e em que a maior parte delas sofreram pessoalmente em resultado de muitos conflitos. O perdão – pedir perdão bem como dar perdão – constitui um conceito nuclear em muitas questões relacionadas com a governança e a regulação.

O perdão é o instrumento emocional mais poderoso para encorajar os perpetradores e os colaboradores do mal a reconhecerem a sua contribuição. Educar para o perdão exige muitas vezes considerável reserva no recurso ao uso selectivo do processo criminal. (BRAITHWAITE, 2002, p. 203).

## 2. PERDÃO INTERGRUPAL

*“Perdoa ao ofensor e sairás vencedor”*

*Aforismo popular.*

A investigação empírica sobre o perdão intergrupar ainda é um campo muito jovem, apesar do corpo de investigação publicada sobre o perdão já ser algo volumoso. Segundo a PsycINFO (2011), uma busca do termo perdão (*“forgiveness”*) até 2009 referenciou 1958 artigos de revistas, dissertações e capítulos de livros (Quadro 1). Antes da década de 1980, este foi um tópico que não interessou muito os psicólogos. Na década de 1980 a produção científica sobre este tópico já tinha alguma expressão, mas foi na década de 1990 que o tópico ganhou visibilidade. Na primeira década do século vinte e um, o perdão já é um tópico florescente nas ciências psicológicas. Mais de três quartos das referências sobre o perdão aparecem nessa década da aurora do século XXI. Por isso parafraseando Ebbinghaus (1908, p. 1) que escrevera que a “Psicologia tem um longo passado, mas só uma breve história”, poderemos dizer que a investigação sobre o perdão tem um curto passado, mas só uma brevíssima história.

**Quadro 1** – Frequência e percentagem de referências aos termos “Perdão” e “Perdão Intergrupar”

Anos	Perdão		Perdão intergrupar	
	N	%	N	%
1750-1899	18	0,9	---	---
1900-1979	54	2,8	---	---
1980-1989	93	4,7	---	---
1990-1999	301	15,4	---	---
2000-2009	1492	76,2	29	100,00
<b>Total</b>	<b>1958</b>	<b>100,00</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>

Fonte: (PsycINFO, 2011).

Já o “perdão intergrupar” ainda está na sua infância, pois não encontramos nenhuma referência no PsycINFO (2011), antes do século XXI, e todas as referências que aí aparecem,

no total 29, surgem na primeira década do século vinte e um.

O perdão pode não parecer relevante para a ética política, pois fora durante muito tempo concebido por filósofos da moral (SMEDES, 1996) e, subsequentemente, por psicólogos clínicos e sociais (WORTHINGTON, 2005) como um processo que só pode envolver as pessoas diretamente ligadas à ofensa, isto é, o ofensor e a pessoa ofendida. Por isso poucos estudos foram efetuados sobre o perdão intergrupar (CAIRNS et al., 2005). A primeira tentativa para estudar o perdão em contextos sociopolíticos foi levada a cabo somente ao nível do perdão interpessoal (AZAR; MULLET; VINSONNEAU, 1999; AZAR; MULLET 2001, 2002).

Esta concepção do perdão interpessoal não leva em consideração que a) muitas, senão a maior parte das ofensas na vida social são colectivas (MINOW, 1998); b) que na guerra, em particular, as ofensas são cometidas não somente contra pessoas, mas “contra a própria sociedade” (THOMAS; GARROD, 2002); c) que as responsabilidades são muitas vezes partilhadas por muitas pessoas, na mesma ocasião ou em diferentes ocasiões (SHRIVER, 1995); d) que a própria justiça para elas é muitas vezes impossível de obter (DIGESER, 2001); e) que a sua confissão deve, para ser completa, ser uma empreitada coletiva; e f) que a sua cura só pode ser levada a cabo ao nível da comunidade (TUTU, 2000). Todavia estes fatores parecem ser compreendidos pelas pessoas comuns (MULLET; GIRARD; BAKSHI, 2004; MONTEIRO NETO; MULLET, 2011).

Outra razão pela qual se efetuaram poucos estudos empíricos sobre o perdão intergrupar também se deve provavelmente ao fato de que na maioria dos casos de ofensas coletivas mais facilmente reconhecíveis (como o Holocausto, o genocídio no Ruanda, ou a violência no Tibete) o perdão parece ser uma ideia ofensiva. “Mesmo para as pessoas que não pertencem ao grupo das vítimas, a ideia de que os sobreviventes devem perdoar o genocídio é uma afronta, um anátema” (STAUB; PERLMAN, 2001, p. 197). Finalmente, mesmo em circunstâncias em que o conceito de perdão intergrupar se considera pertinente, continua a ser um fenómeno difícil de entender, pelo menos na perspectiva ocidental. Por isso os estudos empíricos sobre o perdão intergrupar foram difíceis de ser planejados e, possivelmente, as propostas de investigação não foram apoiadas financeiramente, apesar de que o seu uso em

diferentes contextos e países tenha sido amplamente demonstrado (MULLET; MONTEIRO NETO, 2009; PAZ; MONTEIRO NETO; MULLET, 2007).

Na sua análise do pedido de desculpa e da reconciliação, Tavuchis (1991, p. 48) sugeriu três conceituações estruturais alternativas do pedido de desculpa e do perdão, para além da conceituação interpessoal (que na sua perspectiva é ilustrada no cenário “Um para Um” entre os quatro cenários possíveis). Os três outros cenários eram a) o caso “Um para Muitos”, em que uma pessoa pede desculpa a uma coletividade (um político pede desculpa aos seus votantes, etc.); b) o caso “Muitos para Um”, em que uma coletividade pede desculpa a um indivíduo (um tribunal pede desculpa a uma pessoa que foi condenada injustamente, etc.); e c) o caso “Muitos para Muitos”, em que uma coletividade pede desculpa a uma outra coletividade. Nos estudos passados em revista neste artigo, é o caso “Muitos para Muitos” que é considerado. Pareceu ser o conceito de perdão mais relevante em contextos políticos em geral e, mais particularmente, em contexto de manutenção da paz.

D. W. Shriver no seu livro de 1995 com o título “*An ethics for enemies: forgiveness in politics*” analisou numerosos exemplos de ações de líderes políticos que encaixam nas categorias de arrependimento e de perdão. Como referiu o autor:

Se os líderes acusam um inimigo de crime, a confissão para crimes das suas próprias pessoas, ou oferecer esperanças para uma futura reconciliação, fazem tudo isto em nome de um colectivo em relação a outro. A negação deste papel representativo e simbólico aos políticos constitui um empobrecimento do seu serviço num tratamento de uma sociedade com as suas ofensas passadas e a sua actual responsabilidade correctiva para o futuro” (SHRIVER, 1995, p. 113).

Ele citou figuras políticas, tais como Martin Luther King, o chanceler alemão Willy Brandt e o presidente Richard von Weizsäcker, os primeiros-ministros Kiichi Miyazawa e Morihiro Hosokawa. Se Shriver (1995) escrevesse hoje este livro poderia certamente acrescentar a esta lista o presidente da África do Sul Nelson Mandela (HENDERSON, 1996),

para numerosos outros exemplos de perdão em política.

Antes de apresentarmos a investigação levada a cabo sobre pedir perdão (MONTEIRO NETO; PINTO; MULLET, 2007a) e perdoar (MONTEIRO NETO; PINTO; MULLET, 2007b) em contexto intergruppal, evocaremos muito sinteticamente o seu contexto histórico e metodológico.

### **3. CONTEXTO HISTÓRICO E METODOLÓGICO**

Muitos dos participantes desta investigação foram vítimas primárias, na terminologia de Govier (2002), isto é, elas sofreram pessoalmente em resultado de muitos conflitos nas suas áreas; ou foram vítimas secundárias, isto é, sofreram indiretamente através das ofensas infligidas a membros da sua família. Todos eles foram vítimas terciárias, isto é, sofreram a dominação brutal e a destruição parcial do seu país, mesmo se eles ou as suas famílias não foram pessoalmente envolvidas em massacres. Por consequência, estes participantes estavam altamente envolvidos no estudo.

A história recente deste povo, tal como a história de muitos povos da Ásia, da África, e da América e da Europa está repleta de guerras civis e de conflitos (MAGALHÃES, 1999). O território do Timor-Leste é composto pela parte oriental da ilha de Timor (a maior e a mais oriental das pequenas ilhas de Sonda), pelo enclave de Oé-Cusse, na costa norte da zona ocidental da ilha, pela ilha de Ataúro, a 23 km a norte de Díli, e pelo ilhéu de Jaco, fronteiro à ponta leste da ilha de Timor. Os limites atuais do território foram definidos pelo Tratado celebrado por Portugal com a Holanda em 20 de Abril de 1859, depois ratificados pela convenção Luso-Holandesa de 7 de Outubro de 1904, e confirmados por arbitragem do Governo suíço através da sentença de 25 de Julho de 1914 (QUADROS, 2000). Após a revolução de 25 de Abril de 1974, a Lei Constitucional nº 7/74, de 27 de Julho, aprovada pelo Conselho de Estado, reconheceu às antigas províncias ultramarinas o “direito à autodeterminação e à independência”.

Todavia o processo de descolonização foi interrompido pela invasão e ocupação do território pelas Forças Armadas da Indonésia em 1975 (7 de Dezembro) que o anexou ao seu

território. Segundo Magalhães (1999), em termos relativos, o povo de Timor Leste tem sofrido um dos piores genocídios do século XX.

É difícil fazer estatísticas num território ocupado e que, na prática, permaneceu quase completamente fechado ao exterior durante quase treze anos. Mas, segundo dados da Igreja, compilados pelo especialista francês Gabriel Defert e, de certo modo, confirmados pelos relatórios das forças armadas indonésias (citados pelo professor indonésio George Aditjondro), cerca de 308 000 timorenses terão morrido nos primeiros seis anos de ocupação indonésia (até Dezembro de 1981). Tendo em conta que a população, aquando do início do conflito, era de 696 000 pessoas, isso representa uma perda de vidas humanas, em consequência da ocupação indonésia, da ordem dos 44%. (MAGALHÃES, 1999, p. 130-131).

E aquele especialista em questões timorenses afirma mais adiante:

Para além dos mortos, houve milhares de pessoas torturadas e violadas, e todo o clima de terror permanente, que se arrastou durante mais de vinte anos, oprimindo e traumatizando uma população inteira. (MAGALHÃES, 1999, p. 131).

Em 30 de agosto de 1999, realiza-se uma consulta popular em que participaram 98% dos eleitores recenseados e a 4 de Setembro, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Anan, anuncia os resultados: 21,5% votaram favor da proposta de autonomia; 78,5% votaram contra, isto é, a favor da independência. Após a esmagadora vitória do NÃO à autonomia proposta pela Indonésia, apesar do desencadeamento de uma onda de violência por parte de militares indonésios e de milícias no território, abriu-se caminho ao reconhecimento da independência do Timor-Leste, que ocorreu em 2002.

No começo da investigação, receávamos que, devido a experiências muito dolorosas que as pessoas sofreram, elas reagiriam de modo muito negativo ao nosso pedido para participar num estudo sobre o perdão intergrupar, apesar das questões serem formuladas de um modo abstrato. Na coleta de dados, foi o contrário que se observou a maior parte das vezes. Como se esperava, os participantes interessaram-se pelo estudo e disponibilizaram tempo para responder cuidadosamente às muitas questões dos questionários.

Para não abrir feridas que as pessoas ainda podiam ter, feridas que lhes foram infligidas nos anos passados, todas as questões foram formuladas em abstrato, de modo impessoal. Perguntar diretamente questões de atitudes sobre perdão em relação aos perpetradores diretos de sofrimento ou aos instigadores destes perpetradores diretos foi julgado inadequado devido ao caráter do presente estudo - um inquérito. Não estávamos em posição de assistir psicologicamente os participantes. Teria sido irresponsável colocá-los em risco de reavivar lembranças dolorosas (ALLAN, 2000; ALLAN; ALLAN, 2000; HAMBER, 1998, 2001). Por conseguinte, questões sobre o conteúdo concreto de mensagens de pedido de perdão, por exemplo, foram deixadas de lado.

Foram utilizadas duas línguas de comunicação: o tétum e o português. O questionário foi traduzido do Português para o Tétum por um tradutor completamente bilingue, depois do Tétum para o português por um outro tradutor. Foram seguidos os passos usualmente aceites em Psicologia Intercultural (MONTEIRO NETO, 2002). Uma ampla escala foi escolhida para os participantes terem toda a latitude para responder. Uma escala com 17 cm foi impressa após cada proposição. Os dois extremos de resposta iam de “Discordo completamente” a “Concordo completamente”.

Todos os participantes foram voluntários. Foram abordados do seguinte modo. Alguns dos participantes eram conhecidos dos experimentadores ou de um membro da sua família. Foram contactados diretamente; foi-lhes explicado o objetivo do estudo, e pedido para participarem. Estes primeiros participantes, após trabalharem com os experimentadores, ajudaram então a contactar com outras pessoas. O contato direto e a confiança mútua foi necessária para convencer as pessoas a participarem no estudo.

#### **4. PEDIR PERDÃO EM CONTEXTO INTERGRUPAL**

*“Não levantes a espada sobre a cabeça do que te pediu perdão”.*

*Aforismo popular.*

O estudo de Monteiro Neto, Pinto e Mullet (2007a) examinou as perspectivas e as atitudes de pessoas comuns para se saber se pedir perdão em contexto intergruparal tinha sentido e o modo como o pedido de perdão, caso fosse considerado com sentido, podia ocorrer. O material consistiu num questionário com 77 itens referentes a aspectos muito concretos do processo de pedir perdão. Os itens foram inspirados nos trabalhos de Tavuchis (1991), Shriver (1995), Digeser (2001) e Amstutz (2004).

Participaram neste estudo 226 pessoas (111 mulheres e 115 homens) da região de Dili. A sua idade variava entre 19 e 70 anos, com uma média de 32 anos (DP = 10,3). Cento e quarenta e cinco participantes completaram o ensino secundário. Cento e oitenta e quatro participantes identificaram-se como crentes em Deus, 176 declararam que costumavam perdoar na sua vida quotidiana, e 167 frequentavam a igreja (a católica) de modo habitual. Cento e trinta e cinco participantes declararam que tinham sofrido pessoalmente com a guerra, e 156 que um elemento da sua família tinha sofrido com ela. Somente 65 participantes afirmaram que não tinham sofrido pessoalmente ou através da sua família com ela.

##### **4. 1. Pode um grupo pedir perdão a outro grupo?**

A maioria dos participantes (88%) eram claramente favoráveis à ideia de que um grupo de pessoas pode pedir perdão a um outro grupo de pessoas. Menos de 10% não eram a favor dessa ideia. Estas percentagens não variaram de modo acentuado em função da idade, do género, dos hábitos de perdão interpessoal, do nível de instrução e do nível de sofrimento pessoal ou familiar durante a ocupação. Este resultado foi consistente com as perspectivas de Shriver (1995, p. 177) de que as pessoas têm uma “predisposição, um arraigado dom, para injetar perdão nas relações políticas” com os outros. Foi também consistente com o conceito de diplomacia reconstituente que foi proposto por Braithwaite (2002, p. 170) que a concebeu “como um processo de curar as emoções de povos divididos”.

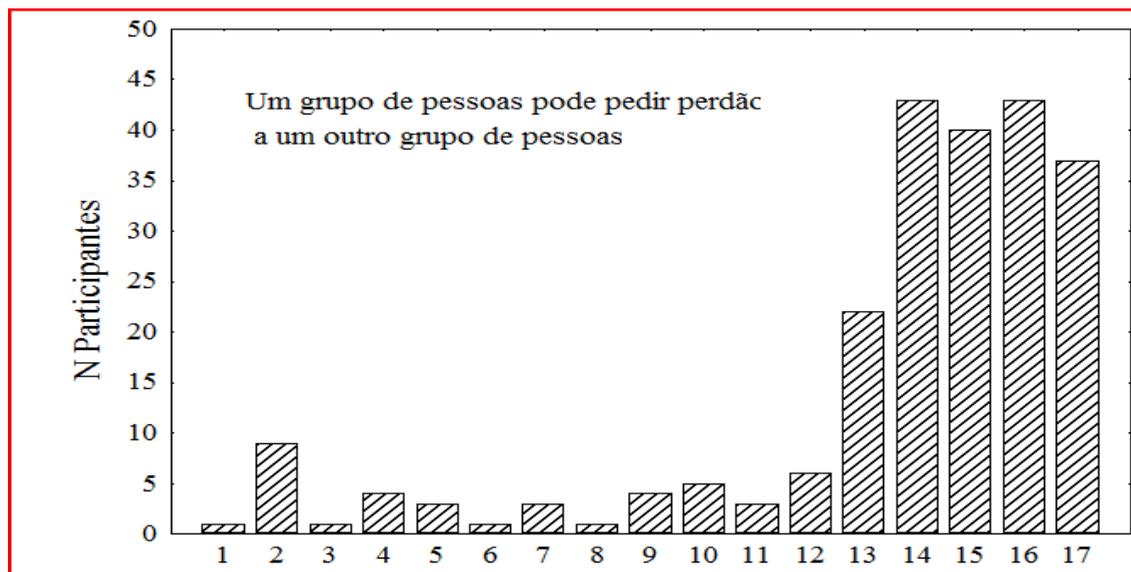


Figura 1. Um grupo de pessoas pode pedir perdão a um outro grupo de pessoas

Fonte: (MONTEIRO NETO; PINTO; MULLET, 2011).

#### 4.2. O processo de pedir perdão

Os participantes evidenciaram concepções claras sobre o que podia ser o processo de pedir perdão intergrupar. O pedido de perdão intergrupar foi concebido sobretudo como um processo popular, democrático. Os participantes concordaram claramente que discussões públicas e votação devem ocorrer antes de quaisquer ações concretas serem levadas a cabo por políticos e que as pessoas que irão falar em nome de todo o grupo devem ser representantes do grupo (Presidente do Estado, uma pessoa respeitada, etc.). Este resultado é consistente com a perspectiva de Tavuchnis (1991, p. 98) de que um pedido de desculpa “de Muitos para Muitos” só pode ser proferido por representante autorizado, uma pessoa que representa verdadeiramente o grupo (DIGESER, 2001). Este resultado é também consistente com as perspectivas de Braithwaite (2002) de que a elite diplomática não é adequada para se assegurar uma paz duradoura: “a pacificação deve ser democratizada; deve curar todas as pessoas, preparando o caminho com sentimentos populares para a paz e a democracia” (BRAITHWAITE, 2002, p. 185). Para além disso, o fato de que uma terceira parte (um membro influente das Nações Unidas) também se pode considerar como sendo uma pessoa

que pode falar de modo aceitável em nome do grupo que faz o pedido é consistente com as análises de Braithwaite (2002, p. 175) que mostra que, em determinadas circunstâncias, as terceiras partes foram cruciais para lançar as bases em muitas instâncias de resolução de disputas.

Os participantes admitiram que pessoas com cargos políticos (um partido político, um Chefe de Estado) podem iniciar o processo de pedir perdão. Os participantes que concebiam o perdão intergrupar como um processo coletivo e global tendiam a excluir do processo de pedido as pessoas que são responsáveis pelas atrocidades. Tal é remanescente das perspectivas de Hayner (2002, p. 206) sobre a possível complementaridade de meios reconstituintes, tais como as comissões de verdade, e mais clássicas, meios punitivos, tais como tribunais nacionais ou internacionais para obter uma transição pacífica em sociedades após os conflitos. Tal está em completa concordância com as sugestões teóricas de Braithwaite (2002, p. 32) envolvidas na sua pirâmide de regulação: “a criminalização fornece um novo pico para a aplicação da pirâmide contra crimes de guerra” (BRAITHWAITE, 2002, p. 202).

Os participantes concordaram que o pedido de perdão não deveria ocorrer muito tempo após os acontecimentos. Isto faz pleno sentido: quanto mais depressa ocorrer a reconciliação intergrupar, melhor será para todas as pessoas. Todavia estavam conscientes de que esta perspectiva nem sempre é realista e que o processo também pode ser iniciado de modo aceitável muito tempo após as atrocidades. Com efeito, se o pedido de perdão é concebido como um processo democrático, esse processo geralmente demora. Tal é bem ilustrado com o que nos ensinou a história do século XX: foram necessários 25 anos para o chanceler alemão expressar publicamente arrependimento pelo Holocausto e 45 anos para o primeiro ministro japonês pedir desculpa por certos crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial. Antes de se iniciar o processo do perdão, vítimas e transgressores devem concordar sobre uma história do que aconteceu (DIGESER, 2001), e isto pode levar muito tempo.

O pedido de perdão intergrupar foi concebido fundamentalmente como um processo público. Os participantes concordaram de modo inequívoco que o processo tem de ocorrer no

seio de lugares simbólicos do grupo a quem se pede o perdão (idealmente, o palácio do governo) ou do grupo que pede perdão (um lugar sagrado, etc.), e que a língua usada deveria ser uma língua com ampla difusão internacional em vez da língua do grupo a quem se pede para perdoar. Isto é consistente com a concepção das desculpas intergrupais de Tavuchnis. Elas devem ser opiniões “quintessencialmente públicas” e não privadas dos representantes; são um assunto de registo público. Deviam ser “dirigidas a um público mais vasto tanto quanto à parte ofendida” para que o processo de perdoar também “fale às terceiras partes interessadas.” (TAVUCHIS, 1991, p. 101). Isto é também consistente com a decisão do Primeiro Ministro japonês Miyazawa de apresentar perante a Assembléia Nacional Coreana as suas sinceras desculpas pelo tratamento do Japão das pessoas coreanas antes e durante a Segunda Guerra Mundial. Finalmente, tal é consistente com a perspectiva de Braithwaite (2002, p. 187) de que a mediação secreta entre a elite já não é uma perspectiva viável para resolver disputas modernas: “É necessária pacificação no solo, entre as pessoas comuns”.

Pedir perdão foi concebido como implicando a expressão de sentimentos e emoções particulares por parte das pessoas que pedem perdão (e.g., contrição, remorsos e arrependimento). Foi também concebido como implicando comportamentos concretos que confirmem a sinceridade do pedido (oferta de dinheiro, castigo das pessoas responsáveis pelas atrocidades e outros). Isto não é consistente com a afirmação de Tavuchis (1991, p. 100) de que o estatuto das partes envolvidas “implica uma abordagem estilizada para a linguagem e para o modo de falar que dá pouco lugar à espontaneidade, à flexibilidade, ou às improvisações que se encontram na linguagem corrente”. Todavia isto é consistente com o que foi observado em situações concretas. Quando em 1970 o chanceler Brandt se ajoelhou perante o memorial da insurreição do gueto de Varsóvia de 1943, expressou emoções profundas ao nível do seu comportamento. Em 1992, no seu discurso na Assembléia Nacional Coreana durante a primeira visita à Coreia de um Primeiro Ministro Japonês, Kiichi Miyazawa disse:

Não posso ajudar o agudo sentimento de mal-estar sobre isto [cerca de 100 000 mulheres coreanas foram exploradas sexualmente para conforto dos soldados japoneses], e apresento as minhas sinceras

desculpas [...] Estou determinado a incentivar nas pessoas japonesas, muito especialmente nos jovens, a coragem para encarar honestamente os fatos passados, compreendendo os sentimentos das vítimas, e um sentimento de advertência de que estes atos nunca devem ser repetidos. (INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE, 1992).

De um modo mais geral, e por razões psicológicas, é difícil imaginar que um líder político que está intimamente convencido que a sua nação cometeu atrocidades contra outra nação e está determinado a pedir perdão publicamente pelas atrocidades devia ser capaz de reprimir a emoção intensa que pode sentir no momento de apresentar o seu pedido. De certo modo, ao expressar demasiada desvinculação quando se pede publicamente perdão pode correr-se o risco de ser interpretado como uma falta fundamental de empatia pelo sofrimento de vítimas ou como mera relutância em pedir perdão. Globalmente, esta perspectiva está em consonância com os princípios básicos na justiça reconstituente quando a experiência e a expressão de emoções desempenham um papel crucial no processo da resolução da disputa (BRAITHWAITE, 2002).

Os participantes consideraram ser o objetivo fundamental do pedido de perdão a promoção da reconciliação entre os dois grupos, o que está de acordo com as perspectivas de Digeser (2001). Concordaram de modo claro que deviam ser feitas concessões, se necessário, para facilitar o processo. Para além disso, concordaram que ambas as partes deviam fazer planos para viverem de modo mais interdependente. Este resultado está de acordo com a ideia de Tavuchnis (1991) de que pedir perdão devia ser um prelúdio à reconciliação entre os grupos, com os resultados de Thomas e Garrod (2002) de que os jovens bósnios que foram severamente punidos durante a guerra querem obter reconciliação com sérvios e croatas e, de um modo mais geral, com as perspectivas de Braithwaite (2002, p. 185) de que “a maior parte das pessoas quer fundamentalmente paz, prosperidade e liberdade mais do que querem vingança”. O processo de pedido de perdão intergrupar foi contudo visto como sendo distinto do início de acordo comercial, ou um tratado militar.

Posteriormente as conceituações de pedir perdão foram também analisadas em

Angola, Guiné-Bissau e Moçambique (MONTEIRO NETO; PINTO; MULLET, 2007a). No passado recente, estes quatro países estiveram envolvidos em guerras civis sangrentas ou de ocupação. Uma proporção importante de cada população foi morta, violada, ferida e desalojada. Nos quatro grupos que foram estudados (Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste) a maioria dos participantes concordou com a ideia de que a) pedir perdão intergrupar se reveste de sentido, b) o processo do pedido deve ser absolutamente popular, democrático, e público e não uma negociação secreta feita por uma elite, c) este processo deve ser iniciado e efetuado por pessoas com cargos políticos e não por facções dissidentes, e d) este processo tem como objetivo a reconciliação e não a humilhação do grupo que faz o pedido.

Os timorenses, mais do que outros grupos no estudo, concordaram com a ideia de que o pedido devia ser acompanhado de ofertas comerciais, propostas de novas espécies de colaboração, e de atos de reparação pelo dano sofrido. Isto reflete o fato de que o futuro deste país está amplamente dependente da atitude do seu vizinho poderoso: a Indonésia. Timor-Leste é um país pobre: a ajuda e a colaboração da Indonésia são, de modo lógico, concebidas como sendo vitais.

#### **4. 3. Perdoar em contexto intergrupar**

*“A mais bela das virtudes é perdoar”*

*Aforismo popular.*

O conceito de perdão intergrupar tem sentido para vítimas de conflitos violentos? Por outras palavras, pode um grupo de vítimas perdoar a um grupo de ofensores violentos?

Monteiro Neto, Pinto e Mullet (2007b) examinaram em pormenor as perspectivas e atitudes de pessoas comuns sobre se o dar perdão se reveste de sentido e de que modo o dar perdão, caso tenha sentido, podia ocorrer. Participaram neste estudo 354 pessoas (169 mulheres e 185 homens) residentes na região de Díli. A idade oscilava entre 19 e 55 anos ( $M = 32,2$  ;  $DP = 10,3$ ). O material consistiu num questionário com 82 itens referentes ao sentido do perdão intergrupar e possíveis concepções de perdoar.

Vários aspectos concretos do processo de dar perdão, foram examinados, entre eles: o perdão intergrupar tem sentido *in abstracto*? Qual é o objectivo do perdão intergrupar? O perdão intergrupar pressupõe castigo adequado dos ofensores e reparação adequada por parte do grupo ofensor? Quem pode decidir se o perdão é apropriado ou não? Quem pode falar em nome do grupo? A quem devem ser dirigidas as mensagens de perdão? Qual pode ser o papel das instituições internacionais?

#### **4.4. Poderá um grupo perdoar a outro grupo?**

Para o item “Um grupo de pessoas pode perdoar a outro grupo de pessoas” a média de acordo foi elevada (M = 13.4 em 17 ; ver também Figura 2). A maioria das respostas (81%) situava-se entre 12 e 17, que foi definida como sendo a zona de acordo. Uma pequena minoria de respostas (8%) situava-se entre 1 e 6, que foi definida como sendo a zona de desacordo. Uma pequena minoria de respostas (9%) estava na zona intermédia, isto é uma zona indeterminada.

Para além disso, cerca de metade da amostra timorense concordou com a ideia de que o perdão intergrupar tem sentido mesmo na ausência de desculpas por parte do outro grupo. Estes resultados eram robustos em relação à idade, ao género e a outras variáveis de diferenças individuais, incluindo o estatuto de vítima. Por um lado, estes resultados podem parecer surpreendentes, e mesmo incríveis, tendo em conta a dor e o sofrimento por que passou a maior parte dos participantes. Por outro lado, eles podem ser considerados como expressando perspectivas muito realistas.

Como afirmou Staub e Pearlman (2001, p. 377): “perdoar é importante porque torna a reconciliação possível. E quando os grupos vivem conjuntamente ... sem reconciliação, sentimentos de insegurança e perigo de violência estão sempre presentes.”

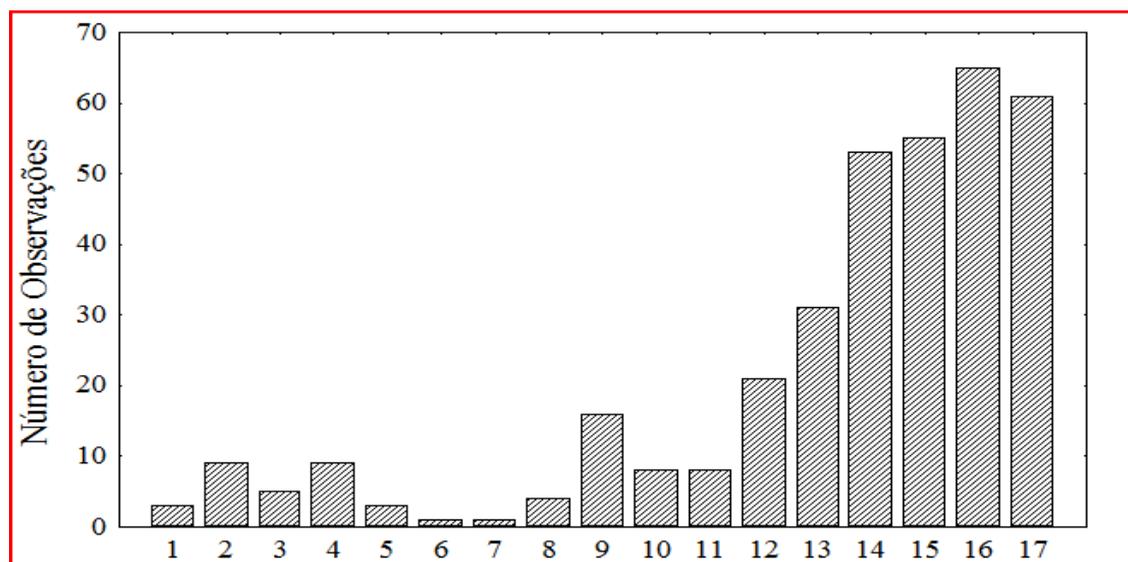


Figura 2 - Um grupo de pessoas pode pedoar a um outro grupo de pessoas.  
 Fonte: (MONTEIRO NETO; PINTO; MULLET, 2011).

#### 4.5. Processo de perdoar

Os participantes evidenciaram concepções articuladas sobre o que podia definir o dar o perdão intergrupal. As suas respostas foram submetidas à análise fatorial e foram evidenciados oito fatores interpretáveis.

O primeiro fator foi denominado **Reconciliação**. Saturava itens tais como “O perdão deve acompanhar-se de propostas de novas espécies de aliança”. A pontuação média obtida era alta (12.9). Houve concordância substancial entre os participantes para considerar que o objetivo do processo do perdão era a reconciliação.

O segundo fator foi denominado **Papel dos Políticos**. Saturava itens tais como “É o governo que pode decidir perdoar”. A pontuação média obtida foi (9.67). Os participantes manifestaram-se reservados quanto à ideia que o perdão intergrupal fosse entregue unicamente aos responsáveis políticos.

O terceiro fator foi denominado **Reparação/Compensação**. Este fator era composto por itens relacionados com as possíveis condições em que se poderia perdoar (e.g., uma reparação adequada, o castigo dos principais autores dos crimes). A pontuação média não era

significativamente diferente do ponto médio de acordo na escala (9.69). Os participantes não eram particularmente favoráveis à ideia de que o perdão intergrupar fosse condicionado por reparações ou procedimentos judiciais.

O quarto fator foi denominado **Anúncio**. Saturava itens tais como “O perdão deve ser anunciado aos membros do governo do outro grupo”. A pontuação média foi a mais baixa (7.13). Os participantes estavam reservados quanto à ideia que o anúncio do perdão intergrupar fosse dirigido aos responsáveis políticos ou espirituais do outro grupo.

O quinto fator foi denominado **Processo Público**. Saturava itens tais como “O perdão deve ser anunciado em vários locais do território do grupo que pede perdão.” A pontuação obtida foi (8.41). Os participantes manifestaram-se um pouco reservados com a ideia que o perdão intergrupar fosse objeto de uma difusão de grande amplitude nos membros do outro grupo.

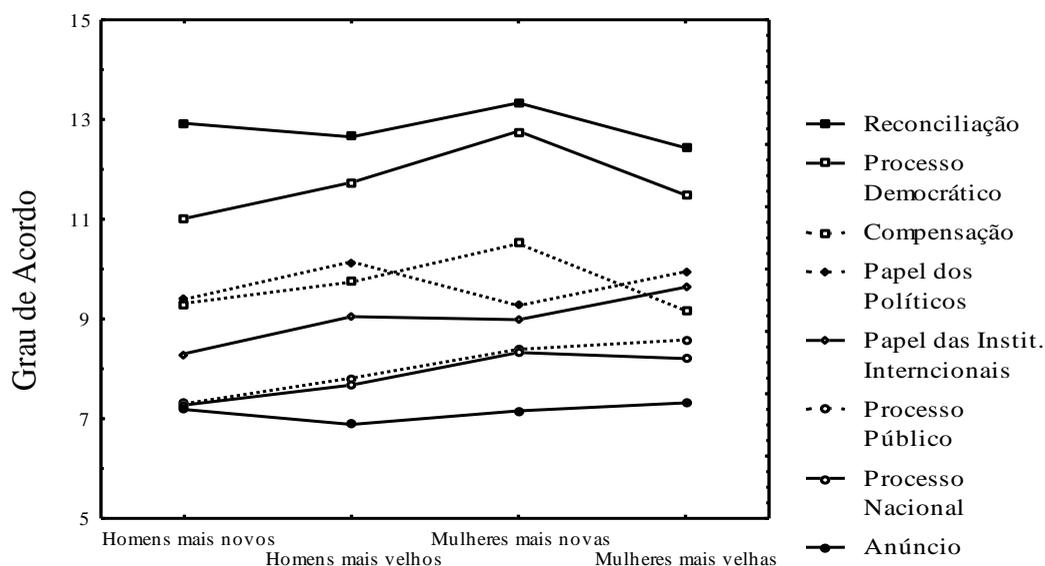
O sexto fator foi denominado **Processo Descentralizado**. Saturava itens tais como “Uma fração do grupo ofendido (membros de um partido político) pode perdoar em seu próprio nome.” A pontuação média foi a segunda mais baixa que se observou (7.99). A pontuação média obtida era significativamente mais baixa que o ponto médio de acordo na escala. Os participantes não eram favoráveis à ideia de que o perdão possa ser realizado em ordem dispersa ou não seja acompanhado de relatórios escritos, podendo servir para a História do país. A distribuição das respostas é uma das maiores observadas, refletindo uma ausência de consenso neste ponto.

O sétimo fator foi denominado **Processo Democrático**. Saturava itens tais como “Deve ocorrer uma votação para se decidir se o grupo vai ou não perdoar”. A pontuação média foi a segunda mais alta que se observou (11.74). Houve bastante concordância entre os participantes em considerarem que o processo de perdão podia ser um processo democrático.

O oitavo fator foi denominado **Papel das Autoridades Religiosas e Internacionais**. Saturava itens tais como “Indivíduos de instituições mundiais estão em melhor posição para falar em nome do grupo a perdoar”. A pontuação média estava muito próxima do ponto médio da escala (8.95). Os participantes estavam reservados quanto à ideia que o perdão intergrupar fizesse intervir diretamente instâncias não nacionais. A distribuição das respostas foi bimodal.

Uma pequena maioria dos participantes é bastante favorável à ideia, mas a minoria restante está muito indecisa ou não é favorável.

A Figura 3 mostra os resultados médios reunidos em função da idade e sexo dos participantes. As variações foram pequenas e não afetaram o padrão básico dos resultados.



**Figura 3: Média do grau de acordo em função da idade e do sexo**

Fonte: (MONTEIRO NETO; PINTO; MULLET, 2011).

Este modelo com 8 fatores das conceituações do perdão intergrupala evidenciado com pessoas timorenses foi testado em amostras angolanas e guineenses que tinham sido afetadas pessoalmente por guerras e conflitos (MONTEIRO NETO; PINTO; MULLET, 2007b, MONTEIRO NETO; PINTO; MULLET, 2008). Foi evidenciado que este modelo complexo se ajustava aos dados angolanos e guineenses. Este resultado acrescenta apoio à ideia de que os oito fatores diferentes do processo de perdão intergrupala são aspectos distintos que podem ser considerados separadamente no caso de aplicações práticas.

Nas amostras destes países foram referidas questões importantes, tais como: a) Qual é o objetivo deste processo? b) Deveria ocorrer uma reparação adequada antes do início do processo? c) Quem pode decidir perdoar? d) Qual pode ser o papel das instituições internacionais? E finalmente, e) a quem deveria ser anunciada a decisão de perdoar? Se os

participantes não tivessem uma concepção clara acerca do dar perdão intergrupar, ou pior, se os itens do questionário não tivessem sentido para eles, as suas respostas a estes itens teriam sido dadas mais ou menos à sorte, e, em resultado disso, estas respostas não estariam correlacionadas. Assim não teria emergido nenhum fator claro, e nenhum teste do modelo poderia ser efetuado. A emergência e a interpretabilidade destes fatores constituíram efetivamente a garantia de que o que os autores estavam a estudar se revestia de sentido para os participantes. Esta garantia amplia-se aos estudos sobre pedir perdão referidos previamente.

Este estudo respondeu a algumas das questões suscitadas mais acima. Em Timor-Leste uma forte maioria dos participantes concordou com a ideia de que a) o objetivo do processo do perdão intergrupar é a reconciliação com o antigo ofensor e conseqüentemente que b) o perdão intergrupar não necessita de estar estritamente condicionado por uma reparação adequada e compensação ou por uma perseguição dos indivíduos responsáveis pelas atrocidades. Uma clara maioria dos participantes concordou com a ideia de que c) o processo deve ser democrático (por outras palavras, um referendo deve ocorrer em toda a comunidade antes de dar perdão em nome da comunidade), e em conseqüência, discordavam um pouco com as ideias de que d) o perdão deve ser decidido pelos políticos e que o processo deve ser descentralizado (não envolvendo toda a comunidade nacional).

Pedir perdão não foi percebido pela maioria dos participantes como sendo uma condição necessária para se considerar o perdão intergrupar. Isto pode indicar que pelo menos alguns participantes não estavam conscientes que a reconciliação intergrupar, que foi designada como sendo o objetivo principal do perdão intergrupar, pressupõe um mínimo de reciprocidade entre os grupos. Por outras palavras, é difícil um grupo reconciliar-se com outro que não quer pelo menos pedir um mínimo de desculpas. Uma explicação alternativa é que os participantes estavam bem conscientes que a reconciliação pressupõe reciprocidade, mas eles também estavam persuadidos que em alguns casos, em que o antigo inimigo nega de modo persistente qualquer responsabilidade, pode ser melhor perdoar de qualquer modo para se encerrar o assunto (tal como muitas pessoas aprenderam a fazer em contexto interpessoal).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, os resultados observados estão amplamente em consonância entre eles e com as análises e propostas por Govier (2002, p. 78-99) e de Amstutz (2004) sobre o perdão em política. A maior parte dos participantes, apesar de experiências pessoais e coletivas traumáticas causadas por conflitos externos, concordaram com a ideia de que o perdão intergrupar tem sentido. Para além disso, apareceram conceituações estruturadas do que devia definir o perdão intergrupar. “Se emoções e atitudes negativas, tais como ódio, raiva e vingança podem caracterizar grupos, também os podem caracterizar as positivas tais como afeição ou compaixão” (GOVIER, 2002, p. 91). O perdão pode obviamente ser acrescentado à lista de atitudes positivas grupais.

Ainda há bem pouco tempo, pouco se conhecia sobre a psicologia do perdão (MULLET et al., 1998). Se nestes últimos anos já aprendemos muito, o nosso conhecimento ainda só enche uma chávena de café havendo ainda uma grande piscina das facetas desconhecidas necessitando de investigação futura. Por exemplo, é necessário mais investigação sobre o processo de pedido de perdão, bem como de dar perdão, em situações complexas em que os papéis de perpetrador e de vítima não estão claramente separados, isto é, em situações em que as mesmas pessoas tenham sido, em várias proporções, simultaneamente vítimas e perpetradores. Ainda necessitamos de descobrir como é que o perdão pode ser mais bem promovido na sociedade.

Entretanto, é encorajante que os participantes nos nossos estudos tivessem mostrado, em princípio, estar abertos à reconciliação com aqueles grupos que os fizeram sofrer: estavam interessados pelo nosso estudo e eram favoráveis a um processo de perdão intergrupar.

## REFERÊNCIAS

ALLAN, A. Truth and reconciliation: a psycholegal perspective. *Ethnicity and Health*, v. 5, n. 3-4, p. 191-204, 2000.

\_\_\_\_\_.; ALLAN, M. *The South African truth and reconciliation commission as a therapeutic*

tool. *Behavioral Sciences and the Law*, v. 18, n. 4, p. 459-477, sept. 2000.

AMSTUTZ, M. R. *The healing of nations: the promise and limits of political forgiveness*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2004.

AZAR, F.; MULLET, E. Forgiveness: overall level and factor structure in a sample of Muslim and Christian-Lebanese. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, v. 8, p. 17-30, 2002.

\_\_\_\_\_. Interpersonal forgiveness among lebanese: a six-confession study. *International Journal of Group Tensions*, v. 30, n. 2, p. 161-181, 2001.

\_\_\_\_\_.; VINSONNEAU, G. The propensity to forgive: findings from lebanon. *Journal of Peace Research*, v. 36, n. 2, p. 169-181, mar. 1999.

BELO, C. X. *Forgiveness and reconciliation in an inter-group context*. New York: Nova Science Publishers, 2011.

BRAITHWAITE, J. *Restorative justice and responsive regulation*. New York: Oxford University Press, 2002.

CAIRNS, E. et al. Intergroup forgiveness and intergroup conflict: Northern Ireland, a case study. In: WORTHINGTON, E. L. (Ed.). *Handbook of forgiveness*. New York: Routledge, 2005.

DIGESER, P. *Political forgiveness*. Ithaca: Cornell University Press, 2001.

EBBINGHAUS, H. *Abriss der Psychologie*. Leipzig: Veit, 1908.

GOVIER, T. *Forgiveness and revenge*. London: Routledge, 2002.

HAMBER, B. The burdens of truth: an evaluation of the psychological support services and initiatives undertaken by the South African truth and reconciliation commission. *American Imago*, v. 55, n. 1, p. 9-28, 1998.

\_\_\_\_\_. Does the truth heal? a psychological perspective on political strategies for dealing with the legacy of political violence. In: BIGGAR, N. (Ed.). *Burying the past: making peace and doing justice after civil conflict*. Washington: Georgetown University Press, 2001.

HAYNER, P. B. *Unspeakable truths: facing the challenge of truth commissions*. New York: Routledge, 2002.

HENDERSON, M. *The forgiveness factor*. Salem: Grosvenor, 1996.

INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE. Coreia do Sul, 20 jan. 1992.

MAGALHÃES, A. B. *Timor Leste na encruzilhada da transição da Indonésia*. Lisboa: Gradiva, 1999.

MINOW, M. *Between vengeance and forgiveness: facing history after genocide and mass violence*. Boston: Beacon Press, 1998.

MONTEIRO NETO, F. F. *Psicologia intercultural*. Lisboa: Universidade Aberta, 2002.

MONTEIRO NETO, F. F.; MULLET, E. Lay conceptualizations of forgiveness among Portuguese adults: a proverb endorsement approach. *Proverbium: Yearbook of International Proverb Scholarship*, v. 28, p. 219-233, 2011.

MONTEIRO NETO, F. F.; PINTO, M. C.; MULLET, E. Seeking forgiveness in an intergroup context: angolan, guinean, mozambican and east timorese perspectives. *Regulation & Governance*, v. 1, p. 329-346, 2007a.

\_\_\_\_\_. Intergroup forgiveness: east timorese and angolan perspectives. *Journal of Peace Research*, v. 44, n.4, p. 711-728, 2007b.

\_\_\_\_\_. Conceptualizations of intergroup forgiveness among guinean : test of an eight-factor model. *Journal of Social Management*, v. 6, p. 85-98, 2008.

\_\_\_\_\_. *Forgiveness and reconciliation in an inter-group context*. New York: Nova Science Publishers, 2011.

MULLET, E.; GIRARD, M.; BAKSHI, P. Conceptualizations of forgiveness. *European Psychologist*, v. 9, n. 2, p. 78-86, jun. 2004.

MULLET, E.; MONTEIRO NETO, F. F. Lay people's views on intergroup forgiveness. *Peace Review*, v. 21, p. 457-463, 2009.

MULLET, E. et al. Conhece-se pouco acerca do perdão. *Psicologia, Educação e Cultura*, v. 2, p. 281-293, 1998.

PAZ, R.; MONTEIRO NETO, F. F.; MULLET, E. Forgivingness: similarities and differences between buddhists and christians living in China. *The International Journal for the Psychology of Religion*, v. 17, n. 1, p. 289-301, 2007.

PsyINFO. APA, Washington, 2 sept. 2011.

QUADROS, F. Timor e o direito internacional. In: MIRANDA, J. (Org.). *Timor e o direito*.

Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2000.

SHRIVER, D. W. *An ethics for enemies: forgiveness in politics*. New York: Oxford University Press, 1995.

SMEDES, L. B. *The art of forgiving*. New York: Ballantine Books, 1996.

STAUB, E. Genocide and mass killing: origins, prevention, healing and reconciliation. *Political Psychology*, v. 21, n. 2, p. 367-382, june 2000.

STAUB, E.; PEARLMAN, L. A. Healing, reconciliation, and forgiving after genocide and other collective violence. In: HELMICK, S. J.; PETERSEN, R. L (Eds.). *Forgiveness and reconciliation*. Radnor: Templeton Foundation Press, 2001.

TAVUCHIS, N. *Mea culpa: a sociology of apology and reconciliation*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

THOMAS, J. M.; GARROD, A. Forgiveness after genocide?: perspectives from bosnian youth. In: LAMB, S.; MURPHY, J. G. (Eds.). *Before forgiving: cautionary views of forgiveness in psychotherapy*. New York: Oxford University Press, 2002.

TUTU, D. M. *No future without forgiveness*. New York: Doubleday, 2000.

WORTHINGTON, E. L. *Handbook of forgiveness*. New York: Routledge, 2005.

Recebido o 20/07/2012 – Aceito o 20/09/2012



## PERDÃO COMO A PEÇA FALTANTE NO QUEBRA-CABEÇA DA PAZ

---

*Robert D. Enright<sup>12</sup>*

### RESUMO

O perdão como tema de pesquisa na psicologia foi virtualmente inexplorado desde 1985. Neste artigo eu disserto sobre o trabalho desenvolvido ao longo dos anos e examino quatro aspectos dessa trajetória: Primeiro, nos exploramos o que significa o perdão. Perdão é uma virtude moral na qual uma pessoa tratada injustamente oferece misericórdia e amor para aquele que fez algo errado. Em segundo lugar, nós desenvolvemos um processo que é a terapia para o perdão. O processo do modelo do perdão é descrito juntamente com nove estudos empíricos. Em terceiro lugar, nós examinamos o que é a educação para o perdão como um importante caminho para a paz. Nós discutimos a natureza preventiva da educação para o perdão, como a educação para o perdão vem sendo usada em escolas e seis estudos empíricos baseados na efetividade da educação para o perdão. Por fim, nós exploramos nossa mais recente ideia nesta área, a formação de uma comunidade para o perdão. As características da comunidade para o perdão são descritas e os prováveis benefícios de preservação do perdão como uma norma social dentro dos grupos e comunidades são examinados como outro caminho para a paz.

**Palavras-chave:** Perdão. Educação para o Perdão. Comunidade para o Perdão.

---

<sup>12</sup> Professor Dr. of University of Wisconsin – Madison – United States.

## FORGIVENESS AS A MISSING PIECE TO THE PEACE PUZZLE

---

### ABSTRACT

Forgiveness as a research agenda in psychology was virtually unexplored until about 1985. In this paper, I discuss the work which my colleagues and I have done on this topic. Four issues are examined: First, we explore what the meaning of the term forgiveness is. Forgiveness is a moral virtue in which an unjustly treated person offers mercy and love toward the one who did wrong. Second, we explore what forgiveness therapy is. A process model of forgiveness is described and nine empirically-based studies of the process model within psychotherapy are presented. Third, we examine what forgiveness education is as one important path to peace. We discuss the preventive nature of forgiveness education, how forgiveness education is implemented in classrooms, and six empirically-based studies of the effectiveness of forgiveness education. Finally, we explore our latest idea in this area, the forgiving community. The features of forgiving communities are described and the potential benefits of preserving forgiveness as a norm within groups and communities as another path to peace are examined.

**Keywords:** Forgiveness. Forgiveness Education. Forgiveness Communities.

### 1. INTRODUCTION

When we listen to world news on television or read magazines and newspapers that discuss major threats to civilization, what issues dominate the discussions? I hear much about global warming dooming our planet, nuclear holocaust destroying humanity, and global terrorism eradicating Western culture. I have never once heard discussed that a lack of forgiveness could pose a threat to humanity. So, let me begin this talk by stating what for me, after 26 years of studying the topic, is now the obvious: Unless we begin to embrace forgiveness in our own hearts and communities, humanity's existence on this planet is at risk. The understanding and practice of forgiveness is just as important as sound ecological

practices, nuclear deterrent, and the control of terrorism to save the human species.

In this paper, I will be taking a much more modest approach to forgiveness than my introductory remarks might suggest. The reason is that I am only one small person who has had the privilege of pioneering the study of forgiveness in psychology, starting in 1985. My focus has been on forgiveness in psychotherapy for the first 17 years of study, then on forgiveness education since 2002, and currently (together with psychotherapy and education) on what my colleagues and I are calling The Forgiving Communities. Our work will not change the planet. Yet, if we can somehow find a way to systematically study forgiveness and persist in this study and its application for generations to come, with an ever expanding influence, then perhaps we will have played one small part in improving the human condition.

To begin this paper, I will start with the necessity of defining our term, **forgiveness**. From there I will outline a model of how people forgive within forgiveness therapy, along with the scientific evidence of this model's effectiveness for people's emotional health. Next we will turn to a discussion of forgiveness education for children and adolescents. I will end the talk by briefly sketching some ideas for the development of what I am calling The Forgiving Community.

## **2. WHAT IS FORGIVENESS?**

Let us begin exploring forgiveness by first examining what we mean by that term. We then will discuss the application of that term in therapy and education.

### **2.1. The Definition of Forgiveness**

The essence of forgiveness is that it is a moral virtue, as is justice, kindness, and moral love (as examples). Forgiveness is part of the virtue of *agape* or moral love in which a person engages in self-giving toward others without any apparent reward to the self. Forgiveness further is part of mercy (which is part of *agape* love), or the granting of a favor to those who have not earned the favor. (The word "earned" in the previous sentence implies

that the offender has not engaged in a just response which now makes the merciful person's action somehow a just reaction to the other. By "earned" I do not mean "deserved," because, if all persons are unique, special, and irreplaceable, then all persons deserve mercy). The specific difference between forgiveness and all other virtues, including mercy of which forgiveness is a part, is that it is an act (and, of course, more than an act as we see in the next subsection) of goodness specifically toward a person or persons who have acted unjustly toward the forgiver.

Forgiveness differs from such concepts as excusing, forgetting, and reconciling because the latter three are not moral virtues. For example, reconciliation does not originate inside one person, but instead is a negotiation between two or more people for the purpose of mutual harmony in a relationship.

Because it is a virtue, forgiveness, like all other virtues, is not contingent on accidental external situations for its expression (forgiveness is contingent essentially on someone acting unjustly because such unjust acts by another are part of the essence of what forgiveness is). Examples of accidental external situations are the other's repentance or apology, encouragement from others to forgive, the trustworthiness of the other, and the other's willingness to reconcile.

In essence, then, we can say that forgiveness is a moral virtue, unconditionally expressed as an act of mercy toward those who have acted unjustly toward the forgiver. There are at least three end-points to forgiveness that I am able to see: 1) to express agape love as an end in itself because this is a moral good regardless of what follows from its expression; 2) to help change the offending other's behavior so that he or she grows in the moral virtues (such as patience, kindness, and love); and 3) to unite in moral love with an offending other or others.

More detail on the term, **forgiveness**. Because forgiveness is a moral virtue, and because the moral virtues possess the following characteristics, then forgiveness possesses these characteristics: Forgiveness is concerned with the good of human welfare; the one who forgives has motivation to effect the moral good (it does not just happen by chance or by mistake); at least to a limited degree, the one who forgives knows that the expression of

forgiveness is good even if he or she does not articulate a precise moral principle underlying the forgiving act; forgiveness as moral virtue is practiced by the person (although forgiveness can be a one-time act, it usually is repeated when other injustices occur); the forgiver need not be perfect in the expression of forgiveness toward the other; different people demonstrate different degrees of the virtue; and the one who is practicing the moral virtue tries to do so as consistently as he or she can.

As a moral virtue, forgiveness is more than a skill, a coping strategy, or a commitment. Skills can be devoid of moral content (hitting a tennis ball well is one example), as can coping strategies (relaxation training as one example). A commitment with its dedication to action and conscious choice shares certain features of a moral virtue but lacks the follow-through of actually performing the behavior connected with the motivation and decision to act. To commit to working in a soup kitchen does not fulfill the requirement of going there and dipping the ladle into the soup kettle. A complete moral virtue concerns understanding (at least to a degree) of the good, motivation to do the good (I desire to do this), the will to effect a good action (I definitely will do it), the commitment to focus that will (I will do it in a particular way with a particular plan), and the behaviors to fulfill the internal transformations toward the good (ENRIGHT; FITZGIBBONS, 2000).

## **2.2. What is Forgiveness Therapy?**

My colleagues and I have developed a pathway of how people forgive through Forgiveness therapy (FT). FT is a process in which clients freely choose to attempt forgiving one or more people for unjust treatment. FT has as its goal the assistance of an unjustly treated person for the purpose of: restoration of emotional health of the forgiver and reconciliation with the other person or persons if the client wishes to reconcile and if there is no danger in reconciling. FT is distinctly different from traditional forms of therapy in that the focus of the therapy is deliberately not on the client but instead is on the offender(s). In other words, and as we will see below as I describe the FT process, the client attempts greater insight into: 1) the offender as both offender and person, 2) the circumstances surrounding the

offense; and 3) what forgiveness is and is not, including how to go about forgiving. Details of FT, including case study examples, are in Enright and Fitzgibbons (2000).

### **2. 3. The Forgiveness Process**

In (Chart 1) lists the sequence of guideposts used to help each participant forgive someone who hurt him or her deeply and unfairly. The preliminary work asks the participant to identify a particular person who was unfair and then to select one incident of unfairness. Next comes the challenging guideposts of confronting one's own anger to see how deep, abiding anger can complicate one's life. For example, participants examine whether the abiding anger has affected one's health, often times in the form of reduced energy or even fatigue. The person examines his or her own worldview, or basic philosophy of life to ascertain whether it has changed as he or she lives with resentment. A typical pattern is a shift to a more pessimistic outlook (No boss can be trusted).

The decision to forgive includes an examination of what forgiveness is and is not along with a commitment to try forgiveness as a way of dealing with the hurt and, when appropriate, to possibly repair the relationship. The work of forgiveness begins with cognitive exercise in which the participant tries to see the inherent worth of the injuring person. Inherent worth is the idea that any person, even those who act unjustly, are precious, not because of what they have done, but because of who they are. Participants in practicing inherent worth thinking, try to see beyond the person's actions to his or her humanity. Compassion and empathy may then begin, even if slowly, to develop toward the offender. The next guidepost, "accept the pain," is not to quietly sink into despair about what happened but instead to proactively accept the fact that the injustice is now part of the historical record; one can courageously bear the weight of the injustice so that the pain is not passed back to the injurer or to anyone else. To "give the offender a gift" (Chart 1) does not necessarily mean that the forgiver gives a tangible gift wrapped in a box with a bow around it. Instead, it can take the form of a smile or a kind word.

**Chart 1 – Forgiveness Process Model****PRELIMINARIES**

Who hurt you?

How deeply were you hurt?

On what specific incident will you focus?

What were the circumstances at the time? Was it morning or afternoon? Cloudy or sunny? What was said? How did you respond?

**PHASE I—UNCOVERING YOUR ANGER**

How have you avoided dealing with anger?

Have you faced your anger?

Are you afraid to expose your shame or guilt?

Has your anger affected your health?

Have you been obsessed about the injury or the offender?

Do you compare your situation with that of the offender?

Has the injury caused a permanent change in your life?

Has the injury changed your worldview?

**PHASE 2—DECIDING TO FORGIVE**

Decide that what you have been doing hasn't worked.

Be willing to begin the forgiveness process.

Decide to forgive.

**PHASE 3—WORKING ON FORGIVENESS**

Work toward understanding.

Work toward compassion.

Accept the pain.

Give the offender a gift.

**PHASE 4—DISCOVERY AND RELEASE FROM EMOTIONAL PRISON**

Discover the meaning of suffering.

Discover your need for forgiveness.

Discover that you are not alone.

Discover the purpose of your life.

Discover the freedom of forgiveness

**Source:** Enright (2001).

Finally, in the discovery phase of the forgiveness process, the forgiver begins to learn more about oneself and the meaning of what was suffered, along with a reflection on one's purpose in life having endured considerable injustice. It is at this point that we tend to see significant reductions in anger, anxiety, and depression.

The process can take many months to complete, but the results suggest that the effort is worthwhile. The sequence described in (Chart 1) does appear to be consistent with people's own descriptions of their own forgiveness processes when they have forgiven without professional help (KNUTSON; ENRIGHT; GARBERS, 2008).

### **3. SCIENTIFIC FINDINGS FOR FORGIVENESS THERAPY WITH ADULTS**

In (Chart 2) presents a brief summary of the empirical studies with adults, in which we used the forgiveness process model. In all of the studies in (Chart 2), we employed the following procedures:

- 1) Participants were randomized either to the forgiveness group or to a control group. Some of the control groups were no-contact groups (no treatment) until after the original experimental group completed treatment (FREEDMAN; ENRIGHT, 1996). Other control groups were treatments discussed in the literature as potentially helpful (REED; ENRIGHT, 2006).
- 2) Participants were given a series of pre-tests, post-test, and follow-up assessments. The follow-up times varied across the studies from about four months (WALTMAN et al., 2009) to as long as 14 months (FREEDMAN; ENRIGHT, 1996).
- 3) All therapists/educators were trained in the use of forgiveness therapy and whatever therapy was used (if any) in the control group. For most of the studies, the researchers audio-taped each therapist and had a graduate student, not involved in the research, rate the therapist's presentation for fidelity to the treatment protocol and level of enthusiasm (to be sure that bias was not occurring with one group in particular).

### Chart 2 - Research on Forgiveness Therapy with Adults

**Elderly women with a variety of injustices against them.** The forgiveness group improved more in emotional health than a control group who discussed their emotional wounds without working on forgiveness in particular. (HEBL; ENRIGHT, 1993).

**College students who, while growing up, had a parent who was emotionally-distant.** Two studies were done. In Study 1, the participants in the forgiveness group were brought through only Phase 2 (see Chart 1) of the forgiveness process. There were no differences between the forgiveness and control groups. In Study 2, the forgiveness group participants were brought through the entire forgiveness process and the results showed significant improvement in emotional health for the forgiveness group compared to the control group. (AL-MABUK; ENRIGHT; CARDIS, 1995).

**Incest survivors.** The participants in the forgiveness group became emotionally healthier than the control group after individual treatment lasting about 14 months. Differences between the groups were observed for depression, anxiety, hope, and self-esteem. The results were maintained in a 14-month follow-up. When the control group then went through the forgiveness process, they also showed significant improvement in emotional health. (FREEDMAN; ENRIGHT, 1996).

**Men hurt by the abortion decision of a partner.** The participants in the forgiveness group became emotionally healthier than the control group after a 12-week program of individual intervention. Differences between the groups were observed for anger, anxiety, and grief. The results were maintained at a 3-month follow-up. When the control group went through the forgiveness process, they also showed significant improvement in emotional health. (COYLE; ENRIGHT, 1997).

**Drug rehabilitation.** The forgiveness group became emotionally healthier than the control group after a twice-a-week individual intervention lasting 6-weeks. The experimental participants' need for drugs declined substantially, relative to the control group. Results were maintained at a 4-month follow-up. (LIN et al., 2004).

**Emotionally-abused women.** Results are similar to the above studies in terms of emotional health (decreased anxiety, depression, Post Traumatic Stress Disorder symptoms, and increased self-esteem). Treatment was on the individual level for 7.95 months (average per individual), with follow-up occurring 8.35 months after treatment (REED; ENRIGHT, 2006).

**Terminally-ill, elderly cancer patients.** After a 4-week intervention, the forgiveness group showed greater improvement in psychological health (less anger, more hopefulness toward the future) than the control group. Physical indicators of both groups showed declines. (HANSEN, et al., 2009).

**Cardiac patients.** Again, the experimental (forgiveness) group became emotionally healthier than the control group. At a 4-month follow-up, the experimental group had more efficiently functioning hearts than the control group. (WALTMAN et al., 2009).

**Adult-children of alcoholics.** Two group interventions were compared: forgiveness and conflict resolution centered on one member of the participant's family of origin who abused alcohol. After a 12-week intervention both groups improved in depression, anxiety, anger, self-esteem and relations with others. When the control group then went through the forgiveness intervention for another 12-week, they continued to improve in emotional health. The original forgiveness group maintained their initial emotional health gains (OSTERNDORF et al., 2011).

**Source:** Osterndorf et al. (2011).

### 3.1. Two of the Studies are Described more fully Below:

**People in drug rehabilitation.** Fourteen men and women who suffered with drug dependence were admitted to a six-week treatment at a residential facility (LIN et al., 2004). About 90% of all drug rehabilitation in the United States is done on an out-patient basis. Typically, in-patient care is reserved for the clinically more serious cases. All fourteen participants entered the program with substantial psychological depression. Participants were randomized to one of two groups. The first focused both on the patient forgiving someone in their life for a very deep injustice as well as going through the typical program at the facility.

The control group focused exclusively on the typical program at the facility, which included information on the effects of drug use on the body, strategies for avoiding stress, and social support. Each patient met individually with the counselor for about one hour twice a week for the six weeks.

Statistical analyses showed that those in the forgiveness group reduced more than those in the control group in depression, anxiety, anger, and vulnerability to drug use and increased more in forgiveness and self-esteem. These positive findings held at the 4-month follow-up testing. Those in the forgiveness group went from moderately to severely psychological depression to **non-depressed** and this held at the four-month follow-up. For those in the control group, they reduced in depression, but they **remained clinically depressed** at post-test and at follow-up testing.

One of the patients, Carol, worked on forgiving a man who sexually assaulted her years ago. Following that incident, her drug dependence increased markedly until she ended up in the rehabilitation facility. During forgiveness therapy, Carol learned that the man who had assaulted her was, himself, the victim of sexual assault as a child. He was now doing to others what had happened to him. Carol realized during therapy that this man continued to have a great deal of power over her as she lived with a burning resentment daily toward him. Her forgiving him for this attack did not mean that she would be invulnerable to him or other attackers because to forgive does not mean to reconcile or to unquestioningly trust others. As a result of the forgiveness therapy, Carol went to non-depressed status and remained there at

the four-month follow-up. One year after leaving the treatment facility, she was working for the state department of vocational rehabilitation and was doing fine.

**Men with coronary artery disease.** Seventeen men with coronary artery disease were randomized into either a forgiveness therapy group or a control group which focused on heart health (proper diet, exercise, dealing with stress). Each man met for approximately one hour per week for ten weeks with the counselor (WALTMAN et al., 2009).

The researchers focused on what the medical field calls “myocardial blood flow” through the heart in this study, which is assessed by a computer imaging technique. They focused on this issue for two reasons: a) those with coronary artery disease have less of this blood flow through the heart than people without this disease, and b) research has shown that anger tends to reduce this kind of blood flow through the heart. Thus, when people with coronary artery disease have been treated very unjustly by others and remain deeply angry (unforgiving), there is a tendency for even more blood flow restriction to occur in the heart. This makes the person vulnerable to angina, sudden death, and other coronary complications.

The researchers first screened each patient to be sure that he had a significant interpersonal hurt and that he remained unforgiving. They then assessed the myocardial blood flow through his heart when he was at rest and then while he re-told his story of serious injustice against him. Only those who showed myocardial defects became part of the study.

Following treatment, the researchers found that those in the forgiveness group not only improved in forgiveness but also at the 4-month follow-up testing, they had less blood flow restriction in their hearts than they did at pre-test compared with the patients in the control group. In other words, when they recalled their story of deep injustice, their hearts functioned better than those in the control group and they functioned better than they did at the pre-testing.

Forgiveness can have a positive effect on the body. The researchers were not making the claim that forgiveness therapy actually restored the hearts to normal. The forgiveness therapy reduced anger and therefore helped the heart, in a small way, to function better than before forgiveness therapy.

### 3.2. Some Final Thoughts on Forgiveness Therapy

Over the years I have come to realize that the participants who forgive and experience considerable emotional benefits do not necessarily forgive at the very highest level. Instead, the key seems to be **improvement** in forgiveness, even to a middle level of the Enright Forgiveness Inventory at the end of treatment (ENRIGHT, 2004). This finding is consistent with Aristotle's understanding of the virtues in that we are always in the process of growth in the virtues, rarely if ever reaching perfection. Effective forgiveness therapy requires time for the participant to work through the issue of injustice. I do not recommend brief therapy for most clients. Instead, 12 or more sessions seems to be required for resentment to be reduced sufficiently for the client to experience emotional relief. Perhaps this next statement is too obvious, but I find that the most effective forgiveness therapists are the ones who have a love for this virtue and practice it consistently. In other words, a therapist who is unconvinced of the effectiveness of forgiveness therapy is unlikely to achieve the same level of success with clients as a therapist who has cultivated a love of the virtue

### 3.3. What is Forgiveness Education?

Our group began forgiveness education in Belfast, Northern Ireland in 2002, as a preventive approach to emotional and relational healing for people in contentious regions of the world. Our intent in the short-run is to reduce resentment, which can build up in children who are faced with continual injustices in their immediate environments. Our intent in the long-run is to equip students with such a deep knowledge and practice of forgiveness that they can and will appropriate forgiveness in their homes, places of worship, jobs, communities, and even the wider community which includes those with whom they are experiencing conflict. Might such deep knowledge and practice of forgiveness go far in mending conflicts, even those which have been entrenched in communities for centuries?

Such a preventive approach is consistent with the understanding of forgiveness as a moral virtue. If a person is to become proficient in the exercise of that virtue, then he or she

needs much practice expressing it. Starting in childhood then may be best as this affords for maximal practice. If a person is to grow in the expression of the virtue, then he or she might start with rudimentary expressions and then progress to more subtle and sophisticated expressions with age and practice, again pointing to the necessity of starting with children and advancing through the grade levels. If a person is to move as far toward the endpoint of that virtue's expression as possible, then he or she will need to be **educated** in the qualities of that virtue and by those who understand it and know how to teach it.

For all of these reasons, we thought it best to start with children by first training classroom teachers in the understanding and practice of forgiveness and to develop sound teacher curriculum guides so that each instructor has a common manual from which to work. In our case, we decided to begin in Belfast, Northern Ireland because of its long history of contention between Irish Catholics and British Protestants (CAIRNS; DARBY, 1998; ENRIGHT et al., 2007), its English-speaking culture (rendering translations of curricular materials unnecessary), and its religious traditions that made room for the concept of forgiveness.

We began with first grade (Primary 3 in Belfast) classrooms because from a developmental perspective it is here that children begin to think logically, in terms of causes and consequences, and simple deductions. We decided to extend the development of the teacher guides through the end of secondary school, a 12-year project. Our expectations were a reduction in anger in the short run and an ability to dialogue more effectively with "the other side" more deeply and effectively once the students became adults.

### **3.4. The Teacher Workshops**

All instruction to date with our programs, which are now in Belfast, Milwaukee's central-city, and Madison, Wisconsin in the United States, has been delivered by the classroom teacher or the school's guidance counselor. We constructed the program in this way to preserve the cultural and religious nuances within each region in which we work. Classroom teachers attend a workshop that can last up to one full day in which they first

explore the term **forgiveness**. Because this term is pervasive across religions and cultures, and at the same time is not necessarily discussed and debated on a community level, teachers come to the workshops with a wide variety of beliefs about forgiveness. For example, some equate it with excusing an offense, others with reconciling with an offender, still others with simply letting go of angry feelings without offering moral goodness to the offending person. The workshop allows the teachers the time to discuss the term with others and to see how philosophers, from ancient times to the present, have defined the term.

Next, the teachers are asked to think of a person who has treated them unjustly and who has hurt them emotionally. We then have what we call a “guided private reflection” in which each teacher begins the process of forgiving this one person for one incident. We use the book “Forgiveness is a Choice” of R. D. Enright, as the manual in the guided reflection. Each teacher is given a copy of the book so that he or she can continue the forgiveness process following the completion of the workshop. The guided private reflection has no group discussion as we want the exercise to be private. Each teacher is free to discuss concerns with the workshop facilitators in a more private setting (ENRIGHT, 2001).

We ask the teachers to begin forgiving someone prior to teaching forgiveness to their students because we reason that those who have forgiven make the best teachers of forgiveness. Just as a school district would want each teacher of mathematics to have worked many arithmetic problems prior to teaching others, it seems reasonable to ask teachers of forgiveness to have practiced this discipline first as well. “First forgive, then teach about forgiveness” seems to be a reasonable approach.

Following the guided private reflection, we introduce the teachers to the various forgiveness curriculum guides and related materials. We turn to a description of one of those guides now.

### **3.5. The Forgiveness Curriculum Guides**

To date, we have constructed teacher curriculum guides from pre-Kindergarten (age 4) through grade 9 (Year 11 in Belfast). A list of those guides is in (Chart 3). Only the grade

one teacher guide will be discussed here. The teacher guide for this grade level lays a foundation for the children by introducing them to the basic moral foundations of forgiveness (KNUTSON; ENRIGHT, 2002). When a person forgives, he or she incorporates at least four moral virtues into the action and at least one central form of reasoning. The four virtues are kindness, respect, generosity, and moral love. The central form of reasoning is inherent worth, the idea that all people naturally possess infinite value, not because of what they do but because of who they are. Because each person is so valuable he or she does not have to earn kindness, respect, generosity, or moral love. Others are free to give these as they wish; it is their free moral choice.

Children learn about these five moral qualities through picture books and films. Dr. Seuss' books are at the center of the first-grade curriculum and his book "Horton Hears a Who" is the centerpiece of all of the materials. We chose Horton because of his oft repeated wisdom: "A person's a person no matter how small" because this idea captures well the concept of inherent worth.

The first-grade curriculum is divided into three parts. In (Part 1), the children are introduced to stories which illustrate the five principles (inherent worth, kindness, respect, generosity, and moral love) apart from forgiveness issues. In other words, the children do not yet focus on injustices and the solution to them, but learn about the principles. In (Part 2), the children are now introduced to story characters who have been treated unjustly. The students see how the characters apply inherent worth to the one who acted unjustly. They see how the characters exercise the moral virtues of kindness, respect, generosity, and moral love toward an offending person. In (Part 3), the children are asked, but only if each chooses to do so, to think about one person who has been unfair to them. They are challenged, again as their free choice to participate or not, to apply the five principles toward the person who was unjust. The exercises in (Part 3) are private, as they were in the Guided Private Reflection for teachers in their workshop. Students are encouraged to discuss any issue with the teacher if the student is uncomfortable or confused.

Throughout the curriculum, the children are repeatedly instructed on the difference between forgiving and reconciling. They are taught that they can exercise the moral virtue of

forgiveness toward someone who is acting in a bullying way, but then they can and should take action, such as informing a teacher, of that person's hurtful behavior. In other words, we build in protections for the children within the curriculum guides so that the students do not confuse forgiveness with related concepts. The children's safety is a primary concern in this curriculum.

### Chart 3 - Forgiveness Curriculum Guides Currently Available.

ENRIGHT, R. D.; KNUTSON, J. A. *I can love!:* a building block of forgiveness. Madison: International Forgiveness Institute, 2010. (Note: This is for pre-kindergarten children, ages 4 and 5).

\_\_\_\_\_. J. A. *Reaching out through forgiveness:* a guided curriculum for children ages 9-11. Madison: International Forgiveness Institute, 2010. (Note: This is for fourth-grade children, ages 9 through 11).

FLESCHE, A.; ENRIGHT, R. D. *Healing hearts, building peace:* a guided forgiveness education curriculum guide. Madison: International Forgiveness Institute, 2010. (Note: This is for ninth grade adolescents, ages 14-15)

\_\_\_\_\_. *Healing through the heroic gift of forgiveness.* Madison: International Forgiveness Institute, 2009. (Note: This is for eighth grade adolescents, ages 13 and 14).

KNUTSON, J. A.; ENRIGHT, R. D. *The adventure of forgiveness:* a guided curriculum for children, ages 6-8. Madison: International Forgiveness Institute, 2002. (Note: This is for first-grade children, ages 6 and 7).

\_\_\_\_\_. *Be your best self:* giving and receiving forgiveness. Madison: International Forgiveness Institute, 2008. (Note: This is for seventh-grade adolescents, ages 12 and 13).

\_\_\_\_\_. *Be your best self:* a guided forgiveness education curriculum. Madison: International Forgiveness Institute, 2007. (Note: This is for sixth-grade adolescents, ages 11 and 12).

\_\_\_\_\_. *Discovering forgiveness:* a guided curriculum for children, ages 6-8. Madison: International Forgiveness Institute, 2003. (Note: This is for second-grade children, ages 7 and 8).

\_\_\_\_\_. *The heart of love as the building blocks of forgiveness.* Madison: International Forgiveness Institute, 2008. (Note: This is for kindergarten children, ages 5 and 6).

\_\_\_\_\_. *The joy of forgiveness:* a guided curriculum for children, ages 9-11. Madison: International Forgiveness Institute, 2005. (Note: This is for third-grade children, ages 8 and 9).

\_\_\_\_\_. *The journey toward forgiveness:* a guided curriculum for children, ages 10-12. Madison: International Forgiveness Institute, 2006. (Note: This is for fifth-grade children, ages 10 and 11).

**Source:** These guides are available at: [www.forgiveness-institute.org](http://www.forgiveness-institute.org).

#### **4. SCIENTIFIC FINDINGS OF FORGIVENESS INTERVENTIONS WITH CHILDREN AND ADOLESCENTS**

Does this approach to forgiveness work? We must recall the short-term and the long-range goals. In the short run, it is our hope to reduce anger in the children. This we can assess. In the long-run, we are hoping to increase the quality of dialogue between previously contentious groups so that a deeper peace may pervade the society. This cannot be addressed for years to come.

Two studies in Belfast, Northern Ireland have been reported to date (ENRIGHT et al., 2007). In the first study, we randomized seven first-grade (Primary 3) classrooms to either an experimental condition in which the classroom teacher delivered the forgiveness curriculum (three classrooms) or to a control condition in which the teacher waited one year before teaching forgiveness (four classrooms). Thirty-six children participated in the experimental and 57 in the control condition. Both Irish Catholic and British Protestant schools participated. Using t-test gain scores on the level of the child (not on the level of the classroom), we found that the experimental group decreased statistically significantly more in anger than the control group, with a medium effect size. From a clinical viewpoint, the experimental group started above the clinical cut-off for anger (BECK, J.; BECK, A; JOLLY, 2001) and went into the average range following intervention.

In the second study, we randomized six third-grade (Primary 5) classrooms to the experimental or control condition. Again, Catholic and Protestant schools participated. Thirty-five children participated in the experimental and 49 in the control condition. We found that the experimental group decreased statistically significantly more in both anger and psychological depression (BECK, J.; BECK, A.; JOLLY, 2001) and increased more in forgiveness (ENRIGHT, 2004) than the control group. The effect sizes again were medium. From a clinical viewpoint, the experimental group started at the clinically mildly elevated level of anger and went into the average range following forgiveness education. The experimental group started in the high average range for depression and went to the average level after the forgiveness program.

Three studies in Milwaukee's central-city in the United States (HOLTER et al., 2008) have replicated these results with regard to anger reduction as has another study in a rural school setting in which the school guidance counselor successfully facilitated forgiveness counseling for academically at-risk adolescents (GAMBARO et al., 2008). Colleagues are just beginning to implement forgiveness education in Firenze, Italy and we are beginning discussions with educators in Israel and Palestine on the possibility of forgiveness education there.

It is worth noting that the effect sizes for the dependent variables in the school-based research were generally comparable to the average effect size for adult **group** forgiveness therapy (BASKIN; ENRIGHT, 2004). Given that the interventions were delivered by classroom teachers and not trained psychological professionals, this is a cause for hope. Significant results can be obtained within classrooms by instructors who are teaching forgiveness for the first time. It is further worth noting that that the results were generally comparable to those obtained on highly motivated adults who volunteered for their forgiveness therapy. In other words, even though the children gave their consent to be a part of these projects, we cannot expect them to be as motivated as adults who sought out the forgiveness experience and who approached the task with considerably higher cognitive complexity than the children.

The next section is not a description of empirically-based work but instead is my colleagues and my latest thinking on how forgiveness might be implemented beyond psychotherapy and education. The ideas have been emerging as we have followed the logical implications of the work on therapy and education since 1985.

#### **4.1. What is the Forgiving Community?**

The idea of The Forgiving Community is one that begins to answer, perhaps in a small way, my opening challenge in this paper. I made the bold claim that forgiveness, properly understood and practiced, is necessary if humanity is to survive the treats of violence and utter destruction by the technologies and philosophies that now could make such

destruction a real possibility.

The Forgiving Community is defined as a system-wide effort to make forgiveness a conscious and deliberate part of human relations through: discussion, practice, mutual support, and the preservation of forgiveness across time in any group that wishes to cultivate and perfect this virtue (alongside justice and all other virtues). The Forgiving Community is an idea that can become a reality wherever there is a collection of individuals who wish to unite toward a common goal of fostering forgiveness, developing the necessary structures within their organization to accomplish the goal, and preserving that goal for future generations. We will consider one example here, The School as Forgiving Community.

#### **4.2. The School as Forgiving Community**

As already described above, our group has been assisting with the implementation of forgiveness education programs in the Belfast, Northern Ireland schools (and elsewhere) since 2002. One of the schools in Belfast, because of the lead taken by the school's principal, is now known as a "forgiveness school." This means that the entire school is working together as a system to bring about the development of forgiveness in the students and staff. If each teacher gives forgiveness instruction to the students behind closed doors, they are acting independently, not as a cohesive unit.

An entire symphony orchestra playing in harmony is a very different kind of music - group cooperation - than if each of these musicians played alone in a room behind a closed door.

When all or most in that school commit together to teaching forgiveness, they are establishing a norm. The principal and the teachers have agreed in this school that forgiveness is to be valued in the school. Their task is to teach forgiveness well at each grade level and then to:

- 1) Discuss forgiveness among themselves as professional educators to learn from and to support each other in the delivery of forgiveness instruction.

- 2) Bring forgiveness beyond instruction from curriculum guides (important as that is) and into the arena of classroom and school discipline. As an example, if two children are having an argument on the playground, a teacher may take them aside and talk with them together about what it means to forgive and reconcile. As another example, a teacher may have mercy on a child who is showing bullying behavior (by not giving him or her the expected punishment) and then challenge that child to now go and have mercy on the one he or she has been bullying.
- 3) Encourage parents to implement forgiveness in the home. For example, there are notes home to parents, encouraging them to learn about and practice forgiveness, perhaps setting aside a forgiveness time once a week for family discussions. The point is to advance the development of this virtue in both school and home.

Forgiveness is brought into the important areas of the school well beyond just instruction. It pervades relationships and interactions and helps reduce resentments in the students, and between students and teachers. It becomes a part of the life of the community in that school.

This approach could be replicated elsewhere. If such a model for the community works in a school setting, why could it not work in family settings, at work, and in churches and others houses of worship, anywhere where individuals come together for a common purpose?

## **5. SOME FINAL THOUGHTS**

When I began to apply the principles of social science to the study of forgiveness in 1985, many of my professorial colleagues thought that I had lost my mind. The harsh judgments were many: How could you study such a soft, fuzzy, irrelevant topic as that within psychology? Poor Enright, he had such a promising career and now he is throwing it all away. Students, do not risk your careers by working with Enright. He will not help you advance in

your profession.

To the credit of many of those colleagues, as our research group has persisted for more than a quarter-of-a-century in studying forgiveness and now has shown and published strong results, many of those colleagues have acquiesced, seeing the importance of forgiveness for emotional health. Yet, I am now seeing that such psychological improvement in clients is only a short-term goal to a larger end-point. As people begin to heal emotionally from grave injustices against them, many see that they now have an obligation to help others with their injustices.

Forgiveness does not leave us complacent and self-admiring. Instead, it is always challenging us to bring good to others to help develop a better world. Perhaps it is time for all of us to take seriously the challenge of my opening remarks. Perhaps it is time to begin fostering high levels of forgiveness functioning in communities, starting with young children, and then extending this growth in the virtues of mercy and forgiveness to schools, workplaces, places of worship. and communities. Perhaps it is time to develop models of peace that include forgiveness. Why could we not develop a grass-roots strategy of deliberately helping people, who are in contentious regions of the world, to become strong in forgiveness, and then to appropriate that forgiveness alongside such historically normative “top-down” strategies as economic recovery, dialogue, and the forging of peace accords? After all, no peace accord has ever been able to restrain hatred in the heart.

We need not reserve the development of forgiveness only in hearts and communities where there is considerable animosity and obvious injustice. We all, even in the most seemingly peaceful communities, encounter the fallen nature of those around us (and within ourselves) which results in unjust actions in need of merciful responses. We already have explored in depth (and will continue to explore) the meaning of forgiveness and the way to foster it in psychotherapy and education. Perhaps our next frontier is to bring forgiveness into communities for good.

**REFERENCES**

- AL-MABUK, R.; ENRIGHT, R. D.; CARDIS, P. Forgiveness education with parentally love-deprived college students. *Journal of Moral Education*, v. 24, n. 4, p. 427-444, nov. 1995.
- BASKIN, T. W.; ENRIGHT, R. D. Intervention studies on forgiveness: a meta-analysis. *Journal of Counseling and Development*, 82, p. 79-90, 2004.
- BECK, J.; BECK, A.; JOLLY, J. Beck. *Youth inventories of emotional & social impairment manual*. San Antonio: Psychological Corp, 2001.
- CAIRNS, E.; DARBY, J. The conflict in Northern Ireland: causes, consequences, and controls. *American Psychologist*, v. 53, n. 7, p. 754-760, 1998.
- COYLE, C. T.; ENRIGHT, R. D. Forgiveness intervention with post-abortion men. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v. 65, n. 6, p. 1042-1046, 1997.
- ENRIGHT, R. D. *Enright forgiveness inventory*. Redwood City: Mind Garden, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Forgiveness is a choice*. Washington: APA Books, 2001.
- ENRIGHT, R. D.; FITZGIBBONS, R. *Helping clients forgive: an empirical guide for resolving anger and restoring hope*. Washington: APA Books, 2000.
- ENRIGHT, R. D.; KNUTSON, J. A. *I can love!:* a building block of forgiveness. Madison: International Forgiveness Institute, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Reaching out through forgiveness: a guided curriculum for children ages 9-11*. Madison: International Forgiveness Institute, 2010.
- ENRIGHT, R. D. et al. Waging peace through forgiveness in Belfast, Northern Ireland II: educational programs for mental health improvement of children. *Journal of Research in Education*, v. 17, p. 63-78, 2007.
- FLESCHE, A.; ENRIGHT, R. D. *Healing through the heroic gift of forgiveness*. Madison: International Forgiveness Institute, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Healing hearts, building peace: a guided forgiveness education curriculum guide*. Madison: International Forgiveness Institute, 2010.
- FREEDMAN, S. R.; ENRIGHT, R. D. *Forgiveness as an intervention goal with incest survivors*. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v. 64, n. 5, p. 983-992, oct.1996.

GAMBARO, M. E. et al. Can school-based forgiveness counseling improve conduct and academic achievement in academically at-risk adolescents? *Journal of Research in Education*, v. 18, p. 16-27, 2008.

HANSEN, M. J. et al. A palliative care intervention in forgiveness therapy for elderly terminally-ill cancer patients. *Journal of Palliative Care*, v. 25, n. 1, p. 51-60, 2009.

HEBL, J. H.; ENRIGHT, R. D. *Forgiveness as a psychotherapeutic goal with elderly females. Psychotherapy*, v. 30, n. 4, p. 658-667, oct. 1993.

HOLTER, A. C. et al. The forgiving child: the impact of forgiveness education on excessive anger for elementary-aged children in Milwaukee's central city. *Journal of Research in Education*, v. 18, p. 82-93, 2008.

KNUTSON, J. A.; ENRIGHT, R. D. *The adventure of forgiveness: a guided curriculum for children, ages 6-8*. Madison: International Forgiveness Institute, 2002.

\_\_\_\_\_. *Be your best self: a guided forgiveness education curriculum*. Madison: International Forgiveness Institute, 2007.

\_\_\_\_\_. *Discovering forgiveness: a guided curriculum for children, ages 6-8*. Madison: International Forgiveness Institute, 2003.

\_\_\_\_\_. *The heart of love as the building blocks of forgiveness*. Madison: International Forgiveness Institute, 2008.

\_\_\_\_\_. *The journey toward forgiveness: a guided curriculum for children, ages 10-12*. Madison: International Forgiveness Institute, 2006.

\_\_\_\_\_. *The joy of forgiveness: a guided curriculum for children, ages 9-11*. Madison: International Forgiveness Institute, 2005.

KNUTSON, J. A.; ENRIGHT, R. D.; GARBERS, B. Validating the developmental pathway of forgiveness. *Journal of Counseling and Development*, v. 86, p. 193-199, mar. 2008.

LAU, D. C. *Confucius: the analects*. Hong Kong: Chinese University Press, 2000.

LIN, W. F. et al. Effects of forgiveness therapy on anger, mood, and vulnerability to substance use among inpatient substance-dependent clients. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v. 72, n. 6, p. 1114-1121, dec. 2004.

OSTERNDORF, C. L. et al. Treating adult children of alcoholics through forgiveness therapy.

*Alcoholism Treatment Quarterly*, v. 29, n. 3, p. 274-292, july 2011.

REED, G.; ENRIGHT, R. D. The effects of forgiveness therapy on depression, anxiety, and post-traumatic stress for women after spousal emotional abuse. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v. 74, n. 5, p. 920-929, oct. 2006.

WALTMAN, M. A. et al. *The effects of a forgiveness intervention on patients with coronary artery disease. Psychology and Health*, v. 24, n. 1, p. 11-27, jan. 2009.

Recebido o 20/07/2012 – Aceito o 20/09/2012



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO DO PERDÃO COM A JUSTIÇA NAS COMISSÕES DE VERDADE

---

*Júlio Rique Neto*<sup>13</sup>

*Pollyana de Lucena Moreira*<sup>14</sup>

*Eloá Losano de Abreu*<sup>15</sup>

### RESUMO

Este trabalho teve como objetivo associar o processo intrapsíquico de perdão interpessoal ao processo social de perdão a partir dos trabalhos das Comissões de Verdade no Brasil. Para atender a esse objetivo, apresenta-se primeiramente a teoria de Robert D. Enright sobre o perdão interpessoal pela psicologia que contém uma definição operacional, características próprias do perdão, modelos e processos cognitivos. Em seguida, reflete-se sobre a relação de necessidade do perdão com a justiça. Para o perdão ser oferecido é preciso primeiramente garantir que as condições para a verdade e a justiça sejam mantidas por essas comissões. Essas condições são reformas institucionais, punição para os culpados, compensação para as vítimas e a garantia de que nenhum grupo de vítimas ou ofensores será ferido em seu direito

---

<sup>13</sup> Professor Dr. da Universidade Federal da Paraíba. Email: [julio.rique@uol.com.br](mailto:julio.rique@uol.com.br).

<sup>14</sup> Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba.

<sup>15</sup> Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba

de igualdade enquanto cidadão. Mantidas as condições, o perdão interpessoal pode ocorrer no âmbito social pela educação em processos semelhantes aos criados por programas de intervenção oferecidos durante as décadas de redemocratização no Brasil.

**Palavras-chave:** Perdão. Justiça. Comissões de Verdade.

## **ESSAY ON THE RELATIONSHIP OF FORGIVENESS WITH JUSTICE IN THE TRUTH COMMISSIONS**

---

### **ABSTRACT**

This study aimed to associate the intra-psychic process of interpersonal forgiveness to the social process of forgiveness from the work of the Truth Commissions in Brazil. To meet this goal, we present first Robert D. Enright theory of interpersonal forgiveness in psychology that contains an operational definition, characteristics of forgiving, models and cognitive processes. Then, we reflected on justice be a necessary condition for forgiveness. For forgiveness to be offered the Truth Commissions must first ensure that the conditions for truth and justice are held. These conditions are institutional reforms, punishment for the guilty, compensation for victims and ensuring that no group of victims or offenders shall be injured in his right to equality as citizens. If these conditions are maintained, forgiveness can occur at social level from education by processes similar to those created by intervention programs offered during the decades of democratization in Brazil.

**Keywords:** Forgiveness. Justice. Truth Commissions.

### **1. INTRODUÇÃO**

O Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sociomoral (NPDSM), estuda o tema do perdão desde 1990. As pesquisas seguem teorias e modelos sociocognitivos, em particular, o modelo de desenvolvimento das noções de justiça de Kohlberg (1981, 1984) e o modelo de desenvolvimento das noções de perdão de Robert D. Enright. (ENRIGHT; THE HUMAN

DEVELOPMENT STUDY GROUP, 1994, ENRIGHT; SANTOS; AL-MABUK, 1989).

Uma revisão da literatura com foco nas três últimas décadas: 1980, 1990, 2000, mostrou que as pesquisas sobre o perdão estão em expansão a cada triênio: 1.719 artigos empíricos, excluindo-se as teses, dissertações e livros sobre o tema, foram publicados em periódicos de psicologia nos últimos três anos: 2011-2013. Este número se sobrepõe aos resultados do triênio anterior. Os resultados também indicaram a predominância do interesse dos pesquisadores em Psicologia Social por trabalhos sobre o perdão.

A revisão também indicou que a definição operacional do perdão de Robert D. Enright é uma referência na psicologia. Para os autores perdoar é:

[...] uma atitude moral na qual uma pessoa considera abdicar do direito ao ressentimento, julgamentos negativos, e comportamentos negativos para com a pessoa que ofendeu injustamente. E, ao mesmo tempo, nutrir a compaixão, a misericórdia, e possivelmente o amor para com o ofensor. (ENRIGHT; FREEDMAN; RIQUE, 1998, p. 46-47, tradução nossa).

Uma das especificidades dessa definição é considerar o perdão como parte do domínio da moral. Enright definiu o perdão a partir do ponto de vista das vítimas, aplicado a uma situação específica de injustiça, e promove mudanças nos três componentes das atitudes: afetos, julgamentos e comportamentos. A mudança é inicialmente voltada para a própria pessoa que luta contra o ressentimento e a raiva que se instalam nas vítimas após uma injustiça e busca atingir o restabelecimento do respeito. Em seguida, se propriamente orientadas, as vítimas vão sendo levadas a compreender o papel do outro que ofendeu e concluem que perdoar é uma atitude moral e viável para todos.

Robert D. Enright ainda chama a atenção para as seguintes características do processo de perdoar:

1) O perdão só ocorre entre pessoas e não entre pessoas e tragédias naturais ou outros

elementos da natureza.

- 2) O perdão é sempre relacionado à justiça. As vítimas devem reconhecer que sofreram um dano pessoal injusto e profundo e decidir se querem responder a essa injustiça com ou sem o perdão.
- 3) O perdão é um ato voluntário de compaixão, não é uma obrigação moral (o critério de incondicionalidade do perdão, etc.).
- 4) O perdão permite a reconciliação. É possível perdoar e não reconciliar, mas não é possível reconciliar sem perdoar.
- 5) O perdão é diferente da tolerância ou aceitação das injustiças.
- 6) O perdão é diferente do esquecimento.
- 7) O perdão é um direito da vítima. Ofensores têm o direito de pedir perdão, mas não possuem o direito de receber o perdão.
- 8) O perdão necessita de tempo para ser oferecido. (ENRIGHT; THE HUMAN DEVELOPMENT STUDY GROUP, 1991, ENRIGHT; FREEDMAN; RIQUE, 1998).

## **2. MODELO SOCIOCOGNITIVO DO PERDÃO**

Considerando a definição e as características do perdão interpessoal, Enright, Santos e Al-Mabuk (1989) elaboraram um modelo sociocognitivo de desenvolvimento das razões pelas quais as pessoas perdoam. Os autores se pautaram nos pressupostos teóricos de desenvolvimento cognitivo (PIAGET, 1928) e no modelo de desenvolvimento da moral da justiça por Kohlberg (1984) para verificar se haveria uma relação significativa entre as razões para o perdão e a justiça por idades. Os autores entrevistaram pré-adolescentes (9 a 12 anos de idade em média), adolescentes (15 anos de idade em média), estudantes universitários (20 anos de idade em média) e adultos (37 anos de idade em média), individualmente, de forma escrita. As entrevistas eram adaptações de dois dilemas morais hipotéticos criados por Lawrence Kohlberg: o Dilema de Heinz e o Dilema do Prisioneiro Foragido. Nestes dilemas os protagonistas (Heinz e o Prisioneiro Foragido) precisam decidir um novo curso para suas vidas após se verem frustrados em suas expectativas. Heinz, na versão da justiça, precisa

decidir se deve ou não roubar um remédio criado por um farmacêutico local que poderia salvar a vida de sua esposa. Na adaptação de Robert D. Enright para o perdão, a esposa de Heinz morre e Heinz precisa decidir o que fazer com sua raiva pelo farmacêutico (e pela sociedade). No Prisioneiro Foragido, a personagem, após fugir da prisão, havia se reintegrado à sociedade de forma honesta e se tornado uma pessoa digna até que, 10 anos após a fuga, uma vizinha o reconheceu como sendo o foragido da polícia. A vizinha informa à polícia a localização do prisioneiro. Enright, Santos e Al-Mabuk (1989) perguntaram aos participantes do estudo: Sobre quais condições estas personagens (Heinz e o Prisioneiro foragido, etc.) poderiam perdoar seus ofensores?

Os resultados mostraram um modelo de seis estágios e três níveis relacionados positiva e significativamente com o avanço da idade e com a qualidade do pensamento de justiça (KOHLBERG, 1984) e, ainda, com as estratégias sociais definidas por Trainer (1981, apud PARK; ENRIGHT, 1997).

Park e Enright (1997) condensaram o modelo original de seis estágios de desenvolvimento do perdão em três formas de pensamentos sobre perdão que se associam à idade e aos estágios e níveis de justiça segundo o modelo de desenvolvimento de Kohlberg (1984). Veja (Quadro 1):

<b>Quadro 1- Modelo Sociocognitivo do Perdão</b>		
<b>Estágio</b>	<b>Perdão</b>	<b>Formas de Expressão</b>
<b>Nível Pré-convencional: Vingança</b>		
1	Perdão como vingança.	<b><u>Estratégias:</u></b> Considerar maneiras de recuperar o que perdeu. Agir com agressão é considerado uma possibilidade.
2	Perdão como restituição ou compensação.	<b><u>Manifestações:</u></b> Expressar o perdão através de palavras ou gestos. A hostilidade interna pode permanecer e ser expressa abertamente. <b><u>Condições:</u></b> Vingança física ou psicológica ou compensação deve ocorrer para que o perdão seja possível. <b><u>Nível Convencional:</u></b> Pressões Externas e Moral Heterônoma.
3	Perdão como expectativa	<b><u>Estratégias:</u></b> Estratégias de enfrentamento passivas enquanto a raiva

	social.	permanece.
4	Perdão como expectativa institucional.	<p><b>Manifestações:</b> Manifestações externas são indicadores de perdão; a pessoa está consciente que as frustrações internas permanecem, mas escondem isso.</p> <p><b>Condições:</b> Pressão de grupos sociais para perdoar é suficiente para eliciar o perdão.</p> <p><b>Nível Pós-convencional:</b> Princípios Internos e Moral Autônoma.</p>
5	Perdão para a harmonia social.	<p><b>Estratégias:</b> A pessoa tenta entender os motivos e pensamentos do outro e reinterpretar o evento a partir das perspectivas do outro.</p>
6	Perdão como compaixão <sup>16</sup> .	<p><b>Manifestações:</b> O perdão é interno e segue a autonomia e o respeito mútuo promovendo uma libertação afetiva que possibilita a solidariedade e a reconciliação.</p> <p><b>Condições:</b> O perdão ocorre incondicionalmente a partir de princípios de autonomia, respeito, benevolência, solidariedade e amor.</p>

**Fonte:** Adaptado de: Enright et al., (1989); Park e Enright (1997, tradução nossa).

A forma mais primitiva considera o perdão como vingança com o uso de punições expiatórias que excedem em força o ato cometido pela ofensa, compensações ou restituições. Essa forma de pensar sobre o perdão corresponde aos estágios 1 e 2 do nível pré-convencional no desenvolvimento moral da justiça. Com o avanço da idade e do amadurecimento moral as pessoas podem começar a compreender o perdão por pressões da cultura através de grupos próximos como família e amigos e das normas sociais religiosas e/ou seculares valorizando a harmonia social. Essa forma de conceber o perdão é relacionada aos estágios 3 e 4 do nível convencional no modelo de desenvolvimento das noções de justiça. A forma mais avançada de conceber o perdão é regida por princípios internos de justiça e compaixão e segue uma moral autônoma. Essa forma corresponde aos estágios 5 e 6 do pensamento moral pós-convencional no modelo de Kohlberg (1984) sobre a justiça e representa o perdão genuíno.

Considerando o desenvolvimento do pensamento do perdão, a pergunta é como os

<sup>16</sup> Nosso entendimento do Estágio 6 no modelo cognitivo segue os princípios teóricos de Piaget (1932) para o desenvolvimento moral, onde o perdão é citado diversas vezes com base na moral do respeito, solidariedade, autonomia e justiça por equidade. Portanto, considerou-se adequado inserir esses princípios no quadro de definições junto com a benevolência que é enfatizada como o único valor do perdão no trabalho de Park e Enright (1997).

autores concebem os processos formais cognitivos que norteiam esses pensamentos no nível mais avançado.

O desenvolvimento do pensamento do perdão ocorre a partir do avanço no pensamento de justiça, pois não existe uma lógica estruturante que seja central ao pensamento de perdão. Essa é uma questão referente à forma e ao conteúdo do pensamento moral, ou seja, as pessoas podem preferir o perdão em sua formulação mais avançada, mas não compreender a relação do mesmo com a justiça, de que provém a forma do pensamento. O pressuposto é o seguinte: é preciso um pensamento avançado sobre a justiça (no nível pós-convencional) para se entender as razões do perdão e escolher perdoar incondicionalmente com autonomia moral.

Mantendo os critérios estabelecidos por Piaget (1932) para o desenvolvimento da moral, Enright e The Human Development Study Group (1994; ENRIGHT; FITZGIBBONS, 2000) vai defender que, na infância, as crianças mais novas não seriam capazes de perdoar, pois um raciocínio de reversibilidade por inversão confunde o perdão com uma justiça expiatória com punições rígidas (ou vingança) – tão logo o outro sofra mais que a vítima, o perdão pode ser oferecido. Na sequência do desenvolvimento surge uma forma maior de reversibilidade por reciprocidade (PIAGET, 1928), quando uma ação original é comparada com seus elementos recíprocos e encontra-se uma equivalência que inicialmente adquire uma forma concreta: se  $A \leq B$  e  $B \geq A$ ,  $A = B$ ; ou seja, se a criança A ofende a criança B, que devolve a ofensa na criança A, essa troca de ofensas retoma a ideia de igualdade entre as duas crianças. Tão logo essa compensação ocorra, o perdão pode ser oferecido.

Chegada a adolescência, Enright, Freedman e Rique (1998), vai dizer que o organismo está pronto para compreender o verdadeiro significado do perdão. Na passagem para o raciocínio moral autônomo, os jovens compreendem que a vingança ou a igualdade por compensação ocorre por uma reciprocidade concreta que não leva à solução, mas perpetua o conflito. O jovem vai buscar acomodar uma opção lógica equivalente a um raciocínio de “não-vingança”, ou seja, perdão. Neste momento ocorre o avanço cognitivo no pensamento de reciprocidade que antes era focado nas características das ações concretas (ou no conteúdo da ação) e agora se pauta pela reciprocidade ideal (ou regra de ouro), que segue o princípio: “Devemos agir com o outro da mesma forma que gostaríamos que o outro agisse para

conosco” (PIAGET, 1932). Esse raciocínio lógico de reversibilidade é equivalente ao pensamento moral de respeito mútuo e funciona para justificar as razões da justiça, que agora busca uma equidade nos julgamentos.

Enright, Freedman e Rique (1998), ainda vai dizer que chegando a esse nível pela justiça o verdadeiro perdão ainda vai requerer mais que a igualdade alcançada pela reciprocidade ideal. Embora a reciprocidade ideal permita à pessoa alcançar as razões de uma ação pela equidade, perdoar vai requerer dessa pessoa mais do que essa ação de justiça, é preciso uma “mudança de sentimento em relação ao outro: tornar os julgamentos, afetos e comportamentos negativos em julgamentos, afetos e comportamentos positivos, etc.” (ENRIGHT; FREEDMAN; RIQUE, 1998), o que vai exigir sacrifícios e altruísmo. A justiça coloca a condição ideal para que o perdão possa ocorrer, mas é uma condição de sacrifício e incondicionalidade.

Em busca de identificar o mecanismo que nesse momento leva a pessoa a abdicar da raiva que lhe é de direito (mesmo julgando pela justiça), Enright propõe que o perdão seja orientado pelo princípio da identidade, que é uma forma de reciprocidade. Identidade definida pela condição de falibilidade da espécie humana. Uma ação injusta não retira do ofensor o fato de ele (a) ser humano. Portanto, Enright propõe que a identidade motiva o perdão e garante a igualdade em um pensamento único de justiça com compaixão. Note-se que é possível a equidade sem o perdão, mas toda equidade oferece as condições para que o perdão ocorra.

Pesquisas utilizando esse modelo do desenvolvimento do perdão, conduzidas em diversas culturas (ABREU 2013, PARK; ENRIGHT, 1997, HUANG; ENRIGHT, 1990), indicam que as pessoas pensam espontaneamente sobre o perdão no nível convencional (estágios 3 e 4) valorizando o perdão por razões de harmonia social na família e entre amigos. As pesquisas na área avançam na direção de intervenções educacionais com vistas a promover as concepções de justiça e perdão (ABREU, 2013, ENRIGHT, 2013, ABREU; MOREIRA; RIQUE, 2011, RIQUE; ABREU; MOREIRA, 2011) nos jovens.

Portanto, existem condições ideais para que o perdão possa ser concedido. Como essas condições podem ser refletidas levando-se em conta o trabalho a ser desenvolvido pelas

## Comissões de Verdade?

A instalação de Comissões de Verdade no Brasil criou a necessidade de pensar sobre justiça e perdão no âmbito político e institucional. No ponto de vista normativo do desenvolvimento sociomoral, quando o perdão é considerado para resolução dos conflitos, ele atua por dentro da justiça como um regulador das medidas de justiça para trazer de volta a igualdade (ARISTÓTELES, 1952, PIAGET, 1932, ENRIGHT; THE HUMAN DEVELOPMENT STUDY GROUP, 1994). No trabalho dessas comissões, levando-se ainda em conta as questões éticas e políticas, elas não são autorizadas a conceder o perdão em nome de outros ou mesmo de grupos. Portanto, no trabalho das comissões a relação do perdão com a justiça poderia ser definida da seguinte forma: a comissão precisa buscar uma noção de justiça que possa retificar erros institucionais e pessoais ocorridos no passado da nação e, se necessário, uma noção de perdão que não retire da justiça o que lhe é de direito. Os instrumentos de correção utilizados pela justiça para retificar o passado histórico entre grupos de uma nação são: reformas institucionais, punição para os culpados, compensação para as vítimas e a garantia de que nenhum grupo de vítimas ou ofensores será ferido em seu direito de igualdade enquanto cidadão. Portanto, talvez **não seja necessário** chamar o perdão para equilibrar ou corrigir as medidas de correção da justiça em uma Comissão da Verdade. Mas, se ele for chamado, o que também é possível, ele deve vir como uma noção por dentro da justiça com um grau de relação justificado plena e publicamente. Esse é o desafio: O perdão não deve competir ou eliminar nenhum dos instrumentos de correção da justiça.

Esse desafio não é fácil de ser atendido politicamente ou mesmo discutido com espaço e tempo limitados. Seguindo os argumentos de Digeser (2001), quando uma sociedade necessita utilizar noções avançadas de justiça e perdão em julgamentos essenciais para o retorno da igualdade social é preciso que ela encontre uma cultura que conceba essas virtudes no nível desejado de compreensão e valorize as mesmas na prática normativa das relações interpessoais. As formas de compreensão da justiça e perdão são índices de qualidade de vida em sociedades cujos valores vão além das preocupações econômicas (HANKE; FISCHER, 2012).

Considerando-se que os estudos em psicologia da moral já apontam as condições

para que uma cultura seja educada no sentido de: (a) entender as diversas formas de justiça e (b) entender a relação do perdão com a justiça, defende-se a necessidade de intervenções na sociedade provendo debates com as comunidades, escolas, famílias das vítimas e as próprias vítimas. O uso desses modelos psicológicos na educação já mostrou sua efetividade em momentos passados, por exemplo, nas décadas de redemocratização no Brasil (MOREIRA, 2013), como pode também ser efetivo no momento presente de debates sobre os trabalhos das Comissões de Verdade no país.

A estratégia oferecida pela psicologia é permitir às vítimas novas tomadas de perspectiva sobre o período da repressão e ajudá-las a reencontrar o passado e superar a raiva. Para tanto as vítimas precisam da verdade e da justiça e aqui poderia se encerrar o trabalho das Comissões de Verdade. O que viria em seguida compete somente às vítimas: perceber ou não a identidade na verdade sobre o outro que cometeu a injustiça contra elas. Se essa condição for atendida, o perdão poderá agir pela justiça. É preciso oferecer esse crédito de confiança e acreditar que as vítimas são e serão capazes de pensar e agir pela justiça com compaixão. A partir da verdade todos os critérios ou características para que o perdão seja concedido estarão colocados: a normatividade das relações interpessoais, a verdade vinda pela justiça, a voluntariedade/incondicionalidade da compaixão, a ação do tempo de reflexão para redução da raiva, a garantia do direito do reconhecimento das vítimas e o direito ao luto no caso dos familiares e ao não esquecimento pelas gerações futuras, o direito dos agentes de repressão em pedir o perdão, o direito da vítima em conceder ou não o perdão e a reconciliação. Caso contrário, o perdão vai retirar elementos da justiça e a verdade perderá seu valor histórico e moral.

Ressalta-se que é preciso entender que somente a ação de oferecer a verdade e a liberdade às vítimas para decidirem como querem agir é que vai respeitar a igualdade das duas partes em conflito e ajudar na resolução dos dilemas que serão enfrentados pelas comissões. A história oferece às vítimas o direito de responder como elas veem seus algozes, se como pessoas ou como elementos do sistema, às vezes tão vítimas quanto elas próprias.

Finalmente, em relação à forma pela qual as novas gerações veem os anos de repressão no Brasil e como gostariam de atuar para fechar essa página da nossa história é

também uma tarefa para a educação. Talvez, antes mesmo de criar Comissões de Verdade, competisse ao processo de reparação no Brasil elaborar políticas sociais, currículos e atividades pedagógicas nas escolas com vistas à promoção do desenvolvimento moral da justiça e do perdão. O arcebispo Desmond Tutu proclamou que não existe futuro sem o perdão (TUTU, 1998). É verdade! Mas, para o perdão garantir o futuro é preciso reconhecimento e justiça aos fatos passados.

## REFERÊNCIAS

ABREU, E. L. *A relação entre o pensamento moral da justiça e o pensamento moral do perdão*. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

\_\_\_\_\_.; MOREIRA, P. L.; RIQUE, J. O pensamento moral do perdão em crianças. *Psicologia Argumento*, v. 29, n. 65, p. 249-258, abr./jun. 2011.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômano*. São Paulo: Nova Cultural, 1952. (Coleção Os Pensadores).

DIGESER, P. *Political forgiveness*. Ithaca: Cornell University Press, 2001.

ENRIGHT, R. D.; FITZGIBBONS, R. *Helping clients forgive: an empirical guide for resolving anger and restoring hope*. Washington: American Psychological Association, 2000.

ENRIGHT, R. D.; FREEDMAN, S. R.; RIQUE, J. *The psychology of interpersonal forgiveness*. Em ENRIGHT, R.D.; NORTH, J. (Eds.), **Exploring forgiveness**. Madison, WI: University of Wisconsin Press, 1998.

ENRIGHT, R. D.; THE HUMAN DEVELOPMENT STUDY GROUP. The moral development of forgiveness. In: KURTINNESS, W. M.; GERWIRTZ, J. L. (Eds.). *Handbook of moral behavior and development*. Hillsdale: Erlbaum, 1991.

\_\_\_\_\_. Piaget on the moral development of forgiveness: identity or reciprocity? *Human Development*, v. 37, n. 2, p. 63-80, 1994.

ENRIGHT, R. D.; SANTOS, M. J. D.; AL-MABUK, R. The adolescent as forgiver. *Journal of Adolescence*, v. 12, n. 1, p. 95-110, mar. 1989.

HANKE, K.; FISCHER, R. Socioeconomical and sociopolitical correlates of interpersonal forgiveness: a three-level meta-analysis of the enright forgiveness inventory across 13 societies. *International Journal of Psychology*, v. 47, p.1-13, mar. 2012.

HUANG, S. T.; ENRIGHT, R. D. Forgiveness and anger-related emotions in Taiwan: Implications for therapy. *Psychotherapy*, v. 37, p. 71-79, 2000.

KOHLBERG, L. *Essays on moral development: the philosophy of moral development*. San Francisco: Harper & Row, 1981. v. 1.

\_\_\_\_\_. *essays on moral development: the psychology of moral development: the nature and validity of moral stages*. San Francisco: Harper & Row, 1984. v. 2.

MOREIRA, P. L. *Uma análise do julgamento moral em adolescentes e jovens adultos em três momentos históricos: 1988/89, 1996 e 2011*. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PARK, Y. O.; ENRIGHT, R. D. The development of forgiveness in the context of adolescent friendship conflict in Korea. *Journal of Adolescence*, v. 20, p. 393-402, 1997.

PIAGET, J. *Judgments and reasoning in the child*. London: Routledge, 1928.

\_\_\_\_\_. *O juízo moral da criança*. São Paulo: Summus, 1932.

POWER, C. F.; HIGGINS, A.; KOHLBERG, L. *Lawrence Kohlberg's approach to moral education*. New York: Columbia University Press, 1989.

RIQUE, J.; ABREU, E. L.; MOREIRA, P. L. *O perdão como regulação das emoções para saúde mental em crianças e idosos vítimas de maltrato*. 2011. Relatório (Pesquisa em Psicologia)- Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

RIQUE, J.; CAMINO, C. P. S. O perdão interpessoal em relação a variáveis psicossociais e demográficas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 23, n. 3, p. 525-532, 2010.

TUTU, D. Without forgiveness there is on future. In: ENRIGHT, R. D.; NORTH, J. (Eds.). *Exploring forgiveness*. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.

Recebido o 20/07/2012 – Aceito o 20/09/2012



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## DESENVOLVIMENTO PSICOGENÉTICO DOS DIREITOS HUMANOS

---

*Cleonice Camino*<sup>17</sup>

*Pablo Queiroz*<sup>18</sup>

*Lilian Galvão*<sup>19</sup>

*Anderson Mathias*<sup>20</sup>

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise psicogenética de pesquisas no campo das Representações Sociais (RS) dos Direitos Humanos (DH). As pesquisas apresentadas foram desenvolvidas por Willem Doise e colaboradores e por Cleonice Camino e colaboradores. Para a realização dessas últimas pesquisas, foram adotadas a perspectiva psicossociológica das RS e a teoria de Jean Piaget. Os resultados das análises dessas pesquisas, realizadas com pré-adolescentes, adolescentes e jovens adultos corroboraram os achados de Willem Doise: o conhecimento dos DH evoluía com o avanço da idade e do nível de escolaridade; a importância atribuída aos DH e o envolvimento com os DH organizavam-se em princípios; esses princípios ancoravam em variáveis sócio-demográficas e psicossociais. Indicaram

---

<sup>17</sup> Doutora em Psicologia pela Université Catholique de Louvain – Bélgica. Professora da Universidade Federal da Paraíba. Email: cleocamino@yahoo.com.br.

<sup>18</sup> Doutorando em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba.

<sup>19</sup> Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Professora da Universidade Federal de Campina Grande.

<sup>20</sup> Mestrando em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba.

também a fonte de conhecimento dos DH e o nível de elaboração das concepções a respeito dos DH, o qual variava em função da idade e do contexto social dos participantes. Julga-se que as mudanças verificadas em função da idade/escolaridade estão relacionadas aos processos de socialização e ao desenvolvimento de estruturas mentais que permitem uma visão mais ampla dos DH. Quanto as diferenças relacionadas aos contextos sociais são explicadas pelos fatores de inclusão e exclusão social que influenciam o acesso a diferentes fontes de informação sobre os direitos, bem como por uma vivência diferenciada dos DH em cada grupo social.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos. Representações Sociais. Análise Psicogenética.

## PSYCHOGENETIC DEVELOPMENT OF HUMAN RIGHTS

---

### ABSTRACT

This paper presents an analysis psychogenetic of research in the field of Social Representations (SR) in Human Rights (HR). The research presented was developed by Willem Doise and colleagues and Cleonice Camino and colleagues. To carry out the latter, the authors adopted the social psychological perspective of SR and the theory of Jean Piaget. The results of the analyzes of these studies, carried out with pre-teens, teens and young adults corroborate the findings of Willem Doise: knowledge of HR evolved with advancing age and level of education; the importance attributed to HR and involvement with HR were organized on principles; these principles were anchored in socio-demographic and psychosocial variables. They also indicated the source of knowledge and level of elaboration of conceptions about the HR, which varied according to age and social context of the participants. It is believed that the changes seen with age and schooling are related to the processes of socialization and the development of mental structures that allow a broader view of the HR. As for the differences related to social contexts are explained by factors of social inclusion and social exclusion that influence access to different sources of information about rights as well as a differentiated experience of HR in each social group.

**Keywords:** Human Rights. Social Representations. Analysis Psychogenetic.

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo central do presente trabalho é mostrar como as Representações Sociais dos Direitos Humanos desenvolvem-se, do ponto de vista psicogenético, sofrendo a influência de fatores sócio-demográficos, psicossociais e sociais. Para este fim, serão revistas e comentadas algumas pesquisas que podem ser interpretadas na perspectiva psicogenética ou que foram realizadas a partir desse modelo.

Os Direitos Humanos (DH) são vistos pelos autores deste trabalho como um conjunto de prescrições normatizadas e institucionalizadas que foram construídas historicamente a partir de conflitos, lutas e acordos. Os DH, assim construídos, simbolizam a ideia de que os seres humanos são capazes de se comprometerem com a efetivação da justiça social, tornando a vida no mundo mais digna para todos.

Consonante com essa visão têm-se os estudos sobre os DH baseados na Teoria das Representações Sociais (RS). Moscovici (2003), define as RS como:

[...] um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social. (MOSCOVICI, 2003, p. 21).

Em relação ao estudo das Representações Sociais dos DH, Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1993) desenvolveram um modelo de três fases. Este modelo parte de três hipóteses: os diferentes membros de uma população estudada partilham efetivamente certas crenças comuns a respeito de uma dada questão social; os indivíduos diferem entre eles nas relações que mantêm com as representações; as tomadas de posição dos indivíduos ancoram

em realidades coletivas.

No presente estudo adota-se a concepção desses autores ao mesmo tempo em que se aceita a concepção de que os DH se desenvolvem do ponto de vista psicogenético, de forma parcialmente semelhante aos valores morais. Isso significa que o desenvolvimento das RS dos DH depende do processo de descentração da perspectiva sociocognitiva e das regulações sociais. Esses processos permitem, entre outros aspectos, o desenvolvimento da afetividade e de relações cooperativas (PIAGET, 1932, 1965). Assim, compreende-se a evolução dos DH como produto de uma articulação entre o desenvolvimento de um pensamento lógico, que depende sobremaneira de coordenações de ações e de operações realizadas intrapsiquicamente (PIAGET, 1999), e a formação de representações relativas a concepções e práticas sociais que são partilhadas socialmente e ancoradas em representações preexistentes (MOSCOVICI, 2003). Desta forma, julga-se que raciocínios lógicos, conhecimento científico, práticas sociais, senso comum e grupos de pertença desempenham conjuntamente um papel importante na formação das representações dos DH, na importância que lhes é atribuída e na força com que essas representações orientam a luta por sua implementação.

A partir da perspectiva psicogenética das RS dos DH, o estudo dessas RS significa, para os autores deste trabalho, não apenas apreender como as mudanças sociocognitivas as influenciam com o avanço da idade e da escolaridade, mas, também, significa verificar como diferentes grupos de pertença (gênero, partidos políticos, instituições religiosas, contextos socioeducativos) as afetam.

Assim, para investigar o desenvolvimento psicogenético das RS dos DH, além de se ter adotado o método desenvolvido por Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1993), adotou-se o método clínico piagetiano.

## **2. PESQUISAS INTERNACIONAIS E LOCAIS**

Dentre as muitas pesquisas realizadas por Doise et al. (1998), várias procuraram investigar qual o conhecimento dos DH, a avaliação dos DH, a importância atribuída aos DH e o tipo de envolvimento com os DH. Além disso, procuraram verificar a relação entre o

conhecimento dos DH e os direitos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). A seguir, serão apresentadas algumas dessas pesquisas.

Doise et al. (1998), administraram um questionário a 849 estudantes genebreses, de 12 a 21 anos de idade, e utilizaram alguns instrumentos para avaliar vários aspectos relativos aos DH, dos quais serão destacados, aqui: uma pergunta sobre quais são os DH; outra, sobre quais são os direitos das crianças; uma lista de 30 direitos que deveria, cada um, ser avaliado numa escala de 4 pontos como: muito mau exemplo de direito, mau exemplo, bom exemplo e muito bom exemplo.

No tocante ao conhecimento dos DH, Doise et al. (1998), verificaram, após uma análise fatorial de correspondência, que as respostas dos participantes agrupavam-se em três dimensões: na primeira dimensão, no polo positivo, constavam respostas relacionadas ao respeito aos direitos e, no polo negativo, respostas referentes à violação dos direitos; na segunda, no polo positivo, constavam respostas referentes aos direitos públicos, e, no polo negativo, direitos individuais; na terceira e última dimensão, constavam respostas subjetivas, no polo positivo, e, no polo negativo, respostas objetivas.

Também os autores verificaram uma correspondência entre os direitos citados pelos participantes e os direitos proclamados na DUDH, e que essa correspondência aumentava com o avanço da idade e da escolaridade.

Ainda em relação ao conhecimento, os resultados apontaram para a existência de correlações entre o aumento da idade e o avanço acadêmico e o aumento do número de direitos citados e, na maioria das vezes, para a existência de uma correspondência entre os DH citados e os direitos contidos na DUDH.

No que diz respeito ao conhecimento dos direitos das crianças, a maior parte dos estudantes considerou os direitos da criança como possuindo peculiaridades próprias da infância (brincar, escola, diversão). Esses direitos foram submetidos a uma análise fatorial de correspondência de dados textuais. Os resultados dessa análise, conforme Doise et al. (1998), indicaram a existência de três dimensões: a primeira contrastou uma visão positiva dos direitos, no polo positivo, com uma visão negativa (direitos violados), no polo negativo; a segunda contrastou direitos mais subjetivos, no polo positivo, a direitos mais objetivos, no

polo negativo; a terceira congregou respostas referentes ao crime, à violência e às guerras.

Também, Doise et al. (1998), procuraram verificar como os direitos tinham sido avaliados como bons ou maus exemplos de direitos. O resultado de uma análise fatorial sobre essa avaliação mostrou que os DH agruparam-se em 4 fatores considerados como princípios organizadores dos DH: Direitos Concretos, Direitos Fundamentais, Direitos à Recusa e Direitos Públicos. Além disso, os autores verificaram uma relação entre o progresso na educação e uma menor rejeição dos DH.

Ainda no que respeita à investigação de princípios organizadores, Diaz-Veizades, Widaman e Gibbs (1994 apud DOISE et al., 1998), realizaram uma pesquisa que buscou conhecer, sobretudo, os princípios organizadores da importância atribuída aos DH. Nesse estudo, os pesquisadores construíram um questionário a partir dos direitos constantes da DUDH. O instrumento constava de 38 itens e os participantes deveriam expressar seu grau de concordância com respeito a cada item numa escala de 7 pontos. Com o uso deste instrumento, foi, então, realizada uma pesquisa com 254 participantes (212 estudantes universitários e 42 adultos). Os resultados dessa pesquisa indicaram que os itens da escala agrupavam-se em quatro fatores considerados princípios organizadores: Segurança Social, Restrição Civil, Igualdade e Privacidade.

Para investigar quais os princípios que organizavam o envolvimento das pessoas com os direitos humanos, e se esses princípios ancoravam no sistema de valores proposto por Schwartz e em outras variáveis sócio-demográficas, Spini e Doise (1998), realizaram outra pesquisa com 175 estudantes universitários de diferentes cursos. O instrumento utilizado nessa pesquisa foi composto, sobretudo, por pares de sentenças positivas (afirmações) e negativas (negações) acerca do envolvimento com os DH. Os estudantes deveriam assinalar seu grau de envolvimento numa escala bipolar de nove pontos, que variava de -4 (menor envolvimento) a +4 (maior envolvimento). As sentenças propostas diferenciavam quatro tipos de envolvimento com os DH: o Pessoal Abstrato – em que o envolvimento com os DH ficava no plano das possibilidades, por exemplo, “eu (não) posso fazer muito para a aplicação dos DH.” –, Pessoal Concreto – em que o envolvimento com os DH acontecia de fato, como, por exemplo, “eu (não) me empenho para a aplicação dos DH.” –, Governamental Abstrato – em

que era considerada a possibilidade do envolvimento do governo com a aplicação dos DH, por exemplo, “o governo (não) pode fazer muito para a aplicação dos DH.” – e o Governamental Concreto – em que o envolvimento do governo com os DH era visto de forma concreta, como, por exemplo, “o governo empenha-se o suficiente para a aplicação dos DH.”

Os resultados indicaram a existência de quatro princípios organizadores do envolvimento com os direitos humanos (pessoal e governamental *versus* abstrato e concreto). Além disso, os resultados mostraram que os princípios organizadores do envolvimento pessoal-abstrato, pessoal-concreto e governamental abstrato ancoravam nos valores de benevolência, universalismo e auto-direcionamento. O princípio organizador do envolvimento governamental concreto ancorava nos valores de conformidade, segurança e realização.

No que respeita às ancoragens em variáveis sócio-demográficas, Spini e Doise (1998), verificaram que os valores considerados conservadores (segurança, conformidade e tradição), que são positivamente correlacionados com o princípio de envolvimento governamental e negativamente com os demais princípios foram mais frequentes em estudantes de direito, católicos, que discordavam da visão política de esquerda e concordavam com a direita. Os valores de transcendência (benevolência e universalismo) que se correlacionaram negativamente com o princípio de envolvimento governamental e positivamente com os demais foram mais frequentemente verificados entre estudantes de psicologia, mulheres, protestantes, que participavam de manifestações públicas. Já os valores de auto-direcionamento que estavam correlacionados negativamente com o princípio de envolvimento governamental concreto e positivamente com o pessoal abstrato foram mais frequentemente verificados em estudantes de sociologia, que não declararam seguir nenhuma religião, que tinham uma ideologia política de esquerda e criticavam a direita, que participavam de manifestações públicas e que tinham lido a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Em resumo, os resultados das pesquisas apresentadas permitiram verificar que o conhecimento dos DH evolui com a idade e com o nível de escolaridade; que a importância atribuída aos DH e o envolvimento com os DH organizavam-se em princípios; que esses princípios ancoravam em variáveis sócio-demográficas e psicossociais, como idade, contexto

social e valores.

A verificação desses resultados inspirou a realização de pesquisas, no contexto brasileiro, que pudessem contribuir para verificar as semelhanças e diferenças entre os resultados obtidos no exterior e os obtidos no Brasil. Também inspirou a realização de pesquisas que investigassem a existência de mudanças psicogenéticas, sobretudo, na concepção dos DH. Além disso, inspirou pesquisas que procurassem verificar quais as fontes de informações que os indivíduos atribuíam ao conhecimento que tinham sobre os DH, a influência de diferentes variáveis (idade, sexo e contexto socioeconômico) sobre as mudanças psicogenéticas referentes aos DH. Uma breve apresentação dessas pesquisas será feita a seguir.

Camino (2005) realizou uma pesquisa cujo objetivo foi investigar se ocorreriam, com o avanço da idade – da infância para o final da adolescência – mudanças no conhecimento dos DH, na atribuição da fonte desse conhecimento e nas concepções sobre o que é ter um direito. Participaram dessa pesquisa 160 estudantes distribuídos igualmente por idade – crianças (8 a 12 anos) e adolescentes (14 a 18 anos) – o grau de escolaridade correspondia à idade –, tipo de instituição de ensino (pública e privada) e sexo (masculino e feminino).

Os participantes responderam a uma entrevista semiestruturada, com questões relativas ao conhecimento dos direitos, à concepção dos DH e a sua fonte ou origem. Os resultados mostraram que os respondentes, em média, citaram 2,5 direitos, sendo que os mais novos citaram, em média, 2,2, os mais velhos, 2,8, e que os direitos mais citados foram Educação, Lazer e Alimentação. Note-se que os dados dessa pesquisa não permitiram a realização do teste do *qui-quadrado* para comparar as diferenças no conhecimento dos DH, em função da idade e do contexto socioeducativo dos participantes. Isso ocorreu porque o mínimo de células com frequências inferiores a cinco era maior que 20%. Ainda com relação à pesquisa de Camino (2005), as crianças, ao informarem com quem haviam aprendido os direitos, referiram-se, em 1º lugar, à família, e, em 2º lugar à escola e à mídia; os adolescentes, em 1º lugar, à mídia, e, em 2º lugar à escola.

Com a intenção de replicar a pesquisa de Camino (2005), com uma amostra maior que permitisse verificar as diferenças do contexto socioeducativo sobre o conhecimento dos

DH e a fonte desse conhecimento, Feitosa et al. (2009) realizaram uma pesquisa com 400 estudantes, divididos, igualmente, em função da idade (criança e adolescente) e do tipo de escola (pública e privada). Os resultados mostraram que, quando comparadas as idades, as crianças verbalizaram em média 2,44 direitos, e os adolescentes, 2,65. As crianças, mais do que os adolescentes, mencionaram os direitos ao Lazer, a Não Transgredir Normas, a Não Trabalhar, à Liberdade, a Evoluir, a Trabalhar e à Amizade. Também as crianças, mais do que os adolescentes, emitiram respostas consideradas Não Pertinentes. Já os adolescentes, mais do que as crianças, mencionaram os direitos à Moradia, à Família, à Saúde e à Segurança.

Quando comparados os dois tipos de escola, por sua vez, Feitosa et al. (2009), verificaram que os estudantes de escolas públicas mencionaram, em média, 2,53 direitos, enquanto os estudantes de escolas privadas mencionaram 2,56. Os estudantes de escolas públicas, mais do que os estudantes de escolas privadas, mencionaram os direitos à Não Transgredir Normas, ao Cuidado, ao Bem-Estar e a Trabalhar. Também foram os estudantes de escolas públicas que mais emitiram respostas consideradas Não Pertinentes. Já os estudantes de escolas privadas mencionaram, mais do que os estudantes de escolas públicas, os direitos à Alimentação.

Quanto à concepção do que é ter um direito, Camino (2005), considerou na análise das respostas dos estudantes, o nível de descentração em relação ao conteúdo. Essa análise possibilitou que as respostas fossem classificadas em cinco níveis: 1º nível – Tautológicas: Ex: “É quando a pessoa tem um direito”; 2º nível – Respostas Vagas: Ex: “São as coisas que a gente pode fazer”; “Direito é aquilo que devemos ter”; 3º nível – Exemplos: “Ter um direito é todos ter uma moradia, ter o que comer”; 4º nível – Definição Pouco Elaborada: Ex: “Direitos são regras que se referem a você ser respeitado” e 5º nível – Definição Bem Elaborada: Ex: “Na minha opinião, acho que são normas que se referem a pessoa ser respeitado pela sociedade”.

Uma comparação entre os grupos de idade mostrou que os estudantes mais jovens apresentaram, mais do que os mais velhos, respostas tautológicas e pouco pertinentes, enquanto os mais velhos apresentaram, mais do que os mais novos, exemplos, definições pouco elaboradas e definições bem elaboradas.

Após essa pesquisa, um outro estudo (CAMINO et al., 2006), foi desenvolvido com o objetivo de investigar possíveis influências de diferentes contextos sociais em relação aos diferentes aspectos dos DH considerados na pesquisa de Camino (2005). Com esse intuito, 180 adolescentes do sexo masculino, distribuídos igualmente por contextos sociais: 60 estudantes de escolas públicas e privadas; 60 adolescentes em processo de ressocialização; e 60 adolescentes que passavam o dia na rua foram entrevistados sobre os DH.

Nos resultados, observou-se que, em relação ao conhecimento dos DH, nesses três grupos, o direito mais citado foi o direito à Educação, seguido do direito à Alimentação. Entretanto, quanto ao terceiro direito mais citado, enquanto os estudantes citaram o direito à Moradia, os adolescentes em ressocialização citaram o direito à Proteção/Cuidado, enquanto os adolescentes que passavam o dia na rua citaram o direito ao Lazer. Destaca-se ainda que o direito a Trabalhar foi citado apenas pelos que se encontravam em ressocialização. Note-se ainda que, em relação aos DH conhecidos, os estudantes citaram, em média, 2,4 direitos, enquanto os apenados citaram, em média, 1,2 direitos, e os que viviam na rua, em média, 0,9.

A respeito da concepção dos DH em relação à pergunta, “Você sabe o que é ter um direito?”, a maioria dos estudantes (73%) disse que sabia, enquanto 50% dos adolescentes em ressocialização e 72% dos que passavam o dia nas ruas disseram que não sabiam. Porém, em relação aos estudantes que disseram que sabiam, apenas 10% deram respostas bem elaboradas. A maioria de suas respostas foram exemplos, definições incompletas ou pouco elaboradas. Já os adolescentes dos dois outros segmentos não conseguiram dar nenhuma resposta bem elaborada, sendo que a maioria dos apenados limitou-se a dar exemplos, definições incompletas ou pouco elaboradas, e a maioria dos que passavam o dia nas ruas deu respostas que não foram possíveis categorizar conforme os critérios estabelecidos.

Com o objetivo de verificar como os jovens agrupavam certos direitos em diferentes dimensões e a influência de algumas variáveis, além de escolaridade/idade e do contexto socioeconômico e educacional, sobre o grau de envolvimento com as dimensões encontradas, duas outras pesquisas (CAMINO, 2000), ainda foram realizadas.

Em uma dessas pesquisas, realizada por Camino (2000), participaram 403 adolescentes, 238, de 13 e 14 anos (8º ano do Ensino Fundamental), e 168, de 16 e 17 anos (2º

ano do Ensino Médio), os quais responderam a um questionário que abordava diversos aspectos relativos aos DH. Entre esses, destaca-se a questão sobre o quanto eles julgavam, como um mau ou bom exemplo dos direitos, cada um dos 34 direitos apresentados em uma lista, acompanhados por uma escala que variava de 1 a 4 pontos.

Uma análise fatorial das respostas, obtidas na pesquisa recém-mencionada, mostrou a existência de cinco fatores, considerados princípios organizadores dos DH, que foram denominados: Direitos Concretos; Decisões sobre a Vida; Protesto Social; Contestação Escolar e Recusar Controle. As análises posteriores levaram em conta os julgamentos dos participantes em relação ao conjunto de itens que constituíam cada princípio. Neste sentido, verificou-se que, em ordem decrescente, a média mais elevada referiu-se a Direitos Concretos, seguida das médias do Direito a Contestação Escolar; Direito a Protesto Social; Recusar Controle e Decisões sobre a Vida. Todas as médias diferenciaram significativamente uma das outras.

Ainda em relação à pesquisa de Camino (2000), uma Análise de Regressão Múltipla mostrou a influência da Idade/Escolaridade na avaliação dos DH, indicando o seguinte: quanto menor a idade, maior a favorabilidade do julgamento dos Direitos relativos a Direitos Concretos; na escola privada houve um julgamento mais favorável a todos os princípios dos DH do que na escola pública; os participantes que disseram não ter religião, ser de partido de esquerda e participar de manifestações foram mais favoráveis a consideração dos Direitos referentes ao Protesto Social, como um bom exemplo dos DH, do que os com religião; quanto maior a adesão a uma moral baseada na legalidade, menor a valorização dos Direitos Concretos.

Semelhante ao estudo realizado com adolescentes, um outro estudo foi realizado por Camino (2000), com 385 universitários. Nos resultados foram encontrados quatro princípios organizadores das avaliações referentes aos DH. Estes princípios foram denominados: Decisões sobre a Vida, Protesto Social, Direitos Concretos e Recusa do Controle Social.

Uma avaliação que se pode fazer, comparando a pesquisa realizada com adolescentes com a pesquisa realizada com universitários, é que o princípio Direito a Contestação Escolar não apareceu como princípio organizador. Na ordem decrescente da média referente a cada

conjunto de itens relativos a cada princípio, tem-se: Direitos Concretos, Protesto Social, Recusa de Controle Social e Decisões sobre a Vida. A ordem de valoração dos direitos foi semelhante entre os estudantes de Ensino médio e Fundamental, mas as médias dos universitários corresponderam a uma maior favorabilidade aos DH do que as médias dos estudantes de Ensino Médio e Fundamental. Os estudantes do ensino fundamental e médio tiveram uma média mais alta do que os estudantes universitários, no princípio Direitos Concretos; já os estudantes universitários tiveram médias mais altas do que os estudantes de ensino fundamental e médio nos princípios: Protesto Social, Recusa de Controle Social e Decisões sobre a Vida.

Os dados dos universitários foram também submetidos a uma Análise de Regressão Múltipla, considerando como variável dependente o grau de favorabilidade aos DH, e, como variáveis antecedentes, a religião, a preferência partidária, os valores morais e a atitude institucional. Os resultados indicaram que (CAMINO et al., 2007):

- 1) quanto maior a pertença a uma religião (católica ou evangélica), menor a favorabilidade às dimensões Decisões sobre a Vida, Protesto Social e Recusa de Controle Social;
- 2) quanto maior a pertença aos partidos de esquerda maior a favorabilidade ao Protesto Social e menor às Liberdades Individuais;
- 3) quanto menor a adesão a uma moralidade baseada na afetividade, menor favorabilidade ao Protesto Social;
- 4) quanto maior adesão à moral legalista, menor a favorabilidade aos Direitos de Decisão sobre a Vida e ao Protesto Social;
- 5) quanto maior a adesão à moral pós-convencional, maior favorabilidade aos Direitos relativos a Decisões sobre a Vida e ao Protesto Social.

### **3. DISCUSSÃO**

Observou-se, na pesquisa de Camino (2005), um aumento do conhecimento formal dos DH com o avanço da idade/escolaridade, o que corrobora os resultados de Doise et al. (1998). Esses resultados sugerem a existência do desenvolvimento de esquemas mentais que

permitem uma visão mais abrangente dos direitos por parte dos adolescentes.

Quanto à influência do contexto escolar, não pôde ser observada no estudo de Camino (2005), entretanto, foi observada no estudo de Feitosa et al. (2009). Neste, as diferenças encontradas indicaram que, enquanto os estudantes de escola privada citaram mais o direito à alimentação do que os de escola pública, os de escola pública citaram mais do que os de escola privada os direitos negativos, os referentes ao cuidado, ao trabalho e ao bem-estar. Além disso, deram um número mais elevado de respostas não pertinentes. A citação desses direitos pelos estudantes de escolas públicas é bem reveladora das dificuldades econômicas e culturais que eles enfrentam. Já dentre os DH mais citados pelos estudantes de escola privada, a alimentação chama a atenção, pois esses alunos não devem passar por privações alimentares. Possivelmente, essas respostas referem-se a uma preocupação com a fome dos necessitados, o que revela uma certa empatia para com o outro.

Observa-se também, nos resultados da pesquisa de Camino (2005), que, embora a idade/escolaridade e o tipo de escola tenham desempenhado um papel no conhecimento sobre os DH, papel relevante pode ser atribuído a inclusão e exclusão social. Neste sentido, nota-se que, apesar de haver uma diferença entre a influência da escola pública e da escola privada no conhecimento dos DH, na pesquisa de Camino et al. (2006), a grande diferença encontra-se entre os adolescentes que estudam, seja em escolas públicas ou privadas, e os adolescentes excluídos da sociedade (adolescentes que passam o dia nas ruas e os que se encontram em instituição de ressocialização). Em relação aos adolescentes excluídos socialmente, deve-se lembrar que a média de direitos citados por eles foi baixíssima. Por outro lado, esses adolescentes disseram que aprenderam sobre os DH, sobretudo, na escola, o que parece paradoxal. Para esclarecer essa informação, verificou-se, através de uma pesquisa (SANTOS, 2009), com instrutores de uma instituição ressocializadora de adolescentes, como eles ensinavam aos adolescentes conteúdos relativos aos DH. Os instrutores disseram que eram responsáveis pela formação em DH, cabendo, sobretudo, à família, a educação moral e a educação em DH. Ambos demonstraram, em suas respostas que não se sentiam habilitados para educar em DH. Assim, apesar de no imaginário desses adolescentes a escola ocupar um lugar de destaque como agente de socialização, ela não parece cumprir esse papel.

Também nas pesquisas de Camino (2005) e Feitosa et al. (2009), foi investigada a fonte de conhecimento dos DH. Na pesquisa de Camino (2005), para as crianças a fonte de conhecimento era principalmente a família e a escola, passando a ser, no entanto, para os adolescentes, em primeiro lugar, a mídia. Também na pesquisa de Feitosa et al. (2009), a família e a escola ocuparam os lugares mais importantes para as crianças; já para os adolescentes, a escola foi igualmente importante, e a mídia apareceu em seguida. Assim, esses resultados indicam que a influência do contexto social não permanece uniforme na passagem da infância para a adolescência, destacando-se o fato de que na infância ocorre uma socialização mais restrita, relacionada a instituições próximas à criança, e, na adolescência, uma socialização ampla e diversificada proveniente de informações sobre instituições nacionais e internacionais.

Sobre os princípios organizadores, os resultados da pesquisa de Camino (2000), indicaram que os estudantes adolescentes e os estudantes universitários organizavam mentalmente, de forma bastante semelhante, os 34 direitos que lhes foram apresentados, quando solicitados a avaliarem o quanto cada direito representava um bom ou mau exemplo de direito. Entretanto, o princípio Contestação Escolar não apareceu como princípio organizador da avaliação dos direitos pelos universitários. Isso parece ser explicado pelo fato de a universidade oferecer um ambiente mais democrático do que a escola.

Julga-se que o fato de as médias dos universitários terem sido maiores do que as médias dos estudantes do ensino fundamental e médio nos princípios: Protesto Social, Decisões sobre a Vida e Recusa do Controle Social indica que os estudantes universitários têm níveis de descentração social, bem como de autonomia moral, mais elevados do que os estudantes provenientes do ensino fundamental e médio. A suposição do maior nível de descentração social ser maior nos estudantes universitários do que nos estudantes de ensino fundamental e médio é corroborada pelo fato de que os estudantes do ensino fundamental e médio apenas tiveram média maior no princípio Direitos Concretos, o que parece indicar uma visão menos abrangente dos DH do que as visões concernentes aos demais princípios.

Ademais, julga-se que as médias, mais elevadas aos princípios organizadores, obtidas pelos universitários, devam-se a um aumento da consciência sobre o papel dos DH na

sociedade, o que parece confirmado pela valoração dos direitos pelos universitários, que foi maior do que a dos estudantes de ensino médio e fundamental.

Quanto ao papel desempenhado pela pertença religiosa, pela preferência partidária e pelo desenvolvimento moral no envolvimento com os DH, constata-se que foi mais abrangente entre os estudantes universitários do que entre os adolescentes. Essa diferença levou a seguinte indagação: por que nos universitários as mesmas variáveis psicossociais atuaram mais amplamente? Procurando responder a essa questão, considera-se que, sendo o grau de consciência que têm os universitários sobre os DH e sobre a moral mais elevado do que os estudantes adolescentes (CAMINO et al., 1989), e sendo mais claro o papel social que desempenhavam, para eles, a religião e os partidos políticos, conseguiram apresentar, de forma mais coesa e mais nitidamente, a relação entre esse conjunto de variáveis.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, salienta-se que, apesar das pesquisas apresentadas não evidenciarem de forma detalhada como ocorre o desenvolvimento psicogenético dos DH, isto é, não permitem verificar passo a passo como se dá esse desenvolvimento, com respeito à idade, os resultados apontaram para aspectos importantes desse desenvolvimento.

O avanço, sobretudo no que se refere às concepções sobre os DH, parece apontar para uma psicogênese dos DH, em que o processo de descentração, envolvendo diferenciação e coordenação de perspectivas sociais, desempenha um papel importante. Desta forma, os resultados, aqui encontrados, parecem confirmar resultados obtidos por outros autores sobre alguns sub-conceitos sociais (CASTORINA, 2005; DUVEEN, 1995).

Chama a atenção, nos resultados, a presença de uma descentração social mais ampla, que só foi alcançada por um pequeno grupo de indivíduos, aqueles que definiram os DH, considerando-os de uma forma universal. Assim, julga-se que o processo de descentração ocorre de forma paulatina, em que as interações sociais devem possibilitar aos indivíduos a vivência alternada de diferentes papéis. Essas vivências permitiriam a diferenciação e integração dessas experiências em totalidades ou estruturas mais bem organizadas, em que

princípios mais gerais de justiça e DH pudessem ser entendidos e adotados.

O segundo aspecto, a ser salientado, diz respeito às diferenças encontradas na Análise Fatorial e na Análise de Regressão Múltipla dos estudantes do Ensino Médio e Fundamental e dos estudantes universitários. Julga-se que essas diferenças estejam apontando justamente para uma maior integração, por parte dos universitários, das experiências vivenciadas em diferentes aspectos da vida social (DH, Política, Moral e Religião).

Observou-se, na pesquisa de Camino (2005), como na pesquisa de Feitosa et al. (2009), que o progresso na compreensão do que são os DH tanto ocorre com o avanço da idade/escolaridade, como também com a influência do contexto na socialização dos participantes.

## REFERÊNCIAS

- CAMINO, C. *Concepção das crianças e dos adolescentes sobre direitos humanos, direitos da criança e justiça distributiva*. João Pessoa: [s.n.], 2005. (Relatório de pesquisa).
- \_\_\_\_\_. *O pensamento moral e a valoração da vida em sociedade*. João Pessoa: [s.n.], 2000. (Relatório de pesquisa).
- CAMINO, C. et al. Adaptação e validação do defining issue test. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA, 22., 1989, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: [s.n.], 1989.
- \_\_\_\_\_. Direitos humanos, atitude institucional e simpatia ideológica em universitários brasileiros. *Revista Estudos de Psicologia*, Natal, v. 12, n. 3, p. 199-211, 2007.
- \_\_\_\_\_. Influência do contexto social nas concepções de adolescentes sobre direitos humanos e justiça. In: JESUÍNO, J. C.; PAREDES, A.; CAMARGO, B. V. (Orgs.). *Práticas e representações sociais*. João Pessoa: UFPB, 2006.
- CASTORINA, J. A. La adquisición de conocimientos acerca de la historia y las representaciones sociales. In: CASTORINA, J. A. (Org.). *Construcción conceptual y representaciones sociales*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2005.
- DOISE, W.; CLEMENCE, A.; LORENZI-CIOLDI, F. *The quantitative analysis of social*

*representations*. Hempel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1993.

DOISE, W. et al. Human rights and genevan youth: a developmental study of social representations. *Journal of Psychology*, Philadelphia, v. 57, n. 2, p. 86-100, 1998.

DUVEEN, G. Crianças enquanto atores sociais: as Representações Sociais em desenvolvimento. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

FEITOSA, I. P. et al. Representações sociais dos direitos conhecidos por estudantes pessoenses de escolas públicas e privadas. In: JORNADA INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, 6., 2009, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: [s.n.], 2009.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

PIAGET, J. *Estudos sociológicos*. Rio de Janeiro: Forense, 1965.

\_\_\_\_\_. *O julgamento moral na criança*. São Paulo: Mestre Jou, 1932.

\_\_\_\_\_. *Seis estudos de psicologia*. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

SANTOS, M. *A representação social de funcionários de uma instituição ressocializadora sobre os direitos humanos dos adolescentes*. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SPINI, D.; DOISE, W. Organizing principles of involvement in human rights and their social anchoring in value priorities. *European Journal of Social Psychology*, London, v. 28, p. 603-622, 1998.

Recebido o 20/07/2012 – Aceito o 20/09/2012

**Outros Temas**

---



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

**PSYCHOPATHOLOGY AND CAPITALISM:  
ON THE SECOND NATURE OF THE ALIENATED SUBJECT OF THE ‘PSY  
COMPLEX’ UNDER CAPITALISM AND THE CONTRADICTIONARY ROLE OF  
PSYCHOANALYSIS**

---

*Ian Parker*<sup>21</sup>

**ABSTRACT**

The domain of the ‘psy’ disciplines – psychiatry, psychology and psychotherapy – that comprise the ‘psy complex’ accompanies the neoliberal circuits of commodity production and mass consumption inserting themselves around the world as part of the machinery of post-colonial rule. This paper reviews the radical contribution of Lacanian psychoanalysis, emphasising that this psychoanalytic practice is not a set of techniques (not medical); it is neither a complete system (not psychological) nor a worldview (not therapeutic). To operate as a progressive force in tension with contemporary capitalism, rather than in collusion with it, however psychoanalysis needs to be set against the temptations of a medical practice, a totalising scientific system or a worldview. This requires that we differentiate psychoanalysis from other elements of the ‘psy-complex’ and also, paradoxically, insist upon disjunctions between psychoanalytic and Marxist practice if both are to function alongside each other in a

---

<sup>21</sup> Professor Dr. of [Manchester Metropolitan University](#) – United Kingdom.

manner critical of capitalism.

**Keywords:** Psychoanalysis. Psychiatry. Psychology. Psychotherapy. Alienation. Lacan.

**PSICOPATOLOGIA E CAPITALISMO:  
SOBRE A SEGUNDA NATUREZA DO SUJEITO ALIENADO DO ‘COMPLEXO  
PSY’ NO CAPITALISMO E O PAPEL CONTRADITÓRIO DA PSICANÁLISE**

---

## RESUMO

O domínio das disciplinas "psy" - psiquiatria, psicologia e psicoterapia - que compõem o "complexo psy" acompanha os circuitos neoliberais de produção e consumo em massa de mercadorias inserindo-se em todo o mundo como parte do mecanismo das regras pós-coloniais. Este artigo analisa a contribuição radical da psicanálise lacaniana, enfatizando que esta prática psicanalítica não é um conjunto de técnicas (não médicas), que não é nem um sistema completo (não psicológica), nem uma visão de mundo (não terapêutica). Para funcionar como uma força progressiva em tensão com o capitalismo contemporâneo, em vez de em conluio com ele, a psicanálise precisa ser definido contra as tentações de uma prática médica, um sistema científico totalizante ou uma visão de mundo. Isso exige de nos diferenciar a psicanálise de outros elementos do "complexo'psy" e também, paradoxalmente, insistir nas disjunções entre prática psicanalítica e marxista, se ambos estão a funcionar lado a lado de forma crítica do capitalismo.

**Palavras-chave:** Psicanálise. Psicologia. Psiquiatria. Alienação. Lacan.

## 1. INTRODUCTION

Capitalism produces a quite particular constellation of subject positions, one in which each individual is expected to configure their own experience as something peculiar to them alone, and in which they are incited to work on that life experience in order to fulfil themselves. Apart from, and often set against collective struggles to comprehend and

transform alienating conditions – the intimate connection between interpretation and change that Marxism insists upon – the domain of the ‘psy’ disciplines opens up another even more intimate field of reflection and activity in which interpretation and change are harnessed to ‘self-realisation’ and, increasingly today, ‘happiness’.

Each of the three traditional components of the psy complex has included some critical work, attempts by radicals to connect personal change with political change, attempts to turn each component of the psy complex from being an agent of adaptation to capitalism to being a force for challenging capitalism<sup>22</sup>. It is beyond the scope of this paper to examine each of these attempts. Instead, I will focus on a fourth component of the ‘psy complex’ that has been attractive to Marxists, that has offered an account of subjectivity that appears, to some, to be able, potentially, to break completely from the logic of capital<sup>23</sup>.

This fourth component is psychoanalysis, and I am particularly concerned with psychoanalysis elaborated by Jacques Lacan, who broke from the International Psychoanalytic Association to found his own school in France in 1964<sup>24</sup>. This is psychoanalysis that refuses ‘adaptation’ in its clinical practice and claims to provide a thorough-going practical critique of the adaption of other forms of psychoanalysis to the administrative or consoling efforts of psychiatry, psychology or psychotherapy (PARKER, 2011). Let us examine each of these practices in turn, and we will trace how psychoanalysis is implicated in, and then contests each of them.

## 2. PSYCHIATRY

Psychiatric knowledge operates as a particular kind of symbolic universe, an evolving expanding hermetic system in which symptoms are treated as signs of disease. It has undergone a series of mutations, but its underlying structure, and the model that it provides

---

<sup>22</sup> See Morgan (2008) for radical alternatives in and against psychiatry, Parker (2007) a on psychology, and Totton (2006) on psychotherapy.

<sup>23</sup> Kovel (1988) provides some inspiring discussion of this possibility, but concludes eventually that this is not viable.

<sup>24</sup> For a history of this process, see Roudinesco (1990).

for the symbolic realm as such is still present in contemporary psychiatric practice and has a bearing on how psychoanalysts define their own activity. We need to grasp how particular features of this universe of signs, of what are taken to be ‘signs’ of illness, interlock and provide conditions of possibility for speakers to address it, and address themselves within it. In this way it will be possible to appreciate how psychiatry developed and how it survived as a historical constellation, as a system of social relationships as well as a symbolic system. (PARKER et al., 1995).

This medical knowledge applied to the mind operates first as a system of signifiers that functions as something ‘other’ to the practitioner that he, occasionally she, are drawn into and invited to master, but that promise of mastery is never fulfilled. The psychiatrist (and then also the psychoanalyst who buys into that promise) is an agent who fails, repeatedly fails to be a master in this system. Schematically speaking, and drawing on another theoretical system – Hegelian phenomenology – influential on Lacan’s early work, we might say that the psychiatrist is a master who discovers that he is dependent on the slave he commands to work, who discovers that he himself relies on the other he imagined he would dominate, for without that domination his activity would amount to nothing. This master-slave dialectic is actually rooted by Hegel in the feudal relationship between what he preferred to term ‘lord’ and ‘bondsman’, and it only then starts to have retroactive hermeneutic effects on the way longer past historical relations between masters and slaves might be understood<sup>25</sup>. We can already see the spectre of a totalising system of knowledge – very much of the kind he is accused of unrolling and celebrating on the stage of history – haunting psychiatry.

This cosmological system feeds on images of the body then operates as if it were an organic form of knowledge, and the organicism of psychiatry locks the patient into a particular ideological representation of their body – of their own mind as if it should be modelled on the body – and into an ideological representation of society. It is against the background of that ostensible organic grounding of psychiatry as a cosmology that debates

---

<sup>25</sup> See Hegel (1977), and for the lectures, by which Hegel arrived at Lacan and his milieu, see Kojève (1969). For historical studies which have pointed out that one of the characteristics of power in feudal society is ‘affective lordship’ in which fear or love is concentrated on one person, see Bisson (2009). For the connections between the performative dimension and Hegel and sex see Butler (1997).

over 'madness' and 'badness' come to operate as different versions of an underlying moral system<sup>26</sup>. An organicist cosmology, a quasi-scientific system that remains within the frame of a pre-Enlightenment worldview, is structurally and institutionally hierarchical, and it replicates late-feudal power relations and forms of social link now within capitalist society.

Psychiatry has indeed become one of the most powerful forms of social control today under capitalism, but it operates so efficiently in this respect precisely because it is double-edged. The double-edged character of psychiatry cuts against itself, tears it into irresolvable competing tendencies. On the one side it is a technical instrumental apparatus now at one with the pharmaceutical companies and enrolled into the delirious search for neurological certainties; it is an endeavour expressed in the claim that Western science is on the edge of the discovery of a gene for schizophrenia. This is bourgeois ideology, the most malign side of the Western Enlightenment, at work in the illusion of scientific progress through technology. On the other side it is a system of patronage and disdain for any kind of dissent, all the more dangerous when it senses that its power is precarious. Here it betrays its aristocratic lineage and loyalties, even if it must play a marginal and often demeaned role, lesser than its other masters in medicine proper<sup>27</sup>.

The bourgeois-democratic revolutions that ushered in new forms of the state in Western Europe that would guarantee capitalist interests never completely eradicated feudal power relations, and the remnants of feudalism were recruited into and re-energised in specific ideological projects that served capitalism well. Psychiatry was thus incorporated into the contemporary psy complex, the meshwork of practices that individualise subjectivity and regulate the activities of bourgeois subjects<sup>28</sup>. Each individual subject is modelled on the apparently autonomous decisions made by entrepreneurs, and incited to believe that they each – subjects as agents – are really free to sell their labour power under some form of contract with their masters. The illusion that each signifier is distinct and complete, independent of the series of signifiers that structure its existence as a series, is in this way of a piece with

---

<sup>26</sup> It is significant that (Szasz) 1961 trained as a psychoanalyst; on the confusion between Laing and Szasz, see Szasz (2004).

<sup>27</sup> See, for example, Young (1999) on the situation in the UK and Kirsner (2000) on the USA.

<sup>28</sup> On the 'psy complex', see Ingleby (1985) and Rose (1985).

bourgeois ideology that depicts each individual as if they began life as Robinson Crusoe and only then entered into relations with others. This replication of feudal social links under capitalism has consequences for political-economic analysis of the development of psychoanalysis as an alternative practice emerging from within it.

The feudal character of the psychiatric frame also draws attention to another form of reduction intertwined with those of sex and pathology which still has a bearing on the training of psychoanalysts today. This form of reduction, expressed in the class character of psychoanalysis, operates by way of the silent presuppositions that are made about who may and may not access treatment and who may or may not train as analysts. We can lay out some coordinates for mapping the class character of psychoanalysis, and these coordinates are concerned with received wisdom about class concerned with the link between identity and position, class assumed to be relayed through fixed status and marked by attributes given by breeding and comportment<sup>29</sup>. These feudal, and classically psychiatric, notions of class are rather different from those of the more meritocratic ideology that comes to the fore under capitalism, but they still operate inside the psy complex today.

Capitalism inaugurates a ceaseless transformation of commodity production and of forms of subjectivity, but even as every social relation and ethical norm is dissolved in the market-place, as they seem to melt into air, this political-economic system is ordered, organised by private property. Ownership of the means of production mutates under capitalism, but the enclosure of space and resources is governed by the imperative to maximise profit, to channel surplus value and condense it into sites from where it can be reinvested. One of the ideological motifs of capitalism is the belief that money and power is siphoned into the hands of a few who then conspire to exploit the rest.

Here we come to Lacanian critique as a supplement to classical Marxism. The circuit of commodities confronts the individual subject as an 'Other', and then, so such ideological

---

<sup>29</sup> See Gibson-Graham, Resnick and Wolff (2001) for an attempt to reconceptualise class as a process rather than substantive category, and Chakrabarti and Dhar (2010) for an extension of the argument; and for more specific discussion see Chakrabarti, Cullenberg and Dhar (2007, 2008). The 'postmodern' rhetoric and radical break from Marxism is unnecessary to take the class as 'process' argument seriously, and is compatible with revolutionary Marxism; see Braverman (1974), and Mandel (1974).

modes of reasoning go, manipulation of the system can seem to be explained with reference to an ‘Other of the Other’. This is the setting for a neat ideological trick in which each poor individual seems to be deprived of their enjoyment (a deadly excessive enjoyment Lacan calls ‘jouissance’) by other individuals who pull the strings. Ideological belief, manifestly absurd and so operating often only at an unconscious level, glues the barred subject to an object which localises jouissance – Lacan’s ‘object a’ (to which we will return in due course) – and now we can say that under capitalism such beliefs are configured for the subject as fantasies<sup>30</sup>.

Lacanian psychoanalysis itself developed from within a particular local version of medical practice in the 1930s, a French psychiatric tradition that was already marginalised by the mid twentieth century by the German and the US nosological systems (the American DSM and European ICD) which are now globally hegemonic (PARKER et al., 1995). It was marginal, and perhaps more nationalist and patrician for that, and it provided a good breeding ground and breathing space for Lacan to work. From that psychiatric shell psychoanalysis took on a new form, able to pose a series of challenges to conceptions of the subject borne from late feudalism.

Lacanian psychoanalysis subverts psychiatrised conceptions of ‘the good’ grounded in medical conceptions of healthy minds, bodies and society, and it opens the way to an ethics of the subject that also breaks from biological definitions of sexual difference. The question now is how far it can shake itself free from late-feudal remainders in the realm of ideology, forms of knowledge that still inhabit and structure our attempts to connect ethics with politics; to connect ethics with clinical practice, and to hold true to that ethics of the subject by refusing to confuse politics and clinical practice as two quite distinct spaces for radical change.

### 3. PSYCHOLOGY

The early complementary pathological relationship between psychiatry and

---

<sup>30</sup> On the way ideology functions as a peculiar relation of the subject to object see Žižek (1989).

psychoanalysis was disturbed and recast by the growth of academic and professional psychology through the course of the twentieth century. The relationship was both complementary and pathological for it was marked by resentment and distortion that locked the partners together. There was analytic resentment at the power of the psychiatrist and also, on the part of those still wedded to their medical training, at the psychoanalytic unravelling of organic disease categories. And there was distortion of alternative conceptions of distress as they became rendered into a language understandable enough to each partner to enable them to work together. In some cases, and all the more so inside institutions and organisations more closely tied to the old dispensation through familial and personal links to the aristocracy, psychiatry still tended to assume pride of place in what was in some contexts known as ‘medical psychology’<sup>31</sup>. Medical psychiatric practice which had adapted itself to psychoanalytic ideas thereby managed to insulate itself from the potentially unsettling effects of psychology. Psychoanalysts, who were usually medically trained, especially in diaspora after Freud’s failure to safeguard the role of ‘lay analysis’ from the US American medics in the 1920s, still had to operate within the frame of treatment regimes tainted by quasi-feudal assumptions about the quite different rights and responsibilities of doctors and patients<sup>32</sup>.

The historical transformation of feudalism into capitalism is unfinished business, and this is no more evident than in the biopolitical management of populations and individuals. This problematic, in which medical psychiatric practices compatible with late feudalism informs the psychologisation of individual subjects under capitalism is one that psychoanalysis has been influenced by and sometimes colluded with. In modern biopolitics there is a two-fold process at work by which the body is still the target of sectors of the psy-complex concerned with the healthy functioning of social systems – now the ‘behavioural’ element of psychological treatment – while, at the same time, the mind is abstracted as a mechanism responsible for faulty perception and ‘cognition’ which can, in principle be corrected. Under these conditions individuals are marked out as separate from one another,

---

<sup>31</sup> For different disciplinary contexts see Hinshelwood (1995).

<sup>32</sup> See Freud (1974b) on ‘lay analysis’. Jacoby (1983) describes how émigré analysts from Europe fleeing Nazism had to retrain as medical doctors in order to practice psychoanalysis in the United States; on what they fled see Frosh (2005).

but in a particular relationship to the state, ‘surrounded by a boundary that simultaneously isolates and protects them’ (ESPOSITO, 2008, p. 141).

There are far-reaching demographic and geographical disputes at play here through which psychology was refracted as a new discipline that pretends to provide progressive resources for psychoanalysis. The democratising impulse of psychology, at work long before the injunction by ‘positive psychologists’ to ‘give psychology away’, to make it available to the greatest possible number of people as a knowledge shared about the nature of individual mental functioning, corrodes feudal power relations and threatens to isolate psychiatry as a rather antique medical speciality. On the one hand, psychology becomes powerful in the psy complex as an apparatus of surveillance and normalisation of populations and each individual member of them. When it generously invites each person to speak about their ills to another it serves to bind the individual all the more tightly to the professional apparatus, and it then does seem as if the spiral of confession confirms the operations of disciplinary power (FOUCAULT, 1981). On the other hand, psychology brings the knowledge of the psy-practitioners out well beyond the domain of moral improvement aimed at by the more enlightened nineteenth-century alienists. Psychology as the quintessential subjectivising discipline of bourgeois democracy requires the education of its actual and potential clientele<sup>33</sup>.

Certain elements of psychology will function whether or not people are actually consciously aware of the principles that underlie it. Time and motion studies and behavioural conditioning procedures, for example, trace the physical movements of workers in different occupations in urban centres and then the preferences of consumers inducted into the activity of making choices between an increasing array of commodities available to them. In this sense, much early psychology merely reiterates in miniature the social forms in which it is embedded and reinforces the taken-for-granted second nature of those forms. However, more sophisticated versions of academic psychology require reflexive activity on the part of those

---

<sup>33</sup> De Vos (2009, p. 234) argues that ‘the subject is both the main problem and often the unwanted guest of the sciences, the one who spoils it all. Psychology then claims to take care of this problematic subject: psychology aspires to be the meta-theory of all the sciences, taking care of the breaches subjectivity causes in the constructions of science’.

who make use of it<sup>34</sup>. (This is an aspect of psychology in which psychoanalysis comes to play an important role.)

We are now faced with an increasing psychologisation of individual subjectivity, and of the way that social processes are understood using that psychologised individual experience as a theoretical template. Psychologisation commences with the birth of capitalism, and is a necessary condition for capitalism based on commodity exchange to work. Not only does each worker enter into a contract to exchange their labour time for money as if of their own free will, but the entrepreneurial activities of the capitalist provide a model for thriving competitive individualism that seeks to maximise profit. Psychologisation is necessary through the development of capitalism as the material ideological texture of everyday life through which economic mechanisms appear to be grounded in the survival of the fittest, and it has become all the more important in times of neoliberal deregulation of welfare services and intensification of precarious competitive labour conditions in which the worker is now also ideologically and subjectively reconfigured as a kind of entrepreneur<sup>35</sup>.

There is, in a psychologised culture that corresponds to the needs of contemporary capitalism, also a process of recuperation of psychoanalysis into a particular model of clinical practice that then also provides a particular model of social change, and of the place of an individual who is trying to understand and participate in social change. Psychoanalysis is, on the one hand, often reduced to being focused upon a form of psychology – a description of childhood development, personality differences, pathological interpersonal relationships, and so on – but this betrays the radical potential of a psychoanalytic deconstruction of subjectivity under capitalism. Lacanian psychoanalysts do not render treatment into a process that can be made susceptible to prediction as part of ‘evidence-based’ practice, nor do they promote

---

<sup>34</sup> For a sociological view of the development of ‘reflexive modernity’ see Giddens (1992). For Lacanian interventions in and against psychology see Malone and Friedlander (1999), and Owens (2009).

<sup>35</sup> On psychologisation with particular reference to psychology as a discipline which normalises the subject see De Vos (2009). An indication of the early popularisation of psychology can be seen in the spread of ‘practical psychology’ as a self-help movement in Britain and beyond between the two world wars; by 1948 there were more than 200 ‘clubs’, including in Palestine, Nigeria, Gold Coast, Australia, India, South Africa, Malaysia and Burma, and ‘Practical Psychology Handbooks’ in the 1930s and 1940s were on topics ranging from making friends to beating shyness, and included one on the inferiority complex, see Benjamin (2009), see also Thomson (2006).

rationality as the touchstone of conscious understanding. Lacanian psychoanalysis goes beyond psychology, but we need to embed its alternative account of subjectivity in political-economic processes in order to connect the clinic with society.

Under conditions of ‘psychologisation’ social processes are turned into things that seem to operate as if it were independent of those processes, even as if that something was the cause of them. Psychologisation was essential for psychology to be able to borrow material from adjacent disciplines such as philosophy, biology and sociology, and to rework that material as if it were psychological. This is the context in which cognitive behavioural approaches have emerged as a therapeutic approach – developed from within a particular tradition in psychoanalysis – that render complex emotional responses into formal procedures. Cognitive Behavioural Therapy (CBT) approaches function well in an administered world, and they need compliant individuals who will administer their own activities. These compliant individuals are encouraged to work on solutions that promise quick fixes, and now CBT embeds that mistake even in the way we think about ourselves. The rise of CBT therefore exemplifies three aspects of psychologisation<sup>36</sup>.

First, psychologisation operates by way of a reduction of horizons in which certain issues are bracketed out as either unimportant or as things that it just not possible to have any impact on. This is not merely a technical problem that flows from the attempt to produce experimental studies of social phenomena in psychology; it is a problem that arises when individuals are encouraged to reflect on their disappointment and draw the moral conclusion that they are now all the more courageous to accept what cannot be changed. Second, psychologisation works through the separation not only of each individual from others so that psychological solutions are independent of everyone else, but also through segregation of ‘life-worlds’ (to use a psychological term popular in the phenomenological tradition in the discipline). This segregation promotes an organicism in which identity as a member of a group involves a focus on the identity of as well as loyalty to communities that are themselves organised to maintain traditional power hierarchies. The motif of ‘balance’, as an ideal of

---

<sup>36</sup> On the differences between Lacanian psychoanalysis and cognitive psychology (as well as behaviourist and ‘discursive’ psychology) see Pavón Cuéllar (2009). See also Parker (2010) for a Lacanian critique of CBT.

cognitive well-being as well as an ideal relationship within and between ‘communities’, thus serves to maintain the status quo. Third, psychologisation operates through an experiential commitment to psychological explanations, not only of what happens to each individual but also what happens to society. Then the language of psychology comes to replace other various political explanations, and this language limits the room for manoeuvre and, even more so, for social change.

It is today psychology more than psychiatry that filters out what is thought to be scientifically valid in psychoanalytic practice according to the twin precepts of empirical evidence and pragmatic utility. What should be noticed about scientific knowledge here is that under capitalism it begins to operate as a kind of machinery which presupposes truth, a truth that it mobilises for strategic purposes or reveals as the warrant for decisions to be made about wellbeing and health, including mental health.

If the Western Enlightenment was supposed to have been characterised by the injunction that we have the courage to ‘think for ourselves’ – this is Immanuel Kant’s catch-cry to end the ‘self-incurred tutelage’ of human beings – then capitalism, and forms of science factored into the production of knowledge under capitalism, transforms that injunction into one in which we should traverse the triumphant experience of such courage to arrive at the courage to accept what cannot be changed<sup>37</sup>. Psychoanalytic social theory derived from the adaptationist tradition Lacan excoriated draws out the lesson directly and openly, turning it into a moral stance to be declared and advertised to all as the ‘importance’ of ‘disappointment’ (CRAIB, 1994). But Lacanian psychoanalysis is still often also trapped in this limited mode of engagement with politics, and names this disappointment ‘lack’. The precise coordinates of ‘lack’ in clinical work thus need to be differentiated from disappointment in the political realm, and a starting point for making that differentiation comes from Lacan’s own careful interpretation of how a particular kind of subject comes to lie at the heart of capitalism and Western science recruited to that particular political-economic system. ‘Lack’ as a conceptual device to orient psychoanalytic work in the clinic is

---

<sup>37</sup> Kant (20\*\*), and see also Foucault (1984) commentary on Kant’s article.

very different from the universalising of ‘lack’ as a moral lesson in the sphere of politics. There is a necessary disjunction between the two, and clinical practice should not be extrapolated to social processes as if it were a kind of all-encompassing system (or worldview). Now it is possible to develop an interpretation of Lacan’s own account to show how his analysis of science also entails a critique of capitalism.

The focal point of Lacan’s analysis of the status of the individual in relation to science under capitalism is the reasoning individual that appears centre-stage in the writings of René Descartes as the ‘*cogito*’, that which doubts everything save its own activity and existence as something that is thinking. Even if there were an evil demon that was misleading us about the nature of reality, that sabotaged the material architecture of scientific investigation, Descartes reasons, there would still remain *thinking*, and this very doubt about the nature of reality operates as a defining property and safeguard for the fact that ‘I think therefore I am’ (*‘cogito, ergo sum’*, in some formulations ‘I am thinking therefore I am’) (DESCARTES, 1996, p. 68). However, there is a crucial gap in Descartes’ formulation of the nature of this thinking substance, which it is then possible, as a second step, to magnify such that it becomes a gap in being and defines the human subject as marked by a ‘lack’. To take that second step is to introduce a potent ideological element into the equation, and we will need to take care to circumscribe our account of Lacan’s reading now so that we do not inflate this precise theoretical point so useful to the clinic (in which we encounter peculiar effects of the ‘unconscious’ that is brought to life there) into a moral lesson for all. Lacan points out that the ‘I’ of the ‘I think’ (*‘cogito’*) is not necessarily self-identical with the ‘I’ of the ‘I am’ (*‘sum’*), and that the ‘therefore’ (*‘ergo’*) of the equation glues the two forms of ‘I’ together. It is a linguistic operation with metaphysical consequences, consequences for how the Cartesian subject will come to think of itself as ‘itself’ and warrant its existence as something separate from other subjects defined as discrete individuals.

An entire mental landscape operating on particular epistemological and ontological principles is thereby opened up for the subject, a mental landscape which enables the subject to map themselves ideologically into capitalism. This mental landscape is eventually filled out by the discipline of psychology, but there is already an incipient and necessary

psychologisation of the subject at work in Descartes' reasoning about reason, reasoning that Lacan unpicks. Descartes' account works under capitalism, it corresponds well to it, but it does so on condition that there is something else that guarantees that we can move out from our own separate individually-enclosed spheres of reasoning into a knowledge of the world. The guarantee comforts those individual subjects who are alienated within that knowledge as scientific knowledge they cannot fully comprehend. That something else is God, for while there may be those who work like the evil genie in this world and mislead us about the nature of reality, there is, Descartes argues, a benevolent God who ensures that the universe is arranged in such a way that our investigation of it will bring us to more complete knowledge of it.

Scientific knowledge under capitalism thus rests at a deeper level on faith, and Lacan repeatedly draws attention to the way that a simple refusal of a spiritual dimension covers over the hidden presupposition that there is a God. Atheists may declare that God is dead, but the attempt to dispatch him too quickly results in that omniscient being – a 'subject supposed to know' as condition for us knowing anything at all – having a more profound function which is captured in Lacan's comment that under current political-economic conditions it is not so much that the deity has been finished off altogether but rather that 'God is unconscious'<sup>38</sup>.

### ***3.1. The Subject and Alienation***

Capitalism rests on a particular conception of individual rights, and there is a balance presumed in bourgeois-democratic ideological systems between the rights of those who own the means of production to employ others for profit on the one hand, and the rights of workers to sell their labour power on the other. The exercise of the employer's and the employee's rights are viewed as taking place within an exchange that operates as a kind of contract that both parties consciously and freely engaged in. In this ideological universe it is presumed that

---

<sup>38</sup> Lacan (1973, p. 59) argues that 'the true formula of atheism is *God is unconscious*'.

it is possible for judicious administrators to determine what will be good for people and bad for them and to arrange roles and responsibilities so that the greatest possible good is distributed among them. Psychology as a discipline comprises elaborate models of human behaviour to warrant this version of ethics, and some of the strands of work in the behaviourist tradition, which seem to refuse to adopt a specific moral standpoint, do actually rest on notions of what healthy and unhealthy patterns of behaviour are and how ‘contingencies of reinforcement’ might be engineered to bring benefit to people<sup>39</sup>.

This conception of ethics rather conveniently overlooks, as does behaviourism, what the stakes are for the individuals or groups that arrange the distribution of goods, and some kind of neutral position outside the system is presupposed such that decisions can be made which are not themselves induced by certain benefits for those who decide what is good for everyone else. The problem lays not so much at the level of particular decisions as at a deeper systemic level, of structurally distributed powers that organise the rights accorded to those who will decide. However, conscious decision-making and the presumed goodwill of those distributing the rights of others is the least of it, the least of the problem. The rights of each individual are limited conceptually and clinically by an elusive domain of the subject, the unconscious, and this domain remains forever out of reach, outside the domain of ‘rights’.

The rationality of capitalism as a political-economic system is underpinned by a scientific view of social and personal enlightenment. The ideological armature of science under capitalism is then set against alternative systems which are derogated as pre-scientific, uncivilised and ‘irrational’, or may be romanticised as non-rational and intuitive, but usually in such a way as to prioritise the rationality assumed by each individual seeking further enlightenment from them. Psychoanalysis itself, despite Freud’s own warnings, often adheres to a distinctive worldview which it assumes to be universally true, and which is sometimes buoyed up by appeals to science, to scientific method or in claims to be underwriting the subject of science. These forms of truth are sometimes given a publicly-accountable frame as warrant for a psychological reduction of truth to what can be defined as correct. In that case

---

<sup>39</sup> This is the title of one of Skinner (1969) books on ‘radical behaviourism’. It is against this background that the discipline operates as an apparatus dedicated to adjusting individuals to society, see Napoli (1981).

there is an adherence to ‘evidence-based’ standards and explicit rationalism, and sometimes this mode of reasoning is given a hermetic cast in which case the internal logic is valued as specifically scientific and even more rigorous than that of mainstream science<sup>40</sup>.

In this sense, the underlying rationality of capitalism is what psychoanalysts would characterise as being ‘obsessional’, and it is then no surprise that psychoanalytic biographies of key figures in the enforcement of labour discipline – Sudhir Kakar’s psychoanalytic study of Frederick Taylor and the concern with time and motion studies of factory work, for example, – should reveal such a strong strain of obsessional neurosis.<sup>41</sup>

A first peculiarity of capitalism as far as subjectivity is concerned is that the human subject – the nature of their being in the world and their reflexively elaborated relation to others – is defined as an isolated individual. From this separation of each subject from others, the individualism that marks the ground on which someone will conceive of themselves as electing different options, as if choosing commodities, the discipline of psychology thrives. The obsessional neurotic is actually the quintessential psychological subject. The second peculiarity of life under capitalism, that which gives it its distinctive character, and this second characteristic coexists in a dialectical relationship with its individualism, is that the individual subject is torn between a relation to capital and a relation to the labour process.

On the one side, capital as a system of commodity exchange in which labour power is itself treated as a commodity produces a further reification, of relations reconfigured as if they were things. On the other side, the labour process is the site for the exercise of creative powers of the human being, but creativity betrayed as those powers are turned against the subject through different aspects of control, deskilling and unemployment<sup>42</sup>. It is possible to conceive of this second side of the equation is the site of alienation, but it is theoretically more productive to treat alienation as the split between the relation to capital on the one hand

---

<sup>40</sup> Laurent (2002, p. 100) argues that Lacanians ‘must expose any attempt to accuse us of being amongst those who promote and identify with the ideal of effectiveness’.

<sup>41</sup> Kakar (1974) on deeper connections between Puritanism in early capitalism and obsessional neurosis see Dachy (2005).

<sup>42</sup> On the ‘deskilling’ that takes place under capitalism see Braverman (1974), and on the homologous process of deskilling that strips out, reifies and then sells back what then appear to be ‘cognitive’ abilities see Shotter (1987). See also Mandel and Novack (1970).

and the relation to the labour process on the other. Attending to this split we are able to develop an account of alienation that is at one moment, for certain purposes, materialist – grounded in the specific nature of capitalism – and, at the same time, Lacanian. Or, another way of putting it, a Lacanian account of alienation as the division of the subject is thereby rendered into a materialist account of conditions of production, including production of the subject under capitalism.

This double-relation of the subject to capitalism – alienated both in their condition as commodity and as source of surplus value – feeds psychologisation, and the relatively enduring reality of life under capitalism provides the conditions in which certain clinical ‘structures’ seem to take on a life of their own. Conditions of psychologisation sediment a process of pathologisation, and the production of the distinct psychiatric categories that psychoanalysis adopted – of obsessional neurosis, hysteria, psychosis and perversion – seep into the life-worlds of subjects (PARKER, 2011). Their individual experience of distress also speaks of a pathological compliance with and revolt against exploitative alienating society. Under capitalism alienation comes into its own as a Lacanian psychoanalytic category, alienation no longer as some quasi-existential ‘lack’ which may either, at best, give the space for critical distance from existing conditions or, at worst confirm bitter disappointment as the end point of reflexive inquiry into the human condition. Instead, alienation plays a much more fundamental role in the position of the subject, and it does so as real, in two sense of ‘real’ elaborated by Lacan<sup>43</sup>.

First, alienation is ‘real’ in its status as the necessary underlying condition for becoming a subject, for one must sell one’s labour power and one must consume, both to survive at least. Whether selling or buying to confirm one’s being – as one’s ‘justification for existence’ as Lacan characterised the existential predicament of the obsessional neurotic – and torn between the two, one is faced with something impossible, the real as impossible<sup>44</sup>. The real is impossible to grasp, and appears only transitorily at moments of traumatic revelation, as if one’s skin was suddenly torn from the body for example; it is resistant to symbolisation,

---

<sup>43</sup> See Lacan (1973) on the Real, and on the difference between the Real and ‘reality’.

<sup>44</sup> ‘the opposite of the possible is certainly the real’, Lacan (1973, p. 167).

and it is understood only in imaginary and symbolic terms when it is covered over as it is given meaning. Here, in this first sense one might speak of the material ‘base’ of capitalist economy, but only if one gives up the idea that this base can be bit-by-bit excavated and represented to us as it is<sup>45</sup>.

Second, alienation is ‘real’ as gap in the symbolic, as that necessary contradiction that sustains the way we account for where we are in the world, in this political economic ‘reality’. Within the very texture of capitalism as an ostensibly rational system of production and consumption and as terrain on which each individual is free to enter into different kinds of commercial and interpersonal contract with others there are moments of unbearably excessive irrationality when relations between subjects break apart. This aspect of alienation which haunts everyday reality breaks the trust which glues market trading and the civil community together, and here this alienation is real as that impossible point at which the subject is torn, divided between commodity exchange and the labour process. Here the subject as such is vaunted as the psychological individual – perceiving, cognising and electing between alternative courses of action – but in its pathological condition of obsessional neurosis it is the subject as product of capitalism.

#### 4. PSYCHOTHERAPY

Now we are faced with a most curious paradox, one which is mirrored across the quite different domains of political economy and psychotherapy. By ‘psychotherapy’ here I mean the proliferating field of approaches to understanding and working through distress that has come to rival ‘psychology’ as a signifier in the popular imagination. The therapeutic effects that psychoanalysis aimed to produce by way of a long protracted self-reflexive process have now taken form as something to be directly achieved; different psychotherapies either elaborate a version of psychoanalysis, are patterned on a mechanistic or humanistic representation of it, or they operate as route-maps to therapeutic effects that aim to bypass

---

<sup>45</sup> Žižeks (1995) argument that we could be ‘mapping ideology’ as opposed to fully comprehending it, in Lacanese, ‘there is no metalanguage that can be spoken’, Lacan (2006, p. 688).

psychoanalysis, even pretending to bypass representation itself as they imagine they connect directly with what they feel. Psychotherapy postdates psychoanalysis, feeds off it, and now fairly efficiently adapts psychoanalytic ideas to capitalism.

Some variants of psychotherapy – those concerned with character typologies and life-plans – mimic psychiatric reasoning, and some cognitive and behavioural approaches to what has gone wrong that try to patch things up shade into psychology<sup>46</sup>. Some variants that engage with numinous energies that flow from inside the self or from crystals and angels anticipate a model congruent with theological explanation<sup>47</sup>. Psychotherapy is a field of competing systems of knowledge about the self, and although there is disagreement between practitioners about what this ‘self’ is exactly they adhere to a set of images of a journey from misappraisal to self-understanding. Psychotherapy is now hegemonic in some parts of the world as a form of commonsense about the nature of the self and it operates as a form of ideology, as banalised psychiatry, ‘pop-psychology’, even as an everyday psychoanalysis.

‘Psychotherapeutic capital’ is thus accumulated as a symbolic resource which combines power and knowledge, power and knowledge on the part of the therapist who has access to a potentially if not actually complete system of concepts, and ‘empowerment’ predicated on the production of self-knowledge on the part of the client. In order for psychotherapy to circulate as symbolic capital in this way the signifiers that appear as products of the therapeutic process must be taken on good coin, as full of value at the moment they are discovered and as they are repeated in testimony of therapeutic success.<sup>48</sup>

Psychotherapeutic subjects govern themselves as individuals but at the same time there is in many forms of psychotherapy the hope that a link with others might be forged, a link which sometimes comes to life through sharing one’s experience of distress, exploring relatedness as a motif of the therapeutic process, or advertising the success of the therapy, even to the point of deciding to become a therapist oneself.<sup>49</sup> Themes of the interdependence of self and other are shared with psychoanalysis, of course, but this is turned in a slightly

---

<sup>46</sup> See, for example, the debates in House and Loewenthal (2008).

<sup>47</sup> For a collection that indicates the nature of this ‘alternative’ field of work see Rowan and Dryden (1988).

<sup>48</sup> Compare Bourdieu and Passerons (1977) analysis of ‘cultural capital’.

<sup>49</sup> There are many accounts of this kind within different therapeutic frameworks in Rowan and Dryden (1988).

different, significantly different direction by psychotherapy. The distinctive mutation of psychoanalysis into psychotherapy revolves around the mysterious object that fascinates each subject, the object cause of desire that Lacan calls 'object a' (LACAN, 1973).

This object drives the psychiatrist's search for the underlying cause of mental disorder, an underlying cause that they believe to operate somewhere in the sick mind. This object cause of psychiatric attempts to categorise and group together similar instances of disorder, ideally in identifiable diseases and often in syndromes as clusters of symptoms, is perpetually produced and then lost. At one moment the cause is glimpsed and then it disappears from view. In classical psychiatry toward the end of the nineteenth century there were attempts to make the cause visible through an attention to what can be seen as disorder, and this is one reason patients were put on display, gathered under the searching gaze of the psychiatrist. In modern psychiatry there are attempts to make the cause visible in functional Magnetic Resonance Imaging techniques and in representations – in popularised short-hand terminology to persuade sceptics – of the gene for a disorder as if it could actually be seen through a microscope, for example, by Fonagy (2004).

The emergence of psychology as a discipline is characterised by a shift in focus so that what is observed is sometimes mistaken for the stuff of science itself – empiricism encourages psychology to measure regularities in behaviour and bypass the attempt to delve deep into their objects of study – or it sometimes becomes a function of an implicit model of its objects that is concerned with what is accomplished by observable behaviour rather than with its antecedent causes. This second approach is more in line with US American pragmatism than with English empiricism, and the discipline of psychology in the English-speaking world – the form of the discipline that is now spreading around the globe and displacing local traditions of research – oscillates between these two epistemological frames. So, here the object of study is treated as if it were directly visible, and then there is sometimes some disappointment that these objects, individuals who absorb the knowledge psychology provides complain that crucial features of human existence seem to disappear in this knowledge as the object of study is produced and almost immediately lost as an alienated divided subject.

The gaze of the psychiatrist and psychologist upon their object of study – the object that causes their desire to know – is reversed in psychoanalysis, for now it is the psychoanalyst who takes the position of this object, who is semblance of the object cause of desire for the analysand. One early Lacanian formulation of transference is that the analysand supposes that there is a subject who knows, supposes that their analyst is that subject. Another later formulation is that the analysand is hystericised by the appearance of their own object incarnated in the figure of their analyst (LACAN, 2007). This does not mean that the analysand is thereby transformed into a psychologist or psychiatrist, one who discovers something about the analyst, but they do search for knowledge, an object in the analyst which they eventually conclude is something to do with what they know and desire themselves.

There are many different forms of psychotherapy, and as an ideological complex concerned with the management of the self it is an eclectic mixture of different elements that are weighted differently in cognitive, humanistic and psychodynamic schools. It is understandable that some of these forms should chime with popular images of psychology in such a way as to make the circulation of ‘psychotherapeutic capital’ compatible with psychologisation. Psychotherapeutic conceptions of clinical practice as being concerned with discovering hidden meanings corresponds with commonsense understandings of the self, and they then sustain notions that are antithetical to psychoanalysis; notions of empathy, harmony, empirical truth, moral education, normalisation, pathologisation, predictive validity and rationality. Dominant forms of ‘psychoanalysis’ in the English-speaking world, when they are not busily attempting to ingratiate themselves with psychiatrists or psychologists, have also done exactly that, and have even attempted to press Lacan into that adaptationist project, for example Bailly (2009).

Some forms of ‘psychotherapy’ pretend to be part of a radical new alternative to old versions of treatment. This is all the more reason why therapeutic categories should be treated with suspicion by psychoanalysts (and Marxists), and that suspicion should be directed as much to the practice of psychotherapy when it operates as the soul of a spiritless condition under capitalism as to therapeutic ways of talking about the self, for these reproduce the worst of popular cognitivist, humanist or spiritualised forms of ideological mystification. Lacanian

psychoanalysis at its best refuses to adapt itself to psychotherapeutic categories, and it refuses all forms of bourgeois psychology in its search for something more progressive.

Lacan reminds us that psychoanalysis is a practice of representation, conceptualising and intervening at the level of representations of pleasure and pain, of what is thought to make the subject and those dear to them happy and what brings misery to each and all. For Freud, psychoanalysis does not delve directly into the unconscious but is concerned with representations of it, and, for Lacan, representations structure it; the unconscious is structured

like a language<sup>50</sup>. Likewise, it is the representation of affect rather than affect itself that is at issue as ‘emotional’ responses come to be structured and restructured in the course of analysis. This dimension of representation, and the figure of the analyst as the one who catalyses and purifies images of others that the analysand brings to them in transference, is then disturbing to many forms of psychotherapy that hope for unmediated contact between therapist and client as a model for how the client should relate to themselves.

Lacanian psychoanalysis therefore cuts against the commonsensical nostrums about the self that pretend to bypass representation but which simply lock the subject all the more tightly into late capitalism. Psychotherapy has profited from the failure of attempts to overthrow capitalism, and it presents itself now as the most flexible and comforting democratic solution to what it pretends is an outdated revolutionary tradition that valued and worked with contradiction at the level of the subject and at the level of political-economic formations.

The psychotherapeutic torsion in contemporary subjectivity invites a form of reflexivity which at one moment opens a space for Lacanian psychoanalysis and at the very same moment transforms psychoanalytic work into an ideological moralising force compatible with capitalism. Our task, then, is to open that space, and one way to do it is to insist on the importance of *disjunction*. This will need to include a disjunction between

---

<sup>50</sup> From his pre-psychoanalytic speculations about the mind, in Freud (1974a), to his discussion of word presentations and thing presentations, in Freud (1974c), there is an attention to *representation* rather than an attempt to delve beneath it. Lacan argues that these representations are signifiers, and this is why, for Lacan (1993, p. 167) ‘Every analytic phenomenon, every phenomenon that comes from the analytic field, from the analytic discovery, from what we are dealing with in symptoms and neurosis, is structured like a language’.

representation and affect, so that we are able to conceptualise how ‘feelings’ operate by virtue of signifiers that shape and carry them and are organised into systems of emotion that are culturally-mediated historically-local forms of understanding of the self. It will include a disjunction between the individual and the social so that is suspicious of psychotherapeutic projects that aim to bring about emotional literacy which then enforce a homogeneous view of what subjectivity is. This theoretical and clinical work must also attend to a disjunction between the clinic and politics so that therapeutic reasoning does not operate in a closed ideological loop to confirm a particular model of the subject. And it will include a disjunction between views of the world so that therapy cannot posit itself as an all-encompassing worldview, as a metalanguage which heals the divisions between different accounts of the world and the subject.

## **5. MARXISM**

The foregoing discussion has implications for the way we conceptualise the relationship between psychoanalysis and Marxism, the way that psychoanalysis can operate as a theoretical practice that is critical of capitalism and as a critical friend of Marxist revolutionary praxis.

We need to mark the difference between the two domains of practice – Marxism and psychoanalysis – and conceptualise how psychoanalysis is itself the name for peculiar conceptual capsules of the subject produced by capitalism. Marxism does indeed have an interest in the contradictoriness of this subjectivity as a site of ideology and a site of resistance to capitalism, and it is precisely for this reason that there is also a necessary disjunction between the clinic and politics. While the clinic does refract political questions, clinical phenomena cannot be extrapolated to political activity. The question now is whether psychotherapy will triumph as a reaction against psychoanalysis or whether psychoanalysis can redeem that connection with Marxism as a revolution in subjectivity that breaks from capitalism.

The first aspect concerns the historical construction of psychoanalysis as such,

something that Lacan broaches many times. Let us briefly run through key elements of this historical character of psychoanalysis to make the point. We can note the impact in Lacan's writing, for example: of dispensing with Freud's pre-historical origin myths for the Oedipus complex; of locating clock-time as an organising principle in the context of industrialisation; of conceptualising psychoanalysis as a practice that operates on the subject of science; of characterising the unconscious as that which Freud 'invented' rather than discovered; of refusing attempts to turn analysis into adaptation of the ego to capitalist society; and of describing the decline of the paternal imago and so rewriting the nature of the symptom. Lacan is here stripping out the particular contents of vulgarised Freudian theory, and thereby blocking any attempt to extrapolate the meanings elaborated by one subject to another, or to all others in what would amount to a false universal and moralising version of psychoanalysis.

Then it would also be possible to argue that we are left with formal elements that cannot be historicised, and I treat these as the barest elements that we need to presuppose as the human material upon which different stages of capitalism have been built. These formal elements to the stuff of our 'first nature' as *homo sapiens* are: necessarily mediated communication; a consequent forced choice between being and meaning; the loss of connection and traces of that loss as that mediation comes to operate; elements of language as the condition of our consciousness; the problematic nature of truth as we speak within a structured symbolic system; and difference between ourselves and others that is configured around what we imagine we have lost as we learn to speak. These barest formal elements, entirely compatible with a Marxist account, do not yet have the status of any kind of 'second nature' that we construct to fill in the gaps, still less do they specify what content will be elaborated as something approaching a theory of the self. It is not actually empirically possible to strip away our 'second nature' in order to lay bare this subject, because without those contents we would not recognise this subject at all. This is already theoretical work, necessary if we are to be able to map how the false pretenders to a universal theory of the self – psychiatry, psychology and psychotherapy – accumulate their power under capitalism.

These formal elements comprise the conditions of possibility not merely for psychoanalysis, for Lacanian psychoanalysis, but for any human subject whatsoever to relate

to others. We need to take care that what remains as the bare bones of the theoretical system are not simply tacked into the bloated flesh of popular Freudianism. Lacan shows us some way to conceptualise the psychoanalysis we have now to be a historical construction.

There are quite specific historical contexts for the elaboration of such desiderata for analysis, and we are concerned here with a minimal list of conditions which have not been, as we might say, ‘imaginarised’, not layered with additional arcane criteria that tend to operate in much the same way as the hierarchy of invisible degrees that structure freemasonry as a quasi-spiritual site of escape from our dismal reality. Lacanian psychoanalysis *desubstantialises* theoretical concepts at the very moment it deploys them, and is thus, to some extent, at one with a Marxist dialectical view of the perpetual transformation of reality (though I do not want to pretend that Lacanian psychoanalysis is not also profoundly contradictory and much of the time problematic, anti-Marxist)<sup>51</sup>.

## 6. CONCLUSIONS

I want to sum up with four assertions that flow from the argument in this paper. The first is that psychoanalysis is not universally true. This goes against the assumption made by many analysts and consumers and vicarious consumers of analysis, though many analysands may come to this conclusion (that it is not true) themselves, which is no bad thing. Second psychoanalysis is constructed as one of the various names of subjectivity, of what I call ‘conceptual capsules of the subject’ under capitalism, and this goes against many of those who would like to ignore psychoanalysis (and for whom psychoanalysis, including Lacanian psychoanalysis, sometimes gives the name psychotic or pervert), as well as those obsessed with it and those whose refusal of it is sometimes understood (including by Lacanians) to be some kind of hysterical protest. Third, Lacanian psychoanalysis is one of the names for the contradictory subjectivity of late capitalism, virtual, precarious, neoliberal. Psychoanalysis was already part of globalisation from the beginning of capitalism, competitive and

---

<sup>51</sup> See Parker (2007b) on connections and antinomies between revolutionary marxism and lacanian psychoanalysis, and Parker (2011) for a fuller account of implications for radical clinical practice.

individualising, but Lacanian psychoanalysis introduces some new twists and turns and ways out of this state of affairs. Fourth, the contradictions of psychoanalysis need to be connected with the other revolutionary emancipatory movements that were also formed under the rule of capital and as a response to capitalism, but which have been more self-consciously attentive to the historical nature of the political-economic formations they pitted themselves against. It is from the standpoint of Marxist responses to capitalism that we must now engage with Lacanian psychoanalysis.

## REFERENCES

BAILLY, L. *Lacan: a beginner's guide*. Oxford: Oneworld, 2009.

BENJAMIN, L. You too can be healthy, successful, and happy. *The Psychologist*, v. 22, n. 5, p. 460-462, 2009.

BISSON, T. *The crisis of the 12<sup>th</sup> century: power, lordship and the origins of european government*. Princeton: Princeton University Press, 2009

BOURDIEU, P.; PASSERON, Jean-Claude. *Reproduction in education, society and culture*. London: Sage, 1977.

BRAVERMAN, H. *Labor and monopoly capital*. New York: Monthly Review Press, 1974.

BUTLER, J. *Antigone's claim: kinship between life and death*. New York: Columbia University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. *The psychic life of power: theories in subjection*. Stanford: Stanford University Press, 1997.

CHAKRABARTI, A.; DHAR, A. *Dislocation and resettlement in development: from third world to the world of the third*. London: Routledge, 2010.

CHAKRABARTI, A.; CULLENBERG, S.; DHAR, A. *Class trouble*. Kolkata: Sanhati, 2007.

\_\_\_\_\_. Rethinking poverty: class and ethical dimensions of poverty eradication. *Rethinking Marxism*, v. 20, n. 4, p. 673- 687, 2008.

CRAIB, I. *The importance of disappointmen.*, London: Routledge, 1994.

DACHY, V. Obsessional neurosis, puritanism, *funism* and psychoanalysis, *JCFAR: The*

*Journal of the Centre for Freudian Analysis and Research*, v. 16, p. 28-42, 2005.

DE VOS, J. Now that you know, how do you feel?: the milgram experiment and psychologization. *Annual Review of Critical Psychology*, v. 7, p. 223-246, 2009.

DESCARTES, R. *Meditations on first philosophy with selections from the objections and replies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ESPOSITO, R. *Bíos: biopolitics and philosophy*. Minneapolis: Minnesota University Press, 2008.

FONAGY, P. Psychotherapy meets neuroscience: a more focused future for psychotherapy research. *Psychiatric bulletin*, v. 28, n. 10, p. 357-359, 2004.

FOUCAULT, M. *The history of sexuality*. Harmondsworth: Pelican, 1981. v. 1.

\_\_\_\_\_. *What is enlightenment?*. 1984. Available in: <http://foucault.info/documents/whatIsEnlightenment/foucault.whatIsEnlightenment.en.html> . Accessed in: 21 feb. 2012.

FREUD, S. Project for a scientific psychology. In: \_\_\_\_\_. *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. Translated by James Strachey. London: The Hogarth Press, 1974a. v. 1.

\_\_\_\_\_. The question of lay analysis: conversations with an impartial person. In: \_\_\_\_\_. *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. Translated by James Strachey. London: The Hogarth Press. 1974b. v. 20.

\_\_\_\_\_. The unconscious. In: \_\_\_\_\_. *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. Translated by James Strachey. London: The Hogarth Press, 1974c. v. 14.

FROSH, S. *Hate and the jewish science: anti-semitism, nazism, and psychoanalysis*. London: Palgrave, 2005.

GIBSON-GRAHAM, J. K. et al. (Eds.). *Re/presenting class: essays in postmodern marxism*. Durham: Duke University Press, 2001.

GIDDENS, A. *The transformation of intimacy: sexuality, love and eroticism in modern society*. Cambridge: Polity, 1992.

HEGEL, G. W. F. *Philosophy of spirit*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

- HINSHELWOOD, R. Psychoanalysis in Britain: points of cultural access, 1893-1918. *International Journal of Psycho-Analysis*, v. 76, p. 135-151, 1995.
- HOUSE, R.; LOEWENTHAL, D. (Eds.). *Against and for CBT: towards a constructive dialogue?*. Hay-on-Wye: PCCS Books, 2008.
- INGLEBY, D. Professionals as socializers: the psy complex. *Research in Law, Deviance and Social Control*, v. 7, p. 79-109, 1985.
- JACOBY, R. *The repression of psychoanalysis*. New York: Basic Books, 1983.
- KAKAR, S. *Frederick Taylor: a study in personality and innovation*. Boston: MIT Press, 1974.
- KANT, I. An answer to the question: what is enlightenment?. [20--]. Available at: <[www.english.upenn.edu/~mgamer/Etexts/kant.html](http://www.english.upenn.edu/~mgamer/Etexts/kant.html)>. Accessed: 21 feb. 2012.
- KIRSNER, D. *Unfree associations: inside psychoanalytic institutes*. London: Process Press, 2000.
- KOJÈVE, A. *Introduction to the reading of Hegel: lectures on the phenomenology of spirit*. New York: Basic Books, 1969.
- KOVEL, J. *The radical spirit: essays on psychoanalysis and society*. London: Free Association Books, 1988.
- LACAN, J. *Écrits*. New York: Norton, 2006.
- \_\_\_\_\_. *The four fundamental concepts of psycho-analysis: the seminar of Jacques Lacan, book XI*. Harmondsworth: Penguin, 1973.
- \_\_\_\_\_. *The other side of psychoanalysis: the seminar of Jacques Lacan, book XVII*. New York: Norton, 2007.
- \_\_\_\_\_. *The psychoses: the seminar of Jacques Lacan, book III 1955-1956*. London: Routledge, 1993.
- LAURENT, É. The ethics of psychoanalysis, today. *Psychoanalytical Notebooks of the London Circle*, v. 8, p. 91-105, 2002.
- MALONE, K.; FRIEDLANDER, S. (Eds.). *The subject of Lacan: a lacanian reader for psychologists*. New York: SUNY Press, 1999.
- MANDEL, E. *Late capitalism*. London: New Left Books, 1974.

- MANDEL, E.; NOVACK, G. *The marxist theory of alienation*. New York: Pathfinder Press, 1970.
- MORGAN, A. (Ed.). *Being human: reflections on mental distress in society*. Ross-on-Wye: PCCS Books, 2008.
- NAPOLI, D. *Architects of adjustment: the history of the psychological profession in the United States*. Port Washington: Kennikat Press, 1981.
- OWENS, C. (Ed.). Lacan and critical psychology. *Annual Review of Critical Psychology*, v. 7, 2009.
- PARKER, I. Lacanian psychoanalysis and revolutionary marxism. *Lacanian Ink*, v. 29, p. 121-139, 2007b.
- \_\_\_\_\_. Lacanian psychoanalysis: gaps. In: LOEWENTHAL, D.; HOUSE, R. (Eds.). *Critically Engaging CBT*. London: Routledge, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Lacanian psychoanalysis: revolutions in subjectivity*. London: Routledge, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Revolution in psychology: alienation to emancipation*. London: Pluto Press, 2007a.
- \_\_\_\_\_. et al. *Deconstructing psychopathology*. London: Sage, 1995.
- PAVÓN CUÉLLAR, D. Untying real, imaginary and symbolic : a lacanian criticism of behavioural, cognitive and discursive psychologies. *Annual Review of Critical Psychology*, v. 7, p. 33-51, 2009.
- ROSE, N. *The psychological complex: psychology, politics and society in England 1869-1939*. London: Routledge and Kegan Paul, 1985.
- ROUDINESCO, E. *Jacques Lacan and Co.: a history of psychoanalysis in France, 1925-1985*. London: Free Association Books, 1990.
- ROWAN, J.; DRYDEN, W. (Eds.). *Innovative therapy in britain*. Buckingham: Open University Press, 1988.
- SHOTTER, J. Cognitive psychology, taylorism, and the manufacture of unemployment. In: COSTALL, A.; STILL, A. (Ed.). *Cognitive psychology in question*. Brighton: Harvester, 1987.
- SKINNER, B. F. *Contingencies of reinforcement*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1969.
- SZASZ, T. Knowing what ain't so: R. D. Laing and Thomas Szasz. *Psychoanalytic Review*, v.

91, n. 3, p. 331-346, 2004.

SZASZ, T. *The myth of mental illness*. New York: Harper & Row, 1961.

THOMSON, M. *Psychological subjects: identity, culture and health in twentieth-century Britain*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

TOTTON, N. (Ed.). *The politics of psychotherapy: new perspectives*. Buckingham: Open University Press, 2006.

YOUNG, R. Psychoanalysis and psychotherapy: the grand leading the bland. *Free associations*, v. 7, n. 3, p. 437-458, 1999.

ŽIŽEK, S. (Ed.). *Mapping ideology*. London: Verso, 1995.

ŽIŽEK, S. *The sublime object of ideology*. London: Verso, 1989.

Recebido o 25/06/2012 – Aceito o 24/08/2012



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## A CRISE DO SINDICALISMO DO SETOR PÚBLICO: O CASO DO SINTESPB

---

*Welington Barros Cantalice*<sup>52</sup>

*Roberto Vêras de Oliveira*<sup>53</sup>

### RESUMO

Este artigo discute o contexto atual de crise do sindicalismo no setor público a partir do caso do Sindicato de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado da Paraíba (SINTESPB). Procura identificar os principais aspectos envolvidos. Observamos, a partir de entrevistas com líderes e membros, como a sua prática foi substancialmente redesenhada para lidar com as mudanças no trabalho, com as reformas neoliberais dos anos 90: alto desemprego informalização e precarização do trabalho, flexibilização dos direitos trabalhistas e sociais, etc. Observamos também que a Reforma Administrativa do Estado teve impacto direto sobre as relações de trabalho. Além disso, a subjetividade dos trabalhadores mudou o suficiente para afetar a sua dignidade como servidor público (indiferença, comportamento passivo, postura defensiva, corporativismo etc.).

**Palavras-chave:** Sindicalismo. Setor Público. Corporativismo.

---

<sup>52</sup> Mestrando de Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande.

<sup>53</sup> Professor Dr. em Ciências Sociais do PPGCS da Universidade Federal de Campina Grande.

## THE CRISIS OF UNIONISM PUBLIC SECTOR: THE CASE OF SINTESPB

---

### ABSTRACT

This article discusses the current context of union crisis in the public sector from the case of *Sindicato de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado da Paraíba* (SINTESPB). It seeks to identify the main aspects involved. We noted, from interviews with leaders and members, how their practice was substantially redesigned to cope with changes on work, from neoliberal reforms of the 90s: high unemployment, informalization and precarization of jobs, flexibilization of labor and social rights, etc. We also observed that the Administrative Reform of the State had direct impact on labor relations. Besides, the subjectivity of workers has changed enough to affect their dignity as public server (indifference, passive behavior, defensive posture, corporatist practice, etc.).

**Keywords:** Syndicalism. Public Sector. Corporatism.

### 1. INTRODUÇÃO

A importância de se estudar o sindicalismo, mormente nos dias atuais, onde ainda fazem eco algumas concepções que previam a sua extinção ou, na melhor das hipóteses, seu declínio, impõem-se como uma alternativa válida em busca de esforços mais consistentes sobre suas possibilidades e limites como espaço de reação às conseqüências trazidas pelas novas dinâmicas globais nas relações de trabalho.

A presença do sindicalismo como um ator relevante na cena histórica recente do país é inquestionável. Conforme Matos (2009, p. 07), “não há como analisar a sociedade brasileira de hoje sem levar em conta a importância das organizações sindicais”. Especialmente com a emergência do assim chamado “novo sindicalismo”, o qual desdobrou-se na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, a luta sindical se credenciou, ao lado de outros movimentos sociais e políticos, como capaz de galvanizar as aspirações dos

trabalhadores na perspectiva de um novo processo de participação política e social. Tal processo culminou, na segunda metade dos anos 1980, na formulação de uma nova carta política para o país, a Constituição Federal de 1988, tornando-se um marco fundamental da vida política brasileira e dos anseios das classes subalternas (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002).

Entretanto, não obstante os avanços sociais e políticos conquistados ao longo da década de 1980, na virada para os anos 1990, o cenário para a ação sindical ganhou outras conformações, mais adversas, colocando-a na defensiva. Na seqüência de uma onda de adesão de governos de países centrais e periféricos, inclusive latino-americanos, ao ideário neoliberal, chegara a vez do Brasil. Com a eleição de Collor, em 1989, derrotando, em uma acirrada disputa, a opção da Frente Brasil Popular, liderada por Luis Ignácio Lula da Silva, e um forte apoio da mídia nacional, o país imerge de vez na era neoliberal, sob a égide de uma Globalização de caráter financeiro, perversa e excludente. Esse cenário ganha contornos ideológicos ainda mais orientados em uma perspectiva neoconservadora, com a crise do Socialismo Real.

Indubitavelmente, o que se passou no Brasil dos anos 1990, inicialmente com Collor e se confirmando sobretudo com os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, foi a afirmação de uma visão de mundo que se consubstanciou na “constituição de uma nova hegemonia burguesa no Brasil: a hegemonia das concepções e das propostas políticas neoliberais.” (BOITO JÚNIOR, 1996, p. 80). A partir deste ponto, associam-se no país um quadro de estagnação econômica com o aumento da exclusão social, “com sérias implicações para o sindicalismo dos trabalhadores” (POCHMANN, 2005, p. 163).

Afetados objetiva e subjetivamente pelas políticas neoliberais, os trabalhadores e o sindicalismo no país sofreram, nesse contexto, importante abalo. Ao lado da elevação das taxas de desemprego, da massiva disseminação das práticas de subcontratação, das privatizações, das medidas governamentais de desregulamentação das relações de trabalho, do crescimento da informalidade, caem os níveis de greves e de outras lutas de tipo sindical. As negociações coletivas perdem a capacidade de barganhar ganhos salariais e novos direitos. A luta pela garantia do emprego se converte no principal horizonte da agenda sindical. Acirram-

se as disputas no interior das direções sindicais. O poder de organização sindical sofre, ainda, com a pulverização sindical (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002).

Combinaram-se a reformulação prático-discursiva da CUT, que passou de uma prática de confrontação a uma postura mais afeita à negociação, e o surgimento do chamado “sindicalismo de resultados”, com a fundação da central sindical neoconservadora Força Sindical, dissidência da então Confederação Geral do Trabalhadores (CGT), que por sua vez originara-se de uma prática identificada com a tradição corporativista do sindicalismo no país. Os resultados disso: um sindicalismo com menos poder de mobilização, mais comedido, mais defensivo, mais fragmentado, mais conformado aos marcos daquilo que ainda persistia da estrutura corporativista. Ao mesmo tempo, é nesse contexto que, de modo compensatório, as organizações sindicais buscam ampliar seus espaços de participação institucional (por meio de comissões, conselhos, fóruns etc.) e de sua agenda (procurando incorporar outras temáticas, com a questão de gênero, a questão racial, a economia solidária etc.).

No que se refere mais em particular ao setor público, as primeiras formas de organização de natureza sindical datam da década de 1930. Mas com a legislação trabalhista e sindical do Estado Novo, não lhe sendo facultada a opção de organizarem-se em sindicatos legais, os servidores públicos, para a condução de suas lutas salariais, tiveram que recorrer a outras formas associativas. Até os anos 1980, tal segmento não conseguiu ter a mesma desenvoltura do sindicalismo do setor privado. Foi só com a emergência do “novo sindicalismo”, na passagem dos anos 1970 aos anos 1980, que esse segmento registrou um significativo impulso em termos de mobilizações e de uma diversidade e disseminada profusão de tipos de organização, sobretudo na forma de “associações”. Isso, nas esferas federal, estadual e municipal. Tudo isso sendo “determinado pela expansão dos serviços públicos e privados, seguida de constantes deteriorações das suas condições de vida e de salário devido à crise econômica brasileira” (NOGUEIRA, 2005, p. 17). É assim que, por força de fatores objetivos (crise econômica, crescimento do nº de trabalhadores e do emprego no Estado, ampliação do setor serviços na economia) e subjetivos (luta política pela redemocratização e o surgimento do “novo sindicalismo”), os servidores públicos e suas diversas formas associativas passaram a atuar mais efetivamente junto a outros movimentos

sociais e políticos. Na sequência, com a Constituição de 1988, a partir da conquista do direito de sindicalização, os servidores públicos puderam se organizar em sindicatos, federações e confederações (BRASIL, 1988). Na maioria dos casos, desde então, as associações foram sendo convertidas em organizações legalmente sindicais. Acompanhando uma tendência mundial (RODRIGUES, 1990), os servidores públicos se tornaram um dos segmentos mais atuantes e presentes no universo da luta e organização sindical do país.

O debate sobre se o sindicalismo vive ou não uma situação de crise não é novo e também não está perto de se encontrar um ponto de consenso. Estudos mais recentes, como Rodrigues (1990), Alves (1998), Pochmann (1998), Vêras de Oliveira (2002), Boito Júnior (1996), Ramalho e Santana (2003) entre outros, apontam que o sindicalismo, tanto na América Latina quanto no Brasil, no decorrer dos anos 1990, padeceu de certa perda de capacidade de mobilização e de organização.

Segundo Pochmann (1998), os anos de 1990 apresentam pelo menos cinco profundas e importantes alterações que, juntamente com outras, seriam responsáveis por esse estado de quase anemia do sindicalismo, a saber: a) queda na quantidade de greves; b) redução da taxa de sindicalização; c) proliferação do nº de sindicatos; d) fragmentação das negociações e d) diminuição das quantidades de cláusulas acordadas. Isso, dito para o sindicalismo do setor privado.

No caso do sindicalismo do setor público, devido às suas singularidades, por conta do regime de trabalho diferenciado a que está submetido, essas repercussões são sentidas em graus e escalas diversos. Para Nogueira (2005, p. 12):

A heterogeneidade do trabalho no Estado, as singularidades e contradições com o trabalho assalariado no Estado brasileiro e a própria organização do Estado são fatores determinantes nas formas de ser dos sindicatos do setor público.

O presente artigo se propõe a discutir o contexto atual de crise do sindicalismo do setor público, de modo a identificar os principais aspectos que estão aí implicados. As

reflexões foram produzidas a partir do caso do Sindicato em Estabelecimentos de Nível Superior do Estado da Paraíba (SINTESPB). Além desta introdução, o texto se divide em mais três partes: uma abordagem mais ampla sobre a crise atual pela qual vem passando o sindicalismo do setor público no país; uma análise da trajetória e dinâmica atual do SINTESPB, relacionando-as com esse contexto mais amplo; a apresentação de algumas considerações finais.

## **2. ELEMENTOS DA CRISE ATUAL DO SINDICALISMO DE SERVIDORES PÚBLICOS NO BRASIL**

A crise do sindicalismo e, mais em particular, do sindicalismo do setor público, no caso brasileiro, está intimamente relacionado à emergência, no país do início dos anos 1990, do ideário neoliberal. Partimos do pressuposto de há um elemento profundamente ideológico nessa crise.

Nos termos de Gramsci, o conceito de ideologia remete ao de *hegemonia*. Resulta da “conversão de uma ideologia e de uma plataforma política de classe em cimento de um novo bloco histórico” (BOITO JÚNIOR, 1996, p. 80). Ou seja, a ideologia da classe dominante torna-se uma concepção “universal”, imposta às classes subalternas, materializando, assim, um novo bloco histórico.

Conforme Lowy (2003), a ideologia é uma forma de ver o mundo, nas suas palavras uma “visão social do mundo”:

É um conjunto relativamente coerente de idéias sobre o homem, a sociedade, a história e sua relação com a natureza (e não sobre o cosmos ou a natureza enquanto tais) e b) esta visão de mundo está ligada a certas posições sociais, isto é, aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais (LOWY, 2003, p. 13).

A ideologia, pois, é produto de uma construção histórica. Como tal, dissemina-se no seio das classes sociais que compõem o universo de uma sociedade. É hegemônica a ideologia da classe dominante que é capaz de transmiti-la aos demais estratos sociais, sob diversas formas e múltiplos graus de sofisticação, a depender dos segmentos destinatários, mas apresenta-se como um conjunto de valores, crenças e práticas que tendem a se estabelecer, não obstante as formas diversas, como uma verdade única. Conforme Gruppi (1978, p. 68), “a classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia”. Ainda segundo Gruppi (1978, p. 70), hegemonia é:

Capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder.

A ideologia neoliberal funda as bases de um novo projeto hegemônico no Brasil a partir do começo dos anos 1990. Sob a apologia do mercado e do privado, em detrimento do social e do público, emerge um discurso que ressalta o privado como espaço de eficiência e funcionalidade, de progresso e inovação, em detrimento do Estado e das empresas públicas taxados como *lócus* de desperdício, do patrimonialismo, do burocratismo, dos corporativismos e dos privilégios de toda a sorte. Os “intelectuais orgânicos” das classes dominantes, aí incluídos políticos, notórios intelectuais, mídia, entre outros, souberam incutir no senso comum um *ethos* liberal, baseado na exaltação do mercado “em benefício dos monopólios e contra os direitos sociais” (BOITO JÚNIOR, 1996).

Uma ampla aceitação desse ideário criou as condições para medidas como: a abertura da economia nacional ao capital transnacional; a privatização de empresas e de serviços públicos; um amplo esforço de desregulamentação das relações de trabalho. Com base nisso, o sindicalismo sofreu – e ainda sofre - os impactos de uma escalada de desemprego inusitada, por “processos de desassalariamento e de precarização das condições e relações de trabalho”. Seus efeitos: “redução nas taxas de sindicalização e na quantidade de greves, acompanhada ainda de uma importante mudança nas políticas sindicais”, agora focadas, cada vez mais, em uma postura defensivista e mais conciliadora, na defesa das conquistas e direitos já concedidos, numa flagrante reviravolta em relação aos anos anteriores<sup>54</sup> (POCHMANN, 2005, p. 164).

A Constituição de 1988 e as conquistas sociais que trouxe, nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da previdência etc., tornaram-se alvo preferencial das políticas neoliberais. A palavra de ordem passa a ser a redução do “Custo Brasil” (POCHMANN, 2005).

Em um balanço de Pochmann e Borges (2002, p. 10), referente aos dois mandatos de FHC, lê-se:

Nestes oito anos, o Brasil regrediu quase um século nas relações de trabalho. Os milhões de brasileiros que subsistem no mercado informal, de precarizados e dos que perderam seus parcos direitos sentiram na carne os efeitos dessa política. A própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) confirma em seus relatórios o retrocesso vivenciado no país, onde hoje predominam ‘condições indecentes de trabalho’ [...] em decorrência da orientação recessiva e desnacionalizadora do governo FHC, o país passou a bater recordes constantes no índice de desemprego.

---

<sup>54</sup> Os trabalhadores, no período em questão estavam vivenciando um processo que foi assim analisado por Costa (2000, p. 68): “A fragmentação dos processos de trabalho, a diversificação do *locus* de trabalho e a luta individual pela sobrevivência colocam novos desafios para a ação sindical, exigindo interferência em mecanismos de construção da vida social, com vistas a alterar a impotência coletiva sentida pelos trabalhadores”.

Apoiando-se no discurso de redução do “Custo Brasil”, preconizado pelo FMI, Banco Mundial e demais organismos multilaterais a serviço dos interesses do capital financeiro global, FHC orientou o seu governo para adotar um padrão mais flexível de relações de trabalho no país, com drásticas conseqüências para um historicamente frágil sistema de relações de trabalho. Colocou como alvo de sua política regressiva os capítulos sociais da Constituição de 1988 e os direitos trabalhistas inscritos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sobretudo buscando substituir o *legislado* pelo *negociado*. Diante das dificuldades colocadas pela resistência dos trabalhadores e das entidades sindicais, a sua estratégia passou a ser a de operar a Reforma Trabalhista a conta-gotas, e não mais de uma vez, como chegou a anunciar no início do seu mandato.

O sindicalismo, por sua vez, se viu diante de pelo menos três situações que, somadas, o levou a um quadro de crise: de um lado, o desemprego, a heterogeneização, a informalização, a precarização das relações de trabalho, que lhe subtraiu parte de sua base social, amedrontou os que mantiveram-se empregados, incutiu nos trabalhadores uma expectativa de tipo mais individualista, dificultando-lhe a mobilização e a organização; de outro lado, sob uma correlação de forças mais desfavorável, as derrotas e as perseguições sofridas, seja no embate com os patrões, seja no embate com o governo; e, além disso, diante de um quadro de fragilização das entidades sindicais, se estabelece um processo de acirramento das disputas internas, com a luta pelo poder se tornando cada vez mais fratricida.

As respostas sindicais foram diversas. Alguns se deixaram acomodar pela lógica burocrática, legalista e colaboracionista incorporada à estrutura e à cultura sindical corporativista. Outros, mesmo mantendo-se sob certos referenciais políticos visando mudanças sociais mais estruturais, passaram a adotar posturas mais pragmáticas, visando pelo menos garantir o emprego e direitos sociais e trabalhistas anteriormente conquistados. Outros ainda, mais centrados nos referenciais históricos do socialismo, buscaram sobretudo preservá-los, ao mesmo tempo apostando em uma posição mais ofensiva nos *fronts* das lutas imediatas e gerais. Todos, no entanto, se viram fortemente pressionados por um contexto marcado pela fragilização da luta sindical, frente a uma crescente afirmação, no conjunto da sociedade, da ideologia neoliberal.

Além das dificuldades para se colocar diante de um quadro totalmente adverso nos planos das lutas salariais e quanto àquelas que a essas historicamente estiveram associadas, as organizações sindicais se viram diante de um gigantesco desafio: como lidar com os crescentes contingentes de trabalhadores informais, “autônomos”, “por conta própria”, a domicílio, temporários e parciais, para os quais a relação capital-trabalho não se coloca com a mesma nitidez das relações salariais mais típicas do capitalismo? Tentativas foram feitas, como mobilizações de desempregados, ações no campo da Economia Solidária, envolvimento como políticas públicas de emprego (sobretudo, qualificação profissional, intermediação de mão de obra, projetos de geração de trabalho e renda), mas os avanços não são significativos.

Quanto ao sindicalismo do setor público, se viu diante de situações configuradas para o conjunto dos trabalhadores do país, mas para além dessas sofreu fortes impactos de medidas que os atingiram em particular. O ideário neoliberal, ao se voltar para uma primazia incontestável do privado sobre o público, exigiu uma adequação no papel do Estado. Daí surgiu a bandeira da “Reforma do Estado”. A referência do “Estado mínimo” implicava em “enxugar” a máquina administrativa, ou seja: demitir funcionários e terceirizar serviços. Significava, ainda, desvencilhar-se das empresas e serviços públicos passíveis de serem privatizados, na medida em que passassem a interessar ao setor privado como novas áreas de investimento. A “Reforma do Estado” significava, por outro lado, a incorporação na gestão pública da lógica administrativa do setor privado. Ou seja, tratava-se de incorporar uma perspectiva gerencial, uma lógica produtivista, passando a tratar as questões da gestão pública pela ótica da “eficiência”. Assim, se colocando em total oposição ao referencial incorporado pela Constituição de 1988 (embora limitada e contraditoriamente) da centralidade dos *direitos sociais*. A Reforma da Previdência não visava torná-la mais “justa” socialmente, mas mais “viável” financeiramente.

Em que pese os avanços incorporados à condição dos servidores públicos, os direitos sociais em geral, o direito de sindicalização, a obrigatoriedade do concurso público, a instituição de um Regime Jurídico Único, a relação de trabalho do servidor estatutário não é de tipo contratual, mas tutelar (na qual o Estado, unilateralmente, impõe ao servidor, por outorga, suas atribuições). Por si só, já não favorece a negociação coletiva e,

consequentemente, a ação sindical (COSTA, 2007). Foi graças ao elemento da estabilidade no emprego (quebrada no Governo FHC) que o sindicalismo do setor público conseguiu, apesar do caráter não contratual de seu vínculo de trabalho, sobretudo nos anos 1980 e início dos anos 1990, se impor como espaço de luta e de negociação sindical frente aos governantes, na maior parte dos casos arredios às suas reivindicações. A onda neoliberal, no entanto, atinge de cheio a condição do trabalhador brasileiro, em geral, e a condição do servidor público, mais em particular.

Note-se que uma importante fresta para a inoculação do ideário neoliberal no país foi a campanha desferida pela candidatura Collor de “caça aos marajás”. Aos olhos dos setores mais populares, a ideologia neoliberal buscou plasmar uma imagem dos servidores públicos enquanto “privilegiados”. A pretexto do combate aos “privilégios” (que existem e sempre estiveram presentes em uma cultura da administração pública historicamente assentada no *patrimonialismo*), foram atacados os direitos dos servidores públicos, os que trabalham e percebem poucos salários. É disso que tratou o “enxugamento” da máquina do Estado. A pretexto da “caça aos marajás”, empreendeu-se uma ação de Reforma do Estado, que começou com Collor e se aprofundou nos dois mandatos do Governo FHC, chegando a repercutir até o Governo Lula, neste caso particularmente com a terceira Reforma da Previdência.

Foi se cristalizando na subjetividade dos trabalhadores, e na sociedade em geral, um imaginário *privatista*, através de um competente processo de convencimento e cooptação operado pela. Se foi introjetando a idéia de que:

[...] o corporativismo contemporâneo constitui um resíduo medieval e de que sua prática, indicativa de uma regressão social, só aparece no lado do capital, por acidentalidade, enquanto que no lado do trabalho constitui uma prática permanente, um verdadeiro “modo de ser” do movimento sindical dos trabalhadores, “modo de ser” que teria na categoria dos servidores públicos a sua expressão perfeita e acabada. (VIOLA, 2001, p. 324).

Ao Estado foi reservada a imagem de “perdulário, ruim, pesado”, enquanto que ao mercado foi associada a idéia de “enxuto, bom, flexível” (SANTOS, 2001, p. 299). Por isso, a aceitação, pelo cidadão comum de que o Estado viesse a ser desestruturado tornou-se “natural”. Sob tal referencial, construiu-se “uma ‘imunidade política’ em benefícios de grupos hegemônicos que privatizam o Estado e concentram a renda nacional, impondo os seus interesses particularistas ao conjunto da sociedade.” (VIOLA, 2001, p. 324).

A solução, segundo esse ponto de vista, seria estabelecer um conjunto de Reformas, entre elas, a Reforma Administrativa, apresentando-as à sociedade “como uma forma de modernizar a administração pública e melhorar os serviços públicos” (COSTA, 2004, p. 130).

Já no início do Governo Collor os esforços para conter os gastos operacionais do setor público foi posto na ordem do dia, pressionando no sentido da demissão de funcionários públicos, utilizando-se de “Programas de Demissões Voluntárias (PDV), de fechamento de órgãos estatais, da privatização e de aprovação da Reforma Administrativa” (POCHMANN, 2001, p. 119). Conforme estimativa do autor, “cerca de 700 mil empregos públicos” estavam à mercê de serem destruídos, em função da Reforma Administrativa, além de toda uma legislação francamente regressiva<sup>55</sup> no tocante às relações de trabalho no setor público, por exemplo: Lei Camata, LRF ( Lei de Responsabilidade Fiscal), etc., que estabeleciam parâmetros de admissão/desligamento e contratação de servidores públicos para os entes das Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal (BRASIL, 1995, 2000).

A Reforma Administrativa fez parte da Reforma do Estado, sendo efetivada a partir do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 1998, alterando o tamanho do Estado, suas atribuições e perspectiva de gestão. O conjunto das medidas denunciava claramente o interesse das classes dominantes em apoderar-se do patrimônio nacional, usando como justificativa a melhoria da eficiência e da eficácia na condução da “res pública”.

Nos termos de Pochmann e Borges (2002, p. 10):

---

<sup>55</sup> Ao invés de uma “hegemonia populista”, nos termos de Boito Júnior (1996, p. 81), referindo-se ao governo Vargas, que, em tese, “implicava sacrifícios de interesses imediatos e corporativos das classes dominantes em proveito das classes populares”, a hegemonia neoliberal, ainda em fase de constituição e aprofundamento no Brasil de 1990, fez o caminho oposto, levando ao sacrifício as classes populares “em proveito das classes e frações que integram o Bloco no Poder”, as classes dominantes.

A alternativa de demissão de funcionários públicos não estáveis pelo poder executivo federal, de adoção de programas de demissão voluntária, de fechamento de organismos estatais, de privatização e de aprovação da reforma administrativa indicam uma firme intenção governamental no sentido do enxugamento do pessoal.

No entender de Costa (2001, p. 281), a Reforma Administrativa trouxe mais problemas do que soluções para a sociedade, pois a mesma foi “apresentada à sociedade brasileira como uma forma de modernizar a administração pública e melhorar os serviços públicos”, contudo a maioria das modificações, senão a sua quase totalidade, buscou eliminar direitos e conquistas sociais dos trabalhadores e, por tabela, da população em geral. A mesma foi apresentada à sociedade como um “remédio” amargo mas necessário para se resolver e melhorar a administração pública, melhorando, assim, a prestação de serviços públicos. Entretanto, em momento algum a sociedade foi chamada a opinar<sup>56</sup>.

Quanto aos servidores públicos, em particular, trouxe conseqüências impactantes, com o desmonte de órgãos públicos, a degradação do serviço prestado à população e a flexibilização das relações de trabalho. Elementos que antes possibilitavam que o trabalhador do serviço público mantivesse certo grau de estabilidade funcional, social e profissional, foram sendo subtraídos. O mais grave, quanto a isso, foi a quebra da estabilidade, que alterou as relações de trabalho, com implicações para subjetividade do trabalhador do setor público, que, em virtude disso, mergulhou em uma insegurança semelhante àquela enfrentada pelos trabalhadores do setor privado (COSTA, 2000).

---

<sup>56</sup> Para Costa (2004, p. 137): “O método de condução da reforma não incorporou os trabalhadores, pois, o CNRE (Conselho Nacional de Reforma do Estado) não incluiu a participação de nenhum representante dos trabalhadores do setor público e de nenhum movimento social. É interessante notar que o discurso adotado pelo MARE procurou associar a necessidade da Reforma à inadiável mudança na máquina administrativa herdada da era Vargas. Entretanto, as principais medidas de reforma administrativa tiveram o objetivo de retirar do texto constitucional os artigos que instituíam mudanças nas relações de trabalho ainda não regulamentadas. Se ainda não haviam sido introduzidas na administração, como podiam ser tais mudanças as responsáveis por eventuais problemas o funcionamento da máquina pública?”

A quebra da estabilidade, com a possibilidade de demissões e de ser posto em disponibilidade, associada à não regulamentação do direito de greve, às crescentes terceirizações e desregulamentações, a uma incorporação cada vez maior de contratos precários no serviço público, a substituição de serviços públicos estatais por serviços públicos não estatais (por meio de ONGs), de Organizações Sociais (OSs), de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), afetaram de tal modo a segurança dos servidores públicos que deixaram as suas entidades sindicais de servidores públicos sob um forte sentimento de impotência e de frustração<sup>57</sup>.

A Reforma não fez outra coisa que não fosse aprofundar o desmonte do serviço público em áreas essenciais para a população, tido como não estratégicos pelo Governo, assumindo-se a perspectiva de mercado ao invés daquela indicada pela Constituição Federal de 1988. Quanto aos servidores, os baixos salários, a quebra da estabilidade e a realimentação de relações autoritárias de trabalho quebraram a formação do que Supiot (1995 apud COSTA, 2000) chamou de “espírito de serviço Público” e a moral profissional dos trabalhadores. Nos termos Viola (2001, p. 335), contribuíram para:

[...] gerar uma subjetividade marcada por um sentimento de desvalia em lugar da dignidade profissional; de resignação e acomodação em lugar do orgulho profissional, que é gerador da iniciativa e da busca de eficiência dos serviços; de fragmentação em lugar do sentimento de identidade que enseja uma moral profissional elevada<sup>58</sup>.

Para Pochmann e Borges (2002, p. 73):

---

<sup>57</sup> “Só entre 98 e 99, ocorreram 19.755 aposentadorias, sendo 60,9% proporcional por tempo de serviço”. Ver a respeito Costa (2001, 2004, 2007) e Nogueira (2005).

<sup>58</sup> Conforme a visão de Viola (2001, p. 335), o serviço público no Brasil, desde os seus primórdios é caracterizado por possuir determinações autoritárias, todas elas fruto da tradição clientelista e patrimonialista que marcou a Administração Pública desde o início: “A formação e o desenvolvimento do espírito de serviço público no Brasil é marcada por 04 determinações autoritárias, a saber: a) O clientelismo remanescente; b) O paradigma Taylorista consolidado; c) As políticas salariais concentradoras de renda e d) O cerceamento da autonomia coletiva dos servidores públicos”.

[...] além de congelar os salários dos servidores por quase oito anos, o governo baixou várias medidas discriminatórias. A sua “reforma administrativa”, entre outros males, suprimiu a estabilidade do funcionalismo em todos os níveis; já o Decreto presidencial de maio de 1995 [de nº 1.480, WBC] limitou o seu direito de manifestação; e atualmente tramita o projeto que regulamenta o direito de greve do funcionalismo, similar à Lei antigreve da ditadura militar.

O sindicalismo do setor público sofreu fundamente os impactos dessas medidas junto aos servidores públicos: uma situação de insegurança, de medo, um quadro de precarização das relações de trabalho, um sentimento de desprestígio e desvalia em relação à sua condição de trabalhador. Na segunda metade dos anos 1990 o movimento sindical de servidores públicos passa a ter uma projeção maior, no cenário político brasileiro. As greves de servidores públicos (tanto da Administração direta, quanto das Estatais) ocupam o cenário sindical e da mídia nacional e internacional, premidos por uma onda de reformas (do Estado, da Previdência, etc.) e por pressões nacionais/internacionais no afã de subordinar o Estado em relação ao projeto neoliberal, que previa, entre outros “remédios,” a privatização de órgãos públicos e estruturais do Estado Brasileiro.

Os sindicatos de servidores públicos buscaram contrapor-se a esta política “privatista” do governo FHC (iniciado no Governo Collor de Mello), como também fazer frente a uma “Reforma do Estado” que tinha como objetivo, entre outros, a “desresponsabilização” do Estado na condução de política sociais (Educação, Saúde, Previdência Social, etc). Para Vêras de Oliveira (2008, p. 12), vivia-se “sob o fio da navalha entre os marcos da Constituição de 1988 e a Reforma do Estado brasileiro (de caráter privatista)”.

Em suma, os desafios desse contexto são imensos para o sindicalismo do setor público. Conforme Vêras de Oliveira (2008, p. 25):

Para o sindicalismo do setor público, com a terceirização, a heteroginização e a precarização das relações de trabalho, em meio às pressões pela privatização dos serviços públicos, está em questão a sua própria condição de sujeito social e coletivo. O futuro do sindicalismo do setor público depende do valor estratégico que as políticas públicas venham a ter para o país. O desafio maior para esse é ir além do horizonte corporativo e imediatista, de modo a poder contribuir mais decisivamente com a construção de uma dinâmica mais virtuosa envolvendo a ação sindical e as políticas públicas.

### **3. OS NOVOS DESAFIOS DO SINDICALISMO DOS TRABALHADORES DO SINTESPB**

No âmbito da Universidade Pública, espaço privilegiado do conhecimento e do saber, o sindicalismo teve presença marcante nas últimas décadas. As histórias da Associação Nacional dos Docentes em Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN) e da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (FASUBRA), ambas as entidades de representação nacional, respectivamente dos docentes e dos funcionários administrativos, são, antes de tudo, histórias de lutas, embates, participação ativa e decidida nos momentos de maior importância da vida nacional. Obviamente, que nem uma nem a outra está isenta dos vícios do sindicalismo atrelado ao Estado, com elementos de corporativismo, de patrimonialismo, de clientelismo. Entretanto, suas histórias estão fortemente vinculadas à luta geral pela democratização do país, da Universidade e do próprio sindicalismo no Brasil.

Nos dois casos, ANDES-SN e FASUBRA, sempre esteve presente uma tensão (própria do “novo sindicalismo”) entre, de um lado, as lutas gerais da sociedade e as lutas políticas específicas do setor no qual se insere (no caso, a Educação, e mais particularmente, a política universitária); e, de outro lado, as lutas salariais e de tipo mais imediatista (luta contra

perdas salariais, PCC, vantagens indiretas, etc.), indicando o quanto se encontrava em cena um certo grau de corporativismo.

A história do surgimento da FASUBRA inicia-se no ano de 1978, quando no auge da abertura política funda-se uma federação das associações de servidores das universidades, com o intuito de prestar um serviço de caráter recreativo-assistencial aos seus dependentes, sob uma ótica meramente não autônoma e subordinada aos poderes estatais.

Essa era a característica básica das associações de servidores e também de sua federação, a FASUBRA. Criadas as primeiras associações, a partir da década de 1960, essas mantiveram e transmitiram à segunda todo um perfil conservador, alinhadas que estavam com a ordem vigente (FONSECA, 1996, p. 86). Obviamente, tais entidades eram totalmente avessas às demandas reivindicatórias, às iniciativas que levassem a um processo de mobilização e ao enfrentamento e o confronto com os órgãos do Estado.

Assim pontua FONSECA (1996, p. 269):

No quadro conjuntural deste período, em particular, tal circunstância constituía indicador inequívoco do atrelamento das Entidades de classe aos desígnios das estruturas institucionais, uma vez que dominava no nível das IFES uma postura alinhada de gestão, inteiramente refratária a iniciativas das quais transpirassem idéias ou proposições anti-governamentais. Sabe-se que no período seguinte, com o processo de democratização da sociedade em curso, os movimentos sociais emergentes lograram alcançar, de forma legitimam, espaços em instâncias de poder do Estado, onde representantes autênticos desses segmentos, antes inteiramente alijados do processo de gestão da atividade pública, puderam praticar, muitas vezes com êxito, a experimentação de programas e formulações cujas diretrizes tiveram origem na elaboração coletiva dos fóruns de suas organizações, e que, geralmente, apresentavam-se divergentes ou opostos às políticas do governo.

No entanto, os ventos da mudança passavam a soprar no sentido da redemocratização do país e, mais e mais, as ações contestatórias características do “novo sindicalismo” repercutiam nas associações, impondo-lhes novas posturas e práticas. É nesse contexto que surge a FASUBRA, tendo sido fundada em 19 de dezembro de 1978 (FONSECA, 1996, p. 91).

Sua criação já era idealizada desde meados da década de 1970, em virtude de iniciativas que visavam estabelecer os contatos entre algumas das diversas Associações de Servidores das IFES, que, à época, operavam quase que inteiramente desgarradas uma das outras. Para tanto, vários esforços foram feitos no sentido de se buscar, com esses contatos, a troca de experiências, focadas inicialmente no campo assistencial.

Reproduzia, pois, a FASUBRA a mesma estrutura e a mesma dinâmica político-organizativa das Associações: uma estrutura vertical, fortemente hierarquizada, de gestão presidencialista, com duas instâncias que compunham o aparato de gestão, a saber: o Conselho de Representantes e os Encontros Nacionais. Segundo Fonseca (1996, p. 91), “participavam mais regularmente das atividades da FASUBRA, nesse período, cerca de vinte (20) das mais de quarenta (40) Associações existentes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Havia uma forte discrepância, no tocante às questões vinculadas ao sistema de deliberação adotado pelas instâncias da Federação, com relação ao *modus-operandi* do sindicalismo mais combativo, haja vista que, na FASUBRA de então:

O processo de decisão, fechado, hierárquico, sumário, não passava de reprodução mimética do modelo praticado nos órgãos colegiados superiores das universidades, característicos da gestão institucional nesse período de arbítrio. Indicava, ainda, a natureza umbilical desses laços que uniam a Federação às estruturas de mando, a profunda intolerância de seus dirigentes quanto a proposições de conteúdo crítico às administrações universitárias e de governo, sempre refutadas

e isoladas do processo de debates e de resoluções (FONSECA, 1996, p. 92).

No entanto, as mudanças trazidas com a década de 1980 repercutiram na FASUBRA, a qual em uma guinada de 180 graus direciona-se, juntamente com outros segmentos do sindicalismo do serviço público de então, para uma vertente de perfil mais sindical, minimizando o seu caráter assistencialista.

Os principais marcos de referência dessa virada na FASUBRA foram: a) a ascensão do *novo sindicalismo*; b) a reconstrução da União Nacional de Estudantes (UNE), segmento importante na condução das lutas por uma universidade de boa qualidade, pública e gratuita; e c) o surgimento do movimento docente, tendo como coroamento a criação do ANDES-SN.

Os servidores das IFES, agora operando no âmbito da FASUBRA, buscaram se organizar em agrupamentos de oposição aos dirigentes mais conservadores, no intuito de se apropriarem, uma a uma, de “suas entidades de representação, imprimindo-lhes um perfil de caráter mais sindical” (FONSECA, 1996, p. 94). No âmbito da FASUBRA essa “corrente opositora” terá como núcleo apenas 4 representantes de Associações, Associação dos Servidores da Universidade Federal de Santa Catarina (ASUFSC), Associação dos Servidores da Universidade Federal Fluminense (ASUFF), Associação dos Servidores da Universidade Federal Minas Gerais (ASSUFEMG) e Associação dos Servidores da Universidade Federal Bahia (ASUFBA). Estas foram capazes de “produzir um efeito tensionador em meio ao marasmo dominante e geraram rupturas importantes” (FONSECA, 1996, p. 95).

Dois momentos marcaram esse processo. O primeiro foi a aprovação de uma proposta, durante a realização do VIII Encontro Nacional da FASUBRA, em julho de 1982, na Cidade de Uberlândia, que defendia a convocação do I Congresso Nacional da FASUBRA, onde deveria ser eleito sua nova diretoria. Ante a todo um processo protelatório daqueles que se mantinham no poder, esse Congresso só veio a ocorrer, depois de uma intensa pressão dos setores oposicionistas, em janeiro de 1984.

O segundo momento, que marcou decisivamente os novos rumos que a Federação e os servidores das IFES iriam tomar, foi a realização da primeira campanha reivindicatória por

melhores salários no segmento, realizada em novembro de 1982. Essa demanda surgiu no VII Encontro Nacional ocorrido em Santa Maria, em janeiro de 1982. Desta inédita Campanha Salarial, com a negativa do Ministério da Educação (MEC) em atender as demandas e das evasivas das autoridades Federais, a FASUBRA e mais 16 Associações aprovam um documento, a “Declaração de Belo Horizonte”, considerado “o primeiro documento de orientação política de alcance nacional produzido e encaminhado pela Federação” (FONSECA, 1996, p. 102), o qual, além de analisar as negociações com o MEC, propôs a criação de uma Coordenação Nacional da Campanha Salarial e a formação de “um Comando Nacional de Greve instalado permanentemente em Brasília, composto pelo presidente da FASUBRA, Bahia, Minas Gerais, St<sup>a</sup> Catarina, Federal Fluminense, Federal do Rio de Janeiro, Goiás e Paraíba” (FONSECA, 1996, p. 102). Deu-se, assim, início, no contexto do segmento dos técnicos administrativos, à primeira greve nacional<sup>59</sup>.

Na avaliação de Fonseca (1996, p. 102), apesar da derrota que os servidores sofreram quanto ao atendimento de suas reivindicações econômicas, o saldo político deste movimento foi de inestimável valor, pois;

[...] logrou agrupar em âmbito nacional diversas novas lideranças que emergiram nas IFES [...] Foi assim ampliado grandemente e consolidado em definitivo o campo das oposições que transformaria o caráter das Entidades de representação dos funcionários, suplantando suas direções tradicionais [...] agora fortalecidas, mais articuladas e solidamente investida da representatividade conquistada junto aos milhares de servidores.

O impacto da ascensão das oposições na Federação, como de resto, nas Associações de Base, logo se fez sentir, com a oposição avançando na ocupação dos espaços políticos no

---

<sup>59</sup> Vale lembrar que a legislação até então não permitia a realização de greves, fazendo com que o movimento dos servidores das IFES utilizassem o eufemismo de *paralisação* para configurar o processo de paralisação do trabalho.

interior da Federação e intensificando o enfrentamento com as direções tradicionais, despreparadas e avessas às demandas que estavam postas:

No nível das Associações de base, intensificaram-se as pressões sobre muitos dirigentes, todos acuados em sua perplexidade ante o quadro inesperado da mobilização explosiva de seus ‘representados’. Suas reações, últimos sinais descontrolados, e por vezes patéticos, de um tempo que se acabava, em vários momentos deixaram transparecer o rancor que sentiam pela radicalidade que tomara de assaltos sua tranqüila e acomodada rotina, e que, em breve, os retiraria, implacavelmente, de seus postos “sindicais”. (FONSECA, 1996, p. 102-103).

O ano de 1983 marcou uma fase decisiva na vida política nacional, pois, diversos segmentos das classes trabalhadoras, mobilizados em luta contra a política econômica do regime militar, que entrava em crise, alçaram um patamar de organização e estruturação de suas lutas, com a fundação da Central Única dos Trabalhadores, atraindo para a esta as categorias do Serviço Público Federal:

Cuja vanguarda serão as entidades dos setores da Educação, notadamente as que representam os servidores docentes e técnico-administrativos das Universidades Federais e da Saúde e Previdência (FONSECA, 1996, p. 103).

Neste sentido, vários encontros nacionais foram realizados, com o intuito de organizar e aglutinar forças, no seio de segmentos profissionais de servidores públicos federais, que apenas tinham como vínculo comum a condição de serem funcionários da União, para buscarem coletivamente, através de uma Campanha Salarial Conjunta, ganhos de ordem econômico-salariais. Apesar do fracasso em termos salariais, esta experiência trouxe

amadurecimento político a alguns segmentos que a integravam, inclusive aos servidores das IFES.

Referenciados que estavam pelas bases, o movimento das oposições preparava-se para, de uma vez por todas, tomar legitimamente das mãos dos dirigentes mais conservadores a direção da FASUBRA, tendo como marco desta ruptura o Congresso, protelado por mais de 2 anos, que se realizou em janeiro de 1984, em Natal, no Rio Grande do Norte. Escritos numa chapa, “Alternativa Democrática”, e com o apoio da maioria dos delegados eleitos na sua base, a oposição, vitoriosa, propugnava: a) por uma FASUBRA mais voltada aos reclamos de sua base; b) mais comprometida com as mudanças no contexto social e na universidade; c) uma Federação menos “cupulista”.

Essa página histórica da FASUBRA e dos servidores técnico-administrativos apontará novos rumos na sua auto-organização associativa, fazendo com que, durante toda a década de 1980 em diante, os servidores tenham passado a desenvolver uma atuação marcada uma posição voltada à mobilização e politização da categoria. Ao mesmo tempo, como parte do sindicalismo brasileiro, em geral, e do sindicalismo dos servidores públicos, em particular, os funcionários administrativos da IES e a FASUBRA sofreram os impactos da onda neoliberal que se seguiu.

**Quadro 1 - Filiados ao SINTESPB**

SECRETARIA	SÓCIOS*	PENSIONISTAS	TOTAL
João Pessoa	3091	74	3165
Campina	885	44	929
Areia	250	6	256
Bananeiras	179	5	184
Cajazeiras	65	-	65
Sousa	47	-	47
Patos	118	-	118
Pombal	20	-	20
	<b>4655</b>	<b>129</b>	<b>4784</b>

**Fonte:** SINTESPB - Estimativa referente à janeiro de 2010.

\*Inclui filiados ativos e aposentados.

O SINTESPB é uma entidade filiada à FASUBRA, que congrega os servidores técnico-administrativos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), com sede na Capital do Estado da Paraíba em João Pessoa, tendo na sua base social atualmente 4.784 servidores, conforme (Quadro 1) acima, incluindo aposentados e pensionistas, distribuídos nos diversos *campi* dessas três unidades de ensino.

A história do SINTESPB se confunde com a história do ressurgimento das lutas pela redemocratização do Brasil, nos idos dos anos 1980, tendo sido uma das entidades mais atuantes na construção da CUT na Paraíba. Existia até aquele momento a Associação de Servidores Federais na Paraíba (ASUFEP), tendo como missão representar diversos segmentos do serviço público federal, incluindo os servidores da UFPB, aqui incluídos professores e técnico-administrativos.

Na sequência, na Universidade Federal da Paraíba, um grupo de funcionários funda uma associação de caráter sindical, que pretendia irmanar-se junto às outras associações congêneres no país, com o intuito de lutar por uma melhor participação política dos funcionários da UFPB quanto aos destinos da Universidade, assim como em relação às questões salariais. Essa associação viria a chamar-se Associação dos Funcionários da Universidade Federal da Paraíba (AFUF), com sede em João Pessoa, localizada no Campus I da UFPB, tendo como objetivos básicos: a) lutar por melhores condições de trabalho e melhores salários e b) buscar uma participação mais efetiva dos funcionários na vida da instituição, inserindo-se nos órgãos colegiados superiores da UFPB.

Os anos que viriam a partir de sua fundação foram marcados por uma intensa atividade de lutas e pautas unificadas com outros segmentos, a exemplo da greve de 1984, na UFPB, que durou 84 dias, realizada em conjunto com os professores. Em 1985 diversos movimentos de paralisação das IES públicas foram realizados, tendo sempre uma participação ativa da AFUF. Em 1986, o movimento passa a se tornar mais coeso com a adesão de diversas unidades de ensino superior público no país e de entidades como a ANDES-SN e a FASUBRA, buscando um plano de carreiras isonômico e contrapondo-se ao projeto GERES, que buscava desfigurar o caráter público do ensino superior federal, desobrigando o Estado de

sua responsabilidade na manutenção das Universidades Públicas (FASUBRA SINDICAL, 2009, p. 09). O ano de 1987 para a AFUF foi de muitas conquistas, haja vista o sucesso dos movimentos paredistas que conseguiram arrancar do Governo o tão perseguido plano de carreiras quanto à isonomia com as Universidades fundacionais (FASUBRA SINDICAL, 2009, p. 10). O MEC toma providencias no sentido de agilizar o plano de carreiras e a isonomia entre as autarquias e fundações. Neste ano ocorreu, por parte dos funcionários e docentes na grande maioria das Universidades brasileiras, do Projeto GERES (Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior). Em 1988 foram 51 dias de greve contra as perdas salariais dos planos de estabilização econômica. O ano de 1989 esteve marcado pelos debates referidos à promulgação da nova Constituição Federal. Quanto a 1990, a luta esteve centrada na implementação do Regime Jurídico Único, aprovado na Constituição.

Foi em 1990 que ocorreram as conversões das AFUF's dos 7 Campi da UFPB em uma nova entidade sindical unificada, o SINTESPB. Conforme uma de suas lideranças, sobre os desdobramentos dessa nova situação:

Ou seja, a década de 90 foi uma continuidade do que a gente já vinha fazendo na AFUF só com uma diferença, que éramos... passamos a ser sindicato. Com mais força, com mais organização e com mais poder. Porque aí já mudou toda uma legislação, já ficou mais tranquilo pra gente. [...] A década de 90 pra mim foi uma década, assim, de embates com o governo, de muitas greves. Onde os sindicatos mais apareceram pra mim foi na década de 90 (Entrevistado 3, 2009)<sup>60</sup>.

Em contraposição às medidas que previam, segundo dados da FASUBRA, um quantitativo de demissões na UFPB em torno de 1.200 servidores, o SINTESPB lança uma nota de repúdio endereçada ao Conselho de Reitores da Universidades Brasileiras (CRUB) e

---

<sup>60</sup> Todas as citações de Entrevistados (1, 3, 4, 5 e 6) são resultados da pesquisa de campo que realizamos para esta investigação.

ao MEC, depois de aprovada pelos órgãos colegiados superiores da UFPB, intitulada “EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO”, que assim se colocava:

O movimento dos funcionários juntamente com suas entidades representativas ao longo do tempo vêm desenvolvendo uma luta sem trégua contra o projeto privatista do Governo, principalmente no setor da educação. Historicamente temos denunciado o descompromisso do governo com o ensino público, [...] a falta de recursos que provoca o sucateamento da instituição que é um patrimônio da sociedade [...] Escudado na propaganda da maior rede de televisão, atropela a própria constituição que jurou cumprir, estabelece uma política recessiva [...], patrocina o maior arrocho salarial, miséria, desemprego e entreguismo do patrimônio público (BOLETIM INFORMATIVO, 1990).

As tensões entre o SINTESPB e a administração da UFPB se acirraram nesse momento.

Enfim, esse era o quadro em que se apresentava a UFPB, nos idos dos anos 1990: mergulhada numa crise de recursos, sendo paulatinamente sucateada e tendo o seu quadro de servidores sofrendo um arrocho salarial sem precedentes na história da instituição. Os movimentos paredistas nesse período giravam em torno da busca de ganhos salariais diretos ou indiretos, ao mesmo tempo que protestavam contra a política de demissão e sucateamento das IFES em todo o país (FASUBRA SINDICAL, p. 13).

O ano de 1992 traz de novo o enfrentamento com o governo em prol da garantia de uma carreira para todos os trabalhadores em educação, recomposição salariais e passivos, como também pela retirada do projeto de Emenda à Constituição apresentado pelo Governo Collor de Mello no sentido de acabar com o Regime Jurídico Único (RJU) e inviabilizar o envio de verbas orçamentárias para as IFES. Continua, por parte do Governo, uma sistemática política de arrocho salarial e a busca da privatização das IFES (FASUBRA SINDICAL, 2009, p. 14).

Os anos de 1993 e de 1994 foram tomados pelo SINTESPB para se buscar metas mais específicas da categoria, como implantação de referências salariais e a isonomia salarial. Entretanto, foi nesse período que se deu início a uma luta contra a revisão constitucional que poderia ameaçar direitos já conseguidos pelos trabalhadores (FASUBRA SINDICAL, 2009, p. 15). Em 1993, “contrariando a maré de imobilismo do movimento sindical” (NAVARRO, 1999, p. 575), as entidades dos servidores públicos federais, incluindo aí o SINTESPB, anunciaram uma greve contra o “desmonte do Estado”, a qual conseguiu ser exitosa (NAVARRO, 1999).

Mais greves e paralisações nacionais e locais foram levadas a cabo em 1994 no sentido de rever perdas oriundas da Unidade Real de Valor (URV), indexador salarial criado no Governo de Itamar Franco. No plano mais localizado, o SINTESPB luta principalmente por um plano de carreira.

O ano de 1995, primeiro ano do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, começa com uma forte determinação por parte deste em enfrentar as resistências oriundas das entidades sindicais, incluindo aquelas que representavam os interesses dos trabalhadores nas IFES e IEES. No contexto desse ataque aos servidores, o Governo FHC buscou rebaixar salários, inviabilizar o funcionamento das IFES, maculando o princípio da autonomia universitária, além de adotar uma política salarial francamente danosa aos servidores, o que, através de seu instrumento de luta no plano local – O SINTESPB, levou a protestos por parte dos servidores da UFPB. Em maio de 1995, estourou uma greve histórica de adesão ao movimento nacional dos servidores públicos federais e das Estatais, pelo fim da revisão neoliberal da Constituição, pela reposição de perdas salariais e em defesa da Previdência Pública, como também, por uma Universidade pública, gratuita e de boa qualidade.

Em 1996 e 1997, a luta persiste e o SINTESPB prepara-se para mais uma rodada de negociações com o governo de FHC, em busca de reposição salarial, melhores condições de trabalho, verbas para a UFPB e, principalmente, uma luta acirrada contra a Reforma Administrativa, que tramitava no Congresso Nacional, assim como contra o Programa de

Demissão Voluntária (PDV)<sup>61</sup>, que se tornou carro-chefe das propostas de enxugamento da máquina pública, conforme foi ventilado pela mídia durante os anos de 1996 a 1998. Em 1999/2000, o SINTESPB, juntamente com os docentes da UFPB, encabeçam uma greve que durou mais de 90 dias por melhores salários, por mais verbas e vagas na UFPB.

Nesse momento, o SINTESPB passa a ter como preocupação principal reconstruir o seu patrimônio, físico e simbólico, abalado em virtude de uma série de denúncias das Secretarias Sindicais de Areia e Bananeiras de que haveria uma suposta má utilização do orçamento do Sindicato, por parte de gestão anterior. Essa “*crise moral*”, conforme denominação de uma liderança do Sindicato levou o SINTESPB ao mais profundo abatimento e descrédito junto à sua base, determinando, inclusive, medidas que buscassem sanear a situação no tocante à mudança no modelo de gestão, que daqui por diante passou de “presidencialista” a um regime “colegiado”, tendo à frente uma junta composta por critérios de proporcionalidade dentre as diversas correntes político-ideológicas presentes na sua base.

Bom, no nosso entendimento é o seguinte, a má gestão... porque veja bem, houve uma contradição muito grande. [...] , e que ao longo do tempo nós fomos perdendo a hegemonia do movimento, nós fomos perdendo a solidariedade, nós fomos perdendo a nossa identidade de movimentos sindical, no meu entendimento isso que aconteceu, isso é um processo que vem ao longo do tempo, porque no meu

---

<sup>61</sup> O PDV foi instituído pela Lei Nº 9.468/97, tendo como previsão inicial a demissão de 40 mil dos 500 mil servidores públicos Federais (BRASIL, 1997). O SINTESPB realizou várias assembléias para discutir o assunto e organizou uma paralisação por 24 horas. Segundo o presidente do sindicato Edvaldo Rosas, em entrevista ao Jornal “a União”, dia 14/11/96, “os salários e auxílio creche e alimentação estão congelados há 22 meses, isso quer dizer que o PDV já está em prática. Afinal, os incentivos não trazem o menor benefício [...]”. Posição análoga teve o presidente Estadual da CUT, Hamurabi Duarte, em entrevista ao Jornal Correio da Paraíba, dia 29/10/96, a propósito da comemoração do dia do servidor público: “a situação é calamitosa, nas três esferas, municipal, estadual e federal. Nós temos servidores nos municípios que recebem salários de R\$ 5,00 sem falar que alguns estão com oito meses de atraso. Além disso, o funcionalismo não recebe reajuste salarial há quase dois anos [...] O governo também irá permitir a demissão por falta de desempenho, sem, no entanto, estabelecer nenhum critério para avaliação [...]. A mobilização tem como objetivo denunciar o caráter perseguidor e autoritário da reforma administrativa do governo Fernando Henrique Cardoso, além de discutir o dia do servidor” (CORREIO DA PARAIBA, 1996).

entendimento o capital ele constrói armadilhas e a gente vai aos pouco cedendo (Entrevistado 4, 2009).

A partir deste ponto, há uma inflexão na trajetória do Sindicato, quanto à sua importância perante a comunidade universitária, assim como frente à comunidade paraibana, haja vista que esses fatos foram ampla e fartamente veiculados na imprensa local e nacional.

Com a chegada de um ex-sindicalista ao poder, a partir de 2003, estabelece-se uma nova dinâmica de relacionamento entre as entidades de servidores federais e o Governo Lula, pois elementos de pertencimento ligavam as entidades sindicais com dirigentes que já tinham mantido postos na direção dos sindicatos e que, agora, estavam sendo chamados para exercer cargos na estrutura da máquina pública, nos seus diversos níveis, federal, estadual e municipal.

Inegavelmente, essa mudança no exercício do poder trouxe suas vantagens, mas também desvantagens, como expressam falas de lideranças sindicais do SINTESPB:

Olhe, de 2003 pra cá eu vejo o seguinte, que na realidade houve um refluxo no movimento sindical. Porque no movimento sindical tem refluxo e tem o momento de você... ir avante. Eu acho que houve... eu acho que várias lideranças foram pro governo [...]. [...] Agora o movimento sindical tem que entender o seguinte, que o governo é o governo, e que o movimento sindical é o movimento sindical. O sindicato tem que continuar com sua bandeira de luta, com sua luta sindical. Com combatividade. E cobrar do governo [...] e cobrar do governo que não foi feito pelo outro” (Entrevistado 3, 2009).

Houve uma crise de identidade com Lula quando ele entrou no poder, e agora vai haver muito maior quando ele sair. Os cabras vão perder a cabeça, literalmente, né? [...] Porque houve quando ele entrou, porque ninguém podia, que não sei o que e tal, porque Lula foi um companheiro, que ele tem que fazer tudo pelos trabalhadores, [...]

como se ele fosse o presidente dos trabalhadores, né? Presidente dos sindicalistas, e ele era presidente do Brasil (Entrevistado 4, 2009).

Do SINTESPB participam atualmente quatro grupos ou correntes sindicais principais, a saber: o Coletivo “Tribo”, o Coletivo sindical “Um Novo Tempo”, o coletivo “Expressão Sindical” e, mais recentemente, o coletivo “Inclusão Sindical”.

O coletivo “Tribo” teve sua fundação num congresso em Maceió, no dia 07 Julho de 1993, conforme nos noticia o *Manifesto da Tribo Nacional*, lançado em virtude da comemoração dos trinta anos de fundação do SINTESPB. Agregando filiados da base sem vinculações partidárias fundaram tal corrente, com expressão tanto de caráter nacional quanto local.

O Coletivo “Expressão Sindical” e o Coletivo “Inclusão Sindical”, compõem, podemos dizer assim, “o núcleo duro” das oposições dentro do SINTESPB, tem como objetivo precípua a politização e a oportunização do surgimento de novas lideranças sindicais, tanto quanto o fortalecimento da democracia interna no Sindicato e o aperfeiçoamento dos instrumentos de transparência de gestão dos recursos e patrimônio do mesmo.

O Coletivo “Um novo tempo” tem como composição, basicamente, a vertente sindical do PC do B, a chamada Corrente Sindical Classista (CSC). Compõe com o Coletivo “Tribo” uma aliança programática responsável pela direção dos destinos da entidade no Triênio 2009-2012.

O mais recente participante da vida sindical e de suas lutas no SINTESPB é o Coletivo “Inclusão Sindical”, fruto, como o próprio nome diz, da necessidade de se incluir novas lideranças na luta sindical.

Do que pudemos apreender a partir das entrevistas e da observação direta, o SINTESPB, cuja trajetória está fortemente marcada por históricas mobilizações, articuladas amplamente com outros segmentos do serviço público e da classe trabalhadora em geral, seja no âmbito local, seja em âmbito nacional, agora cada vez mais se volta para as lutas internas e para as questões mais específicas e imediatas da categoria.

Ainda há 10, 15 anos atrás ainda tinha uma relação maior do serviço público como um todo, por exemplo, nós tínhamos bandeiras salariais unificadas, nós tínhamos um piso, mesmo que esse piso no final terminasse negociando cada piso de categoria [...] Aí se instalava o comando nacional [...]. Hoje já esta bem diferente, mas na minha época ainda tinha um unidade (Entrevistado 1, 2009).

A partir do momento que você começa a esquecer um pouco as bandeiras mais nacionais [...], você começa a incorporar só bandeiras mais específicas, você começa a diminuir a democracia (Entrevistado 1, 2009).

Com o abandono das bandeiras mais históricas, há também o abandono dessa política da solidariedade, entre as classes, entre os setores, eu acho isso (Entrevistado 1, 2009).

Quanto ao problema dos trabalhadores terceirizados, por exemplo, nem a FASUBRA nem o SINTESPB têm uma política firmada. Para o Entrevistado 1,

No setor terceirizado, meu amigo aqui, que ganha um décimo do que eu ganho, atrasa faz dois meses e o sindicato acha que isso não tem nada a ver com ele, o SINTESPB os dirigentes acha que tudo bem, que é problema dele e que tem tratar bem que respeitar, mas que eles procurem outro sindicato.

Aqui claramente há uma percepção de como o processo de terceirização interfere nas lutas e no instrumento de representação dos trabalhadores, pois não há como aglutinar, organizar e comandar um movimento paredista, sem que haja um mínimo de coesão e solidariedade entre os atores sociais. E o que é mais preocupante é que não há, segundo a leitura desta liderança, nenhuma iniciativa de mudança deste quadro de individualismo perene.

Ao se perderem as bandeiras mais históricas, prevalece o individualismo e o burocratismo, que privilegia trajetórias de lutas mais particularizadas, do que trajetórias mais coletivas. É nesse sentido que caminha a liderança em seu depoimento abaixo: “tem uma palavrinha chamada poder, ela corrompe (Entrevistado 4, 2009).

Confirma-se aqui aquilo que Labbé e Croisat (1992) indicam como uma das causadoras das crises do sindicalismo, a “desconfiança das lideranças sindicais”. É a própria utilização do sindicato com a finalidade, não de lutar em prol da categoria, mas de servir aos interesses do indivíduo, dissociados das questões mais coletivas. No caso específico do SINTESPB, isso tem provocado um forte abalo nas relações internas à entidade e desta frente às suas bases, inclusive levando alguns até a desistir da luta, a negar o seu papel enquanto sujeito da ação coletiva, trazendo, assim, efeitos danosos ao sindicalismo e à categoria. A partir dos depoimentos de vários dos entrevistados, é visível a constatação de que o SINTESPB mergulhou em uma dinâmica fortemente marcada por um jogo de disputas e alianças pessoais, que passam ao largo dos interesses dos representados.

As repercussões da ideologia neoliberal na categoria dos servidores públicos e nas suas entidades sindicais se manifestam de modo contundente no caso do SINTESPB, fazendo com que a luta seja vista apenas com o propósito de auferir ganhos imediatistas, fragmentando, ainda mais, a atividade sindical. Já não se consegue mobilizar a categoria, por força das dessemelhanças, do estranhamento, da heterogeneização e precarização das condições de trabalho, das desconfiâncias entre bases e direções sindicais, em virtude de práticas corporativas e clientelistas que atualmente grassam no segmento de servidores públicos (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2008).

Então esses setores que começaram a perder a esperança na negociação e pensar o movimento sindical, [...] uma série de coisas, pra ter o controle dos trabalhadores, o clientelismo e uma série de coisas, esses setores desistiram e passaram a ter poder porque o clientelismo quando você não realiza a função sindical da mediação, da negociação, o sindicato como um foco de resistência, o setor que

vai pro clientelismo começa a ter mais poder do que aquele setor da militância política, as estruturas vão sendo de fato burocratizadas em função do produto clientelista. Não se conseguia salário, mas se conseguia um plano habitacional, o dirigente sindical liberava um conjunto de habitação, uma negociação, tal e tal, criavam uma clientela pra ele. Articulados com os poderes internos da universidade criavam uma clientela (Entrevistado 5, 2009).

Em todas estas falas o que se percebe é a falta de alternativas para se buscar uma pauta de reivindicações que seja de caráter mais histórico, com os dirigentes sindicais preferindo, de uma maneira mais cômoda, lançar mão do imediatismo, das “questões mais umbilicais”, no dizer de um dos respondentes, aliado ao clientelismo, levando-os a se restringirem a uma luta defensivista, dentro dos muros da entidade, burocratizando-se (BORGES, 2005).

De outra parte, o elemento da partidarização do movimento sindical tem sido também um fator que inibe a luta sindical:

Por exemplo, aqui no SINTESPB, falando abertamente tem gente que é ligado ao PT, tem gente que é ligado ao PSB, tem gente que é ligado ao PC do B, que são as bases do governo, então lógico que em um projeto apresentado pelo governo existe limitações de lutar, isso é claro, há uma acomodação. É claro que você vai ter uma limitação, você faz parte da base aliada do governo. Seu dirigente tem cargo ligado diretamente com o governo, seja ele federal, estadual das três esferas, municipal, estadual ou federal, da base aliada que dá sustentação ao governo no âmbito federal, então quando é apresentada uma medida, como essa da regulamentação do direito de greve, há uma certa dificuldade de ir até às últimas consequências na briga sobre essa questão (Entrevistado 1, 2009).

Conforme reconhecem os próprios entrevistados, grassa no sindicalismo em geral e no SINTESPB em particular uma crise de representatividade:

Perdeu-se a credibilidade, então hoje, quer dizer, a base a grande maioria, a massa mesmo, né, não acredita na luta. O mundo do trabalho mudou muito, o mundo sindical mudou muito assim, perdendo as suas características e aí... Existe essa troca de favorecimento e tal e mistura, fica um bolo mesclado que ninguém sabe quem é sindicato, ninguém sabe o que é gestão, o povo fica todo receoso. Hoje quando a gente quer baixar o cacete no reitor, não pode. Eu fui inventar de baixar o cacete no reitor aqui nessa reforma que fizeram, que a gente ficou engolindo poeira. A gente chama a CUT, faz uma denúncia e no outro dia, tem um clipe da CUT na Internet e o sindicato veio cobrar uma posição minha porque eu tinha falado em nome da direção porque não era pra eu ter falado (Entrevistado 1, 2009).

Se o movimento sindical e social, se tivesse tido a compreensão de que um governo é um processo em disputa e é uma balança que pende para quem é pro lado que pesa mais, a gente poderia ter tido mais avanços, porque não é o governo que chega, que pode vir com a melhor das boas intenções, mas ele ta ali pra administrar e observando a correlação de forças Por isso que eu acho que o movimento sindical pecou nos primeiros meses do governo Lula, e agora no segundo governo a gente teve uns movimentos que tão pressionando mais, tivemos algumas conquistas, mas tem muita coisa ainda pra avançar, e se não conseguir nesse resto de mandato Lula, muito dificilmente a gente vai conseguir na frente sobretudo se houver um retrocesso nesse

processo aí com a volta daquele projeto do Fernando Henrique (Entrevistado 1, 2009).

Nos depoimentos a seguir encontra-se toda a dramaticidade da crise que se abateu sobre o sindicalismo, a perplexidade das lideranças, expressa na avaliação sobre de um membro do SINTESPB:

Nós estamos decadentes, nós estamos degenerados enquanto movimento sindical, não existe mais. Nós não suportamos mais ouvir, sabe? [...] A nossa crise é tão profunda de conhecimento... porque nós temos que ter habilidade, aptidão pra negociar, né? Eu até encontrei um documento muito interessante que falava sobre a crise do movimento sindical, né, porque aqui hoje a gente não consegue mais fazer um movimento coeso, firme, consistente. (Entrevistado 1, 2009).

Em geral, encontra-se centrado nas contradições e tensões oriundas das próprias disputas políticas internas ou pessoais por espaço de poder, conforme pontua FONSECA (1996). Vários foram os entrevistados que apontaram na falta de formação política um dos elementos que contribui para o agravamento da crise. As lideranças sindicais não estariam preparadas para enfrentar a complexidade da situação que se lhe apresenta:

Não há formação, investimento. Então, acho que alguns dirigentes sindicais, eles não investem massivamente e efetivamente na formação política de uma base sobretudo pra garantir e se perpetuar no poder como as pessoas que mais sabem e mais conhecem [...] Então, os grupos políticos, eles são atrelados a partidos políticos, que são atrelados à gestão, que dentro da gestão universitária eles têm cargos. Então, se investir muito na formação política e na formação sindical as

peças podem compreender muito como toda essa engrenagem [...] e como desmontar a engrenagem (Entrevistado 6, 2009).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1990 foi marcada por diversos eventos que repercutiram em cheio no seio da classe trabalhadora. Sob a égide do projeto neoliberal, uma nova hegemonia tomava corpo, alterando padrões, relações e práticas de trabalho e sindical, levando os trabalhadores a assumirem, tanto quanto à sociedade como um todo, um papel de coadjuvante de uma ideologia que buscava, e busca, sempre auferir ganhos em cima da exclusão das classes subalternas.

Uma década marcada por um desemprego galopante; um desassalariamento e precarização de postos de trabalho; flexibilização dos direitos trabalhista e sociais, uma Reforma do papel do Estado, e uma Reforma Administrativa, que apenas serviu para reduzir, quando não eliminar, direitos dos servidores públicos e da sociedade, trouxe para o sindicalismo uma postura de caráter defensivista, corporativista. Tudo isso, sendo orquestrado por um ideário de cariz conservador e excludente, tendo como pano de fundo um processo de globalização.

Ficou evidenciado o quanto a prática sindical do SINTESP foi sensivelmente reformulada para fazer frente às mudanças do mundo do trabalho principalmente quanto às reformas neoliberais levadas a cabo nos últimos governos que passaram pela Brasil. Ficou evidenciado, ainda, que a Reforma Administrativa do Estado teve impactos diretos nas relações de trabalho e que, por conta disso, a subjetividade dos trabalhadores sofreu modificações a ponto de alterar negativamente a sua dignidade enquanto servidor do público.

Como consequência do quadro de desprestígio imputado aos trabalhadores filiados ao SINTESP, restou o seu desinteresse quanto à sua participação nas lutas e demandas encaminhadas pelo SINTESP, assim como em relação à política de um modo geral, influenciando negativamente para a formação do espírito de serviço público.

Nesta linha, o sindicalismo de servidores públicos procurou cumprir o papel que lhe era devido, procurando se posicionar para o enfrentamento desta situação, dentro das suas limitações e potencialidades, no sentido de conscientizar e organizar sua prática no afã de estabelecer o combate às conseqüências nefastas do neoliberalismo que tencionava implantar-se aqui no Brasil. Mas as dificuldades vêm se impondo, levando-lhe a mergulhar em uma crise sem precedentes. Haverá saídas? Só a história poderá responder.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho: o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, F. J. S. (Org). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

BORGES, A. *Encruzilhadas do sindicalismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

BOITO JÚNIOR, A. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Revista Crítica Marxista*, n. 3, p. 80-105, 1996.

BOLETIM INFORMATIVO. João Pessoa: SINTESPB, jun. 1990.

BRASIL. Lei Nº 9.468, de 10 de julho de 1997. Institui o Programa de Desligamento Voluntário de servidores civis do Poder Executivo Federal e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 de julho 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9468.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9468.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar Nº 82, de 27 de março de 1995. Disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal. (Lei Camata). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 28 de março 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp82.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp82.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 de maio 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2012.

CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 29 out. 1996.

COSTA, C. *Nas malhas da instabilidade: a subjetividade dos trabalhadores públicos em um cenário de mudanças*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2004.

\_\_\_\_\_. Reforma do Estado e relações de trabalho: a experiência brasileira nos anos 90. *Revista Ariús*, Campina Grande, v. 13, n.1, p. 41-50, jan./jul., 2007.

\_\_\_\_\_. *Nem vítima nem vilão: reflexões sobre o serviço público no Brasil*. 1997. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas)- Universidade Federal do Maranhão, São Luiz. 1997.

\_\_\_\_\_. *Sindicalismo e cidadania: análise da relação entre CUT e Estado na construção da esfera pública no Brasil*. São Luis: EDUFMA, 2000.

FASUBRA SINDICAL. *Memorial linha do tempo 30 anos*. Brasília. ano 1, n. 1, 2009.

FONSECA, J. E. do N. *Novos atores na cena universitária*. Rio de Janeiro: UFRJ/NAU, 1996.

GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

LABBÉ, D.; CROISAT, M. *La fin des syndicats?*. Paris: L'Harmattan, 1992.

LOWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MATOS, M. B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NAVARRO, I. P. *ANDES-SN: um sindicato de intelectuais*. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

NOGUEIRA, A. J. F. M. *A liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POCHMANN, M.; BORGES, A. *Era FHC: regressão do trabalho*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. S. Paulo: Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. Adeus à CLT?: o eterno sistema corporativo de relações de trabalho no Brasil. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 50, p. 149-166, 1998.

\_\_\_\_\_. Desafios atuais do sindicalismo brasileiro. In: \_\_\_\_\_. *Sindicatos y nuevos movimientos sociales em América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

RODRIGUES, I. J.; RAMALHO, J. R. Sindicalismo na Inglaterra e no Brasil: estratégias diante das novas formas de gestão da produção. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 142-153, 1998.

RODRIGUES, L. M. Sindicalismo corporativo no Brasil. \_\_\_\_\_. *Partidos & sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, B. de S. *A globalização e as ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, L. A. Globalização neoliberal: impactos da reforma administrativa nas relações de trabalho. In: CARVALHO, R. A.; HORTA, C. R. (Orgs.). *Trabalho, globalização e desemprego: um enfoque internacional*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

SUPIOT, A. A crise do espírito de serviço público. *ADVERSO: Revista da Associação de Docentes da UFRGS, Porto Alegre*. v. 5, n. 7, p. 17-25, jul. 1995.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil: o que se pode esperar?. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (Orgs.). *A era da indeterminação*. S. Paulo: Boitempo, 2007

\_\_\_\_\_. *Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. Processos de heteroginização entre trabalhadores do serviço público da saúde e previdência social no Brasil e em Pernambuco. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32., 2008, Caxambu. *Anais...* São Paulo: ANPOCS, 2008.

VIOLA, R. C. A Ideologia da reforma administrativa e a formação do espírito de serviço público. In: CARVALHO, R. A.; HORTA, C. R. (Orgs.). *Trabalho, globalização e desemprego: um enfoque internacional*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

Recebido o 10/10/2012 – Aceito o 30/11/2012



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

Literárias

---

**CRÔNICA DE ANO VELHO:  
AS IMAGENS MÍTICAS EM “A PEQUENA VENDEDORA DE FÓSFOROS”,  
DE HANS CHRISTIAN ANDERSEN**

---

*Antonio Gomes da Silva*<sup>62</sup>

## RESUMO

Os objetivos deste artigo são, primeiramente, a explicitação das várias imagens míticas guardadas no conto “*A pequena vendedora de fósforos*”, de Hans Christian Andersen; e, em segundo lugar, a partir do explicitado, a colocação da questão do sentido conjunto e unitário dessa ‘*constelação de imagens*’. Para elaborar resposta à explicitação e questionamento propostos, procede-se à apreensão do narrado – implícito ou explícito – a partir de diversos pontos de vista narrativos. Como resultado desse procedimento, põe-se à luz o que ‘*aparece*’, de modo invariável, sob as variadas perspectivas consideradas. O que ‘*aparece*’, com isso, é o substrato mítico da narrativa de Andersen, a força de histórias cheias de humanismo e sensibilidade.

**Palavras-chave:** Mito. Imagem. Conto Literário. Hans Christian Andersen. Fenomenologia.

---

<sup>62</sup> Professor Dr. e Pesquisador da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: ags@usp.br.

**CRÔNICA DE ANO VELHO:  
AS IMAGENS MÍTICAS EM “A PEQUENA VENDEDORA DE FÓSFOROS”,  
DE HANS CHRISTIAN ANDERSEN**

**ABSTRACT**

The objectives of this article are, first, the explanation of the various mythical images stored in the tale “*The Little Match-Seller*” by Hans Christian Andersen; and, secondly, from the explicit, putting the question of the meaning set and unitary this ‘*constellation of images*’. To elaborate answer to explicitness and questioning proposed, proceed to the apprehension of the narrated – implicit or explicit – from various points of view narrative. As a result of this procedure is put to light what ‘*appears*’, so invariable, under the varied perspectives considered. What ‘*appears*’, with that, is the substrate mythic of the narrative of Andersen, the strength of stories full of humanism and sensibility.

**Keywords:** Myth. Image. Tale Literary. Hans Christian Andersen. Phenomenology.

**1. INTRODUÇÃO**

Em seu “*Por que ler os clássicos*”, o escritor italiano Ítalo Calvino afirma que “*os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos*” (CALVINO, 1995, p. 12). Assim é a obra de Hans Christian Andersen, escritor dinamarquês de histórias infantis que viveu no século XIX: a sua leitura e releitura incessantemente revelam uma novidade e um ineditismo inesperados, por força de histórias cheias de humanismo e sensibilidade.

Uma de suas narrativas coleciona imagens particularmente significativas: “*The Little Match-Seller*”, publicada em 1846. Conhecida em língua portuguesa como “*A menina dos fósforos*” ou “*A pequena vendedora de fósforos*”, conta as desventuras de uma criança que vaga pelas ruas e morre de fome e de frio numa noite véspera de Ano Novo.

Nesse conto são apresentadas e contrastadas imagens de Ano Velho e de Ano Novo, de neve e frio e de fósforos e calor, de pobreza e de riqueza, de fome e de banquetes, de neta e de avó, de criança e de velha, de vida e de morte, de terra e de céu.

Qual o sentido conjunto e unitário dessa ‘constelação de imagens’? Qual a mensagem que, através do dito, tenta nos enunciar o autor?

Essa pergunta não encontra, certamente, uma resposta simples. Procederemos à elaboração de uma resposta possível, no entanto, pelo caminho da apreensão do narrado – implícito ou explícito – sob variadas perspectivas, a partir de diversos pontos de vista<sup>63</sup>. O que ‘vê’ o narrador da história? Por outro lado, o que cai sob os olhos de um ‘passante genérico’? Considerando ao menos esses dois pontos de vista, o que permanece visto? O que ‘aparece’, de modo invariável, sob os vários pontos de vista considerados?

### ***1.1. A Menina dos Fósforos: Dois Pontos de Vista Narrativos***

O narrador assume a posição onisciente de quem tudo vê, tudo ouve – até os pensamentos, os sentimentos e as dores da menina –; logo, tudo sabe. Desse ponto de vista, a pequena vendedora de fósforos caminha, na última noite do ano, pelas ruas escuras e frias, cobertas de lama, de neve, de gente apressada, de carruagens. Com medo de voltar para casa – porque nenhum fósforo tendo vendido e nenhum dinheiro ganho, certamente seria surrada pelo pai –, senta-se entre duas casas, na vã tentativa de fugir do frio.

O que o narrador nos descreve, então – ‘desenha’ para nós, dir-se-ia, tão ricas, nítidas e tristes são as imagens –, é o mundo real da menina: a natureza, a sociedade, a cultura, o frio, a neve, a noite, os ricos, os miseráveis. A injustiça da situação é patente e salta ao primeiro plano.

Tão logo e tão mal se acomoda entre as duas casas, sobre a neve e sob o frio, começa a menina a queimar, um a um, os fósforos que traz nas mãos. Com a queima dos fósforos começam também o sonho e a fantasia: “*Foi realmente uma luz maravilhosa*” (ANDERSEN,

---

<sup>63</sup> Para uma discussão pormenorizada desse procedimento, veja-se, na totalidade, Husserl (1990).

2007). A luz dos fósforos (metáfora para a fantasia) traz à existência (como aparição à consciência) o maravilhoso e o mágico: o fogão aquecido, o ganso de véspera de Ano Novo, a árvore de Natal.

Com o avançar da história, é o próprio real que se torna maravilhoso, que se faz definitivamente mágico: a visão da estrela cadente que prenuncia a morte, a aparição da avó (a “*Grande Mãe*”) já falecida, a cálida experiência do amor, da alma, da presença de Deus.

No parágrafo 6º encontramos, por fim, a apoteose do conto: a morte da menina e sua ressurreição (não do seu corpo material, mas de seu corpo sutil) em corpo e glória.

O dia amanhece e, com o dia, veem o sol, os passantes, o cotidiano, o cadáver sobre a neve: “*A criança ainda estava sentada, na rigidez da morte, segurando em sua mão um feixe de fósforos queimados*” (ANDERSEN, 2007).

“*Ela tentou aquecer-se*” (ANDERSEN, 2007), disseram alguns. A “*vida real*” continua...

O que enxerga, porém, um ‘*passante*’ genérico, anônimo, desinteressado, insensível, sem o benefício da onisciência do narrador? O que ele ‘*vê*’?

É noite de véspera de Ano Novo. Cai neve. Uma menina malvestida e despenteada caminha sozinha pelas ruas escuras e frias da cidade, tendo às mãos grandes maços de fósforos. Senta-se entre duas casas, sobre a neve. Treme de frio. Queima os fósforos, um após o outro. Sem motivo aparente, sorri para a chama do fósforo, com o olhar distante. Os fósforos logo se consomem, as chamas logo se apagam, uma após outra. Os fósforos se acabam. A menina se aquieta, com um sorriso nos lábios. Está morta. O que se “*vê*”, cruamente, é a morte de uma criança na neve e no frio.

O que há em comum entre esses dois pontos de vista? O que o narrador e um passante qualquer apreendem, invariavelmente, nesse episódio?

Em comum há a morte, a morte de uma criança, a morte de uma criança pobre, a morte de uma criança pobre (no contexto de) uma véspera de Ano Novo. E – por um acréscimo de abstração e informação posterior, fora dos dados imediatos e vivências da consciência – há a injustiça, a desigualdade entre ricos e pobres, os que têm lareira aquecida,

peru e árvore de Natal... e os que morrem de fome e de frio, sob o negrume da noite e sobre a brancura da neve.

Além da morte da criança e da “*hýbris*” cometida (a injustiça, a desmedida, o ‘ferimento’ ao ‘*métron*’, à justa medida de nossa ética e de nossa sensibilidade), apresentam-se como imagens determinantes ao desenlace do conto a presença da avó e a subida aos céus. A que outras imagens essas imagens invocam? O que o conjunto dessas imagens quer significar?

## 2. INTERMEZZO: O MITO DE ΔΙΟΝΥΣΟΣ E OUTROS MITOS

Aqui se torna necessário um interlúdio a fim de que possamos buscar, nos grandes repositórios de imagens da humanidade – no mundo mítico, por exemplo –, semelhanças e proximidades com as imagens que no conto nos ocorrem.

A mitologia é rica em imagens e narrativas da morte de crianças – ou, mais genericamente, da morte de inocentes, de justos. Tomemos em consideração o mito grego de Dioniso.

Dioniso é filho de Zeus – pai dos deuses e dos homens – e da deusa Perséfone, segundo algumas versões do mito; ou de Zeus e da mortal tebana Sêmele, de acordo com outras. Perseguido por Hera, a ciumenta esposa de Zeus, e por instigação desta, Dioniso ainda criança é destruído pelos titãs. Seu coração, porém, é resgatado por Atena, que o entrega a Zeus. O pai dos deuses e dos homens, então, a partir do coração do filho morto, o ressuscita. Entregue às ninfas, Dioniso escapa das perseguições de Hera, cresce e torna-se o deus dos ciclos vitais, das festas e do vinho (BRANDÃO, 1991, p. 285-292).

O mito de Dioniso, como tantos outros – como, aliás, o conto de Andersen –, apresenta essa ‘constelação de imagens’: a criança (o inocente, o justo), a morte injusta, a intervenção divina e a ressurreição.

Apenas a título de indicação, também o cristianismo realiza as imagens fundamentais da morte do justo, da ‘Grande Mãe’ e da ressurreição.



Pietà de Michelangelo (1499)



Pietà de Vincent Willem van Gogh (1889)

### 3. A MENINA DOS FÓSFOROS: UMA ‘CONSTELAÇÃO DE IMAGENS’ MÍTICAS

Qual a origem das imagens literárias? Toda imagem tem origem na experiência sensível – quer como impressão sensorial, quer como ‘*composição*’ de impressões sensoriais, por engenho e arte da imaginação<sup>64</sup>.

A imagem literária comunga e participa desse imenso cabedal de imagens, patrimônio comum que é de toda a humanidade. Isso se manifesta no cotidiano, no sonho, na fantasia, nas artes, no mito, etc<sup>65</sup>.

Uma das imagens importantes e persistentes desse acervo é a morte do justo (a criança, o inocente). Entre os Antigos, a morte do justo configura uma “*hýbris*” cósmica, uma injustiça que se comete contra todo o “*métron*” – a ‘*justa medida*’. A desmedida cósmica exige uma reparação também cósmica.

Uma reparação de tamanhas dimensões é atributo exclusivo dos deuses: exige a intervenção e a participação da divindade. Dentre as imagens e dentre as divindades femininas intercessoras ocorre frequentemente a ‘*Grande Mãe*’, a ‘*Grande Deusa*’, a ‘*Consoladora das*

<sup>64</sup> Para uma discussão geral a esse respeito, veja-se Hume (1980).

<sup>65</sup> Para uma discussão a esse respeito, veja-se Jung (2000).

*Gentes*<sup>66</sup>, ‘*Gaia*’, a ‘*Mãe Terra*’: da terra nascemos, da terra nos nutrimos, à terra retornamos em nossa última viagem.

A morte da *menina dos fósforos* atualiza e realiza essa imagem ancestral – a imagem da morte do inocente. Essa realização arrasta consigo a imagem da ‘*Grande Mãe*’, personificada na avó. A terceira imagem dessa ‘*constelação*’ é, precisamente, a imagem da ressurreição. Já não uma ressurreição em carne e osso – pouco verossímil para a sensibilidade Moderna, onde se gera o conto –, mas uma ressurreição do ‘*corpo sutil*’ (JUNG, 2000, p. 113), algo espiritual, uma ressurreição ‘*em corpo e glória*’.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual o sentido conjunto e unitário dessa ‘*constelação de imagens*’? Qual a mensagem que, através do dito, tenta nos enunciar o autor?

Múltiplos são os sentidos do conto “*A pequena vendedora de fósforos*”, certamente. O autor, muito provavelmente, está ocupado com a denúncia de uma injustiça social, com os contrastes e as desigualdades alarmantes de um pedaço da Europa que ainda não completara, nem auferira dos frutos maduros, de sua revolução burguesa. É evidente o seu horror com a morte de uma criança, de fome e de frio, bem debaixo da janela de casas burguesas aquecidas e com as fartas mesas postas para a ceia de Ano Novo. Maior é o seu horror com uma cidade, com uma civilização que – não obstante os seus êxitos materiais – ainda permite que crianças morram de fome e de frio bem debaixo de suas janelas.

Mas, sob toda essa ‘*pintura*’ de denúncia social, palpita uma imagética mais fundamental, mais universalmente humana: o horror diante de toda morte, da morte de todo inocente, de toda morte injusta. Constelada a essa imagem está aquela outra, terrível e contrária a toda a natureza que é a imagem da mãe que segura o filho (a filha) morto nos braços. Por último, mas igualmente importante, junta-se a essas primeiras a imagem da

---

<sup>66</sup> Veja-se uma ocorrência literária dessa imagem em Silva (2013).

compensação, da reparação, da restituição da ‘Dike’, a justiça cósmica, na figura da ressurreição, em corpo e glória, da pequena vendedora de fósforos.

Ela (a avó) pegou a menina nos braços, e ambas voaram em luminosidade e alegria para muito acima da terra, onde não havia nem frio nem fome nem dor, porque eles estavam com Deus (ANDERSEN, 2007).

## REFERÊNCIAS

- ANDERSEN, H. C. *The little match-seller*. Copyright Zvi Har’El. 2007. Disponível: <[http://hca.gilead.org.il/li\\_match.html](http://hca.gilead.org.il/li_match.html)>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- BRANDÃO, J. de S. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1991. 2v.
- CALVINO, I. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).
- HUSSERL, E. *A ideia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Recebido o 12/11/2012 – Aceito 03/12/2012



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## Resenha

---

*Francisco Pineda*

*(Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH-México))*

**Racismos y otras formas de intolerancia de norte a sur en América Latina.** Alicia Castellanos Guerrero y Gisela Landázuri Benítez (coord.), México: Editorial Universidad Autónoma Metropolitana, 2012).

**Este libro colectivo que estamos presentando** tiene una relevancia especial. Examina las prácticas racistas en América Latina. Nos recuerda cómo se ha configurado el poder, desde hace cinco siglos. No todo son procesos electorales.

El libro hace ver las estrategias de la dominación, en la historia larga, pero desde **una dolorosa actualidad para los pueblos originarios y los afroamericanos secuestrada y esclavizada**. Un aporte fundamental, para analizar la situación que vivimos en los tiempos que corren. **Convoca a la reflexión analítica de nuestro presente y nuestra historia, en un problema que ha sido decisivo para la opresión y el genocidio**. Un problema que es decisivo para nuestro futuro de liberación.

Las historias del racismo contra el pueblo Mapuche, en Chile y Argentina; contra el pueblo Aymara, en Bolivia; contra los afro descendientes en Colombia y Brasil, son historias

nuestras. Este libro nos recuerda eso. No somos ajenos a la colonialidad del poder racista. Sobre esto, quisiera hablar un poco.

Hacia 1525, cuando recién se había producido la derrota militar de los mexicas, frailes dominicos y franciscanos elaboraron un discurso para argumentar a favor de la esclavitud de los pueblos derrotados en nuestra tierra. El acontecimiento y el núcleo de aquel discurso fueron recogidos por quien es considerado como uno de los más influyentes cronistas de la colonia, Francisco López de Gómara, capellán de Hernán Cortés.

En la *Historia General de las Indias*, López de Gómara relató que se hicieron muchos esclavos en todas partes sin pena ni castigo, porque fray Tomás Ortiz y otros monjes aconsejaron la sujeción de los indios, presentando documentos y testigos en España para persuadir a la corona de que dichos pueblos no merecían la libertad. El Consejo de Indias, que presidía el confesor del emperador, dio grandísimo crédito a tales consideraciones y, ese mismo año, Carlos V decretó que los pueblos originarios de Nuestra América fuesen esclavos. La memoria colonialista lo convirtió en chocolate...

Aquella argumentación, junto con otros documentos de la época, fue una pieza fundante del discurso racista en el comienzo de la era colonial, con un valor histórico evidente para México y todo este continente, África y Asia. Es importante, también, porque ubica explícitamente uno de los propósitos fundamentales de ese discurso: el sometimiento esclavista de la población derrotada militarmente.

Los argumentos para esclavizar fueron los siguientes:

*Los hombres de tierra firme de Indias comen carne humana, y son sodométicos más que generación alguna. Ninguna justicia hay entre ellos; andan desnudos; no tienen amor ni vergüenza; son como asnos, abobados, alocados, insensatos; no tienen en nada matarse y matar; no guardan verdad... son inconstantes; no saben qué cosa sea consejo; son ingratisimos y amigos de novedades... son bestiales en los vicios; ninguna obediencia ni cortesía tienen mozos a viejos ni hijos a padres; no son capaces de doctrina ni castigo; son traidores, crueles y*

*vengativos, que nunca perdonan; inimicísimos [grandes enemigos] de religión, haraganes, ladrones, mentirosos y de juicios bajos y apocados; no guardan fe ni orden; no se guardan lealtad maridos a mujeres ni mujeres a maridos; son hechiceros, agoreros, nigrománticos; son cobardes como liebres, sucios como puercos; comen piojos, arañas y gusanos crudos donde quiera que los hallan; no tienen arte ni maña de hombres... son sin barbas, y si algunas les nacen, se las arrancan... cuanto más crecen se hacen peores... se tornan como brutos animales; en fin, digo que nunca crió Dios tan cocida gente en vicios y bestialidades, sin mezcla de bondad o policia. (Dijo Tomás Ortiz, monje dominico).*

Así hablaron los primeros racistas, en México. Y su huella queda, esto se evidencia en el libro colectivo que coordinaron Alicia Castellanos Guerrero y Gisela Landázuri Benítez. La línea principal de ese discurso racista es la deshumanización de los pueblos (animalidad). Es decir, la construcción imaginaria de *salvajismo*, por medio del despojo discursivo.

López de Gómara, igualmente, insistió en los preceptos mitológicos del discurso racista:

*“mataron los indios (en la cuenca del río Pánuco, en México), cuatrocientos españoles de aquéllos, muchos de los cuales fueron sacrificados y comidos, y sus cueros puestos por los templos, curtidos o embutidos; que tal es la cruel religión de aquéllos, o la religiosa crueldad. Son asimismo grandísimos putos, y tienen mancebía de hombres públicamente, y se acogen las noches mil de ellos, y más o menos, según es el pueblo.”*

Así hablaron de nuestros pueblos los colonizadores y así se configuró el poder racista.

La representación funciona como algo que sustituye a la persona y además aparece como si fuera esa persona misma.

**Para desconstruir el discurso racista hay que trabajar sobre los códigos de poder, porque ese discurso no habla de la población racializada, sino de relaciones de poder codificadas racialmente; habla del racista y sus mitos.**

Desde el comienzo los pueblos resistieron. En consecuencia, hacia 1509-1512, la reina Juana I, mejor conocida como *Juana la Loca*, dictó *Ordenanzas para el regimiento de los indios*. El motivo de tales medidas fue que, para los indios, “todo su fin es tener libertad para hacer de sí lo que les viene a la memoria”; y “viendo que esto es tan contrario a la santa fe”, la monarquía acordó una serie de medidas de regimiento: reducir el espacio, el tiempo, los medios de subsistencia y a la familia.

*Juana la Loca* decretó la concentración de los pueblos en asentamientos contiguos a los españoles y ordenó que vivieran hacinados en galeras. Al mismo tiempo, ordenó incendiar los pueblos “para que los dichos indios no tengan causa de volverse allí donde los trajeron”.

*La implantación del caciquismo merece una observación especial*, quizá esta institución del poder duradero sea una de las más efectivas. Es una institución netamente colonial que se impuso desde los primeros años, en las islas del Caribe, como lo muestran las ordenanzas de *Juana la Loca*. La implantación del caciquismo comenzó así: “ordenamos y mandamos que los dichos caciques tengan quien los sirva y hagan lo que ellos mandaren para cosas de su servicio”. “Otro, ordenamos y mandamos que todos los hijos de los caciques que hay en la dicha isla, y hubiere de aquí en adelante, de edad de trece años se le den a los frailes de la orden de San Francisco... para que los dichos frailes les muestren leer y escribir y las cosas de nuestra fe, los cuales tengan mostrando cuatro años y después vuelvan a las personas que se los dieron y los tengan encomendados, para que los tales hijos de cacique muestren a los dichos indios, porque mejor lo tomarán de ellos”.

El antropólogo Guillermo Bonfil, al hacer la crítica del indigenismo del Estado, en el siglo XX, observó el mismo mecanismo, constató la duración larga de las estrategias de poder. Considérese que inmediatamente después de la Revolución Mexicana, bajo el régimen emanado del carrancismo, Manuel Gamio propuso: “*Para incorporar al indio no pretendamos europeizarlo de golpe; por el contrario, indianicémonos nosotros un tanto, para presentarle, ya diluida en la suya, nuestra civilización, que entonces no encontrará exótica,*

*cruel, amarga e incomprensible. Naturalmente que —añadió Gamio— no debe exagerarse a un extremo ridículo el acercamiento al indio”.*

Así, al inicio del indigenismo del Estado, los encargados de llevar el “mensaje civilizador” eran los no indios, pero la misión fracasó. Se decidió entonces —observó Bonfil— recurrir a los propios jóvenes: escoger a los mejores, sacarlos de sus comunidades, llevarlos a un medio “civilizado”, someterlos a un lavado de cerebro mediante el cual reconocieran la inferioridad de su cultura y devolverlos después a su medio de origen, convertidos en “agentes”.

El canibalismo – primer elemento en la argumentación de la esclavitud – se inscribió en el discurso racista a partir del añejo temor al averno.

En esto, vale tener presente algo que escribió Sigmund Freud acerca de la oposición entre las fuerzas del bien y del mal, pues remitió este enfrentamiento simbólico al dominio colonial: *“Cuando un pueblo es derrotado por otro, no es raro que los dioses destronados de los vencidos se trasmuten en demonios para el pueblo vencedor”.* Este fue el caso de Huitzilopóchtli (o Mexi), símbolo ligado al sol dentro de la cultura mexicana, a la liminalidad entre vida-muerte del nacimiento y la guerra: van al sol las mujeres que mueren en el parto y los guerreros que mueren en combate.

Vinieron. Ellos tenían la Biblia y nosotros teníamos la tierra. Y nos dijeron: “Cierren los ojos y recen”. Y cuando abrimos los ojos, ellos tenían la tierra y nosotros teníamos la Biblia. Dijo Desmond Tutu el obispo negro sudafricano.

Por su fuerza simbólica para la resistencia – Mexi también está en el origen del nombre que unifica a todos los pueblos de México – Huitzilopóchtli fue convertido en signo diabólico de la colonialidad del poder. La demonización de la cultura de los pueblos de México es una de las formas del discurso racista, desde el comienzo de la era colonial.

La demonología está más allá del argumento de esclavitud. Es el discurso más o menos usual que el poder esgrime para “acabar de raíz con el mal”; es un principio de causalidad ligado estrechamente a las prácticas genocidas del racismo. El Ejército Libertador que jefaturó Emiliano Zapata fue tratado como “turba demoníaca” y a él mismo se le llamó Atila, *flagellum dei*, el azote de dios.

“Y del partido PAN, les digo que de por sí sabíamos que iban a votar en contra de los pueblos indios porque es un partido racista. Porque el PAN sólo le gusta ver a los indígenas

como sirvientes en sus grandes casas o pidiendo limosna. Por eso no pueden respetar los derechos y la cultura indígenas. Porque los panistas son los herederos de aquellos conquistadores españoles que sembraron el terror y la muerte en las tierras indias de México”. Dijo el Comandante Tacho, del Ejército Zapatista de Liberación Nacional, 2003.

Con el racismo moderno, los infieles transitaron al estado de incivilizados y la “inmensa cantidad de gente” empezó a ser transformada en “grupos minoritarios”, por medio de la imaginería y la guerra. La síntesis se hizo dilema para los pueblos y emblema para los oligarcas: civilización o barbarie.

Como observó David Viñas, *“la integración que corre por cuenta del ‘civilizador’ se desplaza hacia el ‘bárbaro’ que debe convertirse o desaparecer; adscribirse a los valores del conquistador, en identificatoria sumisión, o perecer. La misión del blanco explicita así su privilegio carismático: rendición incondicional o aniquilación”*.

El efecto de poder de esa táctica fue la construcción de una nueva mayoría sometida, el “mestizo”. En este caso, clave para la explotación capitalista, el racismo opera como justificación ideológica de la jerarquización de la fuerza de trabajo.

Siempre luchamos por cambiar esto. Hemos realizado marchas, papeleos, diálogos, comisiones técnicas, defensa con abogados, etcétera. En este trajinar por carreteras, pasillos y oficinas, hemos entendido mejor al país. Hemos hallado que aun los que se sienten dueños de sus vidas y de las nuestras, ellos también son discriminados por otros más poderosos. Hemos encontrado que su democracia es sumamente limitada. Las mayorías no tienen real acceso a las decisiones a los momentos importantes.

Cada cinco años se repite la caravana de promesas y ofertas, se vota por quien ofrece mejores cosas y luego las cosas siguen igual para los de abajo: hambre, crisis y más miseria y así, hasta cinco años después. Entonces la democracia no se aplica por igual para todos. Los grandes marginan a los medianos, éstos a los más pobres y éstos a los invisibles, a nosotros. Tal vez esa condición de estar al final de la cadena, nos hace ver más claro: el sistema está mal. Decía Pablo Rivero, del pueblo Weehnayek, Bolivia, 2002.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

*Prof. Roberto Mendoza (UFCG-Brasil)*

## **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária.**

Organizado por *Édi A. Benini* (UFT), *Maurício Sardá de Faria* (UFPB), *Henrique T. Novaes* (UFC) e *Renato Dagnino* (Unicam), foi publicada em dois volumes pela *Editora Outras Expressões de São Paulo* em novembro do 2011.

Esta obra em 2 volumes, recentemente catalogada na Biblioteca Central de nossa universidade, está voltada para a **formação de gestores públicos e representantes dos movimentos sociais que atuam ou pretendem atuar nas políticas de Economia Solidária, Autogestão e Cooperativismo**, ou mesmo discutir, de forma mais aprofundada e dialogando com tais políticas, as relações Estado, Sociedade e Trabalho Associado.

A obra tem como ponto de partida o curso de especialização em Gestão Pública e Sociedade, realizado em dez cidades brasileiras pela Universidade Federal do Tocantins, em parceria com a Universidade Estadual de Campinas, com o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

**Situando-se na vertente da Administração Pública Societal, a discussão apresentada busca um eixo de reflexão que se alinha à perspectiva de democratização do Estado brasileiro e da necessidade de construção de um novo modelo de desenvolvimento para o país.**

Pretende, em linhas gerais, qualificar as ações e políticas públicas voltadas ao apoio e fomento ao trabalho associado, coletivo e autogestionário que constituam um novo modo de produção e reprodução da vida social, para além do capital. Pressupõe que as políticas públicas efetivas requerem mecanismos institucionais de participação e controle social, conferindo o protagonismo à população nos assuntos públicos.

Dentre os temas abordados, destacam-se os limites e as possibilidades das cooperativas e associações diante do modo de produção capitalista, a avaliação de políticas públicas, a pedagogia do trabalho associado, a reforma agrária e urbana, a tecnologia social e a política científica e tecnológica necessárias para o desenvolvimento social; as especificidades do Brasil e o caráter capitalista do Estado brasileiro, a construção da história da esfera pública no Brasil; as contradições do sistema jurídico brasileiro, a mundialização do capital e seu impacto nas políticas públicas; a formação da agenda governamental e aspectos do planejamento público; a formulação e execução dos programas e políticas públicas de economia solidária, entre outros.

Somando diversas experiências e seus conhecimentos, a proposta do curso de especialização em Gestão Pública e Sociedade, e das obras que lhe servem de referência, é fruto das lutas históricas dos movimentos sociais, dos trabalhadores do serviço público - professores, pesquisadores, gestores e intelectuais e de diversas organizações trabalhistas brasileiras. Todos eles anseiam e vislumbram uma América Latina autodeterminada, onde a produção seja realizada para a satisfação das necessidades humanas, onde os produtores livremente associados possam alcançar graus crescentes de autogoverno e de controle da produção e reprodução da vida material, social e cultural.

**Recomendamos a consulta desta excelente e múltipla obra a todos aqueles que apreciem necessário participar na corrente por uma sociedade brasileira, e também latino-americana, mais democrática e mais justa, na qual os valores de Solidariedade, Liberdade e Igualdade dimanem um do outro, e não sejam considerados como independentes e opostos. Isto é, em definitivo, o que propõe a obra aqui resenhada.**



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

Notícias

---

## DIREITOS HUMANOS NO BRASIL e MEXICO TRÊS JOVENS PSICÓLOGOS DESAPARECIDOS NO MEXICO

**Estimados colegas de América latina, Europa y otros continentes**

La **Comisión de familiares y colegas**, que está a cargo de las reclamaciones y solicitudes de apoyo por la desaparición de: **Ana Belém Sánchez Mayorga, Diego Antonio Maldonado Castañeda y Luis Enrique Castañeda Nava**, jóvenes psicólogos desaparecidos, viene realizando diversas actividades (en un contexto políticamente muy difícil), solicitando el esclarecimiento de la situación a las autoridades locales y nacionales de México, como a diversas entidades internacionales de DD.HH.

Igualmente ha conseguido el apoyo de diversos intelectuales y profesionales de la psicología en todo el mundo. Centenas de cartas y adhesiones por medio de la web se han conseguido. **Podemos destacar entre otros, el apoyo recibido del Dr. Ian Parker y otros Members of the Department of Psychology, Manchester Metropolitan University, UK ; del Dr. Roberto Mendoza, Editor de la Revista Ariús de la Universidad Federal de Campin Grande (Brasil), como también del Dr. Marx Burton Editor de la web en ingles: Psicología de la Liberación. Recientemente hemos recibido, también, una declaración de apoyo del Dr. Serdar M. Degirmencioglu por los participantes del Tercer Simposio de la**

## **Psicología Crítica (Diyarbakir, Turquía) en nombre de TODAP La Asociación de Psicólogos para la Solidaridad Social.**

En Brasil y Argentina las Sociedades o Colegios Nacionales de Psicología, también han sido informados. Se publicará en la Revista ARIÚS de la Universidad Federal de Campina Grande (UFCCG-Brasil), una nota sobre este caso.

Una declaración de apoyo por vuestra parte (y de sus afiliados), sería de gran valor para nosotros y para la causa de los DDHH en México y América Latina.

Gracias

**Lic. Eduardo Sánchez Mayorga**  
*Comisión de Familiares, colegas y amigos*

La web para apoyar esta causa es:

***<http://www.change.org/es/peticiones/ayúdenos-a-encontrar-a-ana-belém-sánchez-diego-maldonado-y-luis-castañeda>***

### **CARTA DE LA COMISIÓN DE FAMILIARES, COLEGAS Y AMIGOS A LAS ENTIDADES DE LOS DDHH:**

Estimados Amigos de Naciones Unidas Derechos Humanos, Oficina de Alto Comisionado:

Mi nombre es Eduardo Sánchez Mayorga, y el motivo de este correo es solicitar su ayuda para la solución del caso de *desaparición forzada* de tres jóvenes quienes fueron secuestrados por un grupo armado en Paracho Michoacán, Mexico.

Sus nombres son Ana Belém Sánchez Mayorga (30), Diego Antonio Maldonado Castañeda (34) y Luis Enrique Castañeda Nava (28). Los tres originarios del Distrito Federal viajaron a Paracho con el fin de impartir talleres para niños dentro del marco del festival de Globos de Cantoya. Fue durante la madrugada del 22 de Julio que el, hasta ahora no-

identificado grupo armado, entro en el Hotel Santa Fe (dirección: Avenida 20 de Noviembre 745, Colonia Centro, Paracho, Michoacán. México CP. 60250) y se los llevó. El recepcionista del Hotel se niega a hablar y asegura no haber visto a nadie.

El Hotel cerró al día siguiente del suceso por supuesto "Mantenimiento" y los servicios periciales se llevaron a cabo cuatro días después, y aún así, todavía se encontraron huellas de violencia.

Por ahora no ha habido contacto con los perpetradores y no se sabe nada de los chicos. la policía (MP y PGR) no da información.

Hasta el momento, los familiares, hemos levantado actas frente al Ministerio Público de Michoacán y del Distrito Federal. Número de averiguación previa: AUE/501/ 2012/II/DAE se ha solicitado la intervención de la Comisión Nacional de Derechos Humanos, con números: CNDH/1/2012/3721/OD y CNDH/1/ 2012/79779/OD, se ha dado parte a organizaciones como: "Amnisty International", "HASTAENCONTRARLOS", "Sonrisas perdidas de Hidalgo", "Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad" y "Oficina Serapaz", se están recaudando firmas, algunas en persona y otras mediante la página web:

<http://www.change.org/es/peticiones/ayúdenos-a-encontrar-a-ana-belém-sánchez-diego-maldonado-y-luis-castañeda>

y se ha difundido la mayoría de la información en diferentes Idiomas a través de la página Web:

<http://nomasvictimas.org/>

<http://www.facebook.com/pages/NoMasVictimasorg/351086008299620?ref=hl>

Sé que ustedes como miembros de la ONU-DDHH (con el Sr. Ariel Dulitzky) han visitado México para mediar con algunas instituciones en materia de "desaparición forzada" y por lo mismo acudo a ustedes para pedir su ayuda, pues al parecer hay indicios de que se trata de algún motivo político. La situación de México en este momento es muy delicada

(adjuntamos datos oficiales), y el Estado parece estar actuando contra los jóvenes de la izquierda y todos aquellos que reclaman el respeto a los DDHH en nuestro país. En este caso uno de los jóvenes psicólogos desaparecidos, estaba relacionado a un frente de la izquierda que actúa en la vida política mexicana.

Necesitamos monitorear qué se está haciendo! La policía se dice carente de pistas pero no usan las pistas que todos conocemos, como el recepcionista del Hotel. No hacen lo posible por continuar la investigación!

Necesitamos difundir la noticia, pues los medios más importantes no hacen nada. ¿Sería posible para ustedes apoyarnos mandando algunas peticiones al gobierno de Michoacán y al Ministerio Público para dar algunos resultados sobre la investigación?

Les doy las gracias de antemano y quedo a sus órdenes

*Lic. Eduardo Sánchez Mayorga*

Comisión de Familiares, colegas y amigos

### **Otros Links**

Psicología de La liberación: <http://libpsy.org/2012/09/04/> <http://libpsy.org>  
<http://borderland-beat-forum.924382.n3.nabble.com/3-Missing-A-Youth-leader-2-psychologists-Kidnapped-in-Paracho-Mich-td4028522.html>  
[http://www.24-horas.mx/desaparecidos-tres-jovenes-de-df-en-paracho-los-sacaron-de-su-hotel/?fb\\_action\\_ids=10150985166828772&fb\\_action\\_types=og.likes&fb\\_source=aggregation&fb\\_aggregation\\_id=288381481237582](http://www.24-horas.mx/desaparecidos-tres-jovenes-de-df-en-paracho-los-sacaron-de-su-hotel/?fb_action_ids=10150985166828772&fb_action_types=og.likes&fb_source=aggregation&fb_aggregation_id=288381481237582)  
<http://www.notivideo.com/ver/video,7154/>  
<http://www.proceso.com.mx/?p=315117>  
[http://www.sdpsnoticias.com/columna/10187/El\\_PRI\\_y\\_la\\_desaparicion\\_de\\_jovenes](http://www.sdpsnoticias.com/columna/10187/El_PRI_y_la_desaparicion_de_jovenes)  
<http://www.animalpolitico.com/2012/07/desaparece-en-michoacan-dirigente-juvenil-del-df/>  
<http://eleconomista.com.mx/seguridad-publica/2012/07/26/secuestran-militantes-movimiento-ciudadano>

<http://radioamlo.blogspot.de/2012/07/secuestran-en-michoacan-tres-jovenes.html>

<http://www.lajornadamichoacan.com.mx/2012/07/26/denuncian-secuestro-de-perredistas-en-paracho/>

<http://mexicorojo.mx/secuestraron-a-tres-jovenes-en-paracho.html#.UB1B13hiYR4>

<http://www.notivideo.com/ver/video,7160/>

**AMNISTÍA INTERNACIONAL DENUNCIA LA ESTRATEGIA MILITAR  
PARA ENFRENTAR AL CRIMEN ORGANIZADO  
INICIADA POR FELIPE CALDERÓN**

*Gobierno mexicano tolera grave deterioro en DDHH*

*Agencia Púlsar*

La organización defensora por los derechos humanos, Amnistía Internacional, denunció que la estrategia militar para enfrentar al crimen organizado iniciada por Felipe Calderón agravó la violencia severamente en el país.

La agrupación agregó que la táctica generó, además, un aumento “escalofriante” en las denuncias de violaciones de derechos humanos cometidas por las fuerzas de seguridad. Amnistía detalló que se incrementaron detenciones arbitrarias, tortura, ejecuciones extrajudiciales y desapariciones forzadas.

En días pasados, la organización recordó que de acuerdo con datos de la sociedad civil mexicana reconocidos por el Grupo de Trabajo de la ONU sobre Desapariciones Forzadas e Involuntarias en México, “más de 3 mil personas habrían sido desaparecidas desde el 2006”. Donde las Fuerzas represivas del Estado tendrían responsabilidad directa.

Del mismo modo, Amnistía añadió que la táctica para enfrentar a los grupos criminales carecía de dinámicas para frenar y garantizar la seguridad para las poblaciones afectadas.

El director ejecutivo de Amnistía Internacional en México, Alberto Herrera, afirmó que con frecuencia las víctimas de los delitos cometidos por las corporaciones policiales son

criminalizados y acusados de ser delincuentes sin que esto sea cierto En el marco del último informe de actividades anual del mandatario mexicano, Amnistía denunció que los defensores de derechos humanos y periodistas han sido objeto de ataques, asesinatos, amenazas e intimidación en represalia por su trabajo.

Sin embargo, Amnistía reconoció avances muy importantes como las reformas en materia de derechos humanos a la Constitución, aprobadas en junio 2011. A esto se suma la reciente decisión de la Suprema Corte de Justicia de limitar el fuero militar para excluir las violaciones de derechos humanos de la jurisdicción militar.

La organización defensora puntualizo que “sólo con el esfuerzo de las víctimas y sus familiares se ha empezado a dismantelar el muro de impunidad que protege a quienes violan los derechos hmanos”.

**OFICIAL: 47.515 MUERTOS EN MÉXICO  
DURANTE LA PRESIDENCIA DE CALDERÓN**

<http://america.infobae.com/notas/41914-Oficial-47515-muertos-en-Mexico-durante-la-presidencia-de-Calderon>)

La Fiscalía General mexicana difundió el número oficial de víctimas de la violencia en los últimos cinco años. **En los primeros nueve meses de 2011, los muertos fueron 12.903**, cifra que superó las proyecciones de la prensa

A inicios del año pasado, los principales diarios mexicanos estimaron que los homicidios generados por el crimen organizado **rondarían los 12 mil para los 12 meses siguientes.**

De acuerdo con el boletín de la Fiscalía, los números de enero a septiembre pasados reflejaron un **crecimiento en las muertes de aproximadamente el 11 por ciento.**

Los 47.515 homicidios reportados abarcan el período desde diciembre de 2006, cuando al inicio de su gestión Felipe Calderón puso en marcha un operativo antidroga en los estados más violentos de México.

En el **último conteo dado a conocer, enero del año pasado, el total de muertes violentas alcanzaba las 34.612 en México**. En 2010, el narcotráfico causó 15.273 muertes, de acuerdo con los datos oficiales.

En su reporte de este miércoles, la Fiscalía indicó que "**el 70% de los fallecimientos que por sus características podrían haber ocurrido en el contexto de rivalidad** entre organizaciones delincuenciales sucedió en ocho entidades del país", de un total de 32 estados, incluida la capital.

Sólo **en Ciudad Juárez fueron asesinadas 1.206 personas** entre enero y septiembre de 2011, mientras que casi 800 homicidios fueron reportados en el popular balneario de Acapulco.

Durante el año pasado, decenas de cadáveres fueron abandonados en vías públicas de ciudades como **Veracruz y Guadalajara**, como demostración de fuerza entre los grupos del crimen organizado. Las autoridades habían suspendido, en enero del año pasado, la entrega de balances periódicos para someter a revisión la metodología usada.

### **Estados Unidos cifra en 150 mil los muertos por el narcotráfico en México**

<http://america.infobae.com/notas/47256-Estados-Unidos-cifra-en-150-mil-los-muertos-por-el-narcotrffico-en-Mxico>)

El secretario de Defensa de **Barack Obama**, León **Panetta**, no especificó a qué período se refería. El Gobierno de **México sólo admite cerca de 50 mil desde 2006**

### **Guatemalan Genocide Trial: Prosecution experts testify on psychological issues**

**Jose Efrain Rios Montt**, who ruled Guatemala for nearly seventeen months during 1982 and 1983, and Jose Mauricio Rodriguez Sanchez, his then chief of military intelligence, are on trial in Guatemala City for genocide and crimes against humanity. The charges arise from systematic massacres of the country's indigenous population carried out by Guatemalan

troops and paramilitary forces during this phase of the country's long and brutal civil war, and the related mass forced displacement.

This is the first time a former head of state has been prosecuted for genocide in a national, as opposed to an international, court. The trial is an important milestone in holding political and military leaders accountable for international crimes. For Guatemalans, it is hoped it will also contribute to an accurate historical account of the gross human rights violations committed during the civil war....

[A United Nations sponsored truth commission](#) established under the peace agreement that ended the civil war in 1996 estimated that more than 200,000 died or were subjected to forced disappearance during the 36-year conflict, over 80% from Mayan indigenous populations. The commission found that state security personnel and paramilitaries were responsible for 93 percent of the violations. The commission identified over 600 massacres, and found that the state was responsible for systematic violence – including extrajudicial executions, forced disappearances, sexual violence, death squads, the denial of justice, and other crimes and violations, with the victims largely from indigenous and rural communities. The three-year period between 1981 and 1983 accounts for 81 percent of the violations.

### **Psychological Evidence presented in court**

On April, the first expert witness was Nieves Gómez, a psychologist with a specialty in criminology. She testified about the psychological impacts of the war and the “harm to the mental integrity” of individuals and the Maya Ixil community. Gómez told the court she had interviewed about 100 people in several Maya Ixil communities. Those interviews highlighted the interplay and reciprocity between the individual and the group.

She mentioned several aspects of everyday life specific to the Maya Ixil community, including profound respect for nature and the dead, spiritual ceremonies for specific events, language, the special place of animals, women's roles in transmitting culture within the family and the role of elders in regulating community norms and resolving conflicts.

Gómez then described certain traumatic occurrences and their impact on people in the community. During massacres, people were divided with men on one side and women and children on the other. The massacres were not events that took place on a single, isolated occasion but were carried out over a period of time, resulting in “extreme terror” and vulnerability among the people before they were killed.

Those who were able to flee into the mountains suffered other impacts. They lived in an “emotional climate of terror” (“clima emocional de terror”). Making the situation worse was the fact that the army forced the population to give names of guerrillas and if they did not do so, they were threatened or killed. Community members were also forced to serve in the Civil Self-Defense Patrols (Patrullas de Autodefensa Civil, PACs). This created conditions in which no one trusted each other.

Thanks to Anita for drawing this to our attention.

[Photo-essay on exhumations in Guatemala](#) – note several psychologists working within the community / liberation psychology frameworks have been part of interdisciplinary teams working on this difficult task – both finding evidence of the genocidal acts and also working with the Maya communities to commemorate the atrocities and honour the dead – recovery of historical memory being a key concept and tool in liberation psychology.

<http://libpsy.org//guatemalan-genocide-trial-prosecution-experts-testify-on-psychological-issues/>

### **"MAPA DA VIOLÊNCIA 2012: A COR DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL"**

*Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela), a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir).*

**As mortes por assassinato** entre a população de jovens negros no país são, proporcionalmente, duas vezes e meia maior do que entre os jovens brancos. Em 2010, o índice de mortes violentas de jovens negros foi de 72, para cada 100 mil habitantes; enquanto

entre os jovens brancos foi de 28,3 por 100 mil habitantes. A evolução do índice em oito anos também foi desfavorável para o jovem negro. Na comparação com os números de 2002, a taxa de homicídio de jovens brancos caiu (era 40,6 por 100 mil habitantes). Já entre os jovens negros o índice subiu (era 69,6 por 100 mil habitantes). A Taxa de homicídios de negros cresceu 5,6% em oito anos, enquanto a de brancos caiu 24,8%. Também os Negros gastam mais tempo para se deslocar de casa para o trabalho, aponta o IBGE. A criação de cotas para negros no serviço público está em fase inicial de discussão.

**De acordo com o professor Julio Jacobo, responsável pelo estudo, os dados são “alarmantes” e representam uma “pandemia de mortes de jovens negros”. Entre os fatores que levam a esse panorama, ele cita a “cultura da violência” --tanto institucional como doméstica, e a impunidade. Segundo o professor, em apenas 4% dos casos de homicídios no Brasil, os responsáveis vão para a cadeia. “O estudo confirma que o polo de violência no país são os jovens negros e não é por casualidade. Temos no país uma cultura que justifica a existência da violência em várias instâncias. O Estado e as famílias toleram a violência e é essa cultura que faz com que ela se torne corriqueira, que qualquer conflito seja resolvido matando o próximo”, disse Jacobo. O professor defende políticas públicas mais amplas e integradas para atacar a questão, principalmente na área da educação. “Há no país cerca de 8 milhões de jovens negros que não estudam nem trabalham. As políticas públicas de incorporação dessa parcela da população são fundamentais para reverter o quadro”.**

Ainda, segundo o estudo, **a situação mais grave é observada em oito Estados, onde a morte de jovens negros ultrapassa a marca de 100 homicídios para cada 100 mil habitantes. São eles: Paraíba, Alagoas, Espírito Santo, Pernambuco, Mato Grosso, Distrito Federal, Bahia e Pará.** A análise por municípios é ainda mais preocupante: em Simões Filho, na Bahia, e em Ananindeua, no Pará, são registrados 400 homicídios de jovens negros por 100 mil habitantes. O professor enfatizou que as taxas de assassinato entre a população negra no Brasil são superiores às de muitas regiões que enfrentam conflitos armados. Jacobo também comparou a situação brasileira à de países desenvolvidos, como Alemanha, Holanda, França, Polônia e Inglaterra, onde a taxa de homicídio é 0,5 jovem para

cada 100 mil habitantes. **“Para cada jovem que morre assassinado nesses países, morrem 106 jovens e 144 jovens negros no Brasil. Se compararmos com a Bahia, são 205 jovens negros para cada morte naqueles países;** e no município baiano de Simões Filho, que tem o pior índice brasileiro, são 912 mortes de jovens negros para cada assassinato de jovem”, disse. O secretário-executivo da Seppir, Mário Lisboa Theodoro, enfatizou que o governo federal tem intensificado as ações para enfrentar o problema que classificou de “crucial”. Ele lembrou que foi lançado em setembro, em Alagoas, o projeto Juventude Viva, para enfrentar o crescente número de homicídios entre jovens negros de todo o país. A iniciativa prevê aulas em período integral nas escolas estaduais, a criação de espaços culturais em territórios violentos e o estímulo ao empreendedorismo juvenil, associado à economia solidária. O Juventude Viva é a primeira etapa de uma ação mais ampla –o Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra. A meta do governo é expandir o programa no primeiro semestre de 2013 para mais cinco unidades federativas: Paraíba, Espírito Santo, Distrito Federal, Bahia e Rio Grande do Sul. “O objetivo é garantir um conjunto de serviços às comunidades onde esses jovens residem, como infraestrutura, além de fornecer oportunidade de estudo e de ocupação para eles, aproveitando inclusive os eventos esportivos que o Brasil vai sediar, como a Copa do Mundo”.

Fontes: Agência Senado - 20/11/2012 -

e <http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2012/11/29/mapa-da-violencia-2012-mostra-pandemia-de-mortes-de-jovens-negros-diz-professor.jhtm>



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

**Resumos**

**Dossiê “Os Direitos Humanos e seus Processos Psicossociais”**

---

**COMISSÃO DA VERDADE E DIREITOS HUMANOS: UNIÃO ENTRE ATO E FATO.** Truth commissions and human rights: union between act and fact.

(L. Couto) Deputado Federal. Câmara dos Deputados - Brasil.

## **RESUMO**

Este artigo apresenta uma breve história da constituição de Comissões de Verdade no mundo. No Brasil, a história mostra que a reparação dos atos de violação aos Direitos Humanos (DH) começou com a promulgação da Constituição em 1988 e hoje se encaminha para os trabalhos da Comissão de Verdade. Esta se torna hoje extremamente importante no enfrentamento dessas violações e na luta contra a violência os cidadãos, principalmente nos períodos das ditaduras militares.

## **ABSTRACT**

This article presents a brief history of the establishment of truth commissions worldwide. In Brazil, history shows that compensation for acts of violation of Human Rights (DH) began with the promulgation of the Constitution in 1988 and today is moving towards the work of the Truth Commission.

**Keywords:** Truth Commissions. Amnesty. Justice.

**FORGIVENESS AS A MISSING PIECE TO THE PEACE PUZZLE.** Perdão como a peça faltante no quebra-cabeça da paz. (Robert D. Enright e col.) University of Wisconsin-Madison-United States.

## RESUMO

O perdão como tema de pesquisa na psicologia foi virtualmente inexplorado desde 1985. Neste artigo eu disserto sobre o trabalho desenvolvido ao longo dos anos e examino quatro aspectos dessa trajetória: **Primeiro**, nos exploramos o que significa o perdão. Perdão é uma virtude moral na qual uma pessoa tratada injustamente oferece misericórdia e amor para aquele que fez algo errado. **Em segundo lugar**, nós desenvolvemos um processo que é a terapia para o perdão. O processo do modelo do perdão é descrito juntamente com nove estudos empíricos. **Em terceiro lugar**, nós examinamos o que é a educação para o perdão como um importante caminho para a paz. Nós discutimos a natureza preventiva da educação para o perdão, como ela vem sendo usada em escolas, e seis estudos empíricos baseados na efetividade da educação para o perdão. **Por fim**, nós exploramos nossa mais recente ideia nesta área, a formação de uma comunidade para o perdão. As características da comunidade para o perdão são descritas e os prováveis benefícios de preservação do perdão como uma norma social dentro dos grupos e comunidades são examinados como outro caminho para a paz.

**Palavras-chave:** Perdão. Educação para o Perdão. Comunidade para o Perdão.

## ABSTRACT

Forgiveness as a research agenda in psychology was virtually unexplored until about 1985. In this paper, I discuss the work which my colleagues and I have done on this topic. Four issues are examined: First, we explore what the meaning of the term forgiveness is. Forgiveness is a moral virtue in which an unjustly treated person offers mercy and love toward the one who did wrong. Second, we explore what forgiveness therapy is. A process model of forgiveness is described and nine empirically-based studies of the process model within psychotherapy are presented. Third, we examine what forgiveness education is as one important path to peace.

We discuss the preventive nature of forgiveness education, how forgiveness education is implemented in classrooms, and six empirically-based studies of the effectiveness of forgiveness education. Finally, we explore our latest idea in this area, the forgiving community. The features of forgiving communities are described and the potential benefits of preserving forgiveness as a norm within groups and communities as another path to peace are examined.

**Keywords:** Forgiveness. Forgiveness Education. Forgiveness Communities.

## **DESENVOLVIMENTO PSICOGENÉTICO DOS DIREITOS HUMANOS.**

Psychogenetic development of human rights. (C. Camino e col.) UFPB-Brasil

### **RESUMO**

O presente trabalho teve como objetivo principal apresentar os principais resultados de algumas pesquisas que permitem uma análise psicogenética das Representações Sociais dos Direitos Humanos. As pesquisas apresentadas foram desenvolvidas por Doise e col. em nível internacional e por Cleonice Camino e col. no Brasil. Adotou-se como abordagens teóricas a perspectiva de Willem Doise para o estudo das RS e a teoria psicogenética de Piaget, bem como a linha metodológica utilizada por esses teóricos. Os resultados das pesquisas de Willem Doise indicaram que o conhecimento dos DH evolui com o avanço da idade e com o nível de escolaridade; que a importância atribuída aos DH e o envolvimento com os DH organizavam-se em princípios; que esses princípios ancoravam em variáveis sócio-demográficas e psicossociais, como idade, contexto social e valores. Muitas das pesquisas que foram desenvolvidas por Camino no Brasil, corroboraram os achados de Doise. Na pesquisa brasileira, ainda, foi constatado que a fonte de conhecimento que os indivíduos atribuíam aos DH foi principalmente a Mídia, a Escola e a Família e que o nível de elaboração das concepções a respeito dos DH variava em função da idade e do contexto social dos participantes. De modo geral, julga-se que as mudanças verificadas em função do avanço da idade/escolaridade estão relacionadas ao desenvolvimento de estruturas mentais, o que permitem uma maior *desentração*, uma visão mais ampla dos DH. As diferenças relacionadas

aos contextos sociais se explicam pelos fatores de inclusão/exclusão social que influenciam o acesso a diferentes fontes de informação sobre os direitos, bem como uma vivência diferenciada desses direitos em cada grupo.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos. Representações Sociais. Análise Psicogenética.

## **ABSTRACT**

This paper presents an analysis psychogenetic of research in the field of Social Representations (SR) in Human Rights (HR). The research presented was developed by Willem Doise and colleagues and Cleonice Camino and colleagues. To carry out the latter, the authors adopted the social psychological perspective of SR and the theory of Jean Piaget. The results of the analyzes of these studies, carried out with pre-teens, teens and young adults corroborate the findings of Willem Doise: knowledge of HR evolved with advancing age and level of education; the importance attributed to HR and involvement with HR were organized on principles; these principles were anchored in socio-demographic and psychosocial variables. They also indicated the source of knowledge and level of elaboration of conceptions about the HR, which varied according to age and social context of the participants. It is believed that the changes seen with age and schooling are related to the processes of socialization and the development of mental structures that allow a broader view of the HR. As for the differences related to social contexts are explained by factors of social inclusion and social exclusion that influence access to different sources of information about rights as well as a differentiated experience of HR in each social group.

**Keywords:** Human Rights. Social Representations. Analysis Psychogenetic.

**REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO DO PERDÃO COM A JUSTIÇA NAS COMISSÕES DE VERDADE.** Essay on the relationship of forgiveness with justice in the truth commissions. (Júlio Rique Neto e col.) UFPB-Brasil

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo associar o processo intrapsíquico de perdão interpessoal ao processo social de perdão a partir dos trabalhos das Comissões de Verdade no Brasil. Para atender a esse objetivo, apresenta-se primeiramente a teoria de Robert D. Enright sobre o perdão interpessoal pela psicologia que contém uma definição operacional, características próprias do perdão, modelos e processos cognitivos. Em seguida, reflete-se sobre a relação de necessidade do perdão com a justiça. Para o perdão ser oferecido é preciso primeiramente garantir que as condições para a verdade e a justiça sejam mantidas por essas comissões. Essas condições são reformas institucionais, punição para os culpados, compensação para as vítimas e a garantia de que nenhum grupo de vítimas ou ofensores será ferido em seu direito de igualdade enquanto cidadão. Mantidas as condições, o perdão interpessoal pode ocorrer no âmbito social pela educação em processos semelhantes aos criados por programas de intervenção oferecidos durante as décadas de redemocratização no Brasil.

**Palavras-chave:** Perdão. Justiça. Comissões de Verdade.

## ABSTRACT

This study aimed to associate the intra-psychic process of interpersonal forgiveness to the social process of forgiveness from the work of the Truth Commissions in Brazil. To meet this goal, we present first Robert D. Enright theory of interpersonal forgiveness in psychology that contains an operational definition, characteristics of forgiving, models and cognitive processes. Then, we reflected on justice be a necessary condition for forgiveness. For forgiveness to be offered the Truth Commissions must first ensure that the conditions for truth and justice are held. These conditions are institutional reforms, punishment for the guilty, compensation for victims and ensuring that no group of victims or offenders shall be injured in his right to equality as citizens. If these conditions are maintained, forgiveness can occur at

social level from education by processes similar to those created by intervention programs offered during the decades of democratization in Brazil.

**Keywords:** Forgiveness. Justice. Truth Commissions.

### **PERDÃO E RECONCILIAÇÃO ENTRE GRUPOS: A PERSPECTIVA TIMORENSE.**

Forgiveness and reconciliation between groups: a perspective from east Timor. (F. Monteiro Neto e col.). Universidade do Porto, Porto-Portugal.

#### **RESUMO**

Este artigo examina a questão: "Podem as nações podem enveredar por processos que têm como resultado arrependimento e perdão coletivo?" Essa questão é pensada a partir das perspectivas de pessoas de Timor-Leste que estiveram envolvidas numa guerra de ocupação e em que a maior parte delas sofreram pessoalmente em resultado de muitos conflitos. Monteiro Neto, Pinto e Mullet (2007a e 2007b) examinaram em dois estudos as perspectivas e as atitudes de pessoas comuns para se saber se pedir perdão em contexto intergruparal tinha sentido e o modo como o pedido de perdão podia ocorrer. Participaram no primeiro estudo 226 pessoas (111 mulheres e 115 homens) com idade variando entre 19 e 70 anos ( $M = 32$  anos,  $DP = 10,3$ ). No segundo estudo participaram 354 pessoas (169 mulheres e 185 homens) com idade variando entre 19 e 55 anos ( $M = 32,2$  ;  $DP = 10,3$ ). Os participantes responderam um questionário com 82 itens referentes ao sentido do perdão intergruparal e possíveis concepções de perdoar. Os resultados observados estão em consonância com as análises e propostas por Govier (2002) e Amstutz (2004) sobre o perdão em política. A maior parte dos participantes concordaram com a ideia de que o perdão intergruparal tem sentido. O perdão pode obviamente ser acrescentado à lista de atitudes positivas grupais.

**Palavras-chave:** Perdão Intergruparal. Perdão Político. Perdão Interpessoal.

#### **ABSTRACT**

This article examines the question: "Can nations engage in processes that result in collective repentance and forgiveness?" This issue is considered from the perspectives of people of East

Timor who were involved in a war and occupation in which most of them suffered personally as a result of many conflicts. Monteiro Neto, Pinto and Mullet (2007a and 2007b) examined in two studies the perspectives and attitudes of ordinary people to ask whether forgiveness in intergroup context has meaning and how can group forgiving occur. Participated in the first study 226 people (111 women and 115 men) age ranging from 19 to 70 years ( $M = 32$  years,  $SD = 10.3$ ). The second study involved 354 participants (169 women and 185 men) age ranging from 19 to 55 years ( $M = 32.2$ ,  $SD = 10.3$ ). The participants answered a questionnaire with 82 items referring to the meaning of intergroup forgiveness and possible conceptions of forgiveness. The observed results are consistent with the analyzes and proposals by Govier (2002) and Amstutz (2004) on forgiveness in politics. Most participants agreed with the idea that intergroup forgiveness has meaning. Forgiveness can obviously be added to the list of positive attitudes group.

**Keywords:** Intergroup Forgiveness. Forgiveness Political. Interpersonal Forgiveness.

**AS PERSPECTIVAS DAS PESSOAS SOBRE AS COMISSÕES DE VERDADE E RECONCILIAÇÃO.** People's perspectives on the truth and reconciliation commissions. (E. Mullet, L. Kpanake e col.) Institut des Hautes Etudes, Paris-França e Universidade Aberta do Quebec, Montreal- Canadá.

## RESUMO

Em cerca de 40 países, incluindo Chile, El Salvador, Timor Leste, Alemanha, Nigéria, África do Sul, Sri Lanka, e Honduras, as Comissões da Verdade (*Truth Commission* - TCs) foram constituintes centrais do processo pelo qual essas nações tentaram reconstruir-se após um período de turbulência. A Comissão da Verdade da África do Sul é o exemplo mais conhecido de uma Comissão de Verdade. Embora o seu trabalho tenha beneficiado provavelmente toda a sociedade e ainda que a violência tenha sido reduzida (embora não eliminada), o objetivo desta comissão tem sido criticado. Tem sido argumentado que a Comissão da Verdade Sul Africana não era mais que um subproduto de um compromisso entre as forças emergentes, incluindo os movimentos de libertação e do antigo regime, e, como resultado, a busca da

justiça foi sacrificada para alcançar fins políticos ou econômicos. Além disso, os relatos de abusos têm sido criticados por aumentar o trauma da nação. E alguns acreditam que a comissão falhou em desenvolver um modelo de reconciliação no nível intergrupar apropriado.

**Palavras-chave:** Comissões da Verdade. Justiça. Violência.

## **ABSTRACT**

In about forty countries, including Chile, El Salvador, East Timor, Germany, Nigeria, South Africa, Sri Lanka, and Honduras, Truth Commissions (TCs) have been central constituents of the process by which these nations have attempted to rebuild themselves after a period of turmoil. The South African Truth Commission is the best-known example of a TC. Although its work has probably benefited the whole society and although violence has been reduced (even though not eliminated), the purpose of this commission has been criticized. It has been argued that the South African TC was no more than a by-product of a compromise between the emerging forces, including the liberation movements and the old regime, and as a result, the pursuit of justice has been sacrificed for the sake of achieving political or economic purposes. In addition, the recounting of the abuses has been criticized for enhancing the nation's trauma. And some believe that the commission failed to develop a model of reconciliation at the appropriate, intergroup level.

**Keywords:** Truth Commissions. Justice. Violence.

**PSYCHOPATHOLOGY AND CAPITALISM: ON THE SECOND NATURE OF THE ALIENATED SUBJECT OF THE ‘PSY COMPLEX’ UNDER CAPITALISM AND THE CONTRADICTIONARY ROLE OF PSYCHOANALYSIS.** Psicopatologia e capitalismo: sobre a segunda natureza do sujeito alienado do ‘complexo psy’ no capitalismo e o papel contraditório da psicanálise. (I. Parker) Manchester Metropolitan University – United Kingdom.

### **ABSTRACT**

The domain of the ‘psy’ disciplines – psychiatry, psychology and psychotherapy – that comprise the ‘psy complex’ accompanies the neoliberal circuits of commodity production and mass consumption inserting themselves around the world as part of the machinery of post-colonial rule. This paper reviews the radical contribution of Lacanian psychoanalysis, emphasising that this psychoanalytic practice is not a set of techniques (not medical); it is neither a complete system (not psychological) nor a worldview (not therapeutic). To operate as a progressive force in tension with contemporary capitalism, rather than in collusion with it, however psychoanalysis needs to be set against the temptations of a medical practice, a totalising scientific system or a worldview. This requires that we differentiate psychoanalysis from other elements of the ‘psy-complex’ and also, paradoxically, insist upon disjunctions between psychoanalytic and Marxist practice if both are to function alongside each other in a manner critical of capitalism.

**Keywords:** Psychoanalysis. Psychiatry. Psychology. Psychotherapy. Alienation. Lacan.

### **RESUMO**

O domínio das disciplinas "psy" - psiquiatria, psicologia e psicoterapia - que compõem o "complexo psy" acompanha os circuitos neoliberais de produção e consumo em massa de mercadorias inserindo-se em todo o mundo como parte do mecanismo das regras pós-coloniais. Este artigo analisa a contribuição radical da psicanálise lacaniana, enfatizando que esta prática psicanalítica não é um conjunto de técnicas (não médicas), que não é nem um sistema completo (não psicológica), nem uma visão de mundo (não terapêutica). Para

funcionar como uma força progressiva em tensão com o capitalismo contemporâneo, em vez de em conluio com ele, a psicanálise precisa ser definida contra as tentações de uma prática médica, um sistema científico totalizante ou uma visão de mundo. Isso exige de nos diferenciar a psicanálise de outros elementos do “complexo'psy ” e também, paradoxalmente, insistir nas disjunções entre prática psicanalítica e marxista, se ambos estão a funcionar lado a lado de forma crítica do capitalismo.

**Palavras-chave:** Psicanálise. Psicologia. Psiquiatria. Alienação. Lacan.

**A CRISE DO SINDICALISMO DO SETOR PÚBLICO: O CASO DO SINTESPB.** The crisis of unionism public sector: the case of sintespb. (R.Veras e col.) UFPB-Brasil)

## RESUMO

Este artigo discute o contexto atual de crise do sindicalismo no setor público a partir do caso do Sindicato de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado da Paraíba (SINTESPB). Procura identificar os principais aspectos envolvidos. Observamos, a partir de entrevistas com líderes e membros, como a sua prática foi substancialmente redesenhada para lidar com as mudanças no trabalho, com as reformas neoliberais dos anos 90: alto desemprego informalização e precarização do trabalho, flexibilização dos direitos trabalhistas e sociais, etc. Observamos também que a Reforma Administrativa do Estado teve impacto direto sobre as relações de trabalho. Além disso, a subjetividade dos trabalhadores mudou o suficiente para afetar a sua dignidade como servidor público (indiferença, comportamento passivo, postura defensiva, corporativismo etc.).

**Palavras-chave:** Sindicalismo. Setor Público. Corporativismo.

## ABSTRACT

This article discusses the current context of union crisis in the public sector from the case of *Sindicato de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado da Paraíba* (SINTESPB). It seeks to identify the main aspects involved. We noted, from interviews with leaders and members, how their practice was substantially redesigned to cope with changes on work, from

neoliberal reforms of the 90s: high unemployment, informalization and precarization of jobs, flexibilization of labor and social rights, etc. We also observed that the Administrative Reform of the State had direct impact on labor relations. Besides, the subjectivity of workers has changed enough to affect their dignity as public server (indifference, passive behavior, defensive posture, corporatist practice, etc.).

**Keywords:** Syndicalism. Public Sector. Corporatism.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## Instruções aos Autores

---

A **ARIÚS** é uma revista eletrônica que tem periodicidade semestral e aceita colaboração livre de trabalhos inéditos nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Artes, que se enquadrem nas seguintes categorias: (a) relatos de pesquisa; (b) estudos teóricos; (c) revisões críticas da literatura; (d) relatos de experiência; (e) entrevistas com autores/as de reconhecida experiência acadêmica e (f) resenhas. Os trabalhos encaminhados devem seguir as normas da ABNT em vigor.

Cada volume da revista contém, pelo menos: (a) um artigo de um **autor/a convidado** pelo conselho editorial; (b) um **dossiê** sobre um tema específico, coordenado por um editor convidado, composto por trabalhos de colaboradores que encaminhem artigos que se enquadrem na temática em discussão; (c) artigos originais por demanda livre (seção **Outros Temas**). A cada número, outras seções que contemplem demandas específicas podem ser organizadas a critério do corpo editorial.

Lembramos que a Revista Ariús **tem aderido** ao tipo de Licença CC **Creative Commons** (Atribuição não comercial- vedada a criação de obras derivadas 3.0 United States (CC BY –NC –ND 3.0), que é um tipo de Direitos de Autor Copy Left, típico das revistas eletrônicas acadêmicas.

A reprodução total ou parcial em outras publicações ou para qualquer outro fim, está condicionada ao tipo de Licença CC, anteriormente descrito. Isto é, deverá, obrigatoriamente, ser citada a fonte e seu conteúdo não poderá ser modificado.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam necessariamente a opinião dos Editores, dos membros do Conselho Editorial, da Comissão Científica e dos revisores. Os trabalhos encaminhados não serão devolvidos.

Serão fornecidos gratuitamente ao autor principal de cada artigo 10 exemplares do seu artigo (fascículo) publicado na revista.

Os trabalhos serão avaliados por, no mínimo, dois membros do corpo científico ou *excepcionalmente* por pareceristas *ad hoc* ou membros do conselho editorial que sejam especialistas na temática do trabalho, mantendo se em sigilo a autoria dos textos. Os artigos encaminhados serão avaliados quanto ao rigor conceitual e metodológico da análise, originalidade, lógica argumentativa, correção e uso da linguagem, diálogo com a literatura da área, atualização das fontes citadas, relevância e atualização da temática, estrutura do texto, fidedignidade do resumo e do *abstract*, normalização.

Os colaboradores receberão comunicação justificada referente à: aceitação, aceitação condicionada (com sugestões para modificação ou melhoria do trabalho) ou não recomendação para a publicação. A comissão editorial reserva-se o direito de: (a) fazer pequenas modificações linguísticas e na diagramação dos trabalhos encaminhados, visando uma melhor apresentação, desde que não alterem o conteúdo dos mesmos; (b) recusar artigo ao qual foram submetidas ressalvas, caso essas não atendam às solicitações encaminhadas.

Cada artigo deverá ser encaminhado com resumo e *abstract*, juntamente com, no mínimo, três palavras-chave e *Keywords*. A revista receberá artigos redigidos em português, espanhol, inglês e francês. Os mesmos, caso sejam aprovados, serão publicados no idioma original ou quando solicitado pelo(s) autor(es) serão traduzidos, revisados pelos mesmos e publicados na língua portuguesa.

Os colaboradores deverão encaminhar uma cópia identificada do trabalho por e-mail para [editor\\_arius@ch.ufcg.edu.br](mailto:editor_arius@ch.ufcg.edu.br), solicitando aviso de recebimento (por e-mail), e concomitantemente três cópias impressas pelo correio, das quais duas não devem conter nenhuma identificação dos autores.

Nas cópias identificadas (uma por e-mail e uma impressa) colocar:

*No início do trabalho:* (a) título em maiúsculas, em português e inglês (em negrito); (b) nome do(s) autor(es) seguido da instituição onde trabalha(m).

*No final do trabalho (após as referências):* (a) nome do(s) autor(es); (b) maior titulação e instituição correspondente; (c) cargo e instituição onde trabalha(m); (d) endereço eletrônico; (e) endereço para correspondência e número do telefone.

*Quanto à formatação:* (a) página A4, fonte *Times New Roman*; (b) margens: 3,0 cm esquerda e superior; 2,5 cm direita e inferior; (c) espaço 1,5 para o corpo do trabalho e simples para resumo/abstract, notas de rodapé e citações com mais de três linhas; (d) parágrafos com recuo de 1,5 cm; (e) até no máximo 20 laudas, incluindo referências; o autor convidado excepcionalmente poderá apresentar um trabalho com até 25 laudas; as resenhas não deverão ultrapassar cinco laudas;

Quando o trabalho encaminhado for um relato de pesquisa, o texto deverá apresentar: introdução, metodologia, resultados juntamente com a discussão, conclusões e referências.

**Recomendamos especialmente** aos professores/pesquisadores que **também citem autores de revistas latino-americanas**, tal como aconselhado pelos expertos em edição científica dos países ibero-americanos.

As resenhas devem versar sobre livros atuais; no Brasil, no máximo até dois anos da primeira edição ou, no caso de títulos estrangeiros, até 5 anos da primeira publicação na língua original.

## MODELOS DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(de acordo com as normas atualizadas da ABNT)

### Livros com até três autores

LAHIRE, B. *A Cultura dos indivíduos: os determinantes da ação*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. *Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez, 1996.

MASTERS, W.; JOHNSON, W. V. E.; KOLODNY, R. C. *Heterossexualidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

### **Livros com mais de três autores**

WORKEL, S. *et al.* *Social identity: international perspectives*. London: Sage, 1998.

### **Capítulos de livro**

AMOSSY, R. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática e sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 119-144.

### **Artigos em publicações periódicas**

ROAZZI, A.; MONTEIRO, A. A representação social da mobilidade profissional em função de diferentes contextos urbanos e suas implicações para a evasão escolar. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 41-73, abr./jun. 1995.

ROCHA, A. D. et al. Qualidade de vida, ponto de partida ou resultado final? *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 63-73, jan./jun. 2000.

### **Artigos em publicações periódicas em meio eletrônico**

AQUINO, J. G.; MUSSI, M. C. As vicissitudes da formação docente em serviço: a proposta reflexiva em debate. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 211-227, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em: 10 fev. 2007.

### **Trabalhos apresentados em eventos científicos**

LEITE, R. H. Informatização e violação da privacidade. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 16., 1996, Fortaleza. *Anais...* Brasília: OAB, p. 431-439.

### **Trabalhos apresentados em eventos científicos em meio eletrônico**

PASSEGGI, M. da C. Memoriais de formação: processos de autoria e de (re)construção identitária. In: CONFERÊNCIA DE PESQUISA SÓCIO-CULTURAL. 3., 2000, Campinas.

*Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/br2000/trabs/1970.doc>>  
Acesso em: 25 dez. 2000.

### **Trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias)**

BARBOSA. T. M. N. *Ressignificação de gênero e da prática docente: aspectos discursivos, cognitivos e representacionais na voz da mulher professora*. 2002. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

### **Endereço para envio dos originais**

Ariús – Revista de Ciências Humanas e Artes

Centro de Humanidades – UFCG

Rua Aprígio Veloso, 882

Bairro Universitário

CEP 58.429-900 – Campina Grande – PB.

E-mail: [arius@ch.ufcg.edu.br](mailto:arius@ch.ufcg.edu.br)

E-mail: [editor\\_arius@ch.ufcg.edu.br](mailto:editor_arius@ch.ufcg.edu.br)

## **PUBLISHING GUIDELINES (Instructions to Authors)**

---

**ARIÚS** is published twice a year and accepts original and spontaneously contributions in the fields of Human Sciences, Applied Social Sciences and Arts, which fit in the following categories: (a) research reports; (b) theoretical studies; (c) critical reviews; (d) reports based on professional experience; (e) interviews with author(s) with renowned academic experience and (f) reviews. The articles should follow the current ABNT norms.

Each volume of the magazine contains, at least: (a) an article from an **author invited** by the editorial body; (b) a **dossier** on a specific theme, coordinated by an invited editor, composed by articles which fit it; (c) and other original articles (section **Other Themes**). In each issue other sections which fit specific interests may be organized according to the editorial body's criteria.

Remember that the Journal has adhered to Arius type CC Licence Creative Commons (Attribution-noncommercial forbidden to create derivative works 3.0 United Estates (CC BY-NC-ND 3.0), which is a type of Copyrights Copy Left, typical scholarly electronic journals.

Reproduction in whole or partial in other publications, or for any other purpose, is subject to the type of Licence CC, previously described. This is expected to be compulsorily quoted the source and its content may not be modified.

Originals will not be returned. The first author of each paper will be given 10 copies (fas.) of his article published in the journal.

All of the articles will be submitted to peer review by at least two members of the scientific board or, *exceptionally*, by *ad hoc* reviewers or members of the editorial board who are experts in the field of knowledge of the article. The anonymity of the articles is guaranteed. The submitted articles will be assessed according to their conceptual and methodological accuracy, originality, argumentative logic, use of the standard language, dialogue with the literature of the field, recently published sources, significance and today's relevance of the theme, reliability of the summary and *abstract*, norms.

Once the manuscripts are accepted, and before publication, the authors will receive information concerning: acceptance, conditioned acceptance (with suggestions, revisions or changes) or rejection. The editorial board has the right of: (a) making small linguistic and formatting changes in the submitted articles in order to enhance their presentation, as long as they do not change their content; (b) rejecting articles with suggestions, in case these suggestions were not accepted /forwarded to the reviewers.

Each article should include a summary in Portuguese, and an abstract in English, as well as at least three Keywords. They can be written in Portuguese, English, Spanish and French. The articles, if accepted, will be published in the original language they were written or, when requested by the author (s), will be translated, revised and published in Portuguese.

The authors should submit an identified copy of the article electronically for editor\_arius@ch.edu.br, requesting a response (by e-mail), and at the same time mail three written copies. Two of them should not have any identification of the article's author(s).

In the identified copies (one mailed and another electronically sent) the author(s) should place:

*In the beginning of the article:* (a) title of article in upper case (bold style), in Portuguese and English; (b) name of the author(s) followed by the institution to which the author(s) is/are affiliated.

*At the end of the article (after references):* (a) name of the author(s); (b) highest academic degree/position and corresponding institution; (c) position and institution the author (s) is/are affiliated; (d) email address; (e) address and phone number.

*Format of article:* (a) A4 format, *Times New Roman* font; (b) margins: top 3 cm; bottom 2,5 cm; left 3 cm; right 2,5 cm; (c) space between lines: 1,5 cm for the article and single space for summary/abstract, footnotes and quotations with more than three lines; (d) paragraph indentation of 1, 5 cm; (e) maximum of 20 pages, including references; the invited author exceptionally can present an article with maximum of 25 pages; reviews should not have more than five pages.

Whenever the article is a research report it should present an introduction, methodology, results together with discussions, conclusions and references. .

We especially recommend the teachers / researchers also cite authors of Latin American journals, as advised by experts in scientific edition of Ibero-American countries.

Reviews should be on recently published books; if published in Brazil, maximum of two years after their publication. When the books are published elsewhere, maximum of five years after their publication in their original language.

## **EXAMPLES OF REFERENCES**

### **Book with maximum than three authors**

LAHIRE, B. *A Cultura dos indivíduos: os determinantes da ação*. Porto Alegre: Artmed, 2006.  
COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. *Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez , 1996.

MASTERS, W.; JOHNSON, W. V. E.; KOLODNY, R. C. Heterossexualidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

### **Book with more than three authors**

WORKEL, S. *et al.* *Social identity: international perspectives*. London: Sage, 1998.

### **Chapter of a Book**

AMOSSY, R. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática e sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 119-144.

### **Article published in a magazine**

ROAZZI, A.; MONTEIRO, A. A representação social da mobilidade profissional em função de diferentes contextos urbanos e suas implicações para a evasão escolar. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 41-73, abr./jun. 1995.

ROCHA, A. D. et al. Qualidade de vida, ponto de partida ou resultado final? *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 63-73, jan./jun. 2000.

### **Article published in an online magazine**

AQUINO, J. G.; MUSSI, M. C. As vicissitudes da formação docente em serviço: a proposta reflexiva em debate. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 211-227, jul. 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.com.br> > Acesso em: 10 fev. 2007.

### **Paper presented in a congress and published in its proceedings**

LEITE, R. H. Informatização e violação da privacidade. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 16., 1996, Fortaleza. *Anais...* Brasília: OAB, p. 431-439.

**Paper presented in a congress and published in its proceedings (electronic documents)**

PASSEGGI, M. da C. Memoriais de formação: processos de autoria e de (re)construção identitária. In: CONFERÊNCIA DE PESQUISA SÓCIO-CULTURAL. 3., 2000, Campinas. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/br2000/trabs/1970.doc>> Acesso em: 25 dez. 2000.

**Thesis, dissertations and papers**

BARBOSA. T. M. N. *Ressignificação de Gênero e da Prática Docente: aspectos discursivos, cognitivos e representacionais na voz da mulher professora*. 2002. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

**The articles should be mailed to:**

Ariús – Revista de Ciências Humanas e Artes

Centro de Humanidades – UFCG

Rua Aprígio Veloso, 882

Bairro Universitário

CEP 58.429-900 – Campina Grande – PB.

E-mail: [arius@ch.ufcg.edu.br](mailto:arius@ch.ufcg.edu.br)

E-mail: [editor\\_arius@ch.ufcg.edu.br](mailto:editor_arius@ch.ufcg.edu.br)



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## Links Úteis

---

Associação Nacional de Pós-Graduandos: <http://www.anpg.org.br/>

Associação Universitária Ibero-Americana de Pós-Graduação: <http://www.auiip.org/>

Revista Ibero-Americana de Literatura: <http://www.pitt.edu/~hispan/iili/index.html>

Revista Internacional de Ciências Sociales y Humanidades:

<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/HomRevRed.jsp?iCveEntRev=654>

Revista Estudios – Córdoba: <http://www.revistaestudios.unc.edu.ar/>

Revista Iberoamericana de Educación: <http://www.rieoei.org/index.php>

ONU: [www.onu-brasil.org.br/](http://www.onu-brasil.org.br/)

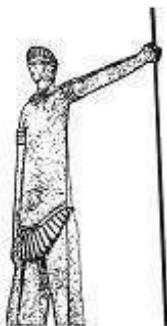
UNESCO: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/>

OIT: <http://www.oit.org.pe/index.php>

PNUD: <http://www.pnud.org.br/home/>

Latinobarómetro: <http://www.latinobarometro.org/latino/latinobarometro.jsp>

La Jornada (Jornal da UNAM): <http://www.jornada.unam.mx/ultimas/>



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online